

UMA ABORDAGEM
MULTIDIMENSIONAL
DO SISTEMA EDUCATIVO:
MAIOR INTEGRAÇÃO,
MELHORES
RESULTADOS

CARTA EDUCATIVA DO PORTO

Porto.
Câmara
Municipal





CARTA
EDUCATIVA
DO PORTO

Coordenação Geral

Guilhermina Rego
Vice-presidente da Câmara Municipal do Porto

Ana Maria Magalhães
Departamento Municipal de Educação

Branca Soares da Costa
Divisão Municipal de Gestão Escolar

Berta Lima
Divisão Municipal de Educação

Ana Moura
Divisão Municipal de Redes Educativas

Coordenação Técnica

Fortunato Cardoso Silva

Entidade Técnica Responsável

Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano

Luís Carvalho - Coordenador
Carla Figueiredo
João Telha da Silva
Sónia Vieira

Colaboração

Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares/DSRN
Administração Regional de Saúde/Norte
Direção Municipal de Urbanismo

MAIO 2017

REVISÃO DA CARTA EDUCATIVA DO PORTO

UMA ABORDAGEM MULTIDIMENSIONAL DO SISTEMA EDUCATIVO:
MAIOR INTEGRAÇÃO, MELHORES RESULTADOS

ÍNDICE

NOTA DE APRESENTAÇÃO	
15	
1. ENQUADRAMENTO E CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL	
19	
1.1. INTRODUÇÃO	
21	
1.2. QUADRO LEGISLATIVO DE REFERÊNCIA	
21	
1.3. POLÍTICA EUROPEIA E METAS A PROSSEGUIR	
24	
1.4. POLÍTICA SETORIAL E REFORMAS EM CURSO	
28	
1.5. PARTICIPAÇÃO E PROTAGONISMO DOS MUNICÍPIOS	
36	
1.6. A REVISÃO DA CARTA EDUCATIVA AO SERVIÇO DA DEFINIÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA SETORIAL	
37	
1.7. ANTECEDENTES: A CARTA EDUCATIVA DO PORTO E OS EXERCÍCIOS DE MONITORIZAÇÃO	
41	
1.8. DETERMINANTES DA PROCURA DE EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS	
41	
1.9. OBJETIVOS E DESAFIOS	
43	
1.10. METODOLOGIA DE TRABALHO	
44	
2. QUADRO DE REFERÊNCIA TERRITORIAL	
49	
2.1. INTRODUÇÃO	
51	
2.2. INSERÇÃO TERRITORIAL	
52	

2.3. SISTEMA URBANO MUNICIPAL	
54	
2.4. DEMOGRAFIA	
63	
2.5. PERFIL SOCIOECONÓMICO DA POPULAÇÃO	
69	
2. 6. EDUCAÇÃO	
72	
3. CARATERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DA OFERTA	
75	
3.1. OFERTA DE ENSINO	
77	
3.2. EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	
80	
3.3. 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO	
84	
3.4. 2º E 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO	
89	
3.5. ENSINO SECUNDÁRIO	
97	
3.6. ENSINO PROFISSIONAL	
103	
4. CARACTERIZAÇÃO DA PROCURA ATUAL E POTENCIAL	
107	
4.1. PROCURA ATUAL POR TIPOLOGIA DE EQUIPAMENTO/NÍVEL DE ENSINO	
109	
4.2. INSUCESSO ESCOLAR: PRINCIPAIS CARATERÍSTICAS E CAUSAS JUSTIFICATIVAS	
129	
4.3. PROJEÇÕES DA POPULAÇÃO ESCOLAR	
139	
5. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO DO SISTEMA EDUCATIVO MUNICIPAL	
149	
5.1. PERSPETIVA SISTEMATIZA DA OFERTA E DA PROCURA	

151

5.2. VISÃO DOS STAKEHOLDERS / ATORES RELEVANTES

152

5.3. POLITICA MUNICIPAL E PROJETO EDUCATIVO

155

5.4. CENÁRIOS ESTRATÉGICOS PROSPETIVOS

166

6. ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO

173

6.1. PRINCÍPIOS ORIENTADORES

175

6.2. MATRIZ ESTRATÉGICA

176

7. QUADRO DE INTERVENÇÃO

181

7.1. ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE INTERVENÇÃO

183

8. MODELO DE MONITORIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E DISSEMINAÇÃO

189

8.1. UM CONTEXTO DE PARTIDA

191

8.2. ÂMBITO

191

8.3. MODELO DE MONITORIZAÇÃO

193

8.4. METODOLOGIA DE RECOLHA, TRATAMENTO E DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO

194

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Abandono escolar precoce da educação ou formação (18-24 anos) – evolução 2011-2013	27
Figura 2 - Abandono escolar precoce da educação ou formação (18-24 anos) – evolução 2011-2013: distância para as metas nacionais 2020	27
Figura 3 - Proporção da população com menos de 15 anos com reduzida competência em matemática, leitura e ciência (2012)	27
Figura 4 – Concelhos da NUTS III Área Metropolitana do Porto	52
Figura 5 – População residente nos concelhos da AMP, em 2014	52
Figura 6 – Principais acessibilidades regionais.....	53
Figura 7 – Rede do Metro do Porto	53
Figura 8 – Densidade populacional nas freguesias da Área Metropolitana do Porto, em 2011	54
Figura 9 – Localização dos alvarás de loteamento emitidos entre 2007 e 2012.....	55
Figura 10 – Carta de consolidação urbana 2007 e 2012.....	56
Figura 11 – Rede de ciclovias da cidade do Porto.....	57
Figura 12 – Conjuntos de habitação social no concelho do Porto, em 2016.....	58
Figura 13 – Evolução do número de equipamentos escolares com valências no educação pré-escolar, no ensino básico (1º ciclo) e no ensino secundário	58
Figura 14 – Estado de desenvolvimento das UOPG e Instrumentos de Gestão Territorial definidas no PDM do Porto, em junho de 2014.....	59
Figura 15 – Emprego e deslocações casa trabalho no Grande Porto, em 2011	60
Figura 16 – Movimentos pendulares de automóvel e metro, em 2011	60
Figura 17 – Movimentos casa-trabalho intra-concelhios na AMP, em 2001 e 2011	61
Figura 18 – Movimentos pendulares a pé, em 2011	61
Figura 19 – Movimentos pendulares casa-local de estudo a pé, em 2011	62
Figura 20 – Movimentos pendulares casa-local de estudo em automóvel, em 2011	62
Figura 21 – Variação da população residente na Área Metropolitana do Porto, por concelhos, entre 2011 e 2014.....	63
Figura 22 – Densidade populacional na Área Metropolitana do Porto, por concelho, em 2014.....	63
Figura 23 – Variação da população residente, entre 1991 e 2014	63
Figura 24 – Variação da população residente no concelho do Porto, por freguesias, entre 2001 e 2011	64
Figura 25 – Densidade populacional no concelho do Porto, por subsecção estatística, em 2011	64
Figura 26 – Evolução da taxa de crescimento natural e da taxa de crescimento efetivo, entre 2011 e 2015	65
Figura 27 – Evolução da taxa bruta de natalidade e da taxa bruta de mortalidade, entre 2011 e 2015	65
Figura 28 – Evolução do saldo natural e do saldo migratório, entre 2011 e 2015	66
Figura 29 – Pirâmides etárias da população residente no concelho do Porto, entre 2001 e 2011	67
Figura 30 – Núcleos familiares com filhos de idade inferior a 6 anos, em 2011	68
Figura 31 – Núcleos familiares com filhos com menos de 15 anos, em 2011	68
Figura 32 – Proporção da população residente com o 1º ciclo do ensino básico completo, em 2011	69
Figura 33 – Proporção da população residente com um curso superior completo, em 2011	69
Figura 34 – Evolução da taxa de desemprego no Porto.....	70
Figura 35 – Evolução do número de desempregados inscritos nos centros de emprego e formação profissional, entre 2009 e 2015	70
Figura 36 – Evolução do número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção por 1000 habitantes.....	70
Figura 37 – Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira, em 2011 (%).....	71
Figura 38 – População estrangeira que recebe o Rendimento Social de Inserção.....	71

Figura 39 – Proporção de alunos matriculados por nível de ensino, nos anos letivos 2011/2012 e 2013/2014	72
Figura 40 – Distribuição da população residente a estudar no município de residência (Porto), em 2011	72
Figura 41 – Evolução do número de alunos matriculados em todos os níveis de ensino (exceto superior) entre 2011/2012 e 2013/2014	73
Figura 42 – Proporção dos alunos matriculados no ensino pré-escolar, público e privado	73
Figura 43 – Evolução do número de alunos matriculados no ensino básico entre 2011/2012 e 2013/2014	73
Figura 44 – Evolução do número de alunos matriculados no ensino secundário entre 2011/2012 e 2013/2014	74
Figura 45 – Evolução da taxa de retenção e desistência do ensino básico, entre 2011 e 2014	74
Figura 46 – Distribuição da rede de equipamentos escolares no concelho do Porto, no ano letivo 2016-2017, por freguesia e agrupamentos de escolas	78
Figura 47 – Proporção de crianças residentes fora do concelho inscritas nos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2016-2017, por agrupamento de escolas	111
Figura 48 – Proporção de alunos residentes fora do concelho inscritos nos estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2016-2017, por agrupamento de escolas	114
Figura 49 – Proporção de alunos residentes fora do concelho inscritos nos estabelecimentos do 2º e 3º ciclo do ensino básico da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2016-2017, por agrupamento de escolas	119
Figura 50 – Proporção de alunos residentes fora do concelho inscritos nos estabelecimentos do ensino secundário da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2016-2017, por agrupamento de escolas	124
Figura 51 – Distribuição da amostragem, pelos níveis de ensino e ano	131
Figura 52 – Proporção de repetentes inquiridos, pelos anos de ensino	131
Figura 53 – Concelho de residência dos alunos: alunos com repetência	131
Figura 54 – Meio de transporte utilizado na deslocação para a escola: alunos com repetência	131
Figura 55 – Nível de instrução dos pais: alunos com repetência	132
Figura 56 – Situação dos pais perante o emprego: alunos com repetência	132
Figura 57 – Recurso em caso de dificuldades no estudo	133
Figura 58 – Local de realização dos trabalhos de casa	133
Figura 59 – Número de retenções dos alunos	133
Figura 60 – Retenções dos alunos, distribuição pelos anos/níveis de ensino	134
Figura 61 – Principais razões apontadas para a retenção	134
Figura 62 – Posicionamento pós-retenção (chambar contribuiu para:)	134
Figura 63 – Continuação de estudos	135
Figura 64 – Importância da escola para o futuro profissional	135
Figura 65 – Integração numa entidade fora do contexto escolar	135
Figura 66 – Atividades fora da escola	135
Figura 67 – Caracterização das tipologias de problemas identificados pelas escolas	137
Figura 68 – Tipologias de problemas por nível de ensino	137
Figura 69 – Distribuição das medidas por nível de ensino (escolas TEIP)	137
Figura 70 – Arquitetura programática dos Planos de Melhoria (escolas TEIP)	138
Figura 71 – N.º de medidas por categoria e nível de ensino (escolas TEIP)	138
Figura 72 – N.º global de medidas por nível de ensino (escolas TEIP)	138
Figura 73 – Representatividade da Rede Pública, por nível de ensino, no Sistema Educativo Municipal (2016/2017)	144
Figura 74 – Evolução do número de alunos na Cidade do Porto (rede pública)	172
Figura 75 – Evolução do número de alunos, por Agrupamento de Escolas (rede pública)	172
Figura 76 – Evolução do número de alunos, por estabelecimento de ensino, no Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano e António Nobre	172

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Estabelecimentos de educação pré-escolar no concelho do Porto, no ano letivo 2016-2017, por rede	80
Tabela 2 - Recursos humanos nos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2016-2017, por freguesia.....	83
Tabela 3 - Recursos humanos nos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2015-2016, por agrupamento de escolas.....	83
Tabela 4 - Estabelecimentos de ensino do 1º ciclo do ensino básico no concelho do Porto, no ano letivo 2016-2017, por rede	84
Tabela 5 - Salas de atividades ocupadas com turma nos estabelecimentos de ensino do 1º ciclo do ensino básico da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2016-2017, por freguesia.....	86
Tabela 6 - Salas de atividades ocupadas com turma nos estabelecimentos de ensino do 1º ciclo do ensino básico da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2016-2017, por agrupamento de escolas.....	86
Tabela 7 - Carência de salas para funcionamento em horário normal nos estabelecimentos de ensino do 1º ciclo do ensino básico da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2016-2017, por agrupamento de escolas e estabelecimentos.....	87
Tabela 8 - Estabelecimentos de ensino do 1º ciclo do ensino básico da rede pública no concelho do Porto com cedência de salas/espacos à comunidade exterior, no ano letivo 2016-2017, por freguesia.....	87
Tabela 9 - Estabelecimentos de ensino do 1º ciclo do ensino básico da rede pública no concelho do Porto com cedência de salas/espacos à comunidade exterior, no ano letivo 2016-2017, por agrupamento de escolas	88
Tabela 10 - Recursos humanos nos estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2015-2016, por freguesia	88
Tabela 11 - Recursos humanos nos estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2016-2017, por agrupamento de escolas	89
Tabela 12 - Estabelecimentos de ensino do 2º e 3.º ciclo do ensino básico no concelho do Porto, no ano letivo 2016-2017, por rede.....	89
Tabela 13 - Estabelecimentos de ensino do 2º e 3.º ciclo do ensino básico no concelho do Porto, integrados na rede pública, no ano letivo 2016-2017	90
Tabela 14 - Estado de conservação geral dos edifícios e dos espaços exteriores dos estabelecimentos de ensino do 2º e 3.º ciclo do ensino básico no concelho do Porto, integrados na rede pública, no ano letivo 2016-2017	92
Tabela 15 - Salas de atividade ocupadas com turma nos estabelecimentos de ensino do 2º e 3º ciclo do ensino básico da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2016-2017, por freguesia.....	93
Tabela 16 - Salas de atividade ocupadas com turma nos estabelecimentos de ensino do 2º e 3º ciclo do ensino básico da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2016-2017, por agrupamento de escolas.....	93
Tabela 17 - Carência de salas para funcionamento em horário normal nos estabelecimentos de ensino do 2º e 3º ciclo do ensino básico da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2016-2017, por agrupamento de escolas.....	94
Tabela 18 - Estabelecimentos de ensino do 2º e 3º ciclo do ensino básico da rede pública no concelho do Porto com cedência de salas/espacos à comunidade exterior, no ano letivo 2016-2017, por freguesia.....	95
Tabela 19 - Estabelecimentos de ensino do 2º e 3º ciclo do ensino básico da rede pública no concelho do Porto com cedência de salas/espacos à comunidade exterior, no ano letivo 2016-2017, por agrupamento de escolas	95
Tabela 20 - Recursos humanos nos estabelecimentos do 2º e 3º ciclo do ensino básico da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2016-2017, por freguesia.....	96
Tabela 21 - Recursos humanos nos estabelecimentos do 2º e 3º ciclo do ensino básico da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2016-2017, por agrupamento de escolas	96
Tabela 22 - Localização dos estabelecimentos de ensino secundário no concelho do Porto, integrados na rede pública, no ano letivo 2016-2017	97
Tabela 23 - Estado de conservação geral dos edifícios e dos espaços exteriores dos estabelecimentos de ensino secundário no concelho do Porto, integrados na rede pública, no ano letivo 2016-2017	98
Tabela 24 - Salas de atividade ocupadas com turma nos estabelecimentos de ensino secundário da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2016-2017, por freguesia	100
Tabela 25 - Salas de atividade ocupadas com turma nos estabelecimentos de ensino secundário da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2016-2017, por estabelecimento	100

Tabela 26 - Carência de salas para funcionamento em horário normal nos estabelecimentos de ensino secundário da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2016-2017, por agrupamento de escolas e estabelecimentos	101
Tabela 27 - Cursos profissionais, salas e docentes afetos nos estabelecimentos de ensino secundário da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2016-2017, por estabelecimento	101
Tabela 28 - Recursos humanos nos estabelecimentos do ensino secundário da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2016-2017, por freguesia.....	102
Tabela 29 - Recursos humanos nos estabelecimentos do ensino secundário da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2016-2017, por agrupamento de escolas	103
Tabela 30 - Recursos humanos nos estabelecimentos do ensino profissional da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2016-2017, por agrupamento de escolas	104
Tabela 31 - Crianças e alunos inscritos nos estabelecimentos de ensino da rede pública no concelho do Porto, nível de ensino	109
Tabela 32 - Crianças inscritas nos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública no concelho do Porto, por agrupamento de escolas	110
Tabela 33 - Crianças residentes no Porto inscritas nos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2016-2017, por freguesia	111
Tabela 34 - Crianças com necessidades educativas especiais inscritas nos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2016-2017, por agrupamento de escolas	112
Tabela 35 - Alunos inscritos nos estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico da rede pública no concelho do Porto, por agrupamento de escolas	113
Tabela 36 - Alunos com necessidades educativas especiais inscritos nos estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2016-2017, por agrupamento de escolas.....	115
Tabela 37 - Alunos retidos nos estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2015-2016, por agrupamento de escolas	116
Tabela 38 - Alunos que abandonaram os estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2015-2016, por agrupamento de escolas	116
Tabela 39 - Alunos inscritos nos estabelecimentos do 2º ciclo do ensino básico da rede pública no concelho do Porto, por agrupamento de escolas	118
Tabela 40 - Alunos inscritos nos estabelecimentos do 3º ciclo do ensino básico da rede pública no concelho do Porto, por agrupamento de escolas	118
Tabela 41 - Alunos com necessidades educativas especiais inscritos nos estabelecimentos do 2º e 3º ciclo do ensino básico da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2016-2017, por agrupamento de escolas.....	120
Tabela 42 - Alunos retidos nos estabelecimentos do 2º e 3º ciclo do ensino básico da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2015-2016, por agrupamento de escolas.....	121
Tabela 43 - Alunos que abandonaram os estabelecimentos do 2º e 3º ciclo do ensino básico da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2015-2016, por agrupamento de escolas.....	121
Tabela 44 - Alunos inscritos nos estabelecimentos de ensino secundário da rede pública no concelho do Porto.....	123
Tabela 45 - Alunos com necessidades educativas especiais inscritos nos estabelecimentos do ensino secundário e profissional da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2016-2017	124
Tabela 46 - Alunos retidos nos estabelecimentos do ensino secundário e profissional da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2015-2016.....	125
Tabela 47 - Alunos que abandonaram os estabelecimentos do ensino secundário e profissional da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2015-2016.....	126
Tabela 48 - Alunos inscritos em cursos profissionais nos estabelecimentos de ensino secundário da rede pública no concelho do Porto	127
Tabela 49 - Alunos retidos e alunos que abandonaram cursos profissionais nos estabelecimentos de ensino secundário da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2015-2016	127
Tabela 50 - Alunos inscritos nos estabelecimentos de ensino profissional da rede pública no concelho do Porto	128
Tabela 51 - Alunos retidos e alunos que abandonaram os estabelecimentos de ensino profissional da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2015-2016.....	128
Tabela 52 - Entidades que disponibilizam modalidade de educação e formação em 2017	129

Tabela 53 – Inquérito aos alunos: amostra global e representatividade das repetências	130
Tabela 54 - População Residente, segundo Dois Cenários (Tendencial - A e Alternativo - B), em 2021 e 2025	142
Tabela 55 - População em Idade Escolar Projetada (Cenário Tendencial 2021)	143
Tabela 56 - População em Idade Escolar Projetada (Cenário Tendencial 2025)	143
Tabela 57 - População em Idade Escolar Projetada (Cenário Alternativo – Expansionista 2021)	143
Tabela 58 - População em Idade Escolar Projetada (Cenário Alternativo – Expansionista 2025)	144
Tabela 59 – Indicadores relevantes para calibrar a população a escolarizar na rede pública	145
Tabela 60 – População a escolarizar, na Rede Pública (2021 – Cenário Tendencial)	145
Tabela 61 – População a escolarizar, na Rede Pública (2021 – Cenário Alternativo)	146
Tabela 62 – População a escolarizar, na Rede Pública (2025 – Cenário Tendencial)	146
Tabela 63 – População a escolarizar, na Rede Pública (2025 – Cenário Alternativo)	146
Tabela 64 – Rede Pública 2º e 3º ciclo (n.º de alunos; diferencial face ao ano letivo 2016/2017).....	147
Tabela 65 – Rede Pública, em 2025, no Cenário Tendencial (n.º de salas; diferencial face ao ano letivo 2016/2017).....	147
Tabela 66 – Rede Pública, em 2025, no Cenário Alternativo (n.º de salas; diferencial face ao ano letivo 2016/2017).....	147

NOTA DE APRESENTAÇÃO

A rede de equipamentos coletivos constitui uma componente fundamental na promoção do desenvolvimento sustentável e integrado nas suas diversas dimensões, sendo simultaneamente instrumento de qualificação e valorização de centros urbanos e instrumento de fomento da equidade e qualidade de vida das populações.

De entre os equipamentos coletivos, os equipamentos de ensino constituem um conjunto fundamental, dada a sua importância na prossecução de um objetivo essencial no processo de desenvolvimento - acesso da população ao ensino - e na qualificação dos recursos humanos, fator de sucesso importante na competitividade de cidades e regiões. Por outro lado, o conceito de Escola, anteriormente entendido como “escola-edifício”, é atualmente assumido como centro ou elo de uma rede de locais de educação e formação, como um espaço de múltiplas atividades de cariz comunitário. Acresce que a Escola passou a ser considerada como centro das políticas educativas devendo construir a sua autonomia a partir da(s) comunidade(s) em que se insere, da resposta aos seus problemas e da valorização das suas potencialidades, de forma a apurar e potenciar o seu desempenho enquanto serviço público de Educação.

Neste contexto, o reordenamento da rede de equipamentos de ensino constitui um fator fundamental na estratégia de desenvolvimento de um município, pelo que a Revisão da Carta Educativa do Porto surge como uma oportunidade para adequar a rede de infraestruturas de ensino à procura previsível nos próximos anos, mas simultaneamente para operacionalizar os princípios de integração, sequencialidade e de utilização global e racional dos recursos emanados pela Lei de Bases do Sistema Educativo, promovendo o papel e integração virtuosa da Escola numa rede mais ampla de equipamentos, concebidos como organizações (integradoras) no plano interno e nas relações da comunidade.

Com a regulamentação da Carta Educativa, através da publicação do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, foram criadas as condições para enquadrar numa mesma lógica o planeamento e a organização da rede educativa local. Neste contexto, os municípios passaram também a possuir competência para conduzir os processos de planeamento respetivos, ou seja, equacionando e tomando decisões sobre o desenvolvimento da rede educativa local, nomeadamente no que se refere às instalações, aos equipamentos e às formações a disponibilizar (competência relevante e politicamente significativa). Numa outra perspetiva, este Decreto-Lei introduziu um conjunto de oportunidades e desafios que importava potenciar, numa lógica de concertação e parceria de base territorial, inserindo a Escola num contexto mais abrangente de ordenamento do território municipal, que tem como meta atingir a melhoria da educação, do ensino, da formação e da cultura num dado território.

Recentemente, num quadro mais amplo de ponderação e aprofundamento do exercício de descentralização de responsabilidades, atribuições e competências do Estado para a Administração Local, o setor da Educação emergiu como um dos pilares desse processo de negociação, emergindo a necessidade de um aprofundamento do conhecimento do Sistema Educativo, nas suas múltiplas dimensões, de modo a melhor informar e objetivar a tomada de decisão e garantir as condições necessárias à exequibilidade das transferências num quadro de qualidade de resposta municipal a estes novos desafios.

Em 2007, o Município aprovou a Carta Educativa, que se encontra desatualizada, face às novas exigências do Sistema Educativo e face às novas dinâmicas territoriais existentes e emergentes. Conforme consagrado no Decreto-Lei enquadrador, o processo de revisão deve obedecer aos princípios, objetivos e estrutura que nortearam a elaboração da Carta.

O documento que agora se apresenta integra as diversas componentes estruturadoras da Revisão da Carta Educativa: Parte I (Enquadramento e Contextualização Geral); Parte II (Quadro de Referência Territorial), Parte III (Caracterização e Diagnóstico da Oferta); Parte IV (Caracterização da Procura Atual e Potencial), Parte V (Diagnóstico Estratégico do Sistema Educativo), Parte VI (Estratégia de Intervenção), Parte VII (Quadro de Intervenção) e Parte VIII (Modelo de Monitorização, Avaliação e Disseminação). Integra, igualmente, em volume autónomo (volume II), as fichas técnicas, por nível de ensino e estabelecimento de ensino público, que resultaram da sistematização da informação recolhida e tratada no exercício de inquirição.

Para a elaboração deste documento, o Departamento Municipal de Educação e a equipa técnica da CEDRU - Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, efetuaram diversas reuniões com os Departamentos Municipais, em especial com o Departamento Municipal de Urbanismo. Para além das opiniões e informações que foram apresentadas no decurso das reuniões anteriormente referidas, a elaboração da Revisão da Carta Educativa fundamentou-se simultaneamente em diversos documentos e fontes publicadas, destacando-se obviamente os provenientes do Município, bem como dos referenciais estatísticos produzidos pelo INE.

Este documento constitui uma ferramenta de cariz prospetivo, capaz de ajudar a tomar decisões no presente e de conduzir com eficácia as mudanças de fundo e circunstanciais (incluindo num novo quadro de competências municipais e de renegociação de apoios financeiros comunitários), de forma a consolidar-se uma rede eficaz de edifícios e equipamentos educativos, integrada numa rede mais ampla de equipamentos coletivos, que permita operacionalizar novos conceitos e diretrizes, que garanta uma efetiva adequação à realidade local e que contribua para o cumprimento, com qualidade, da escolaridade obrigatória e para uma maior integração e inclusão social e territorial.

Saliente-se que não obstante o documento faça parte da Câmara Municipal do Porto e tenha sido elaborado tecnicamente em parceria com uma entidade externa (CEDRU), ele corresponde a um processo e produto da responsabilidade do departamento Municipal de Educação, que contou com a participação ativa de diversas estruturas municipais, atores e agentes educativos locais, traduzindo a realidade da política educativa municipal e as propostas de resposta que se perspetivam e consideram imprescindíveis para o futuro da Educação no Concelho.

1. ENQUADRAMENTO E CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL



1.1. Introdução

Conforme consagrado na Lei (Decreto-Lei 7/2003, de 15 de janeiro), a Carta Educativa representa *o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município.*

A Carta Educativa do Porto (CEP) foi aprovada em 2007. Sendo um processo desenvolvido internamente (com contributo e participação ativa de diversas estruturas municipais, integradas no Grupo de Trabalho) foi assumidamente participado e co-construído com os principais atores da comunidade educativa. Esta abordagem permitiu definir uma matriz estratégica de melhoria da qualidade e eficácia do Sistema Educativo, consubstanciada num programa de intervenção ambicioso e sustentado num importante quadro de projetos estruturantes de iniciativa municipal.

Não obstante, face à evolução sociodemográfica e das opções de política educativa (e quadro legislativo associado), em 2011 e 2013, considerou-se oportuno e justificável efetuar uma atualização e monitorização da informação produzida e de uma reavaliação, e conseqüente reformulação, das propostas que sustentavam este instrumento de planeamento da rede escolar.

Neste quadro de referência, a reorganização e reordenamento da rede escolar municipal, num quadro de necessidade de racionalização e redimensionamento do parque edificado, permitiu, genericamente, responder e adequar a rede à evolução da política educativa e da procura nos últimos anos. Acresce que os instrumentos de apoio comunitário, enquadrados no QREN (2007-2013), permitiram a execução de diversas intervenções propostas (novas edificações e/ou requalificações no parque escolar), concorrendo para o bom desempenho da Carta.

Contudo, de acordo com o referido Decreto-lei 7/2003, de 15 de janeiro, existe a obrigatoriedade de proceder à revisão da Carta Educativa quando a rede educativa fique desconforme com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede educativa municipal (sendo obrigatória esta reavaliação de cinco em cinco anos). Neste contexto, passados 10 anos da sua aprovação, considera-se ser o momento oportuno para proceder à Revisão da Carta Educativa.

1.2. Quadro Legislativo de Referência

Nas últimas décadas, o Mundo tem vindo a confrontar-se com mudanças rápidas resultante da globalização e dos desafios de uma nova economia baseada no conhecimento. A multiplicidade e complexidade das relações estabelecidas ao nível económico, social e cultural têm imposto uma evolução constante e flexível, das estruturas e sobretudo das pessoas.

A necessidade de gerar e adaptar estruturas e mecanismos de valorização dos recursos humanos onde, para além da preparação dos mais novos para uma resposta eficaz aos desafios da modernidade, se incentivasse e orientasse os indivíduos inseridos no mercado de trabalho a (re) ingressar nos sistemas de educação e formação, conferiram à Educação e à Escola um papel progressivamente maior na sociedade e atribuíram-lhe uma dimensão central na melhoria do desempenho das diversas políticas públicas. Neste contexto, ao longo dos últimos anos, tem sido produzida diversa legislação de suporte e enquadramento aos princípios e necessidades emergentes, conferindo uma relevância acrescida aos Sistema Educativo. As referências que se apresentam, no caso português, enquadram-se nesta perspetiva e assumem-se como o quadro legislativo de referência e suporte ao exercício de revisão em curso.

<p>Constituição da República Portuguesa (CRP) - artigo 73.º, 74º e 75º</p>	<p><i>O Estado tem o dever de promover “a democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida coletiva”. Incumbe ao Estado promover a inserção das escolas nas comunidades e interligação entre o ensino e as atividades económicas, sociais e culturais, através de “uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população”.</i></p>
<p>Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), LEI n.º 46/86 de 14 de outubro</p>	<p><i>A Lei de Bases estabelece o quadro geral do sistema educativo, sendo o referencial normativo das políticas educativas focadas no desenvolvimento da educação e do sistema educativo. Dos seus princípios organizativos, n.º 3, da LBSE, relevam: i) descentralizar, desconcentrar e diversificar as estruturas e ações educativas, de modo a proporcionar uma correta adaptação às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes; ii) contribuir para a correção das assimetrias de desenvolvimento regional e local; iii) contribuir para desenvolver o espírito e a prática democráticos, através da adoção de estruturas e processos participativos na definição da política educativa, na administração e gestão do sistema escolar e na experiência pedagógica quotidiana, em que se integram todos os intervenientes no processo educativo, em especial os alunos, os docentes e as famílias.</i></p> <p><i>A Lei de Bases, aprovada pela Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, foi alterada pelas Leis n.º 115/97, de 19 de setembro, 49/2005, de 30 de agosto, e 85/2009, de 27 de Agosto e pela Lei n.º 65/15, de 3 de julho, esta última com o estabelecimento do regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e a consagração da universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 4 anos de idade. A LBSE, estabeleceu a escolaridade obrigatória de nove anos para todas as crianças e jovens entre os seis e os quinze anos de idade. Em 2009, a Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, amplia até aos 18 anos essa obrigatoriedade, com um objetivo final de que todos os jovens possam completar o nível secundário de escolaridade.</i></p>
<p>Lei nº 5/97, de 10 de fevereiro</p>	<p><i>A Lei Quadro da Educação Pré-Escolar foi o elemento normativo que ampliou a participação municipal neste domínio. A principal inovação prendeu-se com a possibilidade de criação de uma rede pública municipal de jardins-de-infância.</i></p>
<p>Lei nº 159/99, de 14 de setembro</p>	<p><i>A Lei 159/99, estabelece o quadro de transferência de atribuições para as autarquias locais, em matéria de educação, relevando o art. 19º: i) Planear e gerir os equipamentos educativos, mais precisamente nos investimentos para construção, apetrechamento e manutenção de estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico; ii) Proceder à elaboração da então chamada “carta escolar”, a ser integrada nos planos diretores municipais; iii) Criar os conselhos locais de educação; iv) Garantir a rede de transportes públicos escolares; v) Assegurar a gestão dos refeitórios dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico; vi) Garantir o alojamento aos alunos do ensino básico, em alternativa ao transporte escolar; vii) Participar no apoio às crianças que frequentam o pré-escolar e aos alunos do ensino básico, no âmbito da ação social escolar; viii) Apoiar o desenvolvimento de atividades complementares de ação educativa nos níveis pré-escolar e básico; ix) Gerir o pessoal não docente nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico.</i></p>
<p>Decreto Lei 7/2003, de 15 janeiro</p>	<p><i>A Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, procurou estabelecer um quadro de transferências de atribuições e competências para os Municípios. O artigo 19.º da Lei n.º 159/99 elencou as competências a transferir na área da educação e do ensino não superior, tendo, sequencialmente, o artigo 13.º da Lei n.º 30-C/2000, de 29 de dezembro, e o artigo 12.º da Lei n.º 109-B/2001, de 27 de dezembro, procurado concretizá-las. Não obstante, apenas com o Decreto Lei 7/2003, ocorre a transferência efetiva de competências no que concerne aos conselhos municipais de educação e à elaboração das Carta Educativa, enquanto instrumento central de ordenamento da rede de ofertas de educação e de ensino. Este diploma regulamenta igualmente as competências para a realização de investimentos pelos Municípios (construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos da educação pré-escolar e do ensino básico), bem como para a gestão do pessoal não docente.</i></p>
<p>Decreto-Lei 144/2008, de 28 junho</p>	<p><i>Quadro de Transferência de Competências dos Municípios em matéria de Educação.</i></p>

Pelo enquadramento que confere ao objeto e pela importância acrescida para o instrumento presente, importa aprofundar com maior pormenor, o Decreto Lei 7/2003, de 15 janeiro.

A Carta Educativa, segundo o artigo 10º, *é um instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento sociodemográfico do município.* Conforme explicitado no artigo 12º, a Carta Educativa possui como objeto a identificação, ao nível municipal, dos edifícios e equipamentos educativos, e respetiva localização geográfica, bem como das ofertas educativas da educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário da educação escolar. Deve ainda incluir uma identificação dos recursos humanos necessários à prossecução das ofertas educativas assim como uma análise da sua integração municipal, em função dos cenários de desenvolvimento urbano e escolar prospetivados.

A Carta Educativa incide sobre os estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino da rede pública, privada, cooperativa e solidária, possuindo como objetivos principais (artigo 11º):

- Assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, para que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis ao nível municipal respondam à procura efetiva no município.
- Refletir, ao nível municipal, o processo de ordenamento ao nível nacional da rede de ofertas de educação e formação com vista a assegurar a racionalização e complementaridade dessas ofertas e o desenvolvimento qualitativo das mesmas.
- Efetuar uma análise prospetiva, fixando objetivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazos.
- Garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município.

Neste quadro, a Carta Educativa é importante para: i) enquadrar numa mesma lógica o planeamento e a organização da rede educativa local; ii) adequar a rede de infraestruturas de ensino à procura previsível nos próximos anos; iii) melhorar e qualificar o parque escolar instalado no concelho.

Competências de Investimento (Decreto Lei 7/2003; art. 22º)

A realização dos investimentos na construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico, previstos na carta educativa, é da competência dos municípios;

A realização dos investimentos, no que se refere à educação pré-escolar e ao 1.º ciclo do ensino básico, compreende a identificação, a elaboração e a aprovação dos projetos, o seu financiamento e a respetiva execução;

O exercício das competências efetiva-se, no que respeita aos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, através de contrato entre o Ministério da Educação e os municípios, assente na identificação padronizada de tipologias e custos;

A realização dos investimentos na construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos do ensino secundário, previstos na carta educativa, é da competência do Ministério da Educação.

Por outro lado, refletindo o processo de ordenamento da rede educativa nacional e sendo, *per si*, um instrumento de ordenamento e planeamento com expressão territorial, a Carta Educativa não deve ser dissociada dos demais instrumentos de planeamento territorial, relevando a necessidade/obrigatoriedade das duas orientações serem integradas com os Planos Diretores Municipais (PDM). Neste contexto, o DL 380/99, de 22 de setembro, obriga os Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), entre os quais o PDM, à articulação com políticas setoriais com incidência local (alínea c), art. 70.º). Assim, estando associada ao Plano Diretor Municipal (PDM), enquanto documento complementar, constitui um instrumento fundamental de planeamento informador da decisão estratégica, nomeadamente no que respeita ao enquadramento do redimensionamento do sistema educativo na Cidade por forma a adequar a rede educativa à dinâmica social e ao desenvolvimento urbanístico (decidindo quanto à construção, encerramento ou readaptação física e funcional dos espaços escolares).

1.3. Política Europeia e Metas a Prosseguir

Para que a União Europeia possa concretizar todo o seu potencial no plano económico, social e cultural, definiu-se em março de 2000 (Conselho Europeu de Lisboa), uma nova estratégia com vista a reforçar o mercado de emprego e coesão social suportados numa “economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social” (Conselho Europeu, 2001).

Sendo a Educação assumida como domínio-chave para a prossecução deste objetivo, na primeira década do milénio, foram definidas estratégias - que abraçaram os diversos subsistemas da educação e da formação e todos os seus intervenientes - para que os cidadãos europeus pudessem desenvolver as suas aptidões e competências e para que se criassem estruturas de combate ao desemprego e à exclusão social dos grupos mais desfavorecidos, proporcionando a todos diversas formas de aquisição de conhecimentos ao longo da vida.

A principal agenda da estratégia de crescimento da União Europeia (UE) para a próxima década é o documento Europa 2020, emanado da Comissão Europeia (junho de 2010). Dadas as grandes mudanças que estão a ocorrer no Mundo, foi estabelecida a grande ambição de tornar a UE numa economia inteligente (promovendo o conhecimento, a inovação, a educação e a sociedade digital); sustentável (promovendo uma economia hipocarbónica, eficiente em termos de recursos e competitiva) e inclusiva (promovendo uma economia com altas taxas de emprego que assegure a coesão social e territorial), prioridades que interagem e se reforçam mutuamente, tendo em vista o alcance nos diferentes Estados-Membros de elevados níveis de emprego, de produtividade e de coesão social.

Em conformidade, foram identificadas cinco áreas prioritárias de atuação, com objetivos concretos a levar a cabo até 2020, quer para o conjunto da União quer para cada Estado-Membro, sendo a estratégia operativa apoiada por ações concretas ao nível nacional e da UE (algumas centradas, direta ou indiretamente, na Educação).

Os cinco grandes objetivos da UE para 2020		Metas para Portugal
Emprego	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar para 75% a taxa de emprego na faixa etária dos 20-64 anos 	<ul style="list-style-type: none"> Taxa de emprego: 75%
I&D e inovação	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar para 3% do PIB da UE o investimento (público e privado) em I&D e inovação 	<ul style="list-style-type: none"> I&D em % do PIB: 2,7 a 3,3%
Alterações climáticas e energia	<ul style="list-style-type: none"> Reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 20% (ou em 30%, se forem reunidas as condições necessárias) relativamente aos níveis registados em 1990 Obter 20% da energia a partir de fontes renováveis Aumentar em 20% a eficiência energética 	<ul style="list-style-type: none"> Redução das emissões de CO₂: Energias renováveis: 31% Eficiência energética: Redução do consumo de energia em Mtep: 6%
Educação	<ul style="list-style-type: none"> Reduzir as taxas de abandono escolar para níveis abaixo dos 10% Aumentar para, pelo menos, 40% a percentagem da população na faixa etária dos 30-34 anos que possui um diploma do ensino superior 	<ul style="list-style-type: none"> Abandono escolar precoce: 10% Ensino Superior: 40%
Pobreza e exclusão social	<ul style="list-style-type: none"> Reduzir, pelo menos, em 20 milhões o número de pessoas em risco ou em situação de pobreza ou de exclusão social. 	<ul style="list-style-type: none"> Redução da população em risco de pobreza ou de exclusão social: 200000

Para atingir tais objetivos, a Comissão propôs sete iniciativas emblemáticas, cuja execução constituirá uma prioridade partilhada com ações a todos os níveis: organizações à escala da UE, Estados-Membros e autoridades locais e regionais.

7 iniciativas emblemáticas	
Uma União da inovação	Recentrar a política de I&D e inovação nos principais desafios sociais, colmatando o desfasamento existente entre a ciência e o mercado, transformando as invenções em produtos. A título de exemplo, a patente comunitária poderia traduzir-se numa economia anual de 289 milhões de euros para as empresas.
Juventude em movimento	Reforçar a qualidade e a capacidade de atração internacional do sistema de ensino superior europeu, promovendo a mobilidade dos estudantes e dos jovens profissionais. As vagas existentes devem ser mais facilmente acessíveis em toda a Europa e as qualificações e experiência profissional reconhecidas de forma adequada.
Uma Agenda digital para a Europa	Retirar de forma sustentável benefícios económicos e sociais do mercado único digital com base na <i>internet</i> de alta velocidade. Até 2013, todos os europeus deverão ter acesso à internet de alta velocidade.
Uma Europa eficiente em termos de recursos	Apoiar a transição para uma economia hipocarbónica e eficiente na utilização de recursos. A Europa deve manter-se fiel aos objetivos que fixou para 2020 no domínio da produção, eficiência e consumo de energia. Deste modo, será possível uma poupança de 60 mil milhões de euros nas importações de petróleo e gás em 2020.
Uma política industrial em prol do crescimento verde	Contribuir para a competitividade da indústria da UE no mundo que emergirá da crise, promover o empreendedorismo e desenvolver novas qualificações. Deste modo, será possível criar milhões de novos postos de trabalho.
Uma Agenda para novas qualificações e novos empregos	Criar as condições para a modernização dos mercados de trabalho, com vista a aumentar as taxas de emprego e assegurar a sustentabilidade dos nossos modelos sociais no momento da passagem à reforma da geração dos «baby-boomers».
Uma Plataforma europeia contra a pobreza	Assegurar a coesão económica, social e territorial, permitindo que as camadas mais pobres e socialmente excluídas da população desempenhem um papel ativo na sociedade.

A ambição de desenvolvimento do País está plasmada em diversos documentos, com destaque para os que deram sustentação ao Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e para os que emanaram da elaboração do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT). Pese embora o contexto adverso que o País enfrenta desde 2008, e as mudanças estruturais que se avizinhavam e balizam o reencaixe do país em diferentes escalas e contextos políticos, socioeconómicos e territoriais, os pressupostos e prioridades de desenvolvimento do País continuaram a manter atualidade e pertinência nos horizontes de médio e longo prazos.

No horizonte 2014-2020, o desenvolvimento territorial de Portugal deverá continuar a fundar-se em quatro prioridades: i) criação de uma economia inovadora, competitiva, integrada e aberta; ii) criação de um território equitativo e de bem-estar; iii) criação de um espaço sustentável e bem ordenado; iv) criação de uma sociedade criativa, cooperante e com sentido de cidadania.

Das linhas de rumo que o PNPOT pretendeu imprimir ao País, alguns objetivos estratégicos, que se complementam e reforçam reciprocamente, mantêm a sua atualidade e permitem enquadrar e suportar algumas opções de desenvolvimento, incluindo no quadro da rede do sistema educativo:

- Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social.

- Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais.
- Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições;
- Utilizar de modo sustentável os recursos energéticos.

Neste quadro importa considerar algumas das principais tendências emergentes e que serão o pano de fundo das estratégias de desenvolvimento local dos próximos anos, no quadro dos instrumentos de cofinanciamento:

- Reforço de prioridade na alocação de recursos nas questões da competitividade com especial enfoque na introdução e aprofundamento da I&D nos clusters em que o País denota maiores vantagens comparativas;
- Aprofundamento das experiências de desenvolvimento urbano integrado com uma redução do investimento nos vetores físicos e no espaço público e a emergência das questões da reabilitação urbana, da competitividade económica e da inovação social, em coerência com as alterações no mercado de habitação;
- Concentração espacial dos investimento e aumento da seletividade na alocação de recursos financeiros, procurando tirar partido das economias de escala e de apoiar na rede urbana o processo de revitalização económica e territorial do País;
- Redefinição dos modelos de governança territorial, com vista à redução dos custos de administração territorial e de otimização do *stock* de bens públicos.

É reconhecido que a redução do número de jovens que abandonam a escola precocemente (aqueles que não conseguem completar o ensino secundário), é fundamental não só para aumentar as competências, mas também para melhorar as perspectivas e oportunidades de emprego dos jovens. Pessoas com pelo menos a qualificação secundária (ou superior), são mais propensas a encontrar um emprego, a ter um rendimento superior, do que as que possuem um baixo nível de educação.

Conforme referenciado, o objetivo Europa 2020 passa por reduzir a percentagem de população com baixas qualificações escolares, entre os 18 a 24 anos. Em 2015, na União Europeia, ronda os 10% (11,9% em 2013), valor significativamente menor do que o registado em 2008 (14,8%), demonstrando uma evolução muito positiva neste indicador.

Embora esta redução possa, em parte, ser atribuída a um ambiente de maior dificuldade em encontrar trabalho, há também melhorias estruturais significativas (maior qualidade dos espaços, maior integração das políticas educativas e socioeconómicas, maior sensibilização dos jovens) e a tendência deverá continuar, mesmo que a um ritmo mais lento. Em 2013, 82 das 221 regiões europeias para as quais existem informações estatísticas, já tinham atingido a meta. Na Região Norte a diferença para o cumprimento da meta é superior a 10%.

Figura 1 - Abandono escolar precoce da educação ou formação (18-24 anos) – evolução 2011-2013

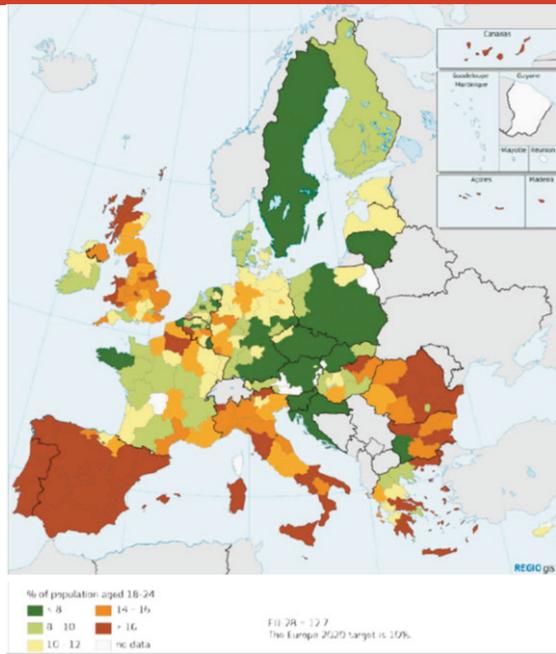


Figura 2 - Abandono escolar precoce da educação ou formação (18-24 anos) – evolução 2011-2013: distância para as metas nacionais 2020

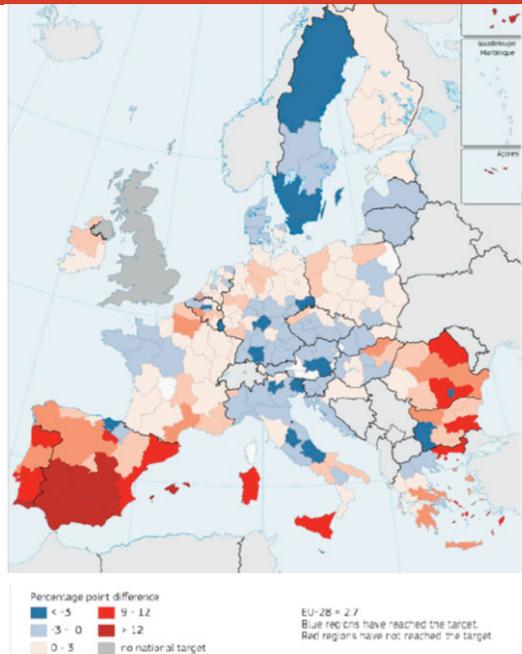
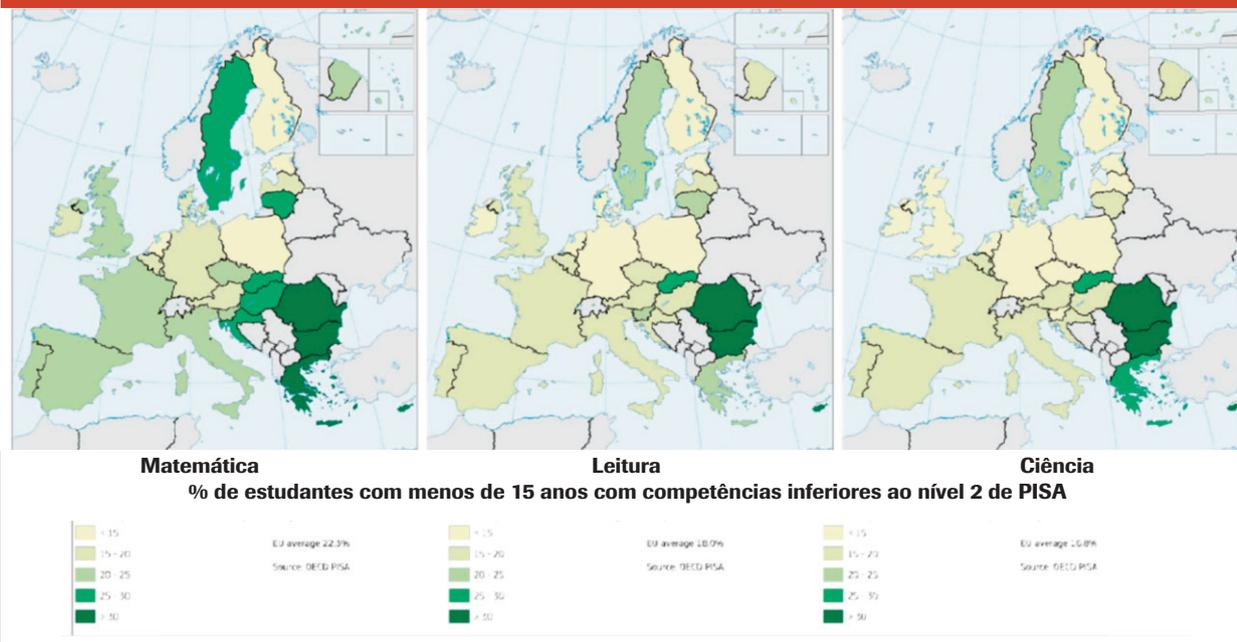


Figura 3 - Proporção da população com menos de 15 anos com reduzida competência em matemática, leitura e ciência (2012)



Fonte Eurostat.

Entre 2006 e 2014, a taxa de abandono escolar precoce em Portugal reduziu-se para metade, mas por comparação a representatividade dos jovens entre os 18 e os 24 anos que não têm ensino secundário e que não estão em ações de formação é a quarta maior da União Europeia (Eurostat). Esta é uma dimensão que se encontra “a descoberto” no País, emergindo uma franja significativa de jovens que não possuem qualquer tipo de oferta educativa, incluindo profissional, que possa obviar à dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Assim, em 2014, a taxa de abandono escolar precoce

em Portugal desceu para 17,4% (38,7%, em 2006). Segundo o Ministério da Educação, para a redução deste indicador terá contribuído a frequência de cursos profissionais (à entrada do secundário, em média, metade dos alunos escolhem esta via). Segundo o documento da Comissão Europeia “Monitor da Educação e da Formação” (2016), Portugal reduziu a taxa de abandono escolar precoce (entre os 18 e os 24 anos) em 6,8% no período 2012-2015, sendo em 2015, de 13,7%, valor ainda acima da média da União Europeia (11%).

Assim, apesar de ter sido o país que mais reduziu o abandono (por comparação a 2006), Portugal continua longe da meta definida na Estratégia Europeia 2020: taxa de abandono escolar precoce de 10%.

Conforme referenciado anteriormente, outro dos objetivos para 2020 passa por possuir 40% de diplomados que tenham completado o ensino superior ou equivalente na população entre os 30 e os 34 anos (em 2013, era de 31,3%). Entre 2012 e 2015, observou-se um incremento, da taxa de conclusão dos estudos superiores (30-34 anos) dos 27,8% para os 31,9% (média da UE - 38,7%). Por outro lado, o ensino e cuidados na primeira infância (dos 4 aos 6 anos) registaram uma redução de 93,8%, em 2011, para os 93,5%, em 2014, abaixo da média da UE (94,3%). Contudo, face à integração universal das crianças com pelo menos 4 anos no ensino pré-escolar no ano letivo de 2016/2017, esse valor deverá ter sofrido um acréscimo significativo, superando claramente a média europeia. Em 2014, em relação ao investimento, a despesa pública consagrada à educação em percentagem do Produto Interno Bruto (PIB) era de 6,2%, sem alterações face a 2011 e acima da média da UE (4,9%).

Por outro lado, para fomentar de forma sustentada o crescimento e aumentar o emprego e prevenir/antecipar diferenças acentuadas de competências, os sistemas de educação e formação existentes, têm de ser capazes não só de absorver um número superior de alunos, mas igualmente de proporcionar boa qualidade de ensino. Os inquéritos realizados pela OCDE (2015) revelam que cerca de 20% dos alunos com 15 anos de idade testados (PISA) têm uma compreensão insuficiente do que leem e uma proporção ainda maior possui competência insuficiente em matemática. Estes valores, demonstram que em muitos países da UE (incluindo Portugal), ainda existem grandes dificuldades na aprendizagem de competências básicas, bem como de iliteracia científica.

Registe-se que, no quadro da OCDE, foram estabelecidos três indicadores de referência para 2020, no que respeita à Educação e Formação, nomeadamente quanto ao abandono escolar e à participação no ensino: i) Pelo menos 95% das crianças com mais de 4 anos e menos de 6 anos, devem participar na educação infantil (pré-escolar); ii) Menos de 15% dos jovens de 15 anos com problemas/dificuldades de leitura, matemática e ciência; iii) Pelo menos 15% dos adultos (grupo etário 25-64) devem participar na aprendizagem ao longo da vida.

1.4. Política Setorial e Reformas em curso

Para além do quadro legislativo de referência, que atualmente enquadra e suporta o desenvolvimento do Sistema Educativo, em Portugal, importa identificar as principais opções assumidas atualmente em termos de programação e gestão governativa.

Assim, dos quatro principais objetivos a prosseguir na presente legislatura, XXI Governo Constitucional (2015-2019), dois apresentam uma relevância acrescida para o presente instrumento: i) a defesa do Estado Social e dos serviços públicos na educação, para um combate sério à pobreza e às desigualdades; ii) relançar o investimento na Ciência, na Inovação, na Educação, na Formação e na Cultura, devolvendo ao país uma visão de futuro na economia global do século XXI. Neste quadro, nos princípios programáticos emerge a melhoria da capacidade de o Estado garantir a provisão de serviços públicos universais e de qualidade, entre eles a Educação.

Por outro lado, aponta-se para que a consolidação das contas públicas exija melhorias significativas na eficiência ao nível da utilização e gestão dos recursos por parte das administrações públicas (as decisões devem ser tomadas com base

em critérios de custo e eficácia – “na educação básica, a última estimativa do Conselho Nacional de Educação aponta para 150 mil reprovações anuais, o que significa que cerca de 600 milhões de euros de despesa, não tiveram qualquer contrapartida positiva”). Concomitantemente, releva-se a necessidade de apostar na valorização do capital humano, enquanto condição primeira para um país mais próspero (o principal investimento de futuro é o investimento nas pessoas de diferentes gerações, proveniências e capacidades). Assim, “dar prioridade às pessoas implica proporcionar a todos oportunidades de qualificação, através da educação e da formação profissional: aos jovens, a oportunidade de terem acesso à educação em condições de igualdade de acesso e de oportunidades de sucesso escolar; e aos mais velhos, em particular aqueles que não tiveram, a possibilidade de se qualificarem, assegurar que têm agora uma nova oportunidade para o fazer. Dar prioridade às pessoas é investir no ensino superior, melhorando a sua qualidade e diversificando-o”.

Assumindo que numa “sociedade e economia baseadas na aprendizagem, no saber e nas qualificações, a educação é simultaneamente condição de empregabilidade e de competitividade e condição fundamental para uma sociedade coesa e progressiva, (...) a política educativa deverá garantir a igualdade de acesso de todas as crianças à escola pública e promoverá o sucesso educativo, nomeadamente ao longo dos 12 anos de escolaridade obrigatória”.

Neste quadro, a principal prioridade da política educativa centra-se no combate ao insucesso escolar, entrave relevante à qualidade do ensino, à equidade e ao cumprimento da escolaridade obrigatória.

Objetivo estratégico	Objetivo operacional	Medidas principais
Apostar na educação pré-escolar como chave para o combate ao insucesso escolar	Investimento no alargamento da rede e na qualificação da educação de infância	<ol style="list-style-type: none"> 1. Garantir a universalidade da oferta da educação pré-escolar a todas as crianças dos três aos cinco anos; 2. Assegurar a tutela pedagógica sobre os estabelecimentos que integram a rede nacional de educação pré-escolar, independentemente de pertencerem à rede pública ou à rede solidária; 3. Desenvolver instrumentos de diagnóstico precoce de situações de risco como estratégia de prevenção do insucesso escolar
Combater o insucesso na sua raiz: desenvolver um ensino básico integrado, global e comum	Investimento em medidas de combate ao insucesso escolar	<ol style="list-style-type: none"> 1. Promover uma maior articulação entre os três ciclos do ensino básico, redefinindo progressivamente a sua estrutura de modo a atenuar os efeitos negativos das transições entre ciclos, assumindo uma gestão mais integrada do currículo e reduzindo a excessiva carga disciplinar dos alunos 2. Incentivar a flexibilidade curricular, desde o 1.º ciclo, recorrendo a diferentes possibilidades de gestão pedagógica, gerindo com autonomia os recursos, os tempos e os espaços escolares, adequadas aos múltiplos contextos existentes; 3. Consolidar as atividades de enriquecimento curricular, integrando-as plenamente na vida pedagógica das escolas, contribuindo, desse modo, para o aprofundamento do princípio da «Escola a Tempo Inteiro», alargando-a a todo o ensino básico.
Assegurar o cumprimento dos 12 anos de escolaridade obrigatória: valorizar o ensino secundário e diversificar a oferta formativa	Investimentos em medidas destinadas à valorização do ensino secundário e à diversificação da oferta formativa e valorização do ensino profissional e artístico	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criar programas de desenvolvimento do ensino experimental 2. Alargar o leque de cursos e de qualificações contempladas, em particular de nível secundário e pós-secundário 3. Reforçar as estratégias de diversificação pedagógica no contexto do ensino profissional e promover uma maior ligação da escola à comunidade e à família, tendo em atenção os jovens que abandonaram a escola sem concluir o ensino secundário e que ainda não se encontram a trabalhar 4. Criar condições de maior estabilidade ao financiamento da rede de escolas profissionais, através do recurso a programas plurianuais de financiamento condicionado ao mérito dos seus projetos educativos 5. Promover um maior reconhecimento do ensino profissional e das qualificações profissionais no âmbito do mercado de trabalho, estabelecendo dinâmicas de cooperação com os parceiros sociais e os conselhos empresariais regionais

Objetivo estratégico	Objetivo operacional	Medidas principais
<p>Centrar as escolas no ensino e na aprendizagem dos alunos</p>	<p>Medidas que permitam consolidar e alargar significativamente o regime de autonomia, administração e gestão das escolas e agrupamentos, como elemento central do esforço de descentralização das competências</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criar condições para que as escolas e agrupamentos possam gerir o currículo nacional de forma flexível e contextualizada, utilizando os métodos, as abordagens e os procedimentos que se revelarem mais adequados 2. Promover a descentralização e a desburocratização do sistema educativo 3. Avaliar o processo de transferência de competências para as autarquias ao nível do ensino básico e secundário, garantindo que não diminui a autonomia pedagógica das escolas 4. Criar condições para que as escolas e os agrupamentos, em articulação com os centros de formação, as instituições do ensino superior e outros intervenientes, se assumam como espaços privilegiados para a formação contextualizada dos seus docentes 5. Apoiar as escolas e os agrupamentos no desenvolvimento de projetos promotores de uma cidadania responsável, incentivando o estabelecimento de parcerias educativas com encarregados de educação e as comunidades educativas, no sentido de prevenir situações de indisciplina e violência 6. Consolidar os processos de otimização e de qualificação dos recursos humanos, dando relevo às funções docentes e à prática letiva e promovendo a qualificação para funções especializadas
<p>Modernizar os modelos e os instrumentos de aprendizagem</p>	<p>Investimentos em ações que promovam um maior alinhamento das políticas educativas com as dinâmicas sociais e económicas</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Conceber e implementar uma estratégia de recursos digitais educativos, que promovam a criação, disseminação e utilização de conteúdos digitais no processo de aprendizagem 2. Promover a utilização das TIC no âmbito do currículo, visando a apreensão, desde cedo, de práticas de aprendizagem baseadas nas novas tecnologias, capitalizando motivações, fomentando o gosto por aprender 3. Lançar um processo de simplificação na administração central da educação para uma maior autonomia e concentração das escolas na sua atividade fundamental, incluindo a reestruturação da administração central e das suas missões, reduzindo o seu peso no sistema, centrando a sua atuação no planeamento, avaliação e regulação do sistema

Conforme referenciado anteriormente, a Lei de Bases estabelece o quadro geral do Sistema Educativo e representa o Referencial Normativo das Políticas Educativas que visam o desenvolvimento da educação e do Sistema Educativo, em Portugal. Nos últimos anos, tem sido recorrentemente apontada a necessidade de se proceder à sua Revisão. Neste quadro, celebrando 30 anos em 2016 e tendo em conta a sua importância estrutural para o Sistema Educativo Português, o Conselho Nacional de Educação considerou relevante avaliar a atualidade e adequação da Lei quanto ao desenvolvimento social, económico e cultural do país. Neste intuito, e de forma a promover uma reflexão informada e de qualidade em torno da Lei de Bases, desenvolveu diversas iniciativas, estruturadas segundo as temáticas e questões elencadas no quadro seguinte, e que podem ser entendidas como pontos de partida e reflexão para a nova estruturação, princípios e objetivos que nortearão um potencial novo quadro legislativo.

Seminário		
1. Educar para que futuro?	Reflexão de Base	<i>Uma lei de bases é, antes de mais, um referencial normativo das políticas educativas visando o desenvolvimento futuro da educação e do sistema educativo. Por isso, tem sentido questionar a adequação entre o desenvolvimento social, económico e cultural de um país e esse referencial normativo. Sendo desejável que esse quadro beneficie da estabilidade e da convergência sobre as grandes opções de política educativa, importa que ele represente uma visão sobre o futuro da sociedade e da educação suscetível de se constituir como propósito nacional, assente num compromisso entre as diferentes concepções ideológicas e políticas.</i>
	<i>Questões de debate</i>	<i>Quais as tendências das sociedades atuais que importa identificar como estruturantes? Qual o papel do conhecimento no desenvolvimento económico, social e cultural? Como potenciar a interação entre conhecimento e capacidades individuais na construção da relação entre ensino e aprendizagem? Quais os perfis de formação adequados à capacidade das novas gerações em torno dos pilares fundamentais: liberdade/autonomia, cidadania/valores, desenvolvimento/ conhecimento/capacidades? Como conciliar equidade e diferenciação dos trajetos educativos? Como adequar as capacidades desenvolvidas às oportunidades criadas pela sociedade e pela economia?</i>
2. Currículo e conhecimento: o que ensinar e como ensinar?	Reflexão de Base	<i>As bases normativas da educação constituem um elemento indispensável, enformador e conformador da estratégia integrada de desenvolvimento cultural, social e económico dos países, funcionando como um referencial a partir do qual se orientam as políticas educativas. É neste contexto que a reflexão sobre a maior ou menor adequação de uma lei de bases a uma orientação para o futuro se torna decisiva, sem que tal represente uma rutura total com a dimensão institucional da educação. Se considerarmos o currículo como a forma racionalmente organizada do conhecimento considerado válido e relevante para a capacitação das novas gerações, o problema que se coloca é o de saber que tipo de conhecimento escolar deverá ser privilegiado e que tipo de capacidades se pretende desenvolver.</i>
	Questões de debate	<i>Numa era de incerteza, será mais adequado privilegiar os saberes estruturantes das diferentes formas de saber, ou adotar uma distribuição igualitária das cargas horárias e trajetos das diferentes disciplinas? Deverá favorecer-se a dimensão universal do conhecimento (a matemática, as ciências, as línguas estrangeiras, etc.), a nacional (a geografia e a história “pátria”, a literatura nacional, etc.) ou a europeia? E que equilíbrio deverá existir entre essas três dimensões? Deveremos convergir com os currículos internacionais ou reforçar as particularidades do nosso sistema de ensino? E a partir de que idade se deve organizar o currículo em disciplinas? Que alterações se deverão introduzir no sistema de monodocência? Deveremos admitir uma componente específica de ensino aprendizagem de carácter multidisciplinar que faça confluir sobre o desenvolvimento de temas os conhecimentos disciplinares apreendidos?</i>
3. Organização do sistema educativo: modalidades de educação e ciclos de ensino	Reflexão de Base	<i>A missão da educação é hoje fornecer a cada pessoa os meios para o desenvolvimento de todo o seu potencial, para o exercício de uma liberdade autónoma, consciente, responsável e criativa. Nesse sentido, importa refletir sobre a aptidão da organização do sistema educativo fixado na Lei de Bases para assegurar uma educação que prossiga conjugada e sequencialmente as finalidades do aprender a ser e a viver juntos, do aprender a estar, do aprender a fazer, do aprender a pensar e a aprofundar autonomamente os saberes e as competências. Na Lei de Bases do Sistema Educativo em vigor, o sistema educativo encontra-se organizado em educação pré-escolar, educação escolar – que inclui as modalidades especiais – e educação extraescolar. A cada modalidade é atribuído um papel, uma duração e uma organização específicos de acordo com os objetivos fixados no referencial normativo.</i>
	Questões de debate	<i>A concretização da intencionalidade educativa da educação de infância contribui para melhores desempenhos nos anos subsequentes? Justifica-se a particularidade da existência de três ciclos no ensino básico? Qual o papel do ensino secundário e da diversidade de vias? Como se integram as modalidades especiais de educação escolar na organização do sistema educativo?</i>

Seminário		
4. Escolaridade obrigatória, diferenciação de trajetos, equidade e sucesso no sistema educativo	Reflexão de Base	<p><i>Dando continuidade ao ciclo de seminários dedicados à reflexão sobre a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), o Conselho Nacional de Educação organiza a 16 de maio a quinta iniciativa dedicada à temática que respeita ao cumprimento da escolaridade obrigatória, diferenciação de trajetos, equidade e sucesso no sistema educativo.</i></p> <p><i>A LBSE, aprovada em 1986, estabeleceu a escolaridade obrigatória de nove anos para todas as crianças e jovens entre os seis e os quinze anos de idade. Em 2009, a Lei n.º 85, de 27 de agosto, alarga até aos 18 anos essa obrigatoriedade, aspirando a que todos os jovens possam completar o nível secundário de escolaridade.</i></p> <p><i>Para além de se estabelecer a obrigatoriedade de frequência, é necessário criar as condições para a sua universalização e definir padrões nacionais de referência que permitam a cada entidade formar cidadãos e oferecer os melhores percursos aos seus alunos, garantindo a articulação entre os ensinos básico e secundário.</i></p> <p><i>Embora a expansão verificada no acesso à educação em todos os níveis do sistema educativo seja assinalável, ainda subsistem problemas por resolver. No ensino básico as taxas de escolarização atingem os 100%, mas nem todos os alunos concluem o 9.º ano de escolaridade com êxito e na idade certa. No ensino secundário os níveis de retenção assumem valores inaceitáveis. Nesta perspetiva, um dos desafios relevantes que se colocam à sociedade portuguesa é o de garantir que todos os jovens acedem e têm sucesso no nível secundário de ensino e formação, independentemente da modalidade e do percurso formativo que tenham escolhido, garantindo a permeabilidade de percursos.</i></p> <p><i>Para além disso, a valorização das formações que capacitam para a entrada na vida ativa é fundamental para tornar estas vias de aprendizagem atrativas para os alunos e suas famílias, mas também para as escolas, professores e formadores que as põem em prática.</i></p> <p><i>A estruturação de um verdadeiro sistema de orientação escolar e vocacional, disponível em todo o território nacional, constituirá certamente um estímulo ao prosseguimento de estudos, possibilitando aos jovens com o 12.º ano de escolaridade um ingresso qualificado na vida ativa ou o prosseguimento de estudos para o ensino superior.</i></p>
	Questões de debate	<p><i>Quais os desafios do alargamento da escolaridade obrigatória? Diferenciação de trajetos: como e quando? Como garantir a aprendizagem e qualidade para todos?</i></p>
5. Liberdade de ensino e serviço público de educação	Reflexão de Base	<p><i>No art.º 2º da LBSE refere-se que “No acesso à educação e na sua prática é garantido a todos os portugueses o respeito pelo princípio da liberdade de aprender e de ensinar, com tolerância para com as escolhas possíveis, (...)”.</i></p>
	Questões de debate	<p><i>Como se concretiza a liberdade de ensinar e de aprender consagrada na Constituição e na LBSE? - Quais as dimensões que essa liberdade pode assumir para além da criação de escolas de ensino privado e cooperativo? Os princípios estabelecidos pela lei serão bastantes para assegurar o direito das famílias a orientar a educação dos filhos? Poder-se-á falar de liberdade de ensinar e de aprender relativamente ao ensino público? Haverá uma efetiva liberdade de ensinar e de aprender quando existem constrangimentos à liberdade de escolha? O que falta para que a liberdade de ensinar e de aprender possa ser exercida por todos? Poderá a liberdade de escolha ser estimulada pela existência de projetos pedagógicos alternativos, independentemente da natureza da escola (pública ou privada)? Até que ponto o exercício da liberdade de escolha pode contribuir para a melhoria da qualidade da educação e da equidade do sistema educativo? Em que circunstâncias deve o Estado financiar o ensino privado? Como tem sido usada a liberdade de escolha noutros países? Haverá algo a reter desses modelos?</i></p>

Seminário		
6. Organização e desenvolvimento do ensino superior	Reflexão de Base	<p><i>Tal como definido no artigo 11.º da LBSE, o ensino superior “compreende o ensino universitário e o ensino politécnico”. O ensino universitário está “orientado por uma constante perspectiva de promoção de investigação e de criação do saber” e o ensino politécnico está “orientado por uma constante perspectiva de investigação aplicada e de desenvolvimento, dirigido à compreensão e solução de problemas concretos”. Importa, por isso, debater esta natureza binária e refletir sobre a missão das diferentes instituições de ensino superior.</i></p> <p><i>É assinalável a expansão do ensino superior nas últimas três décadas. Essa expansão manifestou-se não só na multiplicação de instituições de ensino superior, mas também na diversidade da oferta formativa. De tal modo que, nos últimos 15 anos, a economia não teve capacidade de absorver as qualificações produzidas pelo sistema de ensino, em parte devido ao facto dessa oferta ser desajustada às necessidades da economia e da sociedade. A própria reorganização da formação, no âmbito do Processo de Bolonha, introduz alterações no sistema de reconhecimento e certificação da qualidade e na organização da formação que adotou um sistema europeu de créditos (artigo 13.º, LBSE).</i></p> <p><i>A internacionalização e mobilidade são uma referência explícita para a convergência dos sistemas de educação europeus, como são uma referência na LBSE: “A mobilidade dos estudantes entre os estabelecimentos de ensino superior nacionais [...], bem como entre estabelecimentos de ensino superior estrangeiros e nacionais, é assegurada através do sistema de créditos, com base no princípio do reconhecimento mútuo do valor da formação e das competências adquiridas”. Os processos de internacionalização do ensino superior parecem responder aos desafios da globalização das sociedades da informação e do conhecimento e da criação de redes de cooperação. A LBSE reforça, no seu artigo 18.º, a importância da investigação científica no ensino superior, salienta a necessidade de se ter em conta “os objetivos predominantes da instituição em que se insere”, bem como de se garantir as condições de publicação e de facilitação da divulgação do conhecimento produzido. Esta lei incentiva ainda “a colaboração entre as entidades públicas, privadas e cooperativas no sentido de fomentar o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura”.</i></p>
	Questões de debate	<p><i>Que alterações efetuar no ensino superior? Natureza binária do sistema de ensino superior? Como se deve processar a organização e reconhecimento da formação? Como promover a internacionalização e mobilidade? Que relação estabelecer entre a investigação científica e o ensino superior?</i></p>
7. Formação de professores: dilemas e desafios	Reflexão de Base	<p><i>Os princípios gerais sobre a formação de educadores e professores encontram-se estabelecidos em diversos artigos da LBSE, nomeadamente o artigo 33º que a define como devendo ser flexível, integrada, assente em práticas metodológicas, estimuladora da inovação e da investigação e conducente a uma prática reflexiva; o artigo 34º que aborda questões relacionadas com as instituições de ensino superior que a realizam, como a definição de perfis de competências e de formação e a relação entre a formação científica na área de docência e a formação pedagógica; e a importância da formação contínua que se encontra expressa no 38º artigo da LBSE.</i></p> <p><i>Esta temática assume uma importância particular tendo em consideração o progressivo envelhecimento do corpo docente no ativo (em 2013/2014, 41% dos professores do ensino público tinham 50 e mais anos de idade) e a provável necessidade de renovação dos quadros das escolas nos próximos anos; a maior parte dos diplomados, após as alterações decorrentes do denominado Processo de Bolonha, ainda não entraram no sistema (em 2013/2014, apenas 0,5% dos professores que estavam no sistema tinham idade inferior a 30 anos); os professores que ainda não acederam a um lugar de quadro têm diferentes percursos formativos (modelos pré e pós Bolonha); e a desvalorização social da profissão não a torna atrativa (apenas 2% dos jovens portugueses que realizaram os últimos testes PISA pretendem ser professores, sendo que esses são também os que têm baixas classificações em literacia e matemática).</i></p>
	Questões de debate	<p><i>Como promover a formação contínua? Quais os principais problemas e desafios? Como melhorar a formação inicial? Que alterações a promover na profissionalização e acesso?</i></p>

Seminário		
8. Centralidade, Descentralização e Autonomia em Educação	Reflexão de Base	<i>Na alínea g) do Artigo 3.º, da Lei de Bases, estabelece-se como um dos princípios organizativos do sistema educativo: descentralizar, desconcentrar e diversificar as estruturas e ações educativas de modo a proporcionar uma correta adaptação às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes. Da necessidade de dar cumprimento ao estipulado na LBSE, várias têm sido as iniciativas legislativas tendo em vista a descentralização, envolvendo a transferência de competências para os municípios e a autonomia das escolas. Importa procurar compreender o que foi feito neste domínio ao longo dos últimos 30 anos, que caminhos foram percorridos, que caminhos estão ainda por percorrer e qual a melhor forma de o fazer, perspetivando o futuro da descentralização no que à educação diz respeito.</i>
	Questões de debate	<i>Políticas de descentralização: qual o caminho que tem sido percorrido? Que relação estimular/potenciar entre desenvolvimento económico e atribuição de competências na educação? Como promover a descentralização/desconcentração e autonomia em educação? Quais as principais luzes e sombras da descentralização?</i>

Em 2015, foi lançado o PAE- Programa Aproximar Educação, relativo à descentralização de competências na área da educação (contrato de educação e formação municipal). O objetivo central passava por assegurar a descentralização, por via de delegação contratual, de competências na área da educação e formação, dos serviços centrais do Estado para os municípios.

Este programa apostava numa maior valorização do papel dos municípios, das escolas e da comunidade em geral na tomada de decisões através de um contrato (fundamentado no quadro da ação local) que possibilitasse o desenvolvimento de uma maior autonomia pedagógica, curricular, administrativa e organizativa.

Premissas como a subsidiariedade, proximidade, coresponsabilização, racionalização dos recursos e democratização, estavam na base do processo.

Assim selecionou-se um grupo de municípios, que começaram no ano letivo de 2014/2015 o projeto de descentralização na área da Educação, cuja fase piloto se estimou com uma duração inicial de quatro anos.

O Contrato de Educação e Formação Municipal assinado por treze municípios, enquadra-se assim no âmbito de um projeto-piloto de cariz pedagógico e administrativo, promotor da eficiência dos recursos educativos, constituindo-se como ponto de referência para um futuro modelo de gestão articulado e integrado na educação nos Concelhos.

Programa Aproximar Educação (PAE)	
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> a) Melhorar a qualidade das aprendizagens e o sucesso escolar dos alunos; b) Promover a eficácia e eficiência da gestão dos recursos educativos; c) Combater a saída precoce dos alunos do sistema educativo; d) Combater o abandono escolar; e) Monitorizar as práticas, os processos e os resultados do Projeto Educativo Municipal; f) Corresponder às necessidades e expectativas da comunidade educativa.
Princípios e limites orientadores da descentralização	<ul style="list-style-type: none"> a) O não aumento da despesa pública global; b) O aumento da eficiência da gestão dos recursos afetos à educação pelas autarquias; c) Os ganhos de eficácia do exercício das competências pelos órgãos das autarquias; d) O cumprimento dos objetivos de aproximação das decisões aos cidadãos, a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis; e) A articulação entre os diversos níveis da administração pública; f) Garantia que a liberdade de escolha das famílias é salvaguardada, ou mesmo ampliada.

Programa Aproximar Educação (PAE)	
Domínios com competências delegadas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Gestão curricular; 2. Gestão pedagógica; 3. Gestão de recursos humanos; 4. Gestão financeira; 5. Gestão de equipamentos e infraestruturas <p><i>Neste último caso, apontem-se alguns exemplos adaptados de contratos de autonomia em vigor: A) Implementar ações de reabilitação, ampliação e construção de estabelecimentos escolares; B) Equipar o Centro de Inclusão pelas Artes e Ofícios com as seguintes valências: unidades de ensino estruturado e apoio a alunos multideficientes; espaço oficial / laboratorial e de novas tecnologias; centro de aprendizagem /apoio ao estudo / ensino vocacional - (destinatários preferenciais: alunos com Necessidades Educativas Especiais, ensino vocacional e desenvolvimento de competências).</i></p>

No primeiro semestre de 2015, treze municípios envolveram-se no projeto de descentralização de competências nas áreas da Educação: Águeda, Amadora, Batalha, Cascais, Crato, Matosinhos, Óbidos, Oeiras, Oliveira de Azeméis, Oliveira do Bairro, Vila de Rei e Vila Nova de Famalicão. Estes concelhos, representam cerca de 10% da população portuguesa (um milhão de habitantes), 10% da população estudantil do ensino básico e secundário (cerca de 110 mil alunos), 10% das turmas existentes (cinco mil), 8,5% dos Agrupamentos existentes.

O contrato negociado com as treze autarquias estipulava que mais de 60% das competências na área da Educação ficassem nos agrupamentos de escolas, 30% nos municípios e menos de 10% no Ministério da Educação e Ciência (MEC).

Entre as competências que permaneciam no MEC figuravam as respeitantes à gestão do corpo docente e seu recrutamento por via dos concursos nacionais e a avaliação dos alunos, professores e escolas. Os agrupamentos continuariam a ser unidades orgânicas do MEC, mas a propriedade das escolas abrangidas passará para os municípios depois de estar concluído o seu processo de reabilitação. As escolas que são propriedade da *Parque Escolar* serão mantidas nesta empresa pública.

Embora obedecendo a normativos nacionais que continuarão a ser decididos pelo Ministério, as escolas juntamente com os municípios terão responsabilidades nas decisões sobre constituição de turmas, horários e o calendário escolar. Consagra também uma “flexibilização curricular”: as matrizes curriculares definidas pelo MEC têm de ser cumpridas, mas as escolas poderão ajustar a oferta de disciplinas com base nas características e necessidades dos municípios (25% do currículo nacional pode passar a ser integrado por “componentes curriculares de responsabilidade local”).

O Ministério da Educação e Ciência - MEC transferirá para as autarquias os montantes necessários ao exercício de competências delegadas, bem como os fundos relativos ao exercício de competências pelo município na área educativa que não são objeto de delegação. Estes contratos de educação e formação municipal têm uma duração inicial de quatro anos escolares, mas poderão ser denunciados pelo Ministério, caso se verifique um incumprimento dos compromissos assumidos, nomeadamente no que respeita à melhoria do desempenho educativo (avaliada em quatro domínios: i) % de alunos que abandonam a escola (ou estão em risco); ii) classificação nos exames nacionais; iii) variação anual destes resultados; iv) taxa de retenção).

Ainda não existe qualquer exercício de avaliação que permita informar sobre o desempenho atual e sucesso relativo dos contratos assinados e da oportunidade da delegação de competências em causa, se estender a outros Municípios.

1.5. Participação e Protagonismo dos Municípios

Atualmente, o quadro legislativo que enquadra a participação do poder local na educação remete-o para um papel mais ativo e interveniente na dinâmica educativa e na administração e planeamento da educação. O envolvimento da Câmara Municipal do Porto no processo educativo concelhio tem caminhado no sentido de ultrapassar a mera execução das políticas normativas da territorialização educativa, definida e dirigida pelo Estado (MEC), envolvendo-se e desenvolvendo um conjunto de iniciativas, atividades, projetos e estimulando o aparecimento de dinâmicas locais, promotoras da emergência de uma verdadeira política educativa local. O próprio conceito e objetivos da Carta Educativa, vão nesse sentido, concedendo à autarquia uma participação ativa na racionalização e redimensionamento do parque de recursos físicos existentes e no cumprimento dos grandes objetivos da Lei de Bases do Sistema Educativo e de todas as normas que a regulamentam.

Este enquadramento concorre para que a Revisão da Carta Educativa do Porto, mantendo a matriz anterior, mas imputada de uma maior integração e inovação, deva ser encarada como um processo dinâmico, onde mediante um diagnóstico aprofundado da situação existente ao nível local e face aos objetivos e normas de nível nacional, se consigam prever as necessidades educativas futuras do município, propondo-se as medidas necessárias para dar-lhes resposta, numa perspetiva de garantir a coresponsabilização dos atores e a racionalização dos recursos empregues.

O atual planeamento da rede educativa do Porto teve em consideração um conjunto de princípios fundamentais, como:

- o reconhecimento da importância da participação e cooperação entre parceiros oriundos de diferentes setores da sociedade (educação, autarquia, interesses sociais e económicos e outros);
- o entendimento que a rede educativa integra uma malha da rede geral de equipamentos locais, que têm como objetivo contribuir para o desenvolvimento e satisfação das necessidades e aspirações locais e garantir um melhor serviço público, multidimensional, aos cidadãos.

Neste quadro de referência, parece indubitável que deverá continuar a caber à autarquia manter e estimular a ligação entre a Educação, a Cultura, a Comunidade e o Desenvolvimento Local Sustentado, continuando a assumir essa prioridade e estratégia durante os próximos anos. De igual modo, é neste sentido, que a Revisão da Carta Educativa deverá traduzir-se, no seu enquadramento e propostas, como um instrumento dinâmico e orientador das políticas educativas, mas em complementaridade e com um papel fundamental na prossecução das políticas sociais e económicas no concelho.

Conforme referenciado anteriormente, a elaboração da Revisão da Carta Educativa emerge num contexto em que as relações entre a Escola, a Comunidade e o Poder Local se assumem como um dos novos desafios com que se depara a educação (de que é exemplo paradigmático a implementação do PAE). O próprio conceito de “Educação”, tem evoluído e não se limita a ser entendido como um processo de formação inicial onde os conhecimentos adquiridos se assumem como património cognitivo suficiente para o cabal desempenho dos vários papéis a cumprir durante a vida. Neste sentido, impõe-se como novo desafio à escola atual, a partilha de responsabilidades e solicitações decorrente do aumento crescente das competências e da sua complexidade, estabelecendo-se alianças e parcerias entre as várias entidades que intervêm nos mesmos espaços educativos e na sua envolvente próxima.

É neste contexto que cada vez mais o tempo educativo se distingue do tempo escolar, este último progressivamente entendido como uma parcela do tempo de formação. Os diversos e contínuos desafios, exigem uma educação permanente ao longo da vida, disputando o espaço escolar a sua influência educativa com outros espaços, reais (casa, local de trabalho ou lazer) ou virtuais, possibilitados pelas novas tecnologias de informação e comunicação.

A educação passou a ser entendida como um apelo constante à diversificação de espaços, modalidades e meios de ensinar e aprender, reconhecendo-se a importância da educação inicial e a de adultos, a complementaridade entre a educação formal, não-formal e informal e a necessidade de romper o “isolamento” da educação, através da sua vinculação a outros domínios fundamentais do desenvolvimento, como o social, cultural, ambiental e económico.

Por outro lado, a nova sociedade educativa, progressivamente centrada na multiplicação de redes de informação e de intervenção, permite pensar e agir simultaneamente ao nível global e local, recuperando antigas cumplicidades e afinidades de vizinhança. A Educação passa a abrigar uma dimensão social que diz respeito a todos os atores económicos, sociais e políticos uma vez que é cada vez mais um fator privilegiado, ao serviço do desenvolvimento sustentado da sociedade.

Assim, a Educação deve ser encarada como a principal condição do progresso humanizado das comunidades e da promoção da qualidade de vida das pessoas, colocando a escola no centro da ação ao nível das políticas educativas municipais.

Parece evidente a necessidade de melhorar a qualidade da educação básica criando uma cultura de iniciativa, responsabilidade e cidadania ativa, de expandir e diversificar a formação dos jovens apostando na qualificação das novas gerações. A Escola deve ser entendida como espaço de relação, de aquisição de conhecimentos, de compreensão e respeito mútuos, bem como a congregação de esforços do Estado e da Sociedade Civil, pressupondo uma “convergência” com os Sistemas Educativos e Formativos.

Nesta perspetiva, a Comissão Europeia, avançou recentemente com uma série de princípios que concorrem para estes objetivos, nomeadamente:

- Objetivar a eficácia no uso dos recursos educativos, a partir de uma avaliação da qualidade do conteúdo efetivamente disponibilizado por esse sistema, garantido o melhor uso dos recursos físicos e financeiros e a melhor qualidade dos recursos humanos;
- Criar redes educativas e de recursos adequados para responder aos desafios apresentados;
- Apoiar parcerias locais. A realidade local deve ser o ponto de partida na adequação dos objetivos e políticas educativas nacionais, conscientes de que estamos inseridos numa sociedade de globalização crescente. A participação da administração regional e local (e dos atores e agentes locais) na definição de políticas de educação locais não só é desejável como efetivamente recomendada.

Neste quadro de referência, corroborando estes desafios europeus, o Município do Porto tem vindo a apostar na Educação, assumindo-a como uma prioridade e concedendo à Carta Educativa, em complemento com outros referenciais municipais (Projeto Educativo Municipal) o papel de instrumento privilegiado para a definição e implementação das políticas educativas locais. Como no passado, no exercício de Revisão, o Município do Porto assume um papel líderante, dinamizador e condutor do processo. Contudo, o seu papel como facilitador, potenciando novos/outros pontos de vista e gerando consensos, não o inibe de se constituir como um agente de mudança, lançando desafios, apontando respostas e soluções para as situações problemáticas diagnosticados.

Nesta perspetiva, num processo contínuo de participação ativa nos projetos e iniciativas que concorrem para a melhoria da educação no concelho, o Município tem desenvolvido e/ou participado em diversos projetos e programas emblemáticos.

1.6. A Revisão da Carta Educativa ao serviço da definição e implementação da política setorial

A legislação que enquadra a Revisão da Carta Educativa é constituída por documentos legais de vários tipos, que refletem as transformações ocorridas nas últimas décadas no Sistema Educativo Português, tendo em vista a adequação e aproximação às tendências organizacionais que têm atravessado os Sistemas Educativos Europeus nos anos mais recentes, nomeadamente aqueles com os quais tem maiores afinidades culturais.

Dada a natureza do sistema Educativo Português, influenciado por um conjunto de reformas significativas após a década de 70, estas transformações foram lentas, por vezes têm evoluído de forma contraditória entre si, e nem sempre respondendo

eficazmente aos seus principais objetivos. Acresce ainda o fato da legislação com implicações ao nível do sistema Educativo ser frequentemente resultante do cruzamento de competências executivas e legislativas de diversas origens, que refletem consensos nem sempre concretizáveis de forma rápida e eficaz.

Conforme explanado, uma das mudanças mais significativas tem sido o crescente protagonismo das autarquias locais enquanto parceiros e responsáveis por vários níveis do Sistema Educativo. Tem-se registado um significativo aumento das competências dos órgãos municipais, nomeadamente na definição das políticas educativas do concelho, na organização e gestão da educação pré-escolar e primeiro ciclo do ensino básico, na gestão de pessoal não docente, nos transportes e apoio social escolar e, também, nas próprias tarefas de organização e ordenamento dos territórios educativos.

O Decreto-Lei nº 7/2003 visou enquadrar e responder a estas situações, transferindo efetivamente competências relativamente aos conselhos Municipais de Educação (órgão essencial de institucionalização da intervenção das comunidades educativas ao nível do concelho), e relativamente à elaboração da Carta Educativa (instrumento fundamental de ordenamento da rede de ofertas de educação e de ensino). Em termos complementares, o diploma regulamentou competências na área da realização de investimentos por parte dos municípios, nos domínios da construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico (fundamentais para enquadrar o quadro de elegibilidades aos principais instrumentos financiadores: QREN), referindo-se, ainda, à gestão do pessoal não docente dos estabelecimentos de educação e ensino.

No que respeita à Carta Educativa, conforme expresso anteriormente, o diploma legal define-a “como o instrumento, ao nível municipal de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município”.

Neste contexto, o planeamento da rede educativa pressupõe uma visão integrada e integradora da Escola, não só no plano interno da organização, mas também ao nível da gestão de recursos e práticas, e das relações com a comunidade. Nesta perspetiva, a Revisão da Carta Educativa deve continuar a visar a racionalização e redimensionamento do parque de recursos físicos existentes e o cumprimento dos grandes objetivos da Lei de Bases do Sistema Educativo:

- Prever uma resposta adequada às necessidades de redimensionamento da rede educativa, colocadas pela evolução da política educativa e pelas oscilações da procura da educação, rentabilizando o parque escolar existente;
- Caminhar no sentido de um esbatimento das disparidades locais, promovendo a igualdade do acesso ao ensino numa perspetiva de adequação da rede educativa às características locais, assegurando a coerência e racionalização dos recursos.

De igual modo, a Revisão da Carta Educativa é um instrumento fundamental de planeamento, que permita aos responsáveis desenvolver uma atuação estratégica e informar a decisão, no sentido de:

- Orientar a redefinição do Sistema Educativo em função do desenvolvimento económico e sociocultural do Município do Porto;
- Evitar ruturas e inadequações da rede educativa à dinâmica social e ao desenvolvimento urbanístico;
- Tomar decisões relativamente à construção de novos equipamentos, ao encerramento de escolas e à reconversão e adaptação do parque, otimizando a funcionalidade da rede existente e a respetiva expansão;
- Definir prioridades otimizando a utilização dos recursos consagrados à educação e a sua complementaridade com recursos de outras áreas do desenvolvimento sustentado concelhio.

Tendo como referência o conceito de território educativo, entendido como o espaço geográfico onde deve ser assegurado o cumprimento da escolaridade obrigatória (DAPPP, 2000), importa promover o desenvolvimento de estruturas que viabilizem a integração dos diferentes ciclos do ensino básico, da educação pré-escolar à secundária, procurando atingir

objetivos como: i) desenvolver uma aprendizagem sequencial programada e acompanhada, que promova o sucesso escolar dos alunos; ii) racionalizar, rentabilizar e melhorar a qualidade dos recursos físicos, através de um sistema de administração e de gestão integrado.

A operacionalização do conceito de território educativo procura articular duas vertentes fundamentais – pedagógica e de ordenamento do território. Relativamente à vertente pedagógica, procura-se favorecer a existência de recursos físicos e pedagógicos diversificados, através do funcionamento em rede de estabelecimentos (onde será essencial o conceito de escola nuclear que inclua recursos físicos e humanos especializados) ou da sua concentração num número reduzido de estabelecimentos). No que diz respeito à vertente de ordenamento do território deverá procurar-se responder às novas tendências de organização do território.

Os princípios atrás referidos remetem-nos para o conceito de escola nuclear que congrega recursos materiais e imateriais mais qualificados e especializados, procurando ser o centro de dinamização e de apoio, quer quanto a instalações quer quanto à dinamização pedagógica. Em face da organização atual do sistema educativo e da tipologia de estabelecimentos atualmente existentes, as escolas nucleares são geralmente ES, EB 2,3, EB1 ou EB1/JI.

O DL nº 7/2003 reforça estes princípios orientadores ao mencionar que a Carta Educativa deve promover o desenvolvimento do processo de agrupamento de escolas, com vista à criação nestes das condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis.

Neste sentido, definir a rede educativa consiste na “configuração da organização territorial dos edifícios escolares, ou dos edifícios utilizados em atividades escolares, afetos aos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário”, nomeadamente os que dizem respeito a uma utilização mais eficiente dos recursos e à complementaridade das ofertas educativas, no quadro da correção de desigualdades e assimetrias locais e regionais, por forma a assegurar a igualdade de oportunidades de educação pré-escolar e de ensino a todas as crianças e alunos.

Trata-se de uma visão para a programação e planificação da rede de equipamentos educativos, que procura incorporar as novas metodologias e princípios do planeamento estratégico ao domínio da educação, entendendo-se, assim, a Carta Educativa numa dupla vertente. A um tempo, trata-se de um produto, temporalmente concretizado, que procura substanciar a política educativa dos diferentes níveis da administração num dado território (o município). A outro tempo, a Carta Educativa deve ser encarada como um processo, em permanente avaliação e atualização, no quadro das transformações territoriais e socioeconómicas no Município assim como das próprias transformações da política educativa local e nacional.

Em termos gerais a realização das Revisões das Cartas Educativas, deve ter como elemento fundamental e enquadrador a atual Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, com alterações posteriores), nomeadamente naqueles princípios gerais que possam ter implicações no seu conteúdo.

Assim, o atual quadro legislativo define como objetivo a escolaridade obrigatória de 12 anos e organiza a escolaridade básica em três ciclos (1º ciclo de quatro anos, 2º ciclo de dois anos e 3º ciclo de três anos). Acresce ainda a educação pré-escolar (dos 3 anos aos 5 anos de idade) e o nível secundário (do 10º ano de escolaridade ao 12º ano de escolaridade). Esta organização educativa, aliada à progressiva generalização da frequência da educação pré-escolar a todas as crianças teve implicações no planeamento da rede escolar, nas últimas duas décadas.

Foram assim criadas as condições para o aperfeiçoamento progressivo de um conjunto de tipologias de escolas relacionadas com essa estruturação do sistema educativo, baseado em critérios que indicam que ao ensino básico e ao ensino secundário devem corresponder edifícios diferentes. Indiciam ainda orientações de que os estabelecimentos do ensino básico podem agregar mais de um ciclo e incluir salas de jardim-de-infância, favorecendo a flexibilidade dos estabelecimentos de educação e ensino, em conformidade com a evolução da procura escolar. Dá ainda resposta à procura de

generalização progressiva do acesso à educação pré-escolar e ao alargamento da frequência do ensino secundário e do acesso ao ensino superior.

Tipo de Estabelecimento	Níveis, ciclos e modalidades de educação e ensino	Designação
Jardim-de-infância	Educação pré-escolar	Jardim-de-infância (JI)
Escola Básica	1º ciclo do ensino básico com educação pré-escolar 1º ciclo do ensino básico 2º e 3º ciclos do ensino básico 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico com educação pré-escolar 2º e 3º ciclos do ensino básico com ensino secundário	Escola básica do 1º ciclo com jardim-de-infância (EB1/JI) Escola básica do 1º ciclo (EB1) Escola básica do 2º e 3º ciclos (EB2,3) Escola básica integrada (EBI) Escola básica integrada com jardim-de-infância (EBI/JI) Escola básica do 2º e 3º ciclos com ensino secundário (EB2,3/S)
Escola Secundária	Ensino secundário pluricurricular Ensino secundário com 3º ciclo do ensino básico Ensino secundário técnico e tecnológico Ensino secundário artístico Ensino profissional	Escola secundária (ES) Escola secundária com 3º ciclo do ensino básico (ES/3) Escola secundária tecnológica (ES/T) Escola secundária artística (ES/A) Escola profissional (EP)

Outra consequência foi a progressiva territorialização das políticas educativas, que reconhece quer a escola como um local central de gestão quer a comunidade local como um parceiro essencial na tomada de decisões de política educativa e a gestão da educação (questão da sociedade que envolve, além do Estado, todos os parceiros sociais, permitindo e incentivando, entre outros aspetos: a descentralização de competências e valorização da inovação ao nível local e da ligação da educação e da formação aos seus territórios geográficos e sociais). Neste contexto insere-se a organização dos territórios educativos em agrupamentos verticais de escolas que têm em vista que quem frequenta o ensino público possa iniciar e completar a escolaridade obrigatória num mesmo agrupamento de escolas e, simultaneamente, criar condições de gestão mais racional e eficaz dos estabelecimentos e dos recursos de ensino.

Para além das considerações efetuadas acerca do PAE, importa ter presente algumas das reflexões e questões que nos últimos anos têm sido colocadas e sido alvo de debate na sociedade, sobretudo no âmbito dos partidos com representatividade parlamentar. A promoção da integração progressiva dos serviços de creche com a educação pré-escolar, convergindo para a ideia de uma educação infantil; a definição da educação escolar de nível básico, secundário e superior, em função das suas competências e objetivos, visando a criação de uma identidade própria de cada um desses níveis, destacando o primado da sequencialidade e coerência dos trajetos escolares, através do princípio e aprofundamento da verticalização dos projetos educativos e da gestão profissional das escolas são disso exemplo. Contudo, a separação entre ensino básico e ensino secundário com a integração do atual 3º ciclo do ensino básico em ciclo inicial do ensino secundário, criando dois ciclos de escolaridade com a duração de seis anos cada e o alargamento do princípio da verticalização parecem ser aqueles que maior impacto poderão ter no processo de elaboração da Revisão da Carta Educativa.

A separação entre ensino básico e ensino secundário, com início no atual 7º ano de escolaridade, traria consequências sobre as atuais tipologias de escolas EB2,3 com uma presença importante na oferta concelhia. Esta medida não é consensual entre as diversas propostas políticas, pelo que deverá ser sempre avaliada e consensualizada entre a Autarquia, o Ministério da Educação e o Conselho Municipal de Educação. Esta base de estruturação do Sistema Educativo pode e deve ser ponderada nas propostas de intervenção, pelas consequências ao nível do futuro ordenamento da rede escolar, que possa potencialmente gerar.

1.7. Antecedentes: A Carta Educativa do Porto e os Exercícios de Monitorização

A Carta Educativa do Porto foi aprovada em 2007. O documento estava organizado em seis capítulos (integrados em três Volumes).

O primeiro Capítulo apresenta a metodologia que foi adotada, explicitando-se o processo de elaboração (diagnóstico, estratégia e quadro de intervenções). O segundo Capítulo aborda o papel dos municípios no desenvolvimento da educação e procede à análise sumária da educação em diferentes contextos. O terceiro Capítulo, de enquadramento geral, procede à caracterização da cidade do Porto nos domínios relacionados com a educação e a formação. O quarto Capítulo apresenta a realidade educativa da cidade (oferta e procura de ensino e de formação) e a sua evolução recente, bem como as linhas de força da política municipal de educação e as principais ações desenvolvidas para a valorização da educação. O quinto Capítulo procede à definição da estratégia de desenvolvimento do sistema educativo (objetivos a prosseguir, definição de linhas de atuação). O capítulo Sexto desenvolve a proposta de reordenamento da rede escolar de equipamentos da competência municipal (Jardins-de-infância e Escolas básicas do 1º ciclo da rede pública).

O balanço da Carta Educativa do Porto é muito positivo, demonstrando ser um exercício de elevada qualidade técnica e científica, permitindo a tomada de decisão informada. Assumiu-se como um instrumento de referência regional e nacional.

		<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho sistemático e contínuo de uma equipa intersectorial e multidisciplinar (2003-2007) com amplo conhecimento territorial e técnico-científico; • Metodologia abrangente: processo participado, mobilizador e co-construído; • Sistematização e disponibilização de toda a informação relevante e pertinente para informar a decisão; • Despoletou um debate alargado sobre a educação e a formação na cidade e gerou um compromisso para a ação nas entidades com responsabilidade; • Município do Porto como principal dinamizador do processo, com responsabilidades na sua condução: facilitador (gerando consensos) e agente de mudança (apontando novas respostas a desafios e problemas existentes/emergentes); • Disponibilidade permanente e colaboração ativa dos elementos do CME; • Proposta de reserva de terrenos para a construção de novos Centros Escolares, minimizando o investimento a realizar e assegurando a sua viabilidade futura. <p>Os exercícios de monitorização de 2011 e 2013 sistematizam e disponibilizam informação relevante e pertinente, servindo como ponto de partida para o presente exercício:</p> <ul style="list-style-type: none"> • avaliação e balanço do grau de execução das propostas de intervenção; • atualização da rede; • atualização da oferta e procura; <p>atualização do quadro estatístico no domínio demográfico e socioeconómico - Censos 2011</p>
		

1.8. Determinantes da Procura de Equipamentos Educativos

Atualmente, é unanimemente reconhecida a importância em dotar o país e as suas regiões de melhores condições de atratividade para o investimento produtivo e de condições de vida para as populações, o que abrange intervenções ao

nível da dotação de equipamentos coletivos, por serem essenciais à qualificação dos territórios e ao reforço da coesão económica, social e territorial.

Compreende-se, portanto, a forte pressão para a manutenção de elevados níveis de investimento na dotação de novos equipamentos e na requalificação dos existentes. No entanto, a necessidade em acautelar a respetiva sustentabilidade económica e financeira coloca cada vez mais a tónica na equidade de acesso e utilização dos indivíduos aos equipamentos coletivos. Trata-se assim de promover, a um tempo, uma oferta espacialmente diferenciada em função de necessidades igualmente distintas e, a outro, uma oferta semelhante em territórios com carências idênticas. Deste modo, deve igualmente conferir-se aos equipamentos educativos uma componente que se estende para lá da sua funcionalidade, fomentando a sua integração e priorizando o seu papel numa rede mais ampla de equipamentos que concorrem para o reforço da coesão social e territorial.

Na qualidade de fatores de diferenciação das particularidades e carências dos territórios importa destacar essencialmente dois fatores:

- Os comportamentos demográficos do concelho, importando conhecer o perfil populacional prevalecente (e da sua envolvente próxima, pela sua capacidade de atração pendular), bem como as estimativas populacionais para os diferentes horizontes temporais de referência e a evolução dos quantitativos de grupos específicos, nomeadamente dos grupos etários alvo (as crianças e os jovens, que integram cada um dos níveis de ensino);
- As dinâmicas socioeconómicas do concelho, o que contempla o desempenho macroeconómico, atual e prospetivo (capacidade polarizadora de emprego sub-regional), aferido com recurso à inserção no mercado de trabalho e aos fenómenos da exclusão social, com base nos *deficits* de qualificação e formação.

Contemplando estas duas dimensões de análise, as variáveis que determinam a evolução da procura educativa e, subsequentemente, a procura dos equipamentos e serviços educativos constituem as determinantes da procura. Cada uma destas determinantes da procura revela problemas específicos, assumindo-se como fatores estruturantes a contemplar no exercício de programação.

Na análise das dinâmicas demográficas (ver subcapítulo “demografia”), assume particular centralidade a redução populacional (perda de população residente, sobretudo, para os municípios limítrofes), no decurso das últimas décadas. O decréscimo das faixas etárias mais jovens e a diminuição dos jovens casais em idade fértil (com conseqüente quebra das taxas de natalidade e fertilidade), tem gerado fortes modificações na estrutura da população, o que se reflete diretamente nos padrões de procura educativa orientados para os públicos-alvo que apresentam correspondência direta com os grupos etários mais jovens. Não obstante, deve ter-se em consideração, conforme expresso noutros capítulos, a importância muito significativa das pendularizações casa-trabalho e casa-escola, gerando uma procura muito significativa de população em idade escolar que diariamente se desloca para o Porto (na maior parte dos casos acompanhando os pais, para os locais de trabalho – Porto enquanto forte polo empregador regional), para frequentar os estabelecimentos de ensino da Cidade. Registe-se que a programação de equipamentos educativos norteados para esta população se encontra “facilitada”, na medida em que a sua concordância com grupos etários permite a realização de exercícios de projeções demográficas, possibilitando assim estimar, com menores margens de erro, a evolução e o destes quantitativos populacionais.

A análise das dinâmicas socioeconómicas encontra-se fortemente associada ao comportamento macroeconómico e aos impulsos e predisposição da iniciativa privada, com reflexos na criação de emprego e uma maior inserção no mercado de trabalho de jovens ativos. Nos últimos anos, observa-se uma inversão das tendências negativas, associadas a constrangimentos de carácter estrutural, tais como os baixos níveis de escolaridade na estrutura de qualificações da população ativa. A intensificação do esforço de escolarização, relativamente célere, tem permitido a geração de emprego qualificado,

embora se continue a registar um agudizar da desigual distribuição da riqueza, com um aumento considerável do fosso entre os detentores de melhores salários (mais qualificados) e aqueles que estão à margem/em dificuldade no sistema económico, em situação de desemprego ou com emprego precário (com menores níveis de formação e qualificação).

1.9. Objetivos e Desafios

A Revisão da Carta Educativa reveste-se da maior pertinência, não só pela relevância da mesma no planeamento e gestão do território, mas sobretudo atendendo às especificidades territoriais e rápidas transformações económicas e sociais registadas recentemente, marcando incontornavelmente o quadro de vida dos munícipes do Porto.

Conforme consagrado no normativo enquadrador, o processo de Revisão deve obedecer aos princípios, objetivos e estrutura que nortearam a elaboração da Carta. Contudo, mesmo tendo presente que o quadro normativo se mantém atual, o exercício de Revisão assume uma dimensão ambiciosa que se sustenta em quatro desafios principais:

- **Manutenção/incremento da qualidade.** A Carta Educativa vigente, enquanto exercício de elevada qualidade técnica e científica, permitiu a tomada de decisão informada, sendo referenciado como instrumento de excelência e referência regional e nacional.
- **Compatibilização do cumprimento da Lei com uma dimensão inovadora que projete uma maior integração intersectorial.** Mantendo o enquadramento legal (Dec. Lei 7/2003; estrutura, conteúdos, ...), assumiu-se este exercício de 2ª geração enquanto oportunidade para introdução de conceitos/abordagens inovadoras e fomentadoras de uma maior integração de diferentes políticas públicas.
- **Garantir eficácia à monitorização/avaliação.** A Carta Educativa, enquanto instrumento flexível e de apoio à tomada de decisão informada, deve possuir uma plataforma de monitorização, com fácil acesso e com informação base (crítica) regularmente atualizada
- **Mobilização dos atores-chave.** Despoletar um debate alargado sobre o Sistema Educativo na cidade e gerar um compromisso para a ação. Momento oportuno para gerar consensos e ponderar mudanças (novas respostas a desafios e problemas existentes/emergentes).

De modo a superar estes desafios, apontam-se algumas das dimensões inovadoras que se associaram ao processo de elaboração:

- **Exercício amplamente participado e suportado em ferramentas tecnológicas.** As ferramentas metodológicas são, sobretudo, de base tecnológica e intuitivas, facilitadoras da mobilização dos agentes e da sistematização de informação volumosa (inquéritos, plataforma de monitorização, espaço de partilha e divulgação, ...)
- **Abordagem holística e multidimensional.** Uma abordagem multidimensional do Sistema Educativo, que permite potenciar o papel da Educação nas políticas públicas e fomentar uma maior integração intersectorial, relevando dimensões como a eficiência energética, a inclusão social, a refuncionalização/complementaridade de espaços, as causas do insucesso e abandono escolar.
- **Alargamento do perímetro do objeto.** Ampliação da caracterização física e funcional dos equipamentos, bem como das propostas de intervenção na rede escolar, a todos os níveis de ensino. Procura de potenciar complementaridades e articulações com as restantes redes (privada, solidária, profissional) e estabelecer comparações que permitam enquadrar e suportar opções de melhoria das condições da rede pública num contexto de robustecer as relações inter-redes.
- **Utilização de modelação matemática para as estimativas de procura potencial.** Utilização do Modelo *Cohort-Survival* aberto, para a análise prospetiva da evolução da procura. Calibração do exercício de cenarização com as opções de política urbana prevista.
- **Recurso a informação de síntese.** Circunscrever o diagnóstico a informação que releve o contexto de partida (existente e emergente), focando o instrumento nas dimensões estratégicas, de intervenção e monitorização.

1.10. Metodologia de Trabalho

O processo de trabalho adotado, sustentado numa multiplicidade coerente, sequencial e integrada de abordagens e ferramentas metodológicas, assume um papel determinante para a prossecução dos objetivos e o sucesso dos resultados gerados.

Neste quadro, o Roteiro Metodológico desenhado estrutura-se em fases sequenciais, por sua vez subdivididas em etapas. Cada uma destas etapas visa responder a objetivos precisos e claramente identificados. Para os alcançar, foram realizadas diversas ações, através da aplicação de metodologias específicas. O progresso destas tarefas foi também temporalmente organizado, de forma a incrementar sinergias, elevar os níveis de eficácia e produzir ganhos de racionalidade.

Por outro lado, o exercício, temporalmente contemporâneo da Revisão do PDM, representou uma oportunidade para estimular um amplo debate sobre o papel central e estratégico do Sistema de Educação e de formação local no âmbito de um processo de desenvolvimento sustentado e multidimensional, fomentador da competitividade económica, da sustentabilidade ambiental e da coesão social e territorial no Município.

Concomitantemente, foi possível promover um instrumento gerador de compromissos para a ação que envolve um amplo conjunto de entidades com responsabilidades, diretas e indiretas, no domínio da Educação (Município, Ministério da Educação/DGEstE, Parque Escolar, ...), concorrendo para garantir a exequibilidade e enquadrar as elegibilidades/responsabilidades das intervenções preconizadas nos instrumentos financeiros de apoio disponíveis.

Neste quadro, foram adotadas e potenciadas as premissas que anteriormente, no âmbito da elaboração da Carta Educativa, tinham suportado o processo. O exercício de Revisão foi, assim, amplamente:

- Participado, estimulando e incentivando, por diversos meios, a participação dos agentes educativos (por exemplo, em sessões *focus group*) e das entidades com assento no Conselho Municipal de Educação (entrevistas semiestruturadas), mas também de outros atores estratégicos e da sociedade civil em geral (espaços de participação estruturada, disponíveis no website do Município);
- Co construído, vertendo o contributo ativo dos agentes educativos, dos diversos departamentos municipais com atribuições e competências em dimensões complementares e de apoio ao Sistema Educativo, da população em geral;
- Mobilizador, potenciando a participação de atores estratégicos e dos munícipes, através do desenvolvimento de diversas ferramentas e espaços de partilha de opiniões e reflexões, contribuindo para conhecer vontades e ambições e atrair recursos.

O Roteiro Metodológico contemplou duas fases: uma primeira fase de revisitação do diagnóstico (territorial e setorial) numa abordagem prospetiva, uma segunda de (re)definição da estratégia, do programa de intervenções e de garantir um processo de monitorização e avaliação regular da Carta Educativa.

FASE A – CONTEXTUALIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Numa etapa preliminar procedeu-se a uma avaliação global dos documentos (Carta Educativa e Exercícios de Monitorização), nomeadamente no que respeita à prossecução dos objetivos e do conseqüente grau de execução das propostas, bem como da pertinência e atualidade das propostas não executadas.

Estas considerações iniciais procuraram, assim, refletir sobre as grandes linhas orientadoras que presidiram à estruturação das propostas consignadas nos documentos, bem como a situação da rede escolar no concelho, nos anos letivos em causa (sobretudo em 2006-2007), que suportaram algumas das decisões/opções assumidas e, em função da evolução verificada na rede e na procura, da adequação e oportunidade de proceder a reajustamentos e reorganização da rede.

Esta primeira abordagem permitiu ainda detetar eventuais fragilidades ou constrangimentos, limitadores ou potenciadores da execução, que potencialmente se poderiam revestir de fulcral importância para a operacionalização do “novo” programa de intervenção.

Assim, para além da reavaliação/avaliação destes documentos, a primeira fase dos trabalhos, de contextualização e diagnóstico prospetivo, compreendeu quatro etapas principais. Uma primeira centrada no enquadramento geral do Município, em termos territoriais (inserção geográfica, sistema urbano municipal, demografia e base económica e social) e setoriais (diversas variáveis educativas). Uma segunda, focada na caracterização e diagnóstico da oferta (rede de equipamentos), uma terceira, direcionada para a caracterização da procura atual e potencial (incluindo cenários prospetivos de procura por nível de ensino) que procura relevar visões parcelares e as grandes conclusões e orientações para a abordagem estratégica.

Etapa	Metodologias específicas (principais)	Produto/Capítulo
Enquadramento geral do processo e do Município	<ul style="list-style-type: none"> Recolha e análise de informação de fontes documentais, estatísticas e cartográficas: Seleção e recolha informação documental, estatística e cartográfica considerada essencial para os objetivos da tarefa. Foram privilegiadas fontes de informação oficiais (INE, outros organismos estatais e da UE, Município do Porto); Recolha e análise documental: seleção, recolha e análise de documentos estratégicos e estudos produzidos recentemente e considerados relevantes para compreender as mudanças em curso no território e para identificar alterações ocorridas nas políticas públicas (sobretudo setorial), com impacto na definição estratégica e nas opções/propostas de intervenção; <i>Sound analysis</i>: reuniões de trabalho com os Departamentos Municipais, para auscultação de opiniões e experiências. 	“Contextualização Geral” e “Quadro de Referência Territorial”
Caraterização e diagnóstico da oferta (rede de equipamentos), por níveis de ensino	<ul style="list-style-type: none"> Recolha e análise de informação estatísticas: seleção e recolha informação estatística considerada essencial para os objetivos da tarefa, junto da DGEstE, Município do Porto, Agrupamentos de Escolas, Escolas Profissionais, Estabelecimentos da Rede Privada e Solidária. <i>Web Survey</i>: o diagnóstico da oferta foi suportado nos resultados de um inquérito <i>online</i> dirigido às escolas (rede pública, privada, solidária, profissional). Aplicação de inquéritos por questionário a todos os equipamentos que constituem a rede educativa do Porto (<i>online</i>). O inquérito, desenvolvido numa aplicação <i>web</i> e difundido através de <i>mailing lists</i> serviu para obter informação quantitativa e qualitativa relevante, nomeadamente no que respeita à cobertura da rede, concretamente a taxa de ocupação dos equipamentos, a distribuição geográfica dos mesmos por diversas tipologias, bem como outras dimensões complementares importantes (transportes, rede viária e de mobilidade suave, ...); Fichas Técnicas por equipamento: constam, por exemplo, a tipologia de edifício, dimensão, oferta de educação e ensino, nível/taxa de ocupação, ano de criação, recursos humanos existentes, tipologia de instalação, estado de conservação (edifício e infraestruturas), oferta de serviços, recursos/atividades e espaços complementares, condições de higiene, segurança e saúde/conforto, condições de acesso, consumo/eficiência energética. 	“Quadro de Referência Setorial: Oferta”
Caraterização da procura atual e potencial	<ul style="list-style-type: none"> Recolha e análise de informação estatísticas: seleção e recolha informação estatística considerada essencial para os objetivos da tarefa, junto da DGEstE, Município do Porto, Agrupamentos de Escolas, Escolas Profissionais, Estabelecimentos da Rede Privada e Solidária. <i>Web Survey</i>: o diagnóstico da oferta foi suportado nos resultados de um inquérito <i>online</i> dirigido às escolas (rede pública, privada, solidária, profissional). O inquérito, desenvolvido numa aplicação <i>web</i> e difundido através de <i>mailing lists</i> serviu para obter informação quantitativa relevante, nomeadamente no que respeita à procura existente e sua evolução recente (n.º de alunos inscritos por nível: pré-escolar, básico - 1.º, 2.º e 3.º ciclos e secundário; no ensino profissional; no ensino privado, solidário e cooperativo). 	“Quadro de Referência Setorial: Procura”

Etapa	Metodologias específicas (principais)	Produto/Capítulo
	<ul style="list-style-type: none"> Foi igualmente desenvolvido um inquérito aos alunos, de modo a relevar as principais características e causas justificativas do insucesso escolar no Município (este exercício de inquirição foi aplicado em 4 Escolas, com ensino secundário (Rodrigues de Freitas, Fontes Pereira de Melo, Cerco e António Nobre. O inquérito foi aplicado aos anos-chave em termos de insucesso escolar: início e término de ciclos (3º ciclo: 7º e 9º ano; secundário: 10º e 12º ano), num universo de 271 alunos inquiridos. Elaboração de Projeções Demográficas/ Estimativas da população escolar para os anos letivos de 2021-2022 e 2025-2026 - utilização do modelo de <i>cohort survival</i> aberto. As projeções demográficas, incluindo o crescimento natural e as taxas migratórias, foram desenvolvidas para as diversas freguesias do concelho, segundo um cenário tendencial. Nas freguesias em que as dinâmicas em curso assim o justificam, foram realizadas projeções para um outro cenário (expansionista/voluntarista). Com base nestes dados de projeção demográfica, foi construído um cenário prospetivo de procura educativa por idade e grau de ensino, num quadro de ensino de 12 anos de escolaridade, até aos 18 anos. 	
Sínteses de Diagnóstico	<ul style="list-style-type: none"> <i>Sound analysis</i>: entrevistas individuais semiestruturadas. Auscultação das opiniões e experiências dos Diretores dos Agrupamentos e algumas Escolas da Rede Privada, Solidária e Profissional; <i>Sound analysis</i>: sessões temáticas. Realização de três <i>Focus Group</i> Específicos (Rede Pública e Profissional; Rede Pública e Rede Privada e Solidária; Rede Pública), para auscultação das opiniões e experiências dos Diretores de Escolas; <i>Sound analysis</i>: fórum de participação <i>online</i>. Disponibilização no website do Município, de um espaço de partilha de documentação, receção de contributos/sugestões/reflexões, disponibilização/preenchimento de inquérito. 	“Diagnóstico Prospetivo Síntese”

Assim, nesta primeira fase, na medida em que já tinham decorrido cerca de 10 anos letivos sobre os dados de base utilizados na Carta Educativa (e 3 anos desde o último exercício de monitorização), associado ao facto de algumas das dinâmicas demográficas e urbanas observadas recentemente, apontarem para transformações territoriais não plenamente consagradas na Carta Educativa, estabeleceu-se uma nova situação de referência, de suporte a um programa de intervenção eficaz e adaptado à realidade presente.

Assim, procurou refletir, entre outros, sobre: i) as tendências recentes e dinâmicas demográficas e urbanas emergentes; ii) a oferta de equipamentos complementares potencialmente a associar à rede educativa; iii) a evolução recente da oferta e procura educativa global no concelho; iv) a oferta e procura existente ao nível da rede de equipamentos profissional.

FASE B – ESTRATÉGIA E INTERVENÇÃO

Posteriormente, executaram-se três etapas principais. Uma primeira sustentada nos desafios, princípios e critérios de programação que concorrem para a definição da matriz estratégica de intervenção. A segunda, que correspondeu à definição do plano de ação. A terceira, focada no modelo de monitorização.

Nestas etapas, foram expostos os desafios colocados à Revisão Carta Educativa, nomeadamente:

- Adoção de estratégias integradoras que maximizem sinergias e complementaridades;
- Vinculação a outros domínios fundamentais do desenvolvimento;
- Melhoria da qualidade da prestação de serviços;
- Equidade de acesso aos equipamentos;

- Incremento e qualificação da rede de equipamentos existentes;
- Atração de novos atores e reforço da integração e posicionamento do município à escala metropolitana.

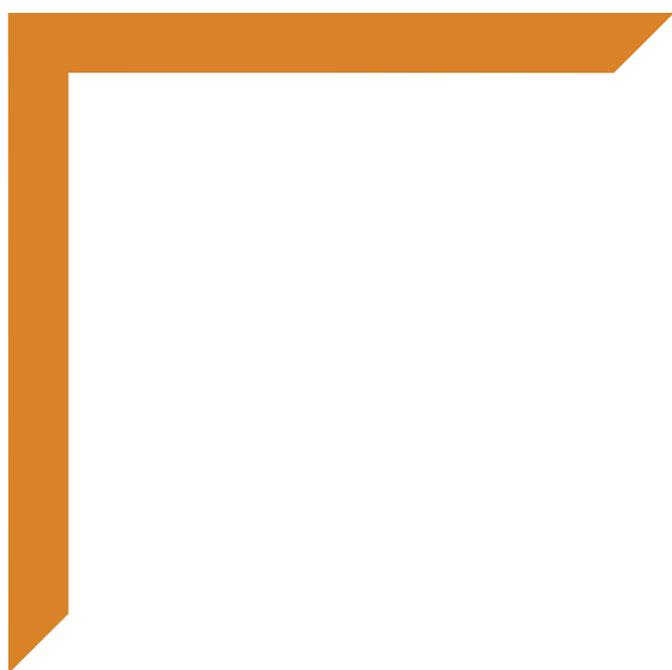
Foram, igualmente, definidos os princípios e critérios de planeamento da rede. Enquanto princípios orientadores do padrão territorial da rede, relevam por exemplo: organização, territorialização, proximidade, utilização mais eficiente dos recursos, centralidade/policentrismo, correção de desigualdades e assimetrias.

Nestas etapas, foi definida a estratégia educativa para o concelho, concretamente a Estratégia de Intervenção, as Linhas Estratégicas, o Plano de Ação da Rede de Equipamentos Educativos.

Sistematizadas as principais propostas apresentadas e ponderadas as opções alternativas e/ou complementares, foi criado um Programa de Intervenção, que contempla um conjunto de projetos estruturantes, de maior dimensão financeira e impacto, bem como uma série de projetos complementares resultantes de intervenções ao nível do parque escolar já instalado (climatização, apetrechamento com material didático, racionalização energética, etc.). Esta componente teve como principal objetivo o estabelecimento de prioridades de ação no horizonte da Carta Educativa, de acordo não apenas com os objetivos que a Carta pretende alcançar, mas também com a afetação de recursos materiais inerentes à implementação das propostas da mesma.

Finalmente, assumindo que a Revisão da Carta Educativa do Município é um documento de orientação estratégica com um horizonte temporal determinado, correspondente a cerca de 10 anos letivos (2026/2027), mas simultaneamente é um instrumento flexível (diversas variáveis que poderão levar à necessidade de reajustamentos: reorientações do sistema educativo, disponibilidade financeira, dinâmicas demográficas, económicas, sociais, entre outras), contemplou-se um processo de monitorização e avaliação que inclui uma bateria de indicadores que permite efetuar a validação das opções tomadas, bateria essa que inclui uma vertente macro (indicadores de contextualização) e uma vertente micro (indicadores de acompanhamento e de impacto, nomeadamente da relação entre a oferta e a procura).

2. QUADRO DE REFERÊNCIA TERRITORIAL



2.1. Introdução

Este capítulo tem como objetivo descrever e analisar a situação de referência territorial para a revisão da Carta Educativa do Porto, estando focado num conjunto seletivo de domínios cuja compreensão é considerada crítica para a organização do Sistema de Ensino Municipal, nomeadamente:

- Inserção territorial;
- Sistema urbano municipal (estrutura urbana, mobilidade e transportes);
- Demografia;
- Perfil socioeconómico da população;
- Educação.

Ao invés de um estudo de caracterização exaustiva do concelho do Porto, procurou-se sobretudo focar o trabalho de contextualização na identificação e síntese das principais características e tendências recentes de evolução do território, nas dimensões mais relevantes para os objetivos da Carta Educativa – tendo em consideração também que, noutros capítulos subsequentes, se procederá a um estudo mais aprofundado da oferta e da procura educativa.

Por outro lado, importa ter em consideração que, no âmbito dos Estudos de Base para a Revisão do Plano Diretor Municipal, os serviços da Câmara Municipal do Porto desenvolveram há menos de 2 anos um conjunto de estudos de caracterização aprofundados sobre todos estes domínios, baseados nos dados estatísticos mais recentes (Censos 2011) e que, dada a sua qualidade, pertinência e atualidade, serviram de base às análises apresentadas neste capítulo. Em particular, foram utilizados os seguintes estudos de base:

- “Censos 2011 - Mudanças Demográficas”;
- “Censos 2011 - Parque Habitacional”;
- “Censos 2011 - Mobilidade Casa/Trabalho e Casa/Local de Estudo”.

Para a análise da estrutura e das dinâmicas urbanas recentes foi também especialmente útil a análise do Relatório sobre o Estado de Ordenamento do Território, publicado em meados de 2015 e produzido pela Divisão Municipal de Planeamento e Ordenamento do Território, com base em dados dos serviços municipais e igualmente nos resultados dos Censos 2011, tendo as suas principais conclusões sido aqui adotadas.

Complementarmente, nos domínios e temas específicos para os quais existiam indicadores mais recentes disponíveis (sobretudo a partir dos Anuários Estatísticos da Região Norte, dos quais, o mais recente foi publicado em 2015), procurou-se atualizar as análises realizadas nos estudos supracitados, procurando sobretudo avaliar os efeitos socioeconómicos da crise que o País tem atravessado e que, em grande medida, teve impactes mais significativos após 2011.

No mesmo sentido, procurou-se também atualizar as análises anteriores com base na mais recente configuração da Carta Administrativa Oficial de Portugal, tendo como referência a NUTS III Área Metropolitana do Porto, assim como no novo mapa das freguesias do concelho do Porto resultante da reforma administrativa concretizada em 2013.

2.2. Inserção Territorial

A Área Metropolitana do Porto, com 1,76 milhões de habitantes em 2011, constitui o principal polo económico, social e cultural da região Norte.

Figura 4 – Concelhos da NUTS III Área Metropolitana do Porto

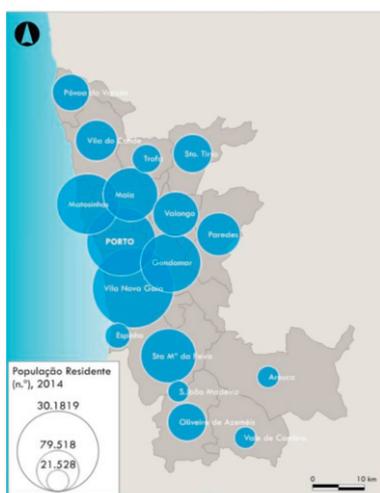


A cidade do Porto localiza-se no centro da região metropolitana do litoral Norte do país, onde residem 3,2 milhões de habitantes, com uma base económica empreendedora, uma estrutura densa de infraestruturas físicas e de serviços e uma forte densidade urbana.

A Área Metropolitana do Porto (AMP), com 1,76 milhões de habitantes em 2011, constitui o principal polo económico, social e cultural da região Norte, cujo potencial de desenvolvimento está ancorado numa densa rede de acessibilidades e infraestruturas de suporte ao desenvolvimento económico (aeroporto, porto, caminho-de-ferro, plataformas logísticas e áreas industriais), num complexo universitário com uma oferta formativa de grande capacidade de atração e áreas de investigação de grande prestígio, assim como numa rede de agentes e equipamentos culturais com grande diversidade e qualidade, que contribuem para o reforço da sua competitividade e integração às escalas ibérica, europeia e mundial.

Na última década o desenvolvimento turístico do vale do Douro vinhateiro contribuiu para renovar a relação da cidade-porto com o seu *hinterland* tradicional, estimulando múltiplas sinergias em proveito comum neste setor em particular.

Figura 5 – População residente nos concelhos da AMP, em 2014



Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2015

O “núcleo central” da AMP (Gondomar Maia, Matosinhos, Porto e Vila Nova de Gaia) é um território densamente urbanizado, de dominante terciária, percorrido por uma elevada densidade de itinerários rodoviários principais e complementares e pela presença das principais infraestruturas logísticas regionais.

Como evidenciado na proposta de PROT, este núcleo é marcado pelas dicotomias habituais entre o efeito “centro” (aglomeração na cidade do Porto das principais funções terciárias de carácter direcional e de maior dimensão e qualificação como o ensino superior, a saúde, os serviços às empresas, os equipamentos culturais, a fileira turística e hoteleira, etc.) e situações clássicas de periferização/ suburbanização residencial (Valongo, Gondomar).

Contudo, esta dicotomia não esgota a descrição da urbanização metropolitana, uma vez que também Maia, Matosinhos e parte de Vila Nova de Gaia fixam funções e emprego de elevado conteúdo polarizador, favorecendo um maior equilíbrio e policentrismo.

A construção ainda recente do sistema viário arterial e do metro ainda está longe de esgotar o processo de emergência e reforço de centralidades.

A reconfiguração das redes de acessibilidade e mobilidade regional e metropolitana impulsionou mudanças substanciais nas relações intraterritoriais na Área Metropolitana do Porto.

Figura 6 – Principais acessibilidades regionais

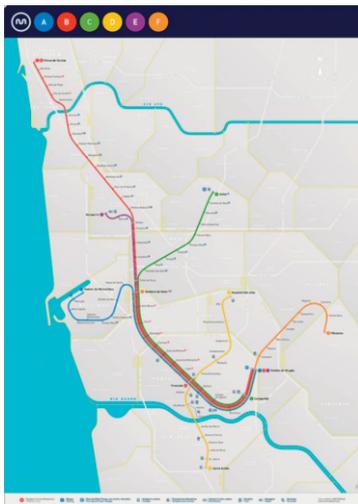


A Área Metropolitana do Porto destaca-se como o ponto central das infraestruturas de transportes e logística do Noroeste Peninsular, onde convergem importantes vias rodoviárias e ferroviárias, instalações portuárias e aeroportuárias de nível internacional, plataformas e centros logísticos, possuindo também massa crítica nos domínios económico, científico e cultural que lhe permite constituir uma porta para a internacionalização da Região Norte.

A transformação da rede rodoviária regional e nacional nas últimas duas décadas, em particular da rede de alta velocidade rodoviária, contribuiu para o estabelecimento de novas relações territoriais, encurtando as distâncias-tempo e diminuindo o atrito, reduzindo a dependência da proximidade física e reforçando a importância da acessibilidade, medida em velocidade e facilidade de deslocação.

Neste contexto, as lógicas tradicionais (da rede de estradas nacionais e caminho-de-ferro) combinam-se com outras mais recentes, de trajetos transversais este/oeste (IC5/A7) cruzados com corredores norte/sul regionais e com ligações internacionais (IP3/A4).

Figura 7 – Rede do Metro do Porto



Segundo a proposta do PROT Norte, “esta nova malha de relações toca todas as nucleações urbanas tradicionais e “irriga” a urbanização difusa. A rede de autoestradas aumenta, quer os processos de polarização nas aglomerações urbanas tradicionais, quer o efeito de “percolação” da malha capilar viária (o suporte por excelência da urbanização e da industrialização difusas) cuja porosidade fica maximizada pelos “escapes” para os nós de acesso à rede arterial, diminuindo a congestão crítica a que tinham chegado as estradas nacionais. Por outro lado, os nós constituem outros pontos de potencial polaridade e de centralidade “emergente” (aglomeração de atividades, funções e emprego)”.

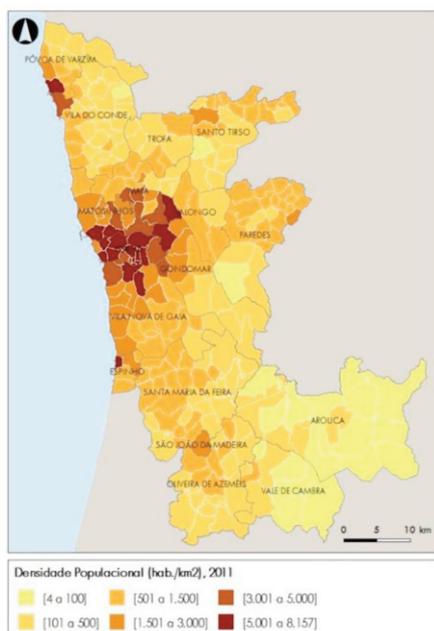
A expansão da rede do Metro do Porto tem promovido também a afirmação destas polaridades potenciais/centralidades emergentes, sobretudo nos concelhos da zona norte da AMP (Gondomar, Maia, Matosinhos, Póvoa de Varzim, Valongo, Vila do Conde), acentuando a descentralização da função residencial da cidade do Porto para a sua área metropolitana. Não obstante, nos últimos anos, observa-se uma tendência para a regeneração no Porto, nomeadamente no Centro Histórico (2.300 processos de reabilitação registados entre 2012 e 2016).

2.3. Sistema Urbano Municipal

2.3.1. Estrutura Urbana

O Porto continua a afirmar-se enquanto o principal polo de emprego regional, possuindo uma forte capacidade de atração e fixação de empresas e investimento estrangeiro (turismo e empresas tecnológicas)

Figura 8 – Densidade populacional nas freguesias da Área Metropolitana do Porto, em 2011



Fonte: INE, Censos 2011 (base CAOP 2010)

A NUTS III Área Metropolitana do Porto compreende um sistema urbano com características distintivas no contexto da Região Norte, mas que encerra também realidades urbanas bastante diferenciadas e heterogêneas, particularmente evidentes entre, por um lado, a cidade do Porto e a sua coroa adjacente e, por outro lado, os concelhos com localizações mais periféricas no contexto metropolitano (como Arouca, Vale de Cambra, Oliveira de Azeméis ou Santo Tirso).

Como foi caracterizado na proposta do PROT Norte, pode-se identificar um “núcleo duro” da Área Metropolitana do Porto correspondente aos concelhos de Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto e Vila Nova de Gaia, que constitui essencialmente uma conurbação marcada por:

- níveis elevados de densidade populacional;
- contiguidade urbanística;
- grau mais elevado de consolidação urbana.

Mais concretamente, este núcleo da área metropolitana, onde confluem e se fecham os sistemas viários arteriais (rodoviários e ferroviários, designadamente o Metro) e se localizam as grandes infraestruturas portuárias e aeroportuárias, distingue-se também pelas características das atividades que aí se desenvolvem e da sua oferta em termos de equipamentos e serviços públicos e de apoio às atividades económicas.

Efetivamente, este território distingue-se em grande medida pela maior aglomeração/concentração de oferta de emprego qualificado, pela especialização nos serviços e comércio e, em suma, pelo nível mais elevado de terciarização atingido pela sua base económica.

Neste plano, encontram-se aqui as principais atividades económicas da fileira logística dos transportes nacionais e internacionais de mercadorias, mas também a aglomeração das atividades de referência nos serviços avançados (ensino superior e investigação, fileira da saúde, setor financeiro, serviços às empresas, produção cultural e artística, turismo de negócios, serviços pessoais especializados, etc.).

No mesmo sentido, localizam-se aqui também as principais infraestruturas e serviços relacionados com a internacionalização da economia, o que contribui ainda mais para o reforço da sua competitividade às diferentes escalas regional, nacional, ibérica e europeia.

Por outro lado, importa sublinhar que é também neste núcleo central que se localizam os principais ícones e referências patrimoniais e urbanísticos (edifícios e conjuntos edificados) que fazem parte do imaginário e do mapa mental do Porto-metrópole, sendo um espaço essencial e referencial, por um lado, para a consolidação e qualificação da área metropolitana e, por outro lado, para a atratividade turística regional, muito potenciada nos últimos anos pela diminuição do custo dos transportes aéreos de passageiros e, também, pela consolidação do desenvolvimento turístico do seu *hinterland* natural, o vale do Douro vinhateiro.

Embora o investimento privado em novas construções registre uma quebra significativa, a reabilitação urbana e a construção de equipamentos públicos tem demonstrado um incremento assinalável, desde 2012.

O número de construções novas na cidade diminuiu drasticamente desde 2007 como consequência direta da crise económica, tendo as obras de reabilitação adquirido, entretanto, um peso relativo primordial – ao qual, contudo, não correspondeu um aumento em termos absolutos, tendo mesmo sido registada uma diminuição do número de ampliações e reconstruções, segundo o Relatório do Estado de Ordenamento do Território.

No mesmo sentido, desde 2007 registou-se também uma diminuição contínua do número de operações de loteamento, acompanhada da diminuição da área de construção média dos loteamentos, sendo oito vezes inferior em 2010 ao valor registado em 2008, refletindo a retração dos investidores que se acentuou em 2011 e 2012, anos em que não foi emitido qualquer alvará de loteamento.

A presença de loteamentos é naturalmente maior nas áreas de expansão urbana exteriores à Via de Cintura Interna, sobretudo nas zonas norte e ocidental, sendo em muito menor número no centro e na zona oriental, refletindo no primeiro caso o maior grau de consolidação da malha urbana e, no segundo, a menor vitalidade das dinâmicas urbanas.

As dinâmicas de crescimento urbano entre 2007 e 2012 caracterizam-se fundamentalmente, por um lado, pela dispersão espacial das licenças de loteamento emitidas e das edificações concluídas, inseridas maioritariamente em áreas que a carta de qualificação do solo do PDM classifica como de “frente urbana contínua em consolidação” ou de “edificação isolada com prevalência de habitação coletiva”. A única exceção relevante é a do polo universitário da Asprela, onde foram construídos vários edifícios ligados ao ensino superior e à investigação. Concomitantemente, importa assinalar também que, neste período de forte quebra do investimento privado no setor imobiliário, se destacaram as construções em zonas afetadas no PDM a equipamentos. Com efeito, segundo os dados analisados no REOT, mais de um quinto dos novos edifícios correspondem a equipamentos públicos ou de utilização pública – maioritariamente estabelecimentos de ensino não-superior (sobretudo pavilhões escolares) e superior, mas também novos hospitais e equipamentos desportivos.

Contudo, desde 2013, emerge uma nova dinâmica, centrada na regeneração da Cidade (sobretudo no Centro Histórico), maioritariamente de responsabilidade privada. No período 2012-2016 foram registados 2.299 processos de reabilitação (em que a habitação é o uso pretendido em mais de metade dos casos), com destaque para Paranhos e para a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória e Santo Ildefonso (CM Porto, Relatório da Dinâmica Urbanística, 2016).

Figura 9 – Localização dos alvarás de loteamento emitidos entre 2007 e 2012



Legenda ■ Alvarás de loteamento emitidos de 2007 a 2012

Fonte: CMP, “REOT - Relatório do Estado do Ordenamento do Território” (2015)

O investimento público tem dado um importante contributo para a regeneração urbana do centro da cidade, em grande medida como resultado das intervenções implementadas pelo Metro do Porto e pela Porto Vivo - Sociedade de Reabilitação Urbana. Observa-se uma forte aposta no repovoamento do centro histórico do Porto.

As dinâmicas construtivas do Centro Histórico e da área central da cidade (freguesias do Bonfim e U.F. Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória) evidenciaram um padrão semelhante ao verificado no conjunto da cidade.

As novas construções registaram anualmente quebras drásticas desde 2007 e, a partir de 2011, foram licenciados em toda a área apenas cinco projetos/ano.

A reabilitação urbana (obras de alteração, ampliação e reconstrução) ganhou expressão relativa desde o início da crise (de 23% dos licenciamentos em 2007 para 36% em 2012) mas, em termos absolutos, o número de fogos licenciados e a área de construção mantiveram-se em níveis semelhantes aos de anos anteriores.

O investimento público deu um importante contributo para a regeneração destas áreas, em grande medida como resultado das intervenções implementadas pelo Metro do Porto e pela Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana - SRU (intervenção Mouzinho/Flores).

Entre 2012 e 2015, a SRU emitiu 268 títulos (112.528 m² de área de construção), a maioria para habitação.

Por outro lado, a Câmara do Porto está, desde 2016, a exercer o direito de preferência sobre edifícios no centro histórico, a reabilitá-los e a entregar a famílias que, há anos, foram realojadas na periferia em habitação social. Neste contexto, atualmente, a autarquia tem 17 prédios em reabilitação, estando criada uma lista de famílias que já moraram no Centro Histórico e que residiam em bairros sociais da periferia (convidados a regressar). A autarquia espera instalar 130 famílias, em 57 habitações (17 edifícios municipais), ao longo dos próximos dois anos (forte aposta no repovoamento do Centro Histórico do Porto).

Segundo o REOT, entre 2006 e 2012, foram ainda repavimentados 11,6 km de arruamentos e requalificados 13,3 km, incluindo a Avenida dos Aliados e a Rua Mouzinho da Silveira, enquanto mais de metade das áreas verdes de utilização pública foram reabilitadas, incluindo os jardins da Cordoaria e do Carregal e o Horto das Virtudes.

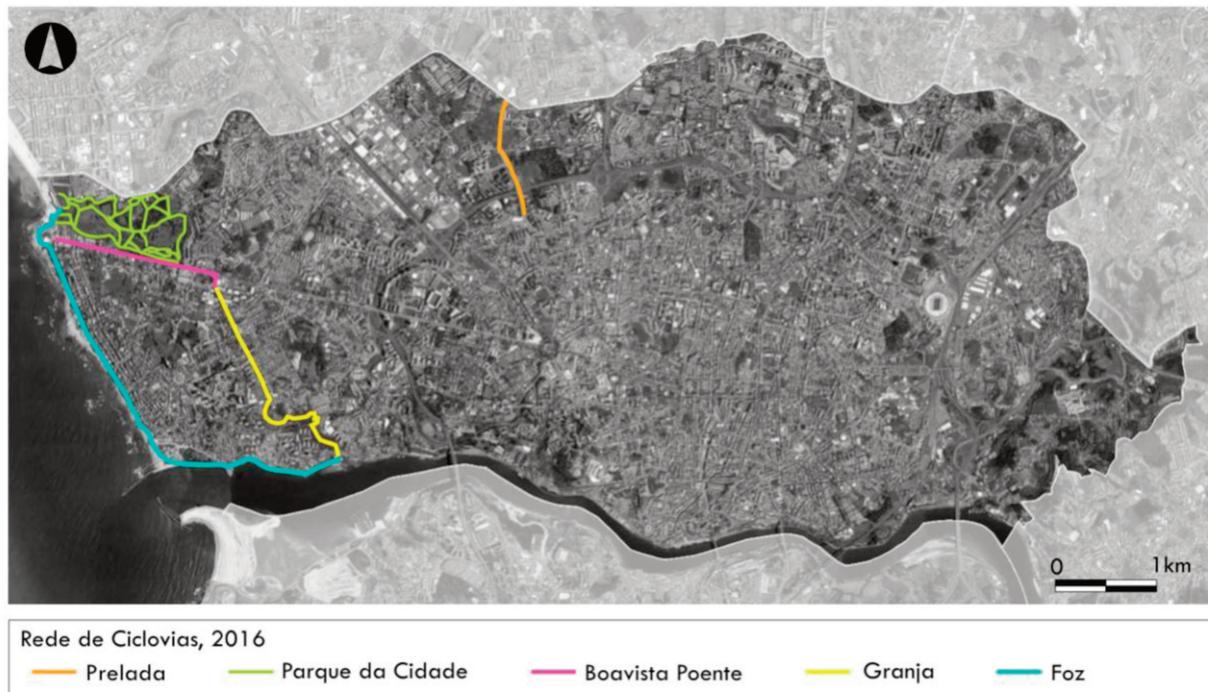
Figura 10 – Carta de consolidação urbana 2007 e 2012



Fonte: CMP, "REOT - Relatório do Estado do Ordenamento do Território" (2015)

A estratégia seguida para a racionalização do sistema de mobilidade urbana compreende medidas destinadas a imprimir uma maior eficiência na rede viária e outras que visam promover a diversificação dos meios de transporte utilizados e a articulação modal.

Figura 11 – Rede de ciclovias da cidade do Porto



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da CMP e www.ciclovias.pt

Segundo o REOT, desde a aprovação do PDM foram construídos 35,1km de arruamentos na cidade, de um total de 90km propostos na Carta da Hierarquia Rodoviária do PDM, sendo que as principais intervenções se localizam na zona oriental da cidade, onde as carências infraestruturais são mais profundas (Avenidas de Contumil e Francisco Xavier Esteves), mas também na zona norte (Prelada e Asprela). As intervenções efetuadas relacionam-se igualmente com a melhoria dos acessos à rede nacional (Nó do Regado e ligação ao IC 29) e das condições de circulação no centro da cidade (túnel da Rua de Ceuta), a par das acessibilidades a bairros sociais.

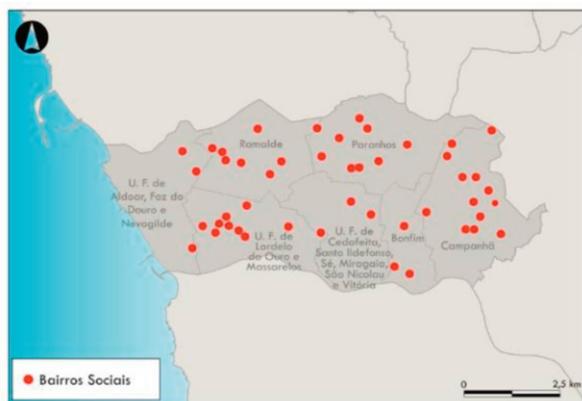
Os dados disponíveis mais recentes indicam que a oferta de lugares de estacionamento em parques aumentou ligeiramente de 15.187 para 15.468 entre 2007 e 2009, estimando-se que o número de lugares à superfície permaneça em valores semelhantes ao registado num levantamento realizado em 2005 pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (cerca de 65.000).

A estratégia do PDM para a diversificação dos meios de transporte recai sobretudo na expansão da oferta de transporte público, na melhoria das condições de circulação para peões e nas redes de ciclovias, juntamente com a criação de interfaces multimodais. Neste sentido, nos últimos anos entraram em funcionamento duas novas linhas de metro, mas o reforço do número de utilizadores deste meio (de 48,2 milhões em 2007 para 55,7 milhões em 2011) não foi, todavia, acompanhado pelo principal operador de autocarros (STCP) que, no mesmo período, assistiu a um recuo de 109,1 para 108,4 milhões de passageiros. O envolvimento de um crescente número de operadores no sistema “Andante”, a criação de um novo interface multimodal na Casa da Música e de um terminal rodoviário da Asprela indicam melhorias no plano da intermodalidade.

O incremento da oferta de ciclovias tem sido rápido nos últimos anos, tendo passado de 8,8 km, em 2009, para 24,5 km, em 2011, ano em que existiam no Porto seis ciclovias (Parque da Cidade – Fluvial, Avenida da Boavista, Foz (Marginal), Ribeira da Granja / Jardim do Viso, Parque da Cidade e Viaduto da Prelada). Todavia, tendo em consideração os seus percursos, a maioria das ciclovias existentes têm essencialmente uma função de infraestruturas de lazer em zonas muito específicas da cidade (Foz, Parque da Cidade) e não de infraestruturas de acessibilidade interligando zonas residenciais e zonas de maior concentração de atividades económicas ou equipamentos escolares e sociais.

A principal alteração nos últimos anos na rede de equipamentos sociais da cidade (educativos, desportivos, de saúde e apoio social) foi a gradual desconcentração dos equipamentos escolares e creches e uma forte e consistente aposta na requalificação do parque escolar de responsabilidade municipal (pré-escolar e 1º ciclo) e da Parque Escolar (secundário).

Figura 12 – Conjuntos de habitação social no concelho do Porto, em 2016



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da Domus Social, EM

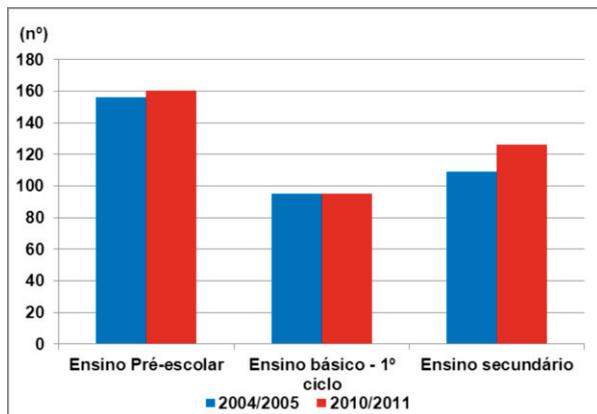
Os 48 conjuntos de habitação social da cidade compreendem 12.617 fogos em 2016, nos quais residem 29.353 habitantes. A maior parte dos fogos (87%) encontra-se nas freguesias de Campanhã, Paranhos, U.F. Lordelo do Ouro e Massarelos e Ramalde.

A gestão, manutenção e conservação do parque público municipal de arrendamento é responsabilidade da Domus Social, EM, que gere um património constituído, essencialmente, por cerca de 600 edifícios de habitação social e 150 habitações de arrendamento disperso pela cidade.

Segundo o REOT, entre 2006 e 2012 foram intervencionados 132.000 m² de espaço público envolvente aos bairros sociais Plo XII, Contumil e Lagarteiro.

Realizaram-se também intervenções exteriores em 15 conjuntos habitacionais, num total de 205 blocos, com obras realizadas nas coberturas, empenas, vãos envidraçados, áreas comuns e redes de infraestruturas prediais.

Figura 13 – Evolução do número de equipamentos escolares com valências no ensino pré-escolar, no ensino básico (1º ciclo) e no ensino secundário



Fonte: CMP, “REOT - Relatório do Estado do Ordenamento do Território” (2015), a partir de dados do Ministério da Educação e Ciência/DSEE-DEEBS

As creches e equipamentos educativos tendem a localizar-se no centro da cidade, convergindo com a localização do emprego, enquanto os equipamentos desportivos apresentam capitações mais elevadas em freguesias predominantemente residenciais.

Os equipamentos e serviços destinados aos idosos registam, geralmente, uma maior oferta nas freguesias mais centrais e envelhecidas.

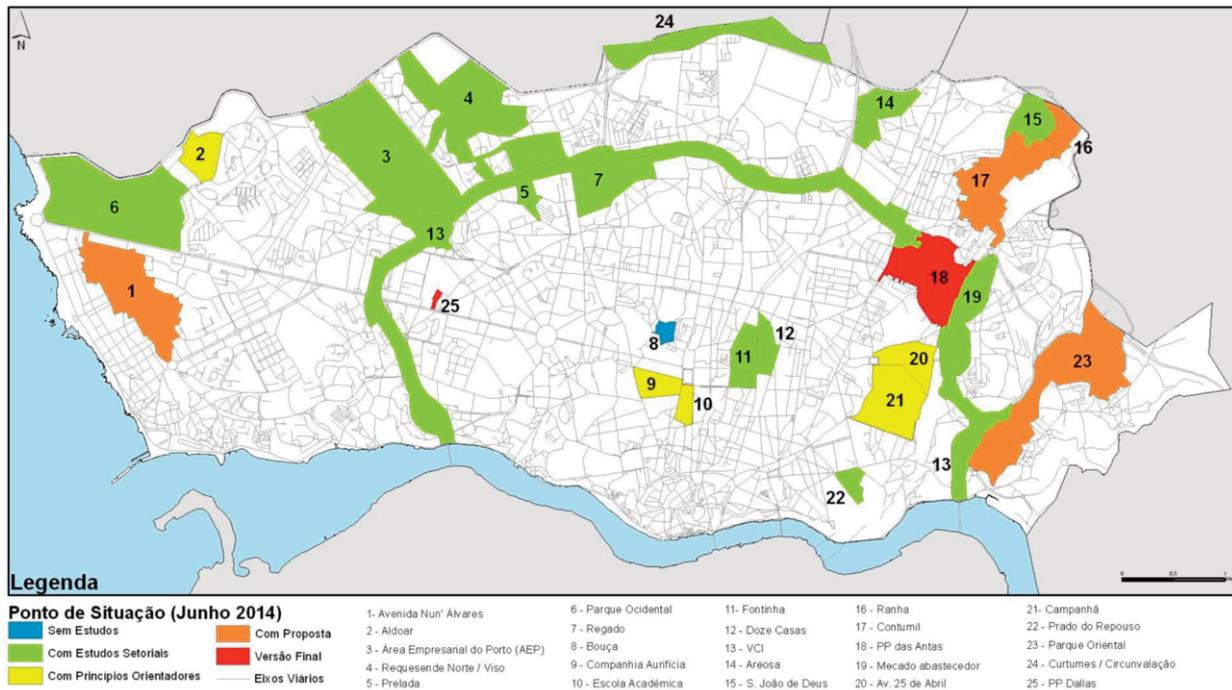
Ainda segundo o REOT, nos últimos anos verificou-se uma gradual desconcentração dos equipamentos escolares e creches, enquanto no caso do apoio aos idosos, mais do que a distribuição espacial, os dados realçam um incremento do apoio domiciliário, a modalidade menos onerosa para as famílias que terá sido privilegiada durante a crise.

A reestruturação ocorrida no setor da saúde durante o período em análise não produziu alterações sensíveis quanto à distribuição espacial das unidades de prestação de serviços primários, sendo que os centros de saúde apresentam um grau de dispersão elevado.

Nos últimos anos, observa-se uma forte e consistente aposta na ampliação e requalificação do parque escolar de responsabilidade municipal.

A maioria das Unidades Operativas de Planeamento e Gestão - UOPG tem execução em curso e bastante avançada em alguns casos. Todavia, nenhuma se encontra atualmente concluída e o grau de execução médio ronda os 35%. A execução da Operação de Reabilitação Urbana – ORU de Campanhã e, posteriormente, da Corujeira, criarão novas centralidade polarizadoras de emprego e de novas dinâmicas urbanas

Figura 14 – Estado de desenvolvimento das UOPG e Instrumentos de Gestão Territorial definidas no PDM do Porto, em junho de 2014



Fonte: CMP, "REOT - Relatório do Estado do Ordenamento do Território" (2015)

O Plano Diretor Municipal do Porto definiu 24 Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG), que abrangem aproximadamente um quarto do território concelhio, sendo através das UOPG que deverá ser efetuada a estruturação das áreas de urbanização especial previstas na respetiva Carta de Utilização do Solo, operacionalizadas através de Planos de Pormenor, Planos de Urbanização ou Unidades de Execução.

Segundo o REOT (2015), a delimitação das UOPG teve por base objetivos diferenciados, podendo ser distinguidas as que se inserem em lógicas de expansão urbana (localizadas geralmente em zonas periféricas da Cidade), de reconversão urbana (para as quais estão previstas alterações morfológicas ou de usos dominantes) e de reabilitação urbana (correspondentes a quarteirões localizados na Baixa). As delimitações de algumas UOPG foram alteradas na sequência da alteração ao PDM ocorrida em 2012, fundamentadas pela necessidade de: i) um melhor ajustamento face à rede viária existente; ii) unir territórios separados por "espaços-canal" como vias férreas; iii) facilitar a conexão com as redes de infraestruturas envolventes.

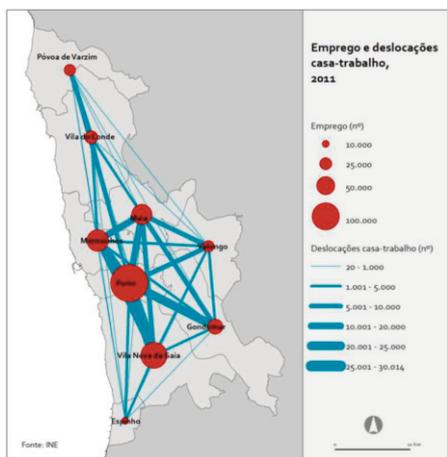
Apesar de o PDM atribuir prioridade máxima à conclusão das UOPG e de quase todas terem execução em curso (em fase avançada em alguns casos), nenhuma se encontra atualmente concluída e o grau de execução médio ronda os 35%. As dinâmicas urbanísticas são, contudo, bastante diferenciadas entre as UOPG, tendo em consideração o interesse manifestado pelos investidores privados (expresso nos pedidos de informação recebidos na CMP) e os loteamentos aprovados. De acordo com os dados do REOT, 13 dos 17 loteamentos aprovados entre 2007 e 2012 localizam-se em apenas quatro UOPG (envolvente à VCI, Área Empresarial de Ramalde, Requesende Norte/Viso e Curtumes/Circunvalação), correspondendo a mais de 85 % da área deste tipo de operações localizados em UOPG. No mesmo sentido, o número de atendimentos com pedidos de informação sobre as UOPG da Área Empresarial do Porto, a envolvente à VCI e a zona de Requesende Norte/Viso foi também elevado, o mesmo não se verificando relativamente a outras UOPG, nomeadamente das situadas na zona oriental da cidade. No mesmo período, foram construídos 16,7 km de arruamentos previstos no PDM (43 % do total) e mais 4,4 km de arruamentos não previstos. Na sua maioria, as novas vias localizam-se nas UOPG da envolvente à VCI, do Parque Oriental, de Contumil e do Regado.

Com a definição e execução da ORU da Campanhã e, posteriormente, da Corujeira, espera-se que estes territórios venham a afirmar-se como novas centralidade polarizadoras de emprego, criando importantes dinâmicas urbanísticas e de vivência urbana.

2.3.2. Mobilidade e Transportes

O Porto permanece um importante polo de emprego no contexto metropolitano e regional, origem e destino de um grande número de deslocações.

Figura 15 – Emprego e deslocações casa trabalho no Grande Porto, em 2011



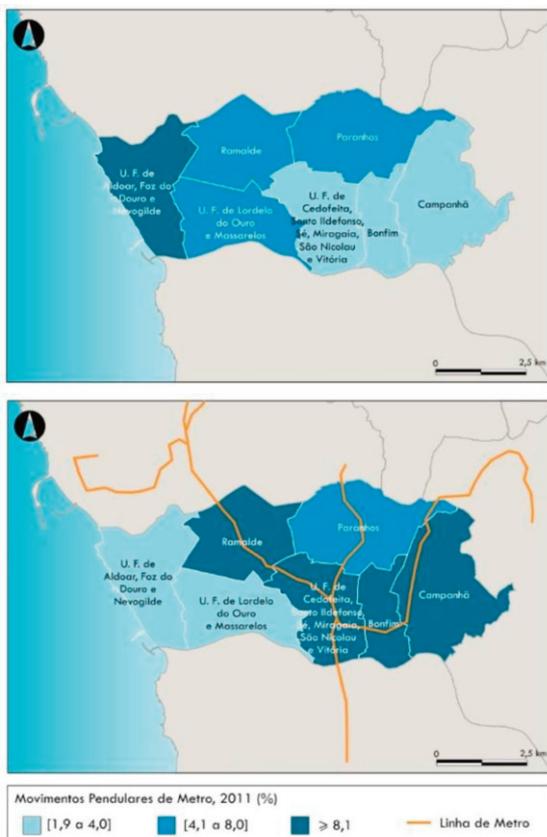
Fonte: CM Porto, “Censos 2011 – Mobilidade casa/trabalho e casa/local de estudo” (2014) a partir de dados do INE, Censos 2011

Apesar da cidade do Porto continuar a concentrar um elevado volume de emprego e um grande número de instituições de ensino, no último período intercensitário as bacias de emprego tornaram-se simultaneamente mais vastas e mais complexas no contexto metropolitano, registando-se um aumento das deslocações entre concelhos vizinhos do Porto ou entre estes e os municípios não-metropolitanos e, por outro lado, uma diminuição acentuada dos fluxos de saída da cidade e das deslocações internas.

Apesar da melhoria da qualidade dos transportes públicos impulsionada sobretudo pela introdução do Metro, estes serviços têm tido dificuldade em responder a uma procura com padrões mais complexos, tendo como consequência um aumento do peso relativo das deslocações em transporte individual (de 47% do total em 2001 para 55% em 2011).

Não obstante, nos últimos anos, com uma maior integração intermodal e um maior reconhecimento do metro como meio facilitador das deslocações intra-cidade, regista-se um incremento assinalável do peso deste modo de transporte nos movimentos pendulares.

Figura 16 – Movimentos pendulares de automóvel e metro, em 2011



A quebra da população residente no Porto refletiu-se na diminuição do número de movimentos com origem na cidade, embora de forma diferenciada segundo os modos de transporte, registando-se perdas menos significativas nas deslocações em transporte individual, aumentando o seu peso relativo. A utilização do transporte individual é mais intensa na U.F. de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, onde os níveis de rendimento médio da população residente são superiores e não há cobertura da rede do Metro.

Pelo contrário, o Metro é o modo de transporte mais utilizado nas freguesias do centro da cidade, onde confluem todas as linhas, sendo também aí que as deslocações a pé são mais frequentes, dada a maior concentração de emprego e estabelecimentos de ensino.

Os utilizadores de comboio concentram-se na proximidade das estações (Campanhã, Centro Histórico, Bonfim), enquanto o autocarro é preferido nas restantes zonas da cidade que não são servidas pelo Metro, ou onde os residentes têm um nível médio de rendimentos menor. Os restantes meios de transporte (motociclo, bicicleta, transporte escolar e de empresa) são pouco utilizados e não evidenciam padrões territoriais de utilização específicos.

A complexidade dos movimentos pendulares casa-trabalho na AMP tende a aumentar num contexto de reforço do policentrismo.

Figura 17 – Movimentos casa-trabalho intra-concelhios na AMP, em 2001 e 2011



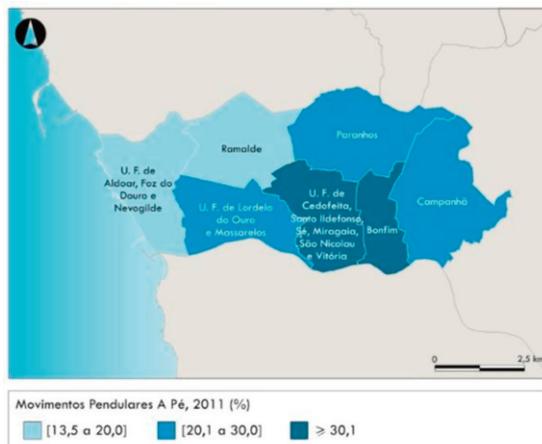
Fonte: INE, Censos 2011

A diversidade de polos de emprego e a dispersão de áreas residenciais na Área Metropolitana do Porto geram padrões complexos de movimentos pendulares casa-trabalho, que se acentuaram no último período intercensitário. Os concelhos fortemente especializados na função residencial (Gondomar, Valongo, Vila Nova de Gaia) ou de emprego (Porto, Maia, Matosinhos) reforçaram o respetivo perfil, tendo os restantes preservado a posição de relativo equilíbrio que tinham anteriormente.

A proporção de movimentos intra-concelhios diminuiu ao longo da década em todos os concelhos. Todavia, com a redução do volume de emprego e da população residente no Porto, observou-se uma diminuição dos movimentos radiais (de e para o Porto) e um aumento dos movimentos transversais (entre os outros concelhos).

Contudo, a cidade do Porto continua a destacar-se neste contexto como o polo de emprego mais especializado da AMP, que atrai o maior número de deslocações inter e intra-concelhias, relacionadas em grande parte com o emprego nos setores financeiro, da consultoria, dos serviços de informação e comunicação, da investigação e desenvolvimento, da saúde e ação social e, recentemente, do turismo e atividades complementares.

Figura 18 – Movimentos pendulares a pé, em 2011



Fonte: INE, Censos 2011

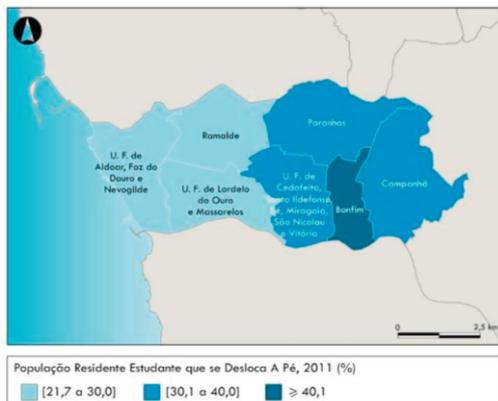
Os residentes do concelho que trabalham nestes setores mais especializados e têm em média maiores rendimentos tendem a residir na U.F. de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, deslocando-se em automóvel particular, mas também nas zonas de Massarelos, Cedofeita e Paranhos, onde há uma grande concentração de emprego, deslocando-se estes de metro, de autocarro ou a pé.

Pelo contrário, os trabalhadores menos qualificados tendem a trabalhar no centro da cidade em setores pouco especializados, (alojamento, restauração) residindo na sua proximidade e originando deslocações curtas, mais frequentemente a pé ou em transporte coletivo. As deslocações associadas aos setores da indústria, construção, transportes e armazenagem geram elevados movimentos de saída da cidade, grande parte dos quais do tipo “periferia-periferia”, com origem nas freguesias mais ocidental e oriental, onde residem respetivamente os trabalhadores mais e menos qualificados.

O emprego nas restantes atividades (comércio, educação, atividades culturais, recreativas e desportivas) está bastante disseminado pela cidade, sendo que os trabalhadores destes setores residem maioritariamente nas freguesias do centro, mas também em Paranhos e Ramalde.

O Porto permanece o principal polo de ensino na Área Metropolitana, principal destino de deslocações radiais casa-local de estudo, num contexto em que predominam as deslocações intra-concelhias.

Figura 19 – Movimentos pendulares casa-local de estudo a pé, em 2011



Fonte: INE, Censos 2011

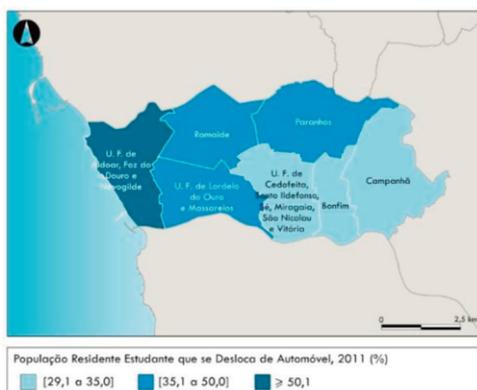
O número de movimentos casa-local de estudo na Área Metropolitana do Porto registou um incremento na década passada, predominando os movimentos intra-concelhios.

Todavia, em alguns concelhos a presença de estudantes provenientes de outros municípios é considerável, sobretudo nas escolas do Porto, onde mais de metade dos estudantes são provenientes de concelhos vizinhos: no último período intercensitário, apesar da diminuição de 4.000 alunos residentes na cidade, registou-se uma variação positiva superior a 5.000 alunos, prevalecendo a componente radial dos movimentos intermunicipais.

Não obstante, registou-se igualmente um aumento do número de movimentos entre outros concelhos vizinhos da área metropolitana e da oferta nesses concelhos, em alguns casos superior a 10%.

A AMP e o concelho do Porto em particular mantêm uma elevada atratividade para os alunos do ensino superior da região Norte e do País.

Figura 20 – Movimentos pendulares casa-local de estudo em automóvel, em 2011



Fonte: INE, Censos 2011

A utilização dos transportes coletivos nas deslocações casa-local de estudo representava cerca de 32% destas deslocações em 2011, tendo crescido nos concelhos de Valongo, Póvoa de Varzim e Vila do Conde com a introdução do metro.

À escala intra-urbana, a utilização do Metro é maior nas deslocações dos estudantes que residem nas freguesias mais centrais da cidade e que estão melhor servidas por esta rede, nomeadamente U.F. de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, Bonfim e Ramalde. Atendendo à concentração de muitos estabelecimentos de ensino nesta área, são também estes estudantes que se deslocam mais a pé.

A utilização do transporte individual é mais intensa entre os estudantes residentes na U.F. de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, onde não há cobertura da rede de Metro, existem menos estabelecimentos de ensino e o nível médio de rendimentos é maior.

No resto da cidade, o modo de transporte mais utilizado nas deslocações casa-local de estudo é o autocarro.

2.4. Demografia

A tendência de redução da população residente na cidade mantém-se, embora a um ritmo inferior ao registado na década de 1990.

Figura 21 – Variação da população residente na Área Metropolitana do Porto, por concelhos, entre 2011 e 2014



Fonte: INE, Censos 2011 e Anuário Estatístico da Região Norte (2015)

Figura 22 – Densidade populacional na Área Metropolitana do Porto, por concelho, em 2014



Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte, 2015

Figura 23 – Variação da população residente, entre 1991 e 2014



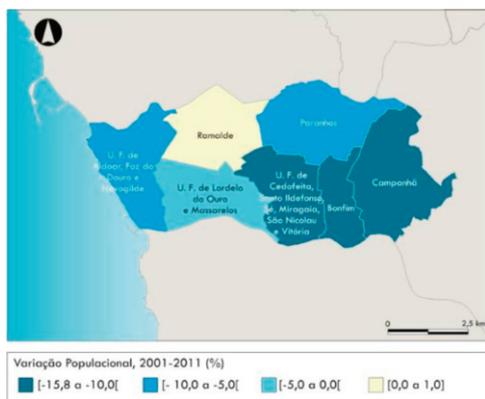
Fonte: INE, Censos 2011 e Anuário Estatístico da Região Norte (2015)

Nas últimas décadas o concelho do Porto tem perdido continuamente população residente, influenciado pelo saldo migratório negativo, associado à descentralização da função residencial para outros concelhos da AMP. Esta tendência tem-se atenuado e alinhado com a que se verifica no País e na AMP, mas o Porto continua a perder população a um ritmo mais elevado, com menos 19,353 residentes em 2014 relativamente a 2011 (218.231).

Contudo, à escala metropolitana é evidente que os concelhos do “núcleo duro” têm uma variação positiva (Maia, Valongo, Santa Maria da Feira) ou menos negativa (Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Gondomar) do que a observada no Porto ou nos concelhos mais periféricos da AMP, o que estará associado a um movimento de centrifugação de residentes a partir do centro, a par da afirmação de polaridades económicas suburbanas.

A diminuição da população residente e o seu envelhecimento afetam mais o centro histórico da cidade e menos as freguesias ocidentais, onde se mantém ainda alguma vitalidade demográfica. Contudo, o Porto preserva uma relevância primordial à escala metropolitana e regional, considerando a população residente fora do concelho que aqui trabalha, estuda e utiliza os serviços públicos e privados oferecidos pela cidade.

Figura 24 – Variação da população residente no concelho do Porto, por freguesias, entre 2001 e 2011



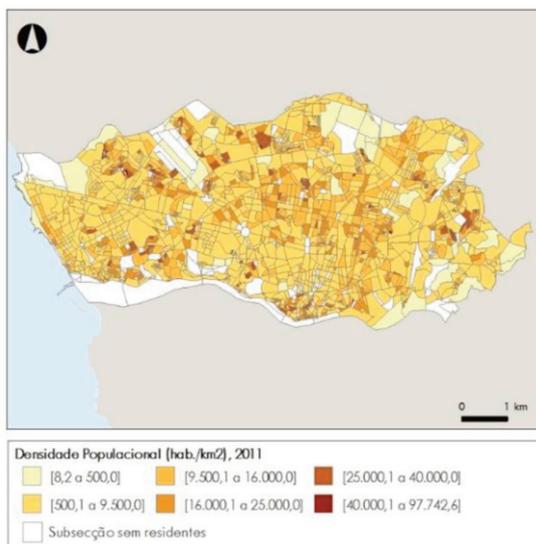
Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

De um modo geral, é nas freguesias do Centro Histórico e tradicional que se verificam os índices de regressão populacional mais elevados e de maior envelhecimento, enquanto as freguesias da zona ocidental apresentam uma posição mais favorável, mantendo ainda alguma vitalidade demográfica.

Da análise à escala das freguesias da variação da população residente entre 2001 e 2011 é possível constatar que existem diferenças significativas nas dinâmicas demográficas dentro da cidade. As freguesias do Centro Histórico e Campanhã registaram variações mais negativas, na ordem dos -10% a -15,8%, enquanto nas freguesias mais ocidentais a variação foi menos acentuada, sendo mesmo positiva na freguesia de Ramalde. Apesar de a diminuição da população residente durante as últimas décadas ter implicado, concomitantemente, a diminuição da densidade populacional, o Porto, com 5.268hab/km² em 2014, continua a ter a densidade populacional mais elevada da Área Metropolitana do Porto, onde o valor médio deste indicador se fica pelos 848,2hab/km².

Nos últimos anos, observa-se uma aposta forte e consistente na reabilitação urbana, onde a função residencial tem um significado importante (2.300 pedidos de licenciamento entre 2012-2016), que tenderá a promover o repovoamento de alguns territórios marcados pela regressão demográfica.

Figura 25 – Densidade populacional no concelho do Porto, por subsecção estatística, em 2011



Fonte: INE, Censos 2011

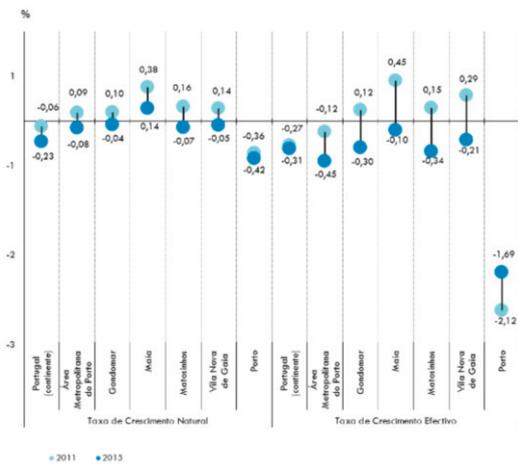
Não obstante ter sido no centro da Cidade que se verificaram as maiores quebras na densidade populacional, continua a ser nestas freguesias que se encontram os valores de densidade populacional mais elevados. Ao nível da subsecção verifica-se que as densidades mais elevadas ocupam áreas de menor dimensão e estão dispersas pela Cidade, correspondendo a situações diversificadas de ocupação do território, quer de áreas de construção em altura quer de construção de 1 ou 2 pisos.

Independentemente da evolução negativa da população residente, o Porto constitui um polo relevante à escala metropolitana e regional, do ponto de vista da população “utilizadora” constituída pelos visitantes e pelos que, não residindo na cidade, aqui exercem a sua profissão, estudam ou recorrem à vasta oferta de serviços públicos e privados.

Apesar de se ter registado uma quebra do número de trabalhadores provenientes de fora do concelho (de 125 600 em 2001 para 113 000 em 2011), a dimensão da população “utilizadora” continua a ser muito significativa e o número de estudantes provenientes de outros concelhos aumentou (35 292 em 2001 para 42 416 em 2011).

Existem evidências de uma inversão da tendência de perda de população residente no Porto, relacionada em parte com fatores fisiológicos (ligeiro aumento da taxa bruta de natalidade entre 2011 e 2015).

Figura 26 – Evolução da taxa de crescimento natural e da taxa de crescimento efetivo, entre 2011 e 2015



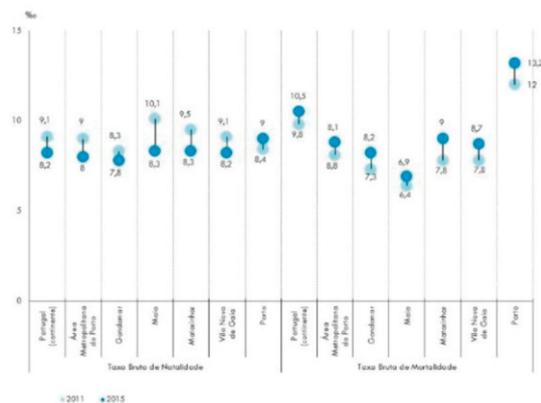
Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Norte

A análise da evolução da taxa de crescimento efetivo evidencia que, em 2015, o concelho do Porto continuava a perder população (-1,69%) a um ritmo muito superior à média nacional (-0,31%) e ao que se verificava na Área Metropolitana do Porto (-0,45%).

Contudo, comparando com a situação que se verificava em 2011, pode-se assinalar uma alteração importante nesta tendência, em que o concelho do Porto registou um crescimento efetivo menos negativo, enquanto na Área Metropolitana do Porto se notou um agravamento – tendência idêntica ao registado ao nível nacional, embora menos expressiva neste último caso.

Importa também assinalar que a evolução negativa registada na Área Metropolitana do Porto tem um significado ainda mais expressivo no caso dos concelhos limítrofes do Porto (Gondomar, Gaia, Matosinhos e Vila Nova de Gaia), uma vez que todos passaram de uma situação com crescimento efetivo positivo, em 2011, para crescimentos negativos, em 2015.

Figura 27 – Evolução da taxa bruta de natalidade e da taxa bruta de mortalidade, entre 2011 e 2015



Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Norte

Os fatores fisiológicos (natalidade e mortalidade) explicam em parte esta evolução, tendo a taxa de crescimento natural (que tinha sido o principal fator de suporte do crescimento demográfico na década de 2000) evoluído negativamente no conjunto da AMP e em todos os concelhos nucleares da área metropolitana, incluindo no concelho do Porto.

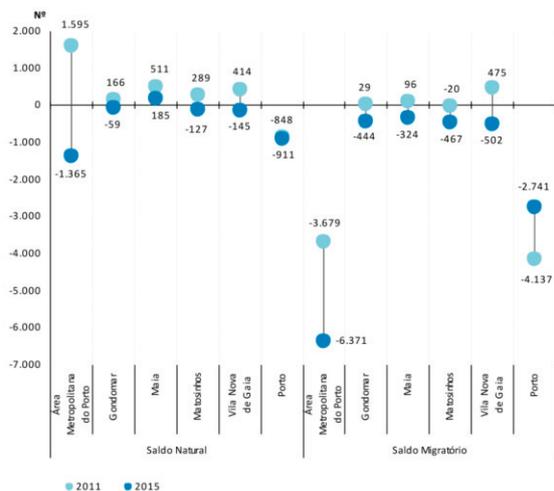
A redução do crescimento natural está relacionada, por um lado, com o aumento da mortalidade expressa pela evolução das taxas brutas de mortalidade, que traduz sobretudo o peso cada vez maior dos grupos etários mais idosos no total da população residente.

No concelho do Porto, onde reside uma população mais envelhecida do que no resto da AMP, este fator concorre para valores de taxa bruta de mortalidade significativamente mais elevados que na AMP e nos concelhos limítrofes, sendo na ordem dos 13,2 óbitos por mil habitantes.

Por outro lado, com a consolidação da tendência de redução do número de filhos, a consequente redução da taxa bruta de natalidade agrava também o crescimento natural, dificultando ainda mais a renovação geracional. Deve-se notar, não obstante, que no concelho do Porto se registou um ligeiro aumento da taxa bruta de natalidade entre 2011 e 2015, para 9 nascimentos por mil habitantes, superando os valores médios de Portugal Continental (8,2) e da AMP (8).

Nos últimos cinco anos a evolução dos saldos naturais e migratórios no Porto foi mais favorável do que a registada nos concelhos metropolitanos contíguos.

Figura 28 – Evolução do saldo natural e do saldo migratório, entre 2011 e 2015



Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Norte

Embora o Porto continue a registar um saldo natural mais negativo no contexto metropolitano, nos últimos cinco anos a evolução deste indicador nos outros concelhos foi geralmente mais significativa, nomeadamente nos concelhos de Gondomar, Matosinhos e Vila Nova de Gaia, que passaram de saldos naturais positivos em 2011 para valores negativos em 2015. No cômputo geral, a evolução do saldo natural na Área Metropolitana do Porto é muito negativa neste período, passando de um crescimento de 1.595 habitantes em 2011 para uma redução de -1.365 habitantes em 2015.

Contudo, o principal fator a influenciar o crescimento efetivo que se passou a observar na Área Metropolitana do Porto nos últimos cinco anos foi a evolução negativa do saldo migratório.

Após uma década (2001-2011) em que se registou na AMP um crescimento efetivo suportado essencialmente pelo crescimento natural, nos últimos cinco anos a crise económica implicou um agravamento do saldo migratório, que praticamente duplicou nesse período, estimado na ordem nos -6.371 habitantes em 2015.

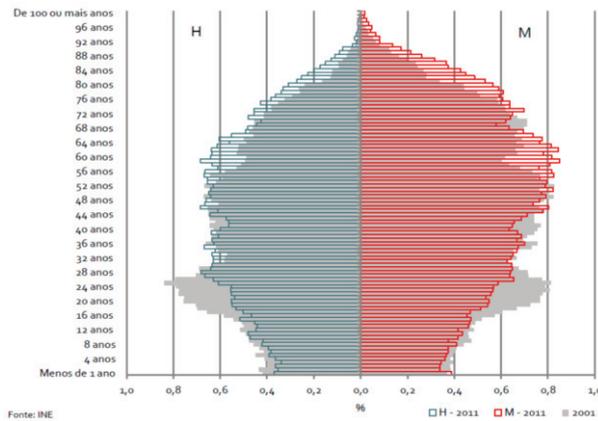
O Porto é também o concelho metropolitano que regista o saldo migratório mais negativo, o que em grande medida se justifica pela continuação da tendência centrífuga de saída da população residente para os concelhos vizinhos.

Não obstante, o saldo migratório do concelho do Porto tem evoluído de forma favorável nos últimos cinco anos, passando de -4.137 habitantes em 2011 para -2.741 habitantes em 2015, o que confirma a tendência de retração do movimento de descentralização da população que já tinha sido observada durante o período intercensitário 2001-2011. Face à dinâmica recente da atividade turística e das indústrias criativas e tecnológicas, geradoras de um número significativo de empregos, é expectável que este fenómeno se tenda a incrementar no futuro próximo.

Ainda assim, os movimentos de saída de população da cidade do Porto poderão ter atenuado o agravamento do saldo migratório de Gondomar, Maia, Matosinhos e Vila Nova de Gaia, compensando parcialmente as saídas de população residente nestes concelhos para fora da área metropolitana e, possivelmente do País.

A atual dinâmica de afirmação e consolidação económica do Porto, sustentada na atração de investimento estrangeiro, contribuirá para o aumento da população em idade ativa (e em idade fértil) e, conseqüentemente, potenciando o incremento dos estratos infantis.

Figura 29 – Pirâmides etárias da população residente no concelho do Porto, entre 2001 e 2011



Fonte: CM Porto, "Censos 2011 – Mudanças demográficas" (2014) a partir de dados do INE, Censos 2001 e 2011

O concelho do Porto continua a manifestar uma tendência de transformação profunda da sua estrutura demográfica, sendo particularmente evidentes as alterações que se têm verificado ao longo das últimas três décadas na sua estrutura etária.

Com o progressivo declínio do número de jovens resultante da redução da natalidade, a saída da população residente em idade fértil e o incremento da população com 65 e mais anos associado ao aumento da esperança média de vida, a evolução da estrutura etária do Porto evidencia um fenómeno de duplo envelhecimento que evidencia já um agravamento resultante do aumento do peso relativo da população muito idosa (com mais de 75 anos, entre as quais se destacam as mulheres) e da redução dos estratos infantis (com menos de 5 anos).

A evolução do índice de envelhecimento (rácio entre o número de idosos e o número de jovens) entre 2001 e 2011 evidencia o ritmo a que esta transformação tem ocorrido, passando de 147 idosos por cada 100 jovens em 2001 para uma relação de 194 idosos por cada 100 jovens em 2011.

Concomitantemente, o aumento do peso relativo da população com mais de 65 anos influenciou também o aumento do índice de dependência (rácio entre a população em idade ativa dos 15 aos 65 anos e o resto da população residente) no mesmo período. O índice de dependência de idosos aumentou de 29 idosos dependentes por cada 100 residentes em idade ativa em 2001 para 36 idosos em 2011, refletindo o aumento da esperança média de vida. Pelo contrário, o índice de dependência de jovens diminuiu ligeiramente, passando de 19 jovens dependentes com menos de 14 anos por cada 100 indivíduos em idade ativa, em 2001, para 18 jovens em 2011, o que está associado à redução da taxa de fecundidade.

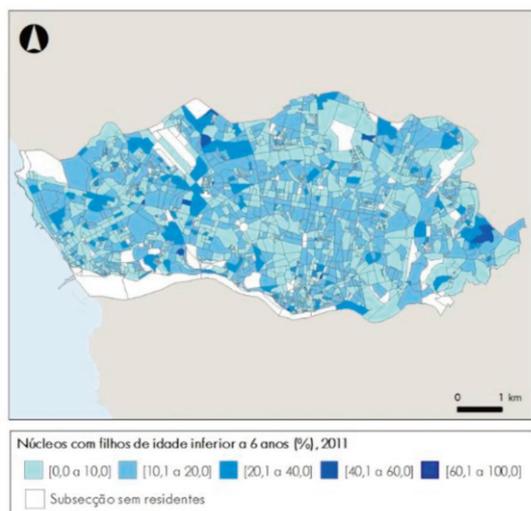
Os dados definitivos dos Censos 2011 evidenciaram neste domínio uma continuidade das principais tendências que já tinham sido identificadas no período intercensitário anterior, mas também outras de evolução mais recente.

Uma delas está relacionada com a diminuição do número de indivíduos em idade ativa, sobretudo dos escalões mais jovens – uma tendência que presumivelmente se deverá ter agravado após 2011 durante o período mais intenso da crise económica e social e o conseqüente aumento dos movimentos de saída de população em idade ativa do concelho. Contudo, face à atual dinâmica económica e de atração de investimento estrangeiro, sustentada na atividade turística e tecnológica, geradora de emprego em número significativo, perspetiva-se uma inversão consolidada desta tendência.

Esta evolução deverá melhorar o índice de renovação da população ativa do concelho e contribuir para a diminuição dos índices de dependência: em 2011 existiam 83 jovens entre os 20 e 29 anos por cada 100 indivíduos dos 55 e os 64 anos, o que significa que o concelho já não consegue renovar a sua população ativa.

Os núcleos familiares com filhos menores de 15 anos têm pesos relativos mais elevados na zona ocidental do Porto e mais baixos no centro da Cidade.

Figura 30 – Núcleos familiares com filhos de idade inferior a 6 anos, em 2011



Fonte: INE, Censos 2011

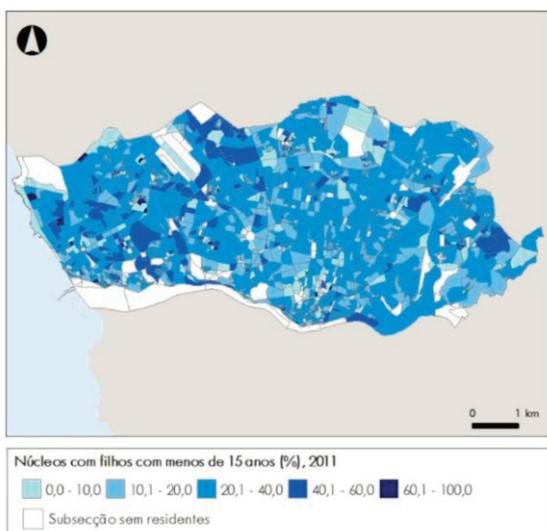
Continua a observar-se uma transformação das estruturas familiares no concelho, através do aumento da proporção de famílias monoparentais, da diminuição dos casamentos e do aumento das taxas de divórcio.

Outra tendência comum em todo o País é a redução da dimensão média das famílias, que no Porto passou a ser de 2,4 indivíduos em 2011 – menos 1 indivíduo do que em 1981.

Relativamente à composição etária das famílias residentes no Porto em 2011, cerca de 42% das famílias clássicas são constituídas por indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos, representando a situação mais frequente.

A proporção de famílias com crianças e jovens com menos de 15 anos era 19%.

Figura 31 – Núcleos familiares com filhos com menos de 15 anos, em 2011



Fonte: INE, Censos 2011

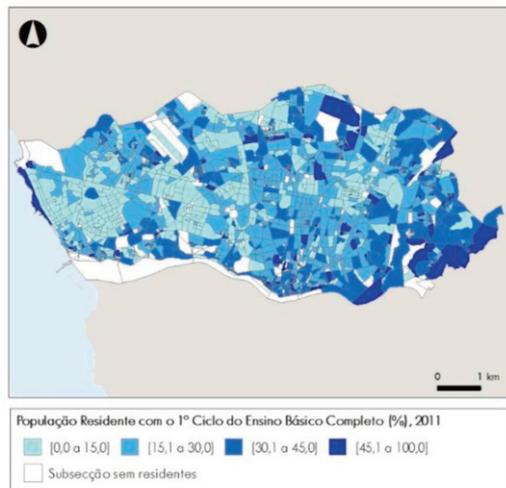
Analisando a distribuição por subsecção estatística dos núcleos familiares com filhos de idade inferior a 6 anos, constata-se em primeiro lugar que existe uma grande dispersão pela Cidade, mas com uma concentração mais elevada nas zonas mais ocidentais (freguesia de Ramalde, U.F. Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde e U.F. Lordelo do Ouro e Massarelos) e também em Campanhã, sendo menor na zona mais central.

Uma distribuição semelhante verifica-se relativamente aos núcleos familiares com filhos com menos de 15 anos, sendo ainda mais evidente a clivagem entre o peso destas famílias na zona mais ocidental da Cidade e na área central.

2.5. Perfil Socioeconómico da População

Nas últimas décadas o Porto tem registado um aumento progressivo do nível de qualificação da população residente, destacando-se o aumento de 8 pontos percentuais da população residente com formação de nível superior observado entre 2001 e 2011.

Figura 32 – Proporção da população residente com o 1º ciclo do ensino básico completo, em 2011



Fonte: INE, Censos 2011

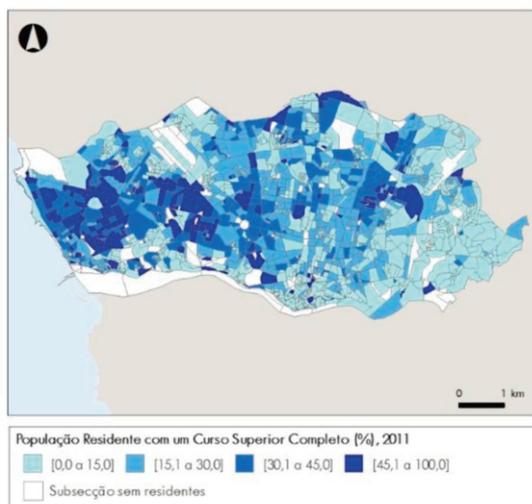
Relativamente ao nível de qualificação da população residente, o Porto tem registado um progresso assinalável nas últimas décadas.

A evolução da taxa de analfabetismo ao longo do último período intercensitário foi muito favorável no concelho do Porto, tendo este valor diminuído 2 pontos percentuais entre 2001 e 2011, passando para 2,8% da população residente com 10 ou mais anos de idade que não sabe ler nem escrever. Ainda assim, o problema do analfabetismo continua a ter alguma expressão, considerando que cerca de 3 em cada 100 residentes são analfabetos, persistindo sobretudo nas freguesias do centro histórico e do centro da Cidade, onde reside a população mais envelhecida e com menores níveis de rendimento.

O 1º ciclo do ensino básico é o nível de escolaridade completo mais representativo, sendo a habilitação de 23,3% dos residentes na Cidade, seguindo-se o ensino superior, com 22,3%.

Analisando a distribuição da população residente com o 1º ciclo do ensino básico completo, constata-se que é mais representativa também nas zonas mais centrais e orientais da Cidade.

Figura 33 – Proporção da população residente com um curso superior completo, em 2011



Fonte: INE, Censos 2011

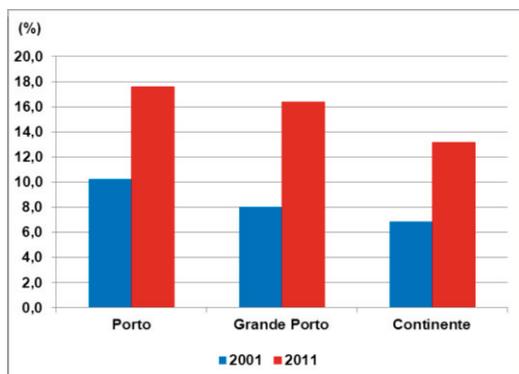
O Porto registou um aumento de 8 pontos percentuais, entre 2001 e 2011, da população residente com formação de nível superior que passou a situar-se na ordem dos 22%.

Esta evolução é determinante para assegurar a disponibilidade de mão-de-obra qualificada e com elevados níveis de formação e capacitação em setores-chave, sobretudo de base tecnológica.

Verifica-se, em termos gerais, um maior peso da população com habilitações superiores na parte ocidental da cidade comparativamente com a parte oriental.

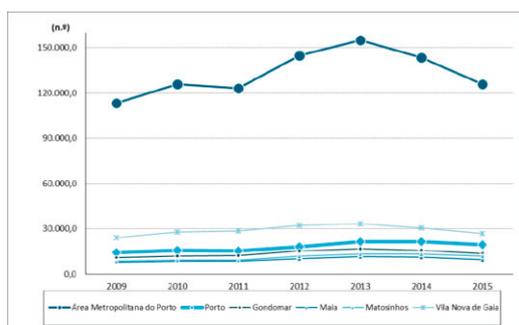
As principais vulnerabilidades sociais do concelho do Porto estão relacionadas com o aumento das famílias unipessoais de indivíduos com 65 ou mais anos e as situações pobreza e dificuldade de integração em território historicamente estigmatizados

Figura 34 – Evolução da taxa de desemprego no Porto



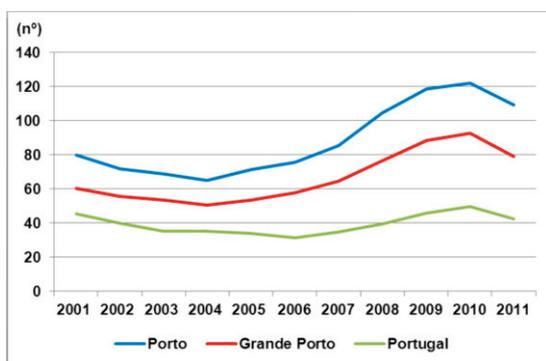
Fonte: CMP, "REOT - Relatório do Estado do Ordenamento do Território" (2015) a partir de dados do INE, Censos 2001 e 2011

Figura 35 – Evolução do número de desempregados inscritos nos centros de emprego e formação profissional, entre 2009 e 2015



Fonte: IEFPP/MTSSS

Figura 36 – Evolução do número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção por 1000 habitantes



Fonte: CMP, "REOT - Relatório do Estado do Ordenamento do Território" (2015) a partir de dados do INE (estimativas da população residente) e Ministério da Solidariedade e Segurança Social (número de beneficiários)

A evolução negativa da taxa de desemprego foi uma das principais consequências da crise económica e social que se iniciou no final da última década e que continua a afetar significativamente o País. Com efeito, ainda que atenuadas em grande medida por um consequente surto emigratório que se estima de dimensão comparável ao da década de 1960, as taxas de desemprego registaram aumentos muito significativos no último período intercensitário, tendo sido particularmente sentido no concelho do Porto, onde este fenómeno era já tendencialmente mais elevado: entre 2001 e 2011 a taxa de desemprego no concelho do Porto passou de 10,2 % para 17,6 %. Comparativamente, no Continente a taxa de desemprego aumentou de 6,9 %, em 2001, para 13,2 %, em 2011.

A análise da evolução do número de desempregados inscritos nos centros de emprego e formação profissional indicia que este fenómeno se tenha ainda agravado no concelho entre 2011 e 2014, registando-se uma ligeira inflexão a partir de 2014, indo ao encontro da tendência da Área Metropolitana do Porto. Nos últimos dois anos, observa-se uma evolução bastante positiva, em função de uma forte e consistente dinâmica de criação de emprego, ancorada na atividade turística e atividades associadas (incluindo reabilitação urbana) e investimento privado em setores com forte incorporação tecnológica.

Analisando a distribuição deste indicador à escala da freguesia constata-se que o centro histórico e a zona mais oriental da cidade são as áreas mais afetadas pelo desemprego, contrastando com as freguesias localizadas na zona ocidental.

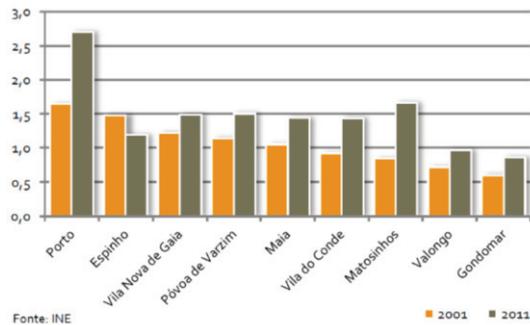
A proporção de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (até 2003 designado Rendimento Mínimo Garantido) constitui igualmente um indicador relevante de aferição da coesão socioterritorial na Cidade, dada a sua associação a situações extremas de vulnerabilidade social.

Os elementos disponíveis permitem constatar a situação de maior vulnerabilidade do Porto comparativamente ao observado noutros territórios, designadamente o Grande Porto e o País.

Se os dados disponíveis são inequívocos no que respeita às dificuldades sentidas pelo Porto, já quanto à evolução temporal deverão ser encarados com maior reserva, tendo em consideração que esta medida foi objeto de sucessivas alterações legislativas ao longo do tempo. Acresce que, após 2011, as condições de acesso a este instrumento de política social foram novamente revistas, tendo implicado uma limitação da elegibilidade dos beneficiários.

Na última década a população estrangeira residente no Porto teve um crescimento assinalável.

Figura 37 – Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira, em 2011 (%)



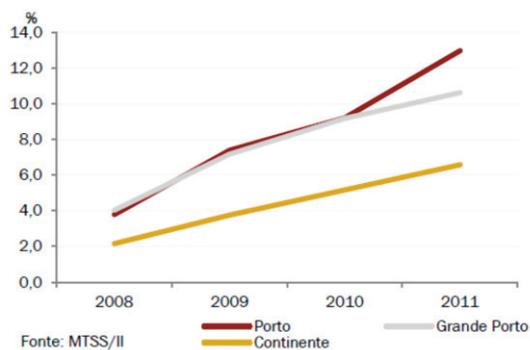
Fonte: CM Porto, “Censos 2011 – Mudanças demográficas” (2014) a partir de dados do INE, Censos 2001 e 2011

Apesar de ainda estar bastante abaixo da média nacional (3,7%), a proporção de residentes de nacionalidade estrangeira na Área Metropolitana do Porto registou um aumento generalizado da proporção de residentes estrangeiros entre 2001 e 2011.

O maior incremento relativo foi registado no concelho do Porto, onde os residentes estrangeiros aumentaram de 1,6% para 2,7% do total da população, sendo também neste concelho que se encontram os maiores valores em termos absolutos em 2011 (6.413 residentes estrangeiros). Estima-se, contudo, que estes fluxos tenham sido ainda superiores, uma vez que não estão contabilizados os cidadãos com dupla nacionalidade.

Não obstante, importa ter em consideração que a partir de 2011 poderá ter havido uma reversão desta tendência e uma diminuição da atratividade do Porto, como resultado do agravamento da crise económica que se fez sentir particularmente nos primeiros anos da presente década.

Figura 38 – População estrangeira que recebe o Rendimento Social de Inserção



Fonte: CM Porto, “Monitorização social do Porto – 2013” (2014), a partir de dados do MTSS/S

O crescimento da proporção de estrangeiros verifica-se em todas as freguesias, mas é mais acentuado nas freguesias mais centrais – o que contraria a tendência de deslocação da população residente para a periferia e revelando uma eventual maior atração destas zonas.

Aproximadamente um terço da população estrangeira residente no Porto em 2011 é natural de um país europeu (2.075 indivíduos) e outro terço é natural de um país da América (2.181 habitantes). As 5 comunidades estrangeiras mais representativas a residir na cidade são a brasileira (31%), a cabo-verdiana (8%), a chinesa (5%), a angolana (5%) e a espanhola (5%).

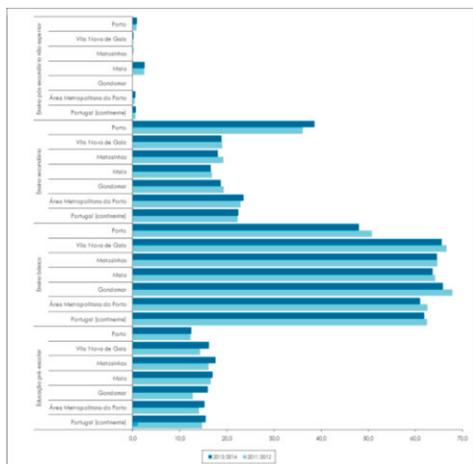
O peso dos residentes estrangeiros em idade ativa (15-64 anos) é bastante superior (85%) ao da população de nacionalidade portuguesa (64%) e a proporção de idosos é significativamente inferior nos cidadãos estrangeiros (5%) que nos nacionais (24%).

A proporção dos residentes estrangeiros beneficiários de Rendimento Social de Inserção evidencia uma tendência para aumentar, que é mais acentuada no caso do concelho do Porto, onde 13% dos beneficiários de RSI residentes na Cidade eram cidadãos de origem estrangeira – o valor de referência para Portugal Continental era de 6,6%.

2.6. Educação

O Porto tem uma posição consolidada como principal polo de ensino da área metropolitana.

Figura 39 – Proporção de alunos matriculados por nível de ensino, nos anos letivos 2011/2012 e 2013/2014



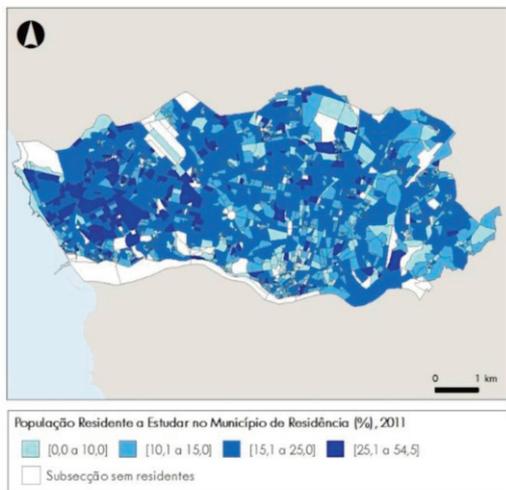
Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Norte

Enquanto principal polo de ensino da área metropolitana, a Cidade do Porto oferece serviços de educação não só para a população do concelho, mas também de outros concelhos da AMP, atraindo também alunos oriundos de outras regiões, o que contribui para a obtenção de taxas brutas de escolarização (razão entre o número de matrículas num ciclo de ensino e a população correspondente na faixa etária prevista para o ciclo de ensino) superiores a 100%.

Com efeito, no ano letivo 2013-2014 a taxa bruta de pré-escolarização no concelho do Porto era de 140,3%, enquanto as taxas brutas de escolarização no ensino básico e secundário eram, respetivamente, de 110,7% e 120,7%.

Estes indicadores indiciam uma correlação forte entre os alunos de outros concelhos que frequentam o ensino pré-escolar no concelho do Porto e o emprego na cidade de população residente noutros concelhos. Mas evidenciam também a atratividade metropolitana dos estabelecimentos de ensino secundário do Porto, em parte justificada pela sua maior especialização formativa.

Figura 40 – Distribuição da população residente a estudar no município de residência (Porto), em 2011



Considerando apenas a população residente no concelho do Porto e segundo os dados dos Censos 2011 (taxa líquida de escolarização), verifica-se que, nesse ano, 78,5% das crianças residentes no Porto com idade entre os 3 e os 5 anos frequentava a educação pré-escolar, o que representa um crescimento notável de aproximadamente 19 pontos percentuais relativamente à situação em 2001.

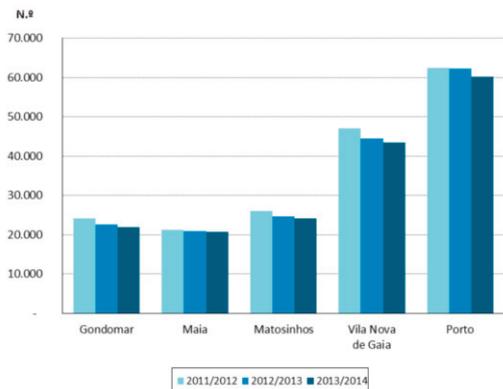
Esta evolução positiva foi observada em todas as freguesias, mas mais expressiva na zona ocidental da cidade. Esta tendência estende-se de um modo geral a todos os níveis de ensino básico e superior: na faixa etária dos 10 a 11 anos, cerca de 76% frequenta o nível de ensino considerado normal para a sua idade; na faixa dos 12 aos 14 anos, a taxa líquida de escolarização passou de 58% em 2001 para 75,1% em 2011; este crescimento foi menos expressivo (cerca de 5 p.p.) na faixa entre os 15 e os 17 anos sendo na ordem dos 61,4% em 2011.

Pelo contrário, entre 2001 e 2011 registou-se uma diminuição da taxa de escolarização no Porto para os jovens na faixa etária dos 18 aos 23 anos, que deveriam frequentar o ensino superior, de 41,7% para 36,4%.

Quanto à distribuição dos residentes que se encontram a estudar no Porto, em 2011 os maiores quantitativos registam-se na parte ocidental e em algumas secções da parte oriental da cidade, enquanto os menores se encontram nas freguesias do Centro Histórico.

Observa-se uma tendência de redução do número de alunos, a diferentes ritmos segundo os ciclos.

Figura 41 – Evolução do número de alunos matriculados em todos os níveis de ensino (exceto superior) entre 2011/2012 e 2013/2014



Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Norte, vários anos

O concelho do Porto tem a população escolar mais numerosa da área metropolitana, com 60.275 alunos matriculados no ano letivo 2013/2014, que representavam cerca de 21% de todos os alunos da AMP (291.375).

Nos últimos anos tem-se observado um decréscimo do número de alunos matriculados, na ordem dos -2.270 alunos, entre 2011/2012 e 2013/2014.

Os alunos matriculados no ensino pré-escolar no concelho em 2013/2014 (7.498) representavam apenas 12,4% do total de alunos matriculados em todos os ciclos de ensino (60.275), sendo que, destes, a maior parte está matriculada no ensino privado (8,8% do total).

Esta desproporção relativamente ao ensino pré-escolar privado não é comum na área metropolitana, onde a distribuição dos alunos é mais equilibrada entre o ensino público e privado, com vantagem para o primeiro, evidenciando a insuficiente cobertura da rede de ensino pré-escolar público na Cidade.

Nos últimos 3 anos, observa-se uma inversão desta tendência em função de uma forte aposta na ampliação e requalificação do parque escolar municipal, tornando-o mais denso e atrativo.

Figura 42 – Proporção dos alunos matriculados no ensino pré-escolar, público e privado

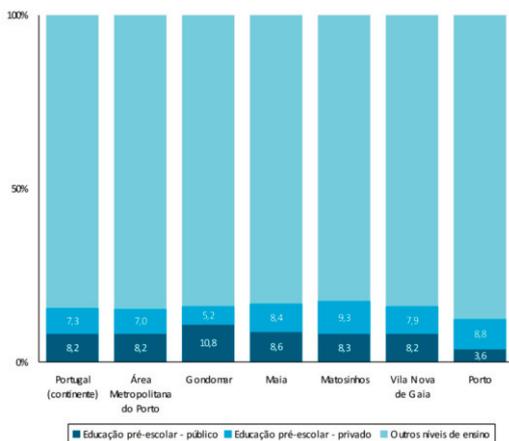
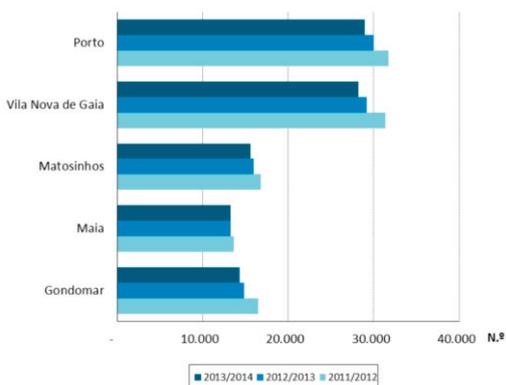


Figura 43 – Evolução do número de alunos matriculados no ensino básico entre 2011/2012 e 2013/2014



Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Norte, vários anos

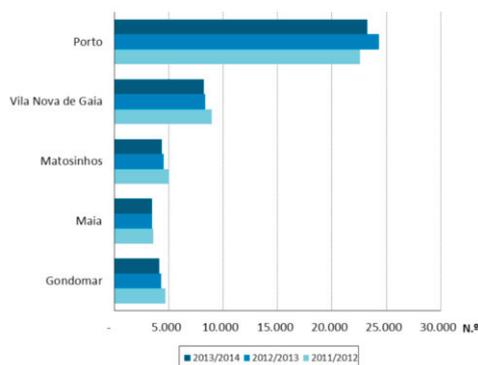
O número de alunos matriculados no ensino pré-escolar diminuiu progressivamente no concelho do Porto após 2001, com uma redução de -195 alunos entre 2011/2012 e 2013/2014, enquanto nos quatro concelhos limítrofes este número aumentou em 748, o que, num contexto de agravamento da crise económica, poderá iniciar uma inversão da preferência de muitos residentes de outros concelhos que trabalham no Porto por matricularem os filhos em estabelecimentos privados de ensino pré-escolar na cidade.

Quanto ao número de alunos matriculados no ensino básico tem registado também um decréscimo progressivo no período considerado, uma tendência que se verifica no concelho do Porto, mas também em igual medida nos concelhos limítrofes de Gondomar, Matosinhos e Vila Nova de Gaia, mantendo-se praticamente inalterado na Maia.

Em sentido contrário, no que respeita à evolução do número de alunos matriculados em estabelecimentos do ensino secundário, no período analisado registou-se um aumento do número de alunos no concelho do Porto (mais 704 alunos), enquanto nos concelhos de Gondomar, Matosinhos e Vila Nova de Gaia se observaram diminuições em proporção idêntica, sendo menos expressiva no concelho da Maia.

Os principais indicadores relacionados com o analfabetismo, o sucesso escolar e a redução do abandono indicam uma evolução favorável da situação do concelho do Porto nos últimos anos.

Figura 44 – Evolução do número de alunos matriculados no ensino secundário entre 2011/2012 e 2013/2014



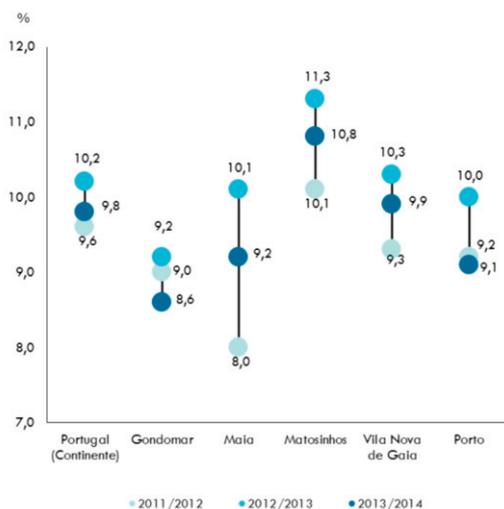
Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Norte, vários anos

Durante a década de 2000 o Porto registou uma evolução muito favorável da taxa de analfabetismo, com uma redução de 2 pontos percentuais entre 2001 e 2011, quando a população residente com 10 ou mais anos de idade que não sabe ler nem escrever se situava na ordem dos nos 2,8%.

Relativamente à evolução da taxa de retenção e desistência no ensino básico, nos anos letivos mais recentes para os quais existem dados disponíveis (de 2011 a 2014) verifica-se que no Porto se observaram sempre valores mais favoráveis que na média do Continente: em 2013/2014 a taxa de retenção e desistência no conjunto do ensino básico era, no Porto, de 9,1% e, no Continente, de 9,8%.

No conjunto da AMP e considerando os 3 ciclos do ensino básico, verifica-se que os concelhos do “núcleo central” apresentam em geral os valores mais elevados neste indicador e que, entre estes, Matosinhos e Vila Nova de Gaia estão numa situação um pouco mais desfavorável que o Porto, enquanto Maia e Gondomar têm um desempenho mais positivo.

Figura 45 – Evolução da taxa de retenção e desistência do ensino básico, entre 2011 e 2014

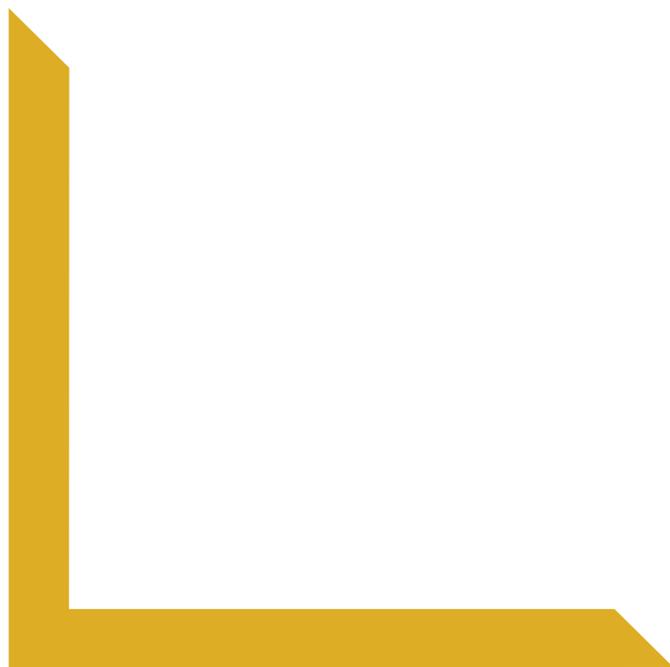


Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Norte, vários anos

Analisando a taxa de transição/ conclusão no ensino secundário, observou-se também uma evolução positiva nos últimos anos no concelho do Porto, passando de 82% em 2011/2012 para 85,8% em 2013/2014, quando a média do Continente foi de 81,8% e a da AMP de 84,1%.

O nível de especialização das escolas do ensino secundário na cidade é determinante para este indicador, que se situa na ordem dos 85,5% para os cursos gerais/científico humanísticos e nos 86,2% para os cursos vocacionais.

3. CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DA OFERTA



3.1. Oferta de Ensino

3.1.1. Enquadramento geral

A rede de estabelecimentos de ensino público no concelho do Porto é constituída por 78 estabelecimentos, distribuídos por 15 agrupamentos de escolas (AE), a saber:

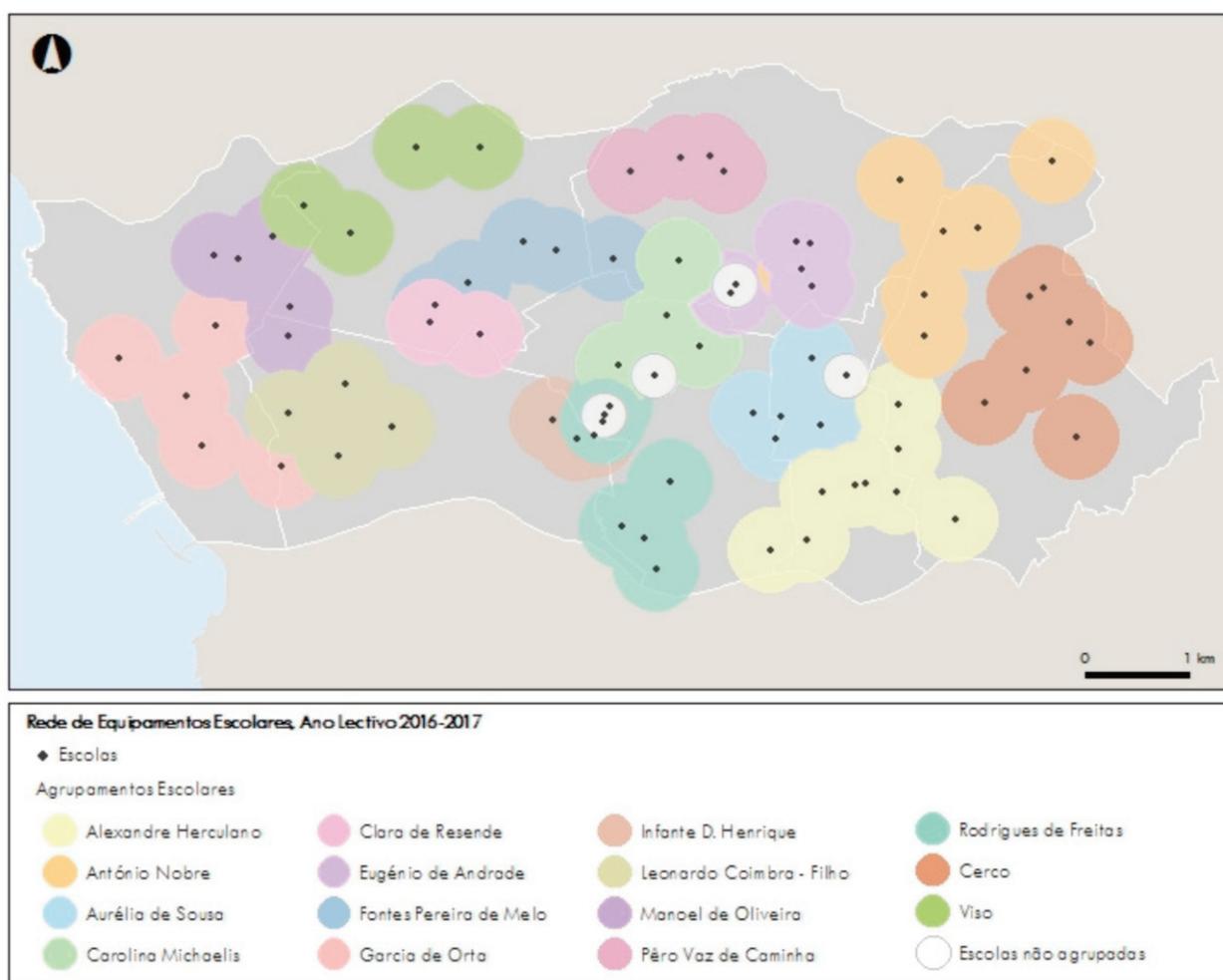
- Alexandre Herculano;
- António Nobre;
- Aurélia de Sousa;
- Carolina Michaëlis;
- Clara de Resende;
- do Cerco;
- do Viso;
- Eugénio de Andrade;
- Fontes Pereira de Melo;
- Garcia de Orta;
- Infante D. Henrique,
- Leonardo Coimbra Filho;
- Manoel de Oliveira;
- Pêro Vaz de Caminha;
- Rodrigues de Freitas.

Existem ainda quatro estabelecimentos não agrupados, nomeadamente os seguintes:

- Escola Artística Soares dos Reis;
- Escola Artística do Conservatório de Música do Porto;
- Escola Secundária Filipa de Vilhena;
- Escola Profissional Infante D. Henrique.

Os estabelecimentos escolares encontram-se distribuídos por toda a Cidade, cobrindo de forma bastante abrangente o território concelhio. O maior número de estabelecimentos encontra-se na freguesia de Campanhã (15 estabelecimentos), na União das freguesias (UF) de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória (14) e na freguesia de Paranhos (13), enquanto as freguesias com menos estabelecimentos são Bonfim (9) e a UF de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde (7).

Figura 46 – Distribuição da rede de equipamentos escolares no concelho do Porto, no ano letivo 2016-2017, por freguesia e agrupamentos de escolas.



Quanto ao período de construção dos edifícios, na maioria dos agrupamentos coexistem edifícios centenários construídos no início do século XX, edifícios das décadas de 1950/60 e outros mais recentes, construídos nos últimos 20 anos, embora, de um modo geral, o parque edificado associado ao ensino secundário seja mais recente. Por freguesias, o parque de equipamentos de educação pré-escolar e do ensino básico mais envelhecido encontra-se nas freguesias de Bonfim, Ramalde e na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória. Quanto aos

estabelecimentos do 2º e 3º ciclo do ensino básico e do ensino secundário destaca-se também a União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos pela maior concentração de edifícios antigos. Por agrupamentos de escolas, os parques de edifícios mais antigos encontram-se no Agrupamento de Escolas Aurélia de Sousa e no Agrupamento de Escolas Infante D. Henrique.

Nos últimos 20 anos a maior parte dos estabelecimentos da rede pública beneficiou de intervenções de reabilitação, que abrangeram 84% dos estabelecimentos da educação pré-escolar, 82% dos estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico e 84,6% dos estabelecimentos do ensino secundário, mas apenas 44% dos estabelecimentos do 2º e 3º ciclo.

De acordo com o Relatório de Monitorização da Carta Educativa do Porto (CMP, 2013), entre 2007 e 2012 foram realizadas diversas intervenções no edificado e espaços escolares *“com vista à sua valorização e qualificação física e funcional tendo em conta as recomendações da Carta Educativa nesta matéria e com vista à adequação dos espaços à procura resultado quer das dinâmicas demográficas quer dos novos reordenamentos escolares”*.

Uma das intervenções mais relevantes neste período foi a construção, em 2010, de um equipamento escolar de raiz na freguesia de Campanhã e pertencente ao Agrupamento de Escolas António Nobre, equiparado a um Centro Escolar: a EB das Antas (com JI integrado). Localizado na zona habitacional das Antas, este equipamento resultou de um investimento na ordem dos 2 milhões de euros e foi construído de forma a responder às necessidades identificadas nos estudos realizados no âmbito do reordenamento escolar constantes na Carta Educativa do Porto.

Outra grande intervenção que importa destacar foi a requalificação e ampliação da EB de S. Miguel de Nevogilde com JI integrado pertencente ao Agrupamento de Escolas Garcia de Orta, localizada na União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde. Este investimento, na ordem dos 3 milhões de euros, foi realizado em 2011 e abrangeu o edifício, mas também o recreio deste estabelecimento.

Para além destas intervenções de maior dimensão, neste período foram ainda realizadas obras de requalificação noutros 14 estabelecimentos, nomeadamente: na EB/JI do Falcão, na EB/JI do Covelo e na EB/JI da Torrinha (em 2007); na EB/JI Campo 24 de Agosto e na EB/JI Viso (em 2008); na EB/JI de S. Tomé, na EB do Bom Sucesso e na EB/JI de Lordelo (em 2009), na EB/JI da Noeda e na EB/JI dos Castelos (em 2010); na EB/JI Miosótis e na EB Costa Cabral (em 2011) e na EB Costa Cabral (em 2012). Esta política de requalificação do parque escolar foi mantida e alvo de impulso significativo nos últimos anos, sendo exemplo paradigmático as obras profundas em curso em estabelecimentos de ensino como a EB da Pasteleira e a EB das Flores (a concluir até ao final de 2017).

De modo a aprofundar o conhecimento relativamente aos equipamentos educativos existentes na Cidade, compreender e potenciar as relações inter-redes (inclusive num quadro de elevada e progressiva “concorrência” pela atração de alunos) e relevar algumas características diferenciadoras da rede pública (potencialmente a explorar) num contexto em que, em alguns níveis de ensino, é bastante expressiva a representatividade das Redes Privadas, Solidária e Profissional, procedeu-se à aplicação de um denso processo de inquirição. A taxa de resposta foi bastante significativa, em termos gerais, sendo praticamente universal no caso da rede pública. Nas restantes redes, sendo significativa, não permitiu cobrir a totalidade dos estabelecimentos existentes. Esta lacuna é sobretudo relevante no caso da oferta pré-escolar e de 1º ciclo, disponibilizada pela rede privada e solidária.

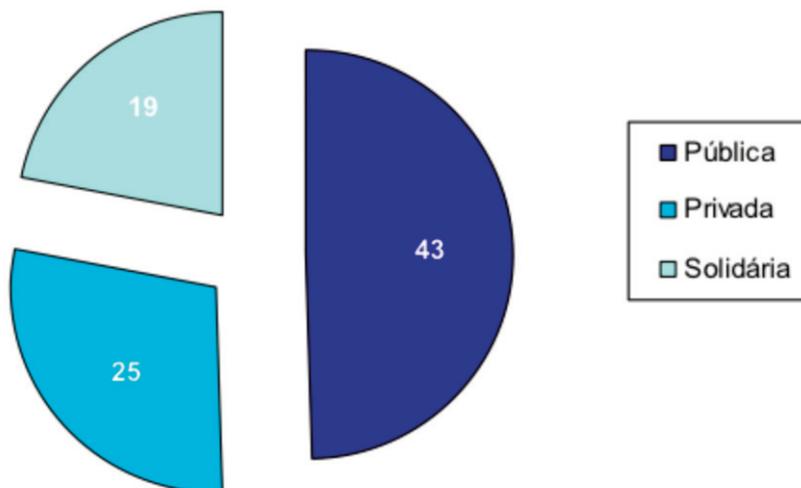
Neste quadro, a análise que se apresenta resulta do tratamento da informação reportada pelos diretores/coordenadores dos diversos estabelecimentos de ensino, em função dos níveis ministrados. Representando a situação “real” da rede pública à data, os valores comparativos inter-redes devem ser devidamente ponderados em função das limitações decorrentes das taxas de resposta “menos conseguidas” nas restantes redes. Neste contexto, também os valores globais apresentados, não correspondem efetivamente à situação real da Cidade, nas variáveis em causa, mas são importantes para posicionar a rede pública num contexto mais abrangente do Sistema Educativo.

3.2. Educação Pré-escolar

3.2.1. Equipamentos

O processo de inquirição compreendeu um total de 87 estabelecimentos com ensino pré-escolar, dos quais 43 estão integrados na rede pública (49,4% do total), 25 pertencem à rede privada e 19 à rede solidária.

Tabela 1 - Estabelecimentos de educação pré-escolar no concelho do Porto, no ano letivo 2016-2017, por rede



Fonte: Agrupamentos de escolas e escolas da rede privada e solidária do concelho do Porto (inquérito próprio)

Os estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública encontram-se localizados em maior número nas freguesias mais periféricas do concelho, designadamente em Campanhã (12 estabelecimentos), Paranhos (8) e Ramalde (6). Com exceção dos Agrupamentos de Escolas do Cerco do Porto, Alexandre Herculano e António Nobre, que integram respetivamente 6, 5 e 4 estabelecimentos com educação pré-escolar, e do agrupamento de escolas Infante D. Henrique onde apenas existe um estabelecimento com este nível de oferta, nos restantes agrupamentos do concelho existem 2 ou 3 estabelecimentos com educação pré-escolar. No caso da rede privada e solidária a maioria dos estabelecimentos localiza-se na União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória (14 estabelecimentos).

Da inquirição dos diretores de agrupamento relativamente ao grau de acessibilidade geral dos estabelecimentos, resultou que nenhum estabelecimento foi classificado como “deficiente” neste domínio, sendo que a maior parte (29 estabelecimentos, correspondentes a 67,4% do total) foi classificada como “bom”. Refira-se que, em 4 estabelecimentos, a acessibilidade foi classificada como “excelente”, nomeadamente na EB das Antas (Agrupamento de Escolas António Nobre), na EB da Constituição (Agrupamento de Escolas Carolina Michaëlis), na EB Costa Cabral e na EB Augusto Lessa (ambas no Agrupamento de Escolas Eugénio de Andrade).

Quanto ao período de construção dos edifícios, é nas freguesias de Bonfim, Ramalde e na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória que o parque de equipamentos de educação pré-escolar é mais envelhecido, sendo que nestas freguesias os edifícios mais antigos foram construídos no princípio do século XIX e os mais recentes foram construídos entre 1958 e 1968. No caso da rede privada e solidária, a maioria dos estabelecimentos data de meados do século XX (entre 1940 e 1974), embora alguns estabelecimentos de referência sejam do início desse século (Oporto British School - Instituto Cultural e Britânico do Porto; Colégio Liverpool; Colégio de Nossa Senhora de Lourdes) e tenham sofrido ampliações nos últimos 20 anos.

Analisando o período de construção dos edifícios por agrupamentos, constata-se que aqueles com o parque edificado mais envelhecido são o Agrupamento de Escolas Aurélia de Sousa e o Agrupamento de Escolas Infante D. Henrique, nos

quais todos os edifícios foram construídos na década de 1950. No Agrupamento de Escolas Rodrigues de Freitas, no Agrupamento de Escolas Manoel de Oliveira e no Agrupamento de Escolas do Viso os edifícios mais recentes datam da década de 1960 e no Agrupamento de Escolas Carolina Michaëlis, o edifício mais recente foi construído em 1974. Em todos os restantes agrupamentos existem edifícios construídos nos últimos 20 anos.

No cômputo geral, dos 43 estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública, 36 estabelecimentos (84% do total) beneficiaram de intervenções de reabilitação nos últimos 20 anos.

As exceções localizam-se nas freguesias de Campanhã, Paranhos e Ramalde, mais propriamente na EB S. João de Deus Agrupamento de Escolas António Nobre), na EB do Lagarteiro (Agrupamento de Escolas do Cerco), no JI dos Correios (Agrupamento de Escolas do Viso) e na EB Padre Américo (Agrupamento de Escolas Fontes Pereira de Melo), onde não foi realizada nenhuma intervenção de reabilitação nesse período. Na rede privada observa-se um forte processo de requalificação dos espaços nos últimos 15 anos, sendo reduzidos os casos em que esta aposta na melhoria das condições físicas oferecidas não ocorreu (num ambiente de salutar concorrência a rede privada procurou adaptar-se e foi “forçada” a responder à melhoria das condições físicas oferecidas pela rede pública).

Da avaliação realizada pelos diretores de Agrupamento de Escolas sobre o estado de conservação dos edifícios, verifica-se que o maior número de deficiências está relacionado com o estado de conservação dos ascensores (21 estabelecimentos com estado deficiente), dos dispositivos de proteção de vãos exteriores (14) e dos dispositivos de proteção contra quedas (13), assim como dos pavimentos exteriores (10). Quanto à conservação dos espaços de apoio existentes nos estabelecimentos, importa destacar o estado de conservação dos recreios cobertos e descobertos, considerado deficiente em 10 estabelecimentos. Ao nível dos estabelecimentos, importa destacar pelo maior número de deficiências identificadas a EB Pasteleira (Agrupamento de Escolas Leonardo Coimbra Filho), onde todos os fatores do estado de conservação dos edifícios (14) e dos espaços de apoio (7) são considerados deficientes (esta situação está em fase final de resolução, com uma intervenção profunda nas condições estruturais deste equipamento – a concluir até ao final de 2017). Outros estabelecimentos com muitas deficiências reportadas são a EB Padre Américo (Agrupamento de Escolas Fontes Pereira de Melo) e o JI da EB das Flores (Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano), igualmente em processo de requalificação profunda pelo Município, com término no final de 2017. No caso da rede privada e solidária, não se denotam constrangimentos significativos, sendo largamente predominantes as avaliações de bom ou excelente, quanto ao estado de conservação (esta opinião ventilada pelos diretores das escolas, deve ser relativizada por não ter sido alvo de verificação e confrontação presencial). Das raras exceções releve-se o Centro Social da Sé Catedral do Porto e o Centro Social da Paróquia de Miragaia, onde existem problemas importantes no estado de conservação do edificado.

Quanto à caracterização do meio envolvente, a situação é globalmente bastante positiva, sendo classificado como “bom” em 21 estabelecimentos e “excelente” noutros 4, dos quais dois localizados na freguesia de Paranhos (EB do Covelo e EB Costa Cabral, no Agrupamento de Escolas Eugénio de Andrade), um na freguesia de Campanhã (EB das Antas) e outro na União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde (EB S. Miguel de Nevogilde). O meio envolvente foi caracterizado como “deficiente” em apenas dois estabelecimentos, sendo ambos localizados na freguesia de Campanhã: no Jardim de Infância da EB das Flores e na EB do Lagarteiro.

Em matéria de eficiência energética dos estabelecimentos, a análise feita pelos diretores dos agrupamentos da evolução do consumo energético nos últimos 3 anos indica que na maioria dos estabelecimentos (28 estabelecimentos, equivalentes a 65,1% do total) mantiveram-se os níveis de consumo, enquanto em 9 estabelecimentos registou-se uma evolução positiva. Estes resultados poderão estar associados às medidas específicas de aumento da eficiência energética tomadas nestes estabelecimentos, tais como a adoção de práticas e comportamentos para uma redução global de custos associados a consumos correntes de eletricidade (nos estabelecimentos do Agrupamento de Escolas António Nobre), a instalação de caixilharias novas e termoacumuladores nas salas de aula (EB/JI Torrinha, no Agrupamento de Escolas Rodrigues de Freitas) e a promoção de boas práticas comportamentais (nos restantes estabelecimentos do Agrupamento de Escolas Rodrigues de Freitas) e o estabelecimento de parcerias com a Lipor e o desenvolvimento de trabalho de sensibilização

com os alunos, funcionários e professores (no Agrupamento de Escolas Aurélia de Sousa). A situação contrária, de aumento do consumo energético, apenas foi reportada nos estabelecimentos do Agrupamento de Escolas do Cerco, na freguesia de Campanhã.

3.2.2. Espaços, Serviços e Recursos

Os 43 estabelecimentos de ensino compreendem 107 salas ocupadas com turmas da educação pré-escolar. Por freguesias, o maior número de salas encontra-se nas freguesias mais periféricas de Paranhos (26 salas) e Campanhã (20), enquanto na zona mais central da Cidade o número de salas é menor, com 8 salas na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória e 12 salas na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, em número igual às salas ocupadas na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde. Por agrupamentos, destacam-se com maior número de salas ocupadas com turmas o Agrupamento de Escolas Eugénio de Andrade (17 salas), o Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano (14) e o Agrupamento de Escolas do Cerco do Porto (10) e, com o menor número de salas ocupadas, o Agrupamento de Escolas Rodrigues de Freitas e o Agrupamento de Escolas Infante D. Henrique, ambos com 4 salas cada. No caso da rede privada e solidária, o número de salas ocupadas com turma, mais do que duplica (233) a oferta pública (mesmo num contexto de sub-representação da amostra – respostas ao inquérito - ao universo em causa), indiciando fortes níveis de procura e uma oferta que melhor se adapta às necessidades dos pais (horários mais alargados, por exemplo).

Apenas quatro estabelecimentos identificaram a carência de salas, num total de 5 salas para educação pré-escolar em falta no concelho. Dois desses estabelecimentos localizam-se na freguesia de Paranhos e integram o Agrupamento de Escolas Eugénio de Andrade, nomeadamente a EB Augusto Lessa (carência de 2 salas) e a EB Costa Cabral (carência de 1 sala). Os restantes 2 estabelecimentos têm ambos carência de 1 sala e encontram-se na freguesia de Campanhã (EB da Corujeira integrado no Agrupamento de Escolas do Cerco do Porto) e na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória (EB Constituição integrado no Agrupamento de Escolas Carolina Michaëlis). Na maioria dos casos, esta necessidade não se prende com a componente letiva, mas sobretudo para dotar de melhores condições a resposta às crianças com necessidades educativas especiais, cujas especificidades associadas, em muitos casos, geram incompatibilidades com os espaços existentes e impossibilidade de partilha/utilização de espaços para atividades específicas.

A cedência de salas/espacos à comunidade exterior é praticada por 6 estabelecimentos, dos quais 3 estão localizados na freguesia de Paranhos (3 estabelecimentos do Agrupamento de Escolas Eugénio de Andrade) e os restantes 3 nas freguesias de Campanhã (EB das Antas no Agrupamento de Escolas António Nobre), Bonfim (EB da Lomba, no Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano) e União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde (EB S. Miguel de Nevogilde, no Agrupamento de Escolas Garcia de Orta). Esta dimensão é fundamental para fomentar uma maior relação e proximidade à comunidade local e promover um maior sentimento de pertença da população ao parque escolar (escola enquanto âncora territorial e espaço de vivências e relações de comunidade).

Praticamente todos os estabelecimentos oferecem serviço de refeições, sendo a única exceção o EB/JI Carlos Alberto (Agrupamento de Escolas Rodrigues de Freitas). Dos estabelecimentos que oferecem este serviço, um terço (33,3%) dispõe de unidades de confeção de refeições próprias, enquanto nos restantes as refeições são provenientes de unidades de confeção externas.

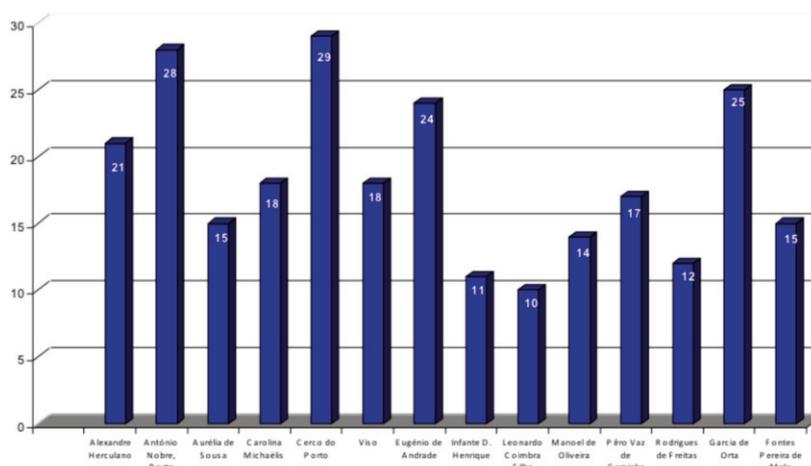
Existem 257 recursos humanos afetos à educação pré-escolar na rede pública do concelho, dos quais 228 (80,9%) estão integrados nos quadros. A maior parte destes recursos corresponde a educadores de infância (94) e a assistentes operacionais (92). Quanto à sua distribuição pelas freguesias, a maior parte trabalha nos estabelecimentos localizados nas freguesias de Campanhã (65) e Paranhos (54). No caso da rede privada e solidária, contabilizam-se cerca de 563 recursos humanos (o dobro do valor registado na rede pública), na quase totalidade dos casos integrados nos quadros das instituições.

Tabela 2 - Recursos humanos nos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2015-2016, por freguesias

Freguesias	Total	Educadores de Infância		Assistentes Técnicos		Assistentes Operacionais		Outros recursos humanos	
		Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros
Bonfim	25	8	0	6	0	9	0	1	1
Campanhã	65	21	0	15	0	23	0	2	4
Paranhos	54	16	5	14	0	19	0	0	0
Ramalde	35	12	1	10	0	12	0	0	0
União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	33	15	0	1	3	2	12	0	0
União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória	24	7	1	7	0	9	0	0	0
União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos	21	6	2	6	0	6	0	1	0
TOTAL	257	85	9	59	3	80	12	4	5

Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho do Porto (inquérito próprio)

Quanto à distribuição por Agrupamento de Escolas, os que têm maiores recursos humanos ao serviço são o Agrupamento de Escolas do Cerco do Porto (29), o Agrupamento de Escolas António Nobre (28), o Agrupamento de Escolas Garcia de Orta (25) e o Agrupamento de Escolas Eugénio de Andrade (24).

Tabela 3 - Recursos humanos nos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2015-2016, por agrupamento de escolas

Fonte: Agrupamentos de escolas e escolas da rede privada e solidária do concelho do Porto (inquérito próprio)

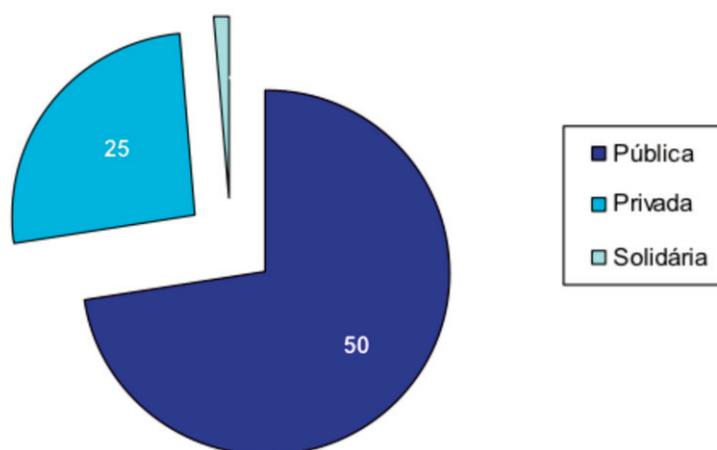
Pelo contrário, o menor número de recursos humanos está afeto ao Agrupamento de Escolas Rodrigues de Freitas e ao Agrupamento de Escolas Infante D. Henrique, que são também os que têm menor número de salas ocupadas com educação pré-escolar.

3.3. 1º Ciclo do Ensino Básico

3.3.1. Equipamentos

O exercício de inquirição contemplou 69 estabelecimentos com oferta de ensino do 1º ciclo do ensino básico, dos quais 50 pertencem à rede pública (72,5%), 18 à rede privada e 1 à rede solidária (Colégio Casa Nossa Sra. da Conceição).

Tabela 4 - Estabelecimentos de ensino do 1º ciclo do ensino básico no concelho do Porto, no ano letivo 2016-2017, por rede



Fonte: Agrupamentos de escolas e escolas da rede privada e solidária do concelho do Porto (inquérito próprio)

A freguesia de Campanhã destaca-se pelo maior número de estabelecimentos da rede pública com oferta deste nível de ensino, com 12 escolas do 1º ciclo aí localizadas, seguindo-se Paranhos e a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, ambas com 8 estabelecimentos. A distribuição é também desigual entre os agrupamentos de escolas distinguindo-se com maior número destes estabelecimentos o Agrupamento de Escolas do Cerco do Porto (6 escolas) e o Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano (5 escolas). No caso da rede privada a maioria dos estabelecimentos alvo do processo de inquirição localiza-se na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos (6 estabelecimentos).

A acessibilidade geral à maior parte dos estabelecimentos (66%) foi classificada como boa e, em 4 estabelecimentos, foi considerada “excelente” em termos globais, nomeadamente na EB das Antas (Agrupamento de Escolas António Nobre), na EB da Constituição (Agrupamento de Escolas Carolina Michaëlis), na EB Costa Cabral e na EB Augusto Lessa (ambas no Agrupamento de Escolas Eugénio de Andrade).

Quanto ao período de construção dos edifícios, os mais antigos datam de início do século XIX e localizam-se na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória e nas freguesias de Ramalde e Bonfim. Em quase todas as freguesias encontram-se também edifícios de construção bastante recente, com menos de 15 anos, com exceção da freguesia do Bonfim, onde o mais recente foi construído em 1958.

Analisando o período de construção dos edifícios por agrupamento, verifica-se que na maioria dos agrupamentos coexistem edifícios centenários construídos entre os inícios do século XIX e o princípio do século XX, edifícios das décadas de 1950/60 e outros mais recentes, construídos nos últimos 20 anos. Pode-se destacar como os agrupamentos com o conjunto de edifícios mais antigos o Agrupamento de Escolas Aurélia de Sousa (construídos entre 1950 e 1952), o Agrupamento de Escolas Infante D. Henrique (1958) e o Agrupamento de Escolas Manoel de Oliveira (construídos entre o princípio do século XX e 1966). Destaca-se também, pela positiva, o Conservatório de Música do Porto (Escola Artística), cujas instalações atuais foram construídas entre 2008 e 2009. Na rede privada emergem com maior significado os edifícios construídos na primeira metade do século XX, sendo apenas apontado um caso de construção recente (Colégio Primeiros Passos, em 2017).

Dos 50 estabelecimentos da rede pública com oferta de 1º ciclo do ensino básico, 41 (82%) beneficiaram de intervenções de reabilitação nos últimos 20 anos. As exceções concentram-se nas freguesias de Campanhã (3 estabelecimentos não intervencionados, dos quais 2 no Agrupamento de Escolas António Nobre – EB Monte Aventino e EB S. João de Deus e 1 no Agrupamento de Escolas do Cerco do Porto – EB Lagarteiro), Ramalde (2 estabelecimentos, dos quais 1 no Agrupamento de Escolas Fontes Pereira de Melo – EB Padre Américo e outro no Agrupamento de Escolas do Viso – EB das Campinas), União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória (1 no Agrupamento de Escolas Rodrigues de Freitas – EB São Nicolau) e União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos (1 no Agrupamento de Escolas Manoel de Oliveira – EB da Ponte). No caso da rede privada, a esmagadora maioria dos estabelecimentos foi alvo de beneficiação nos últimos 15 anos.

Quanto à avaliação realizada pelos diretores de agrupamentos de escolas sobre o estado de conservação dos edifícios, o tipo de deficiências mais comum está relacionado com o estado de conservação dos ascensores (25 estabelecimentos com estado deficiente), dos dispositivos de proteção de vãos exteriores (14) e dos dispositivos de proteção contra quedas (13), assim como dos pavimentos exteriores (10) e das caixilharias e portas exteriores (10). Quanto à conservação dos espaços de apoio existentes nos estabelecimentos, importa destacar o estado de conservação dos recreios cobertos e dos recreios descobertos, considerado deficiente em 12 estabelecimentos e 11 estabelecimentos, respetivamente (estão em execução melhorias, ou planificadas intervenções no curto prazo, em diversos recreios). Alguns estabelecimentos destacam-se pelo maior número de deficiências identificadas ao nível do estado de conservação dos edifícios, nomeadamente a EB Pasteleira (Agrupamento de Escolas Leonardo Coimbra Filho), a EB Padre Américo (Agrupamento de Escolas Fontes Pereira de Melo), a EB do Monte Aventino (Agrupamento de Escolas António Nobre), a EB de Montebello (Agrupamento de Escolas António Nobre), a EB do Lagarteiro (Agrupamento de Escolas do Cerco do Porto) e a EB das Flores (Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano). Registe-se que no caso da Pasteleira e das Flores, estão atualmente em curso intervenções de reabilitação/requalificação integral dos estabelecimentos, que resolverão as situações identificadas. No caso da rede privada, não se regista nenhuma observação que indicie problemas nos edificadados. Contudo, esta opinião expressa pelos diretores das escolas que responderam ao inquérito deve ser relativizada por não ter sido alvo de verificação presencial.

A avaliação feita pelos diretores de agrupamentos de escolas à qualidade do meio envolvente dos estabelecimentos é globalmente bastante positivo, sendo classificado como “bom” em metade dos estabelecimentos (25) e mesmo como “excelente” em 4 estabelecimentos, localizados na freguesia de Paranhos (EB Costa Cabral, no Agrupamento de Escolas Eugénio de Andrade), na freguesia de Campanhã (EB das Antas, no Agrupamento de Escolas António Nobre), na União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde (EB S. Miguel de Nevogilde, no Agrupamento de Escolas Garcia de Orta) e na União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória (EB/JI Carlos Alberto, no Agrupamento de Escolas Rodrigues de Freitas). O meio envolvente apenas foi classificado como “deficiente” na EB do Lagarteiro, na freguesia de Campanhã (Agrupamento de Escolas do Cerco).

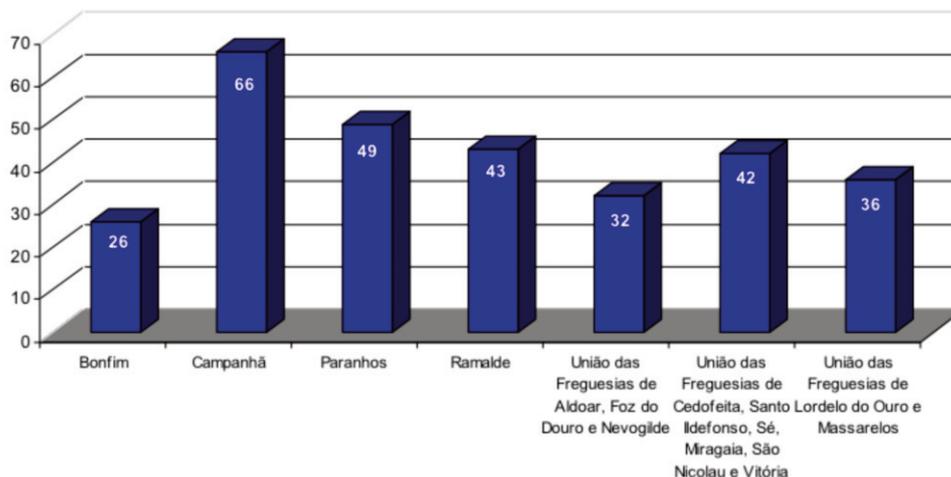
Para 68% dos estabelecimentos (34) os diretores dos agrupamentos de escolas reportam que a evolução do consumo energético nos últimos 3 anos foi neutra, com a manutenção dos mesmos níveis de consumo. Por sua vez, em 20% dos estabelecimentos é reportada uma evolução positiva com a redução dos consumos energéticos, nomeadamente no Agrupamento de Escolas de António Nobre, no Agrupamento de Escolas Leonardo Coimbra Filho, no Agrupamento de Escolas Manoel de Oliveira e no Agrupamento de Escolas Rodrigues de Freitas. Assim como verificado para os estabelecimentos de Educação Pré-escolar, apenas foram reportadas situações de aumento do consumo energético neste período nos estabelecimentos do Agrupamento de Escolas do Cerco do Porto.

3.3.2. Espaços, Serviços e Recursos

Existem na rede pública 294 salas de atividades ocupadas com turma, sendo que a maior parte está localizada em estabelecimentos nas freguesias de Campanhã (66), Paranhos (49), Ramalde (43) e na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória (42). No caso da rede privada, estavam ocupadas com turma 146 salas

(menos de metade da rede pública). Este valor deve ser relativizado, num contexto de sub-representação da amostra – respostas ao inquérito, face ao universo existente.

Tabela 5 - Salas de atividade ocupadas com turma nos estabelecimentos de ensino do 1º ciclo do ensino básico da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2016-2017, por freguesias



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho do Porto (inquérito próprio)

Por agrupamentos, destaca-se o Agrupamento de Escolas do Cerco do Porto, com 36 salas ocupadas com turma, seguindo-se o Agrupamento de Escolas Rodrigues de Freitas (29) e o Agrupamento de Escolas Garcia de Orta (27). Por outro lado, importa realçar também o Agrupamento de Escolas Clara de Resende, com apenas 2 salas ocupadas por este nível de ensino (mais precisamente, na EB João de Deus).

Tabela 6 - Salas de atividade ocupadas com turma nos estabelecimentos de ensino do 1º ciclo do ensino básico da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2016-2017, por agrupamento de escolas

Agrupamentos de Escolas	Salas ocupadas com turma (n.º)
Alexandre Herculano	24
Aurélia de Sousa	18
Carolina Michaëlis	12
Clara de Resende	2
António Nobre	22
Cerco do Porto	36
Viso	22
Eugénio de Andrade	20
Fontes Pereira de Melo	15
Garcia de Orta	27
Infante D. Henrique	12
Leonardo Coimbra Filho	12
Manoel de Oliveira	25
Pêro Vaz de Caminha	18
Rodrigues de Freitas	29
TOTAL	294

Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho do Porto (inquérito próprio)

Apenas 6 estabelecimentos de ensino reportam carência de salas para funcionamento em horário normal, dos quais 3 se localizam na freguesia de Paranhos, 3 em Ramalde e 1 na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos.

No total foi reportada a carência de 8 salas, sendo que, por agrupamentos de escolas e estabelecimentos, constata-se que as maiores carências foram identificadas no Agrupamento de Escolas Eugénio de Andrade, com 4 salas em falta (sobretudo para melhorar as condições de resposta aos alunos com necessidades educativas especiais) e no Agrupamento de Escolas Clara de Resende, com 2 salas em falta (neste ano letivo, com componente letiva em espaços “complementares” – biblioteca).

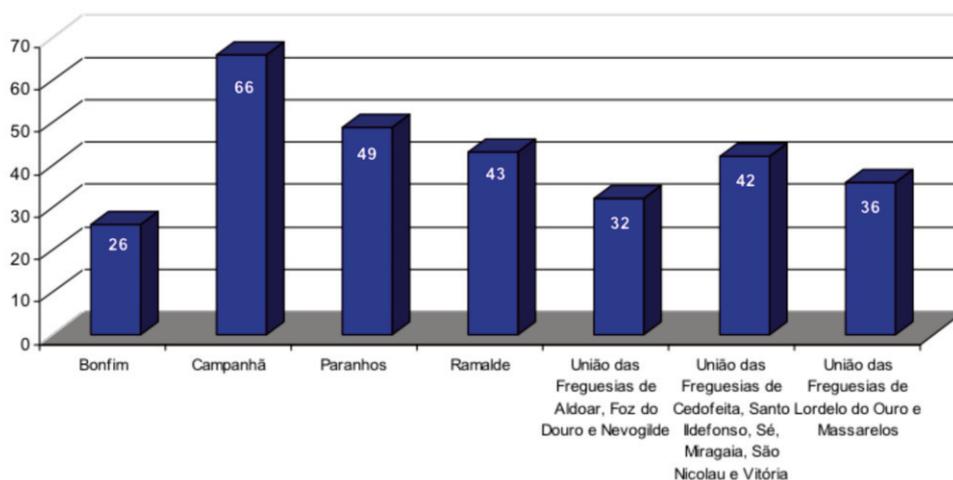
Tabela 7 - Carência de salas para funcionamento em horário normal nos estabelecimentos de ensino do 1º ciclo do ensino básico da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2016-2017, por agrupamento de escolas e estabelecimentos

Agrupamentos de Escolas	Salas em falta (n.º)
AE Clara de Resende	2
EB João de Deus	2
AE Eugénio de Andrade	4
EB Costa Cabral	1
EB de Augusto Lessa	2
Escola Básica do Covelo	1
AE Fontes Pereira de Melo	1
EB dos Castelos	1
AE Manoel de Oliveira	1
EB da Ponte	1
TOTAL	8

Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho do Porto (inquérito próprio)

A cedência de salas/espços à comunidade exterior é praticada por 15 estabelecimentos com oferta do 1º ciclo e em todas as freguesias do concelho, destacando-se Paranhos, onde 5 estabelecimentos praticam estas cedências. Não obstante, verifica-se também que só 9 Agrupamentos cedem espaços à comunidade exterior, sobretudo pela dificuldade de assegurar a disponibilidade de funcionários fora do período letivo (abertura dos espaços, segurança, limpeza...). Na rede privada apenas o Oporto British School - Instituto Cultural e Britânico do Porto, cede os seus espaços (ao British Council).

Tabela 8 - Estabelecimentos de ensino do 1º ciclo do ensino básico da rede pública no concelho do Porto com cedência de salas/espços à comunidade exterior, no ano letivo 2016-2017, por freguesias



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho do Porto (inquérito próprio)

Tabela 9 - Estabelecimentos de ensino do 1º ciclo do ensino básico da rede pública no concelho do Porto com cedência de salas/espacos à comunidade exterior, no ano letivo 2016-2017, por agrupamento de escolas

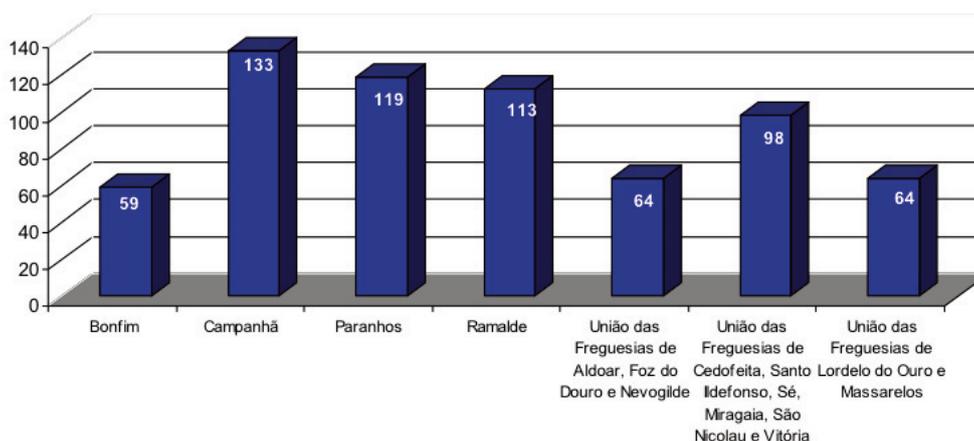
Agrupamentos de Escolas	Estabelecimentos que cedem salas
Alexandre Herculano	2
Aurélia de Sousa	-
Carolina Michaëlis	1
Clara de Resende	1
António Nobre	1
Cerco do Porto	-
Viso	-
Eugénio de Andrade	3
Fontes Pereira de Melo	1
Garcia de Orta	3
Infante D. Henrique	1
Leonardo Coimbra Filho	-
Manoel de Oliveira	-
Pêro Vaz de Caminha	-
Rodrigues de Freitas	2
Escola Artística - Conservatório de Música do Porto	-
TOTAL	15

Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho do Porto (inquérito próprio)

Quase todos os estabelecimentos oferecem serviços de refeições, sendo as únicas exceções o Conservatório de Música do Porto, a EB das Florinhas (Agrupamento de Escolas Aurélia de Sousa) e a EB/JI Carlos Alberto (Agrupamento de Escolas Rodrigues de Freitas). Dos estabelecimentos que oferecem este serviço, 14 (29,8%) dispõem de unidades de confeção próprias, enquanto nos restantes as refeições são provenientes de unidades de confeção externas.

Existem 650 recursos humanos a trabalhar nos 50 estabelecimentos com oferta do 1º ciclo do ensino básico na rede pública do concelho, dos quais 468 (76,6%) estão integrados nos quadros. A maior parte destes recursos é composta por docentes (462) e assistentes operacionais (173). Quanto à sua distribuição pelas freguesias, a maior parte trabalha nos estabelecimentos localizados nas freguesias de Campanhã (133), Paranhos (119) e Ramalde (113). Na rede privada, o número de recursos humanos contabilizados nos 19 estabelecimentos alvo de inquirição era de 395, maioritariamente integrados nos quadros das instituições.

Tabela 10 - Recursos humanos nos estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2015-2016, por freguesias



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho do Porto (inquérito próprio)

Quanto à distribuição por agrupamentos de escolas, os que têm mais recursos humanos ao serviço são o Agrupamento de Escolas Eugénio de Andrade (64), o Agrupamento de Escolas Garcia de Orta (60), o Agrupamento de Escolas do Cerco do Porto (59), o Agrupamento de Escolas do Viso (58) e o Agrupamento de Escolas António Nobre (57).

Tabela 11 - Recursos humanos nos estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2015-2016, por agrupamento de escolas

Agrupamentos de Escolas	Total	Docentes		Assistentes Técnicos		Assistentes Operacionais		Outros recursos humanos	
		Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros
Alexandre Herculano	53	29	5	0	0	16	0	0	3
Aurélia de Sousa	49	31	4	0		14		0	
Carolina Michaëlis	30	16	5	0	0	8	0	0	1
Clara de Resende	24	13	3	0	0	4	1	3	0
António Nobre	57	30	6	0	0	15	2	2	2
Cerco do Porto	59	24	17	0	0	15	2	1	0
Viso	58	28	18	0	0	12	0	0	0
Eugénio de Andrade	64	21	18	0	0	13	1	0	11
Fontes Pereira de Melo	25	12	5	0	0	7	1	0	0
Garcia de Orta	60	39	8	0	0	8	3	0	2
Infante D. Henrique	27	14	5	0	0	6	2	0	0
Leonardo Coimbra Filho	14	6	4	0	0	4	0	0	0
Manoel de Oliveira	40	17	12	0	0	7	4	0	0
Pêro Vaz de Caminha	33	21		0		12		0	
Rodrigues de Freitas	47	29	4	0	0	14	0	0	0
Escola Artística	10	6	2	0	0	1	1	0	0
TOTAL	650	336	116	0	0	156	17	6	19

Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho do Porto (inquérito próprio)

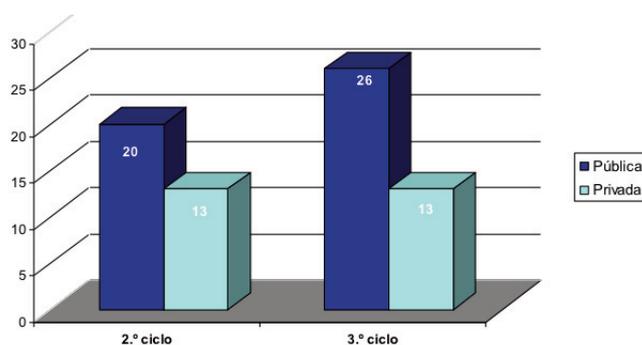
Por sua vez, o menor número de recursos humanos encontra-se na Escola Artística – Conservatório de Música do Porto e no Agrupamento de Escolas Leonardo Coimbra Filho.

3.4. 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico

3.4.1. Equipamentos

O processo de inquirição à rede de estabelecimentos do 2.º e 3.º ciclo do ensino básico compreendeu 33 estabelecimentos com oferta de 2.º ciclo (dos quais 20 pertencem à rede pública) e 38 com oferta de 3.º ciclo (dos quais 26 são públicos).

Tabela 12 - Estabelecimentos de ensino do 2º e 3º ciclo do ensino básico no concelho do Porto, no ano letivo 2016-2017, por rede



Fonte: Agrupamentos de escolas e escolas da rede privada e solidária do concelho do Porto (inquérito próprio)

Dos 26 estabelecimentos da rede pública com oferta de ensino do 3.º ciclo, verifica-se que apenas 6 não têm também oferta do 2.º ciclo. Destes, 5 são estabelecimentos com oferta de 3º ciclo e ensino secundário enquanto apenas a EB Ramalho Ortigão oferece apenas o ensino do 3.º ciclo. No caso da rede privada, a esmagadora maioria dos estabelecimentos possui uma oferta que compreende os 3 níveis de ensino (2º, 3º ciclo e secundário).

Destes 26 estabelecimentos, 5 localizam-se na freguesia de Paranhos e outros 5 na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória que, como tal, são que têm maior oferta destes níveis de ensino. Pelo contrário, na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos situam-se apenas 2 estabelecimentos com este nível de oferta. A rede privada cobre de forma bastante homogénea o território, existindo uma distribuição equitativa pelas freguesias do Bonfim, União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos e União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde.

Tabela 13 - Estabelecimentos de ensino do 2º e 3.º ciclo do ensino básico no concelho do Porto, integrados na rede pública, no ano letivo 2016-2017

Agrupamento de Escolas	Estabelecimento	Oferta de 2º Ciclo	Oferta de 3º Ciclo
Alexandre Herculano	Escola Secundária Alexandre Herculano	Não	Sim
	Escola Básica Dr. Augusto César Pires De Lima	Sim	Sim
	Escola Básica Ramalho Ortigão	Não	Sim
António Nobre	Escola Secundária António Nobre	Não	Sim
	Escola Básica de Nicolau Nasoni	Sim	Sim
	Escola Básica da Areosa	Sim	Sim
Aurélia de Sousa	Escola Básica Augusto Gil	Sim	Sim
	Escola Secundária Aurélia de Sousa	Não	Sim
Carolina Michaëlis	Escola Básica e Secundária Carolina Michaëlis	Sim	Sim
	Escola Básica Irene Lisboa	Sim	Sim
Cerco do Porto	Escola Básica e Secundária do Cerco	Sim	Sim
Clara de Resende	Escola Secundária Clara de Resende	Sim	Sim
Eugénio de Andrade	Escola Básica Eugénio de Andrade	Sim	Sim
Fontes Pereira de Melo	Escola Básica e Secundária de Fontes Pereira de Melo	Sim	Sim
	Escola Básica Maria Lamas	Sim	Sim
Garcia de Orta	Escola Secundária Garcia de Orta	Não	Sim
	Escola Básica Francisco Torrinha	Sim	Sim
Infante D. Henrique	Escola Básica Gomes Teixeira	Sim	Sim
Leonardo Coimbra Filho	Escola Básica Leonardo Coimbra Filho	Sim	Sim
Manoel Oliveira	Escola Básica Manoel de Oliveira	Sim	Sim
Pêro Vaz de Caminha	Escola Básica Pêro Vaz de Caminha	Sim	Sim
Rodrigues de Freitas	Escola Básica de Miragaia	Sim	Sim
	Escola Básica e Secundária Rodrigues de Freitas	Sim	Sim
Viso	Escola Básica do Viso	Sim	Sim
Escola Artística	Conservatório de Música do Porto	Sim	Sim
ES Filipa de Vilhena	Escola Secundária Filipa de Vilhena	Não	Sim

Fonte: Agrupamentos de escolas e escolas da rede privada e solidária do concelho do Porto (inquérito próprio)

Relativamente à acessibilidade, em 15 estabelecimentos (57,7%) o acesso em geral foi classificado como “bom” e, noutros 3 estabelecimentos (11,5%) foi considerado “excelente” (Escola Básica e Secundária de Fontes Pereira de Melo, Escola Secundária Garcia de Orta e Escola Secundária Filipa de Vilhena). Destaca-se apenas como situação menos positiva a acessibilidade à EB 2,3 Dr. Augusto César Pires de Lima, que foi classificada em termos gerais como “deficiente” – pese embora, em termos de acessibilidades por transportes públicos e Metro, tenha sido classificada no inquérito como “excelente”.

Embora alguns destes estabelecimentos funcionem ainda em edifícios construídos em meados do século XIX e princípio do século XX, a maior parte dos edifícios originais de cada estabelecimento é posterior a 1950. O parque escolar mais envelhecido encontra-se na freguesia de Bonfim e na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, onde os edifícios mais recentes foram construídos entre finais da década de 1970 e meados da década de 1980. Embora na maior parte dos agrupamentos existam edifícios de construção recente (últimos 20 anos), em alguns agrupamentos os edifícios mais recentes datam de 1920 (Agrupamento de Escolas Aurélia de Sousa) e de 1952 (Agrupamento de Escolas Infante D. Henrique). No caso do Agrupamento de Escolas António Nobre (Escolas da Areosa e Nicolau Nasoni), os estabelecimentos datam da década de 90 (1998 e 1992, respetivamente) No caso da rede privada, a maioria dos estabelecimentos foi construída entre 1930 e 1960, datando o mais recente (Colégio D. Dinis - Polo de António Carneiro) de 1985.

Dos 26 estabelecimentos com este nível de oferta, a maior parte (14) não beneficiou de intervenções de reabilitação nos edifícios nos últimos 20 anos, onde se incluem todos os estabelecimentos localizados na freguesia de Bonfim e na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos. Da informação disponibilizada pelos agrupamentos verifica-se também que, neste período, não se realizaram intervenções de reabilitação nos edifícios dos agrupamentos com o parque edificado mais envelhecido, nomeadamente no Agrupamento de Escolas Infante D. Henrique, no Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano e no Agrupamento de Escolas Leonardo Coimbra Filho. Dos 15 estabelecimentos que integram a rede privada, 4 foram intervencionados em 2016.

Da avaliação realizada pelos diretores dos agrupamentos de escolas sobre o estado de conservação geral dos edifícios e dos espaços exteriores dos estabelecimentos de ensino com 2º e 3º ciclo, constata-se a existência de uma grande diversidade de situações. Por um lado, uma parte considerável dos edifícios é classificada com um estado de conservação “razoável” (8) ou “bom” (7), sendo que, em 3 estabelecimentos, o estado dos edifícios é classificado como “excelente” – nomeadamente a Escola Básica e Secundária de Fontes Pereira de Melo, a Escola Secundária Garcia de Orta e a Escola Secundária Filipa de Vilhena.

Contudo, existem também 8 estabelecimentos cujo estado de conservação dos edifícios é considerado “deficiente”, a mesma classificação dada ao estado de conservação dos espaços exteriores em 9 estabelecimentos, sendo este o estado mais frequente no cômputo geral. Tendo em consideração os diferentes parâmetros considerados pelos diretores de agrupamentos para a avaliação dos edifícios no inquérito, os estabelecimentos em pior estado de conservação são a EB 2-3 Maria Lamas e a Escola Secundária Alexandre Herculano, nas quais todos os 16 parâmetros são classificados como deficientes – nomeadamente, a estrutura, cobertura, salas, laboratórios, oficinas, paredes exteriores e interiores, revestimentos de pavimentos exteriores e interiores, tetos, escadas, ascensores, caixilharia e portas exteriores e interiores, dispositivos de proteção contra queda e dispositivos de proteção de vãos exteriores. Merecem também destaque a EB 2-3 Eugénio de Andrade e a EB 2-3 Dr. Augusto César Pires de Lima, com 14 e 13 parâmetros do estado de conservação classificados como “deficientes”. Na rede privada, a esmagadora maioria das avaliações é boa ou excelente, existindo apenas uma situação onde se destacam algumas debilidades (Colégio Luso-Francês). Conforme referido anteriormente, estes valores devem ser relativizados, face ao universo de respostas em causa e à impossibilidade de verificação/confirmação presencial das situações.

Tabela 14 - Estado de conservação geral dos edifícios e dos espaços exteriores dos estabelecimentos de ensino do 2.º e 3.º ciclo do ensino básico no concelho do Porto, integrados na rede pública, no ano letivo 2016-2017

Agrupamento de Escolas	Estabelecimento	Estado de conservação dos edifícios	Estado de conservação dos espaços exteriores
Alexandre Herculano	Escola Secundária Alexandre Herculano	Deficiente	Deficiente
	Escola Básica Dr. Augusto César Pires De Lima	Deficiente	Deficiente
	Escola Básica Ramalho Ortigão	Razoável	Razoável
António Nobre, Porto	Escola Secundária António Nobre	Deficiente	Deficiente
	Escola Básica de Nicolau Nasoni, Porto	Bom	Razoável
	Escola Básica da Areosa	Razoável	Bom
Aurélia de Sousa	Escola Básica Augusto Gil	Deficiente	Razoável
	Escola Secundária Aurélia de Sousa	Bom	Bom
Carolina Michaëlis	Escola Básica e Secundária Carolina Michaëlis	Bom	Bom
	Escola Básica Irene Lisboa	Razoável	Razoável
Cerco do Porto	Escola Básica e Secundária do Cerco	Bom	Bom
Clara de Resende	Escola Secundária Clara de Resende	Bom	Bom
Eugénio de Andrade	Escola Básica Eugénio de Andrade	Deficiente	Deficiente
Fontes Pereira de Melo	Escola Básica e Secundária de Fontes Pereira de Melo	Excelente	Excelente
	Escola Básica Maria Lamas	Deficiente	Deficiente
Garcia de Orta	Escola Secundária Garcia de Orta	Excelente	Excelente
	Escola Básica Francisco Torrinha	Deficiente	Deficiente
Infante D. Henrique	Escola Básica Gomes Teixeira	Deficiente	Deficiente
Leonardo Coimbra Filho, Porto	Escola Básica Leonardo Coimbra Filho, Porto	Razoável	Razoável
Manoel Oliveira	Escola Básica Manoel de Oliveira	Razoável	Razoável
Pêro Vaz de Caminha	Escola Básica Pêro Vaz de Caminha	Razoável	Deficiente
Rodrigues de Freitas	Escola Básica de Miragaia	Razoável	Deficiente
	Escola Básica e Secundária Rodrigues de Freitas	Bom	Bom
Viso	Escola Básica do Viso	Razoável	Razoável
Escola Artística	Conservatório de Música do Porto	Bom	Bom
Escola não agrupada	Escola Secundária Filipa de Vilhena	Excelente	Bom

Fonte: Agrupamentos de escolas e escolas da rede privada e solidária do concelho do Porto (inquérito próprio)

Quanto à avaliação feita pelos diretores dos agrupamentos relativamente à qualidade do meio envolvente dos estabelecimentos, em metade (13 estabelecimentos) este é classificado como “bom”, enquanto para outros quatro estabelecimentos o meio envolvente é considerado “excelente”, mais concretamente na Escola Básica da Areosa (Agrupamento de Escolas de António Nobre), na Escola Básica e Secundária de Fontes Pereira de Melo (Agrupamento de Escolas Fontes Pereira de Melo) e na Escola Básica Francisco Torrinha e Escola Secundária Garcia de Orta (ambas integradas no Agrupamento de Escolas Garcia de Orta). O meio envolvente apenas é classificado como “deficiente” na EB 2,3 Dr. Augusto César Pires de Lima, integrada no Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano (freguesia de Bonfim).

Quanto à evolução do consumo energético nos últimos 3 anos, em mais de metade dos estabelecimentos (14, correspondentes a 53,9% do total) o consumo manteve-se estável neste período, enquanto em 7 estabelecimentos (26,9% do total) a evolução foi positiva, com uma redução do consumo, nomeadamente nos seguintes: Escola Secundária Alexandre Herculano (Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano); Escola Básica de Nicolau Nasoni, Escola Secundária António Nobre e Escola Básica da Areosa (Agrupamento de Escolas António Nobre); Escola Básica e Secundária de Fontes Pereira de Melo (Agrupamento de Escolas Fontes Pereira de Melo); EB Manoel Oliveira (Agrupamento de Escolas Manoel de Oliveira) e Escola Básica e Secundária Rodrigues de Freitas (Agrupamento de Escolas Rodrigues de Freitas). Contudo,

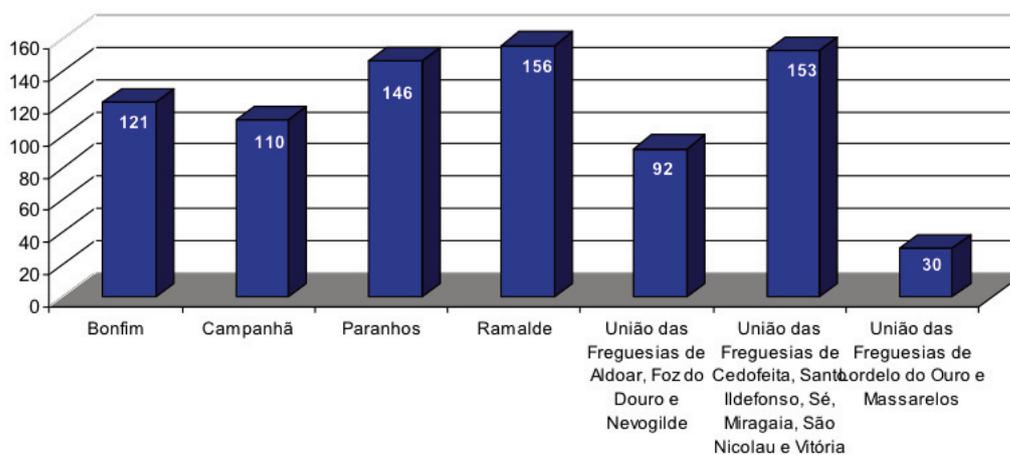
foram também reportados aumentos do consumo energético na Escola Básica e Secundária Carolina Michaëlis (Agrupamento de Escolas Carolina Michaëlis), na Escola Clara de Resende (Agrupamento de Escolas Clara de Resende), na Escola Básica e Secundária do Cerco (Agrupamento de Escolas do Cerco do Porto), na EB do Viso (Agrupamento de Escolas do Viso) e na Escola Básica Eugénio de Andrade (Agrupamento de Escolas Eugénio de Andrade).

Os diretores dos agrupamentos de escolas sublinham a adoção de diversas medidas específicas de aumento da eficiência energética em 15 estabelecimentos, das quais se podem destacar a instalação de lâmpadas LED e sistemas de iluminação mais eficientes, a instalação de painéis fotovoltaicos e termovoltáicos, a implementação de práticas de gestão e controlo e tecnologias limitadoras dos sistemas consumidores de eletricidade e água (iluminação, climatização, instalações sanitárias), assim como a promoção de práticas e comportamentos que contribuem para a redução global de custos associados a consumos correntes com encargos de instalações.

3.4.2. Espaços, Serviços e Recursos

Existem 808 salas de atividade ocupadas com turma nos estabelecimentos de ensino público do 2º e 3º ciclo, sendo em maior número na freguesia de Ramalde (156) e na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória (153) e em menor número na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos (30) e na freguesia de Bonfim (74). Na rede privada, o número de salas ocupadas com turma ascende a 349 (contemplando os 3 níveis de ensino), merecendo especial destaque a forte representatividade do Oporto British School - Instituto Cultural e Britânico do Porto (63 salas) e do Ribadouro (61 salas), no conjunto de estabelecimentos com inquérito validado.

Tabela 15 - Salas de atividade ocupadas com turma nos estabelecimentos de ensino do 2º e 3º ciclo do ensino básico da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2016-2017, por freguesias



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho do Porto (inquérito próprio)

A distribuição por agrupamentos varia entre as 88 salas de atividade ocupadas no Agrupamento de Escolas Fontes Pereira de Melo (com maior número de salas ocupadas) e 13 salas no Agrupamento de Escolas Infante D. Henrique (com menor número), sendo a média de 45 salas por agrupamento.

Tabela 16 - Salas de atividade ocupadas com turma nos estabelecimentos de ensino do 2º e 3º ciclo do ensino básico da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2016-2017, por agrupamento de escolas

Agrupamentos de Escolas	Salas ocupadas com turma (n.º)
Alexandre Herculano	67
António Nobre	65
Aurélia de Sousa	75
Carolina Michaëlis	70

Agrupamentos de Escolas	Salas ocupadas com turma (n.º)
Clara de Resende	44
Cerco do Porto	74
Viso	24
Eugénio de Andrade	27
Fontes Pereira de Melo	88
Garcia de Orta	65
Infante D. Henrique	13
Leonardo Coimbra Filho	17
Manoel de Oliveira	27
Pêro Vaz de Caminha	22
Rodrigues de Freitas	32
Escola Artística	51
ES Filipa de Vilhena	47
TOTAL GERAL	808

Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho do Porto (inquérito próprio)

Com exceção da freguesia de Campanhã, em todas as restantes freguesias do concelho existe um estabelecimento que regista carência de salas para funcionamento em horário normal.

No total, os agrupamentos reportam a carência de 36 salas em falta. As maiores carências encontram-se na Escola Secundária Alexandre Herculano (Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano) e no Conservatório de Música do Porto (Escola Artística), tendo cada estabelecimento 8 salas em falta. Importa sublinhar, contudo, que alguns destes estabelecimentos têm também oferta de ensino secundário e, como tal, a carência de salas não pode ser imputada diretamente à oferta do 2º e 3º ciclo, nomeadamente na Escola Secundária Alexandre Herculano, na Escola Secundária António Nobre e no Conservatório de Música do Porto.

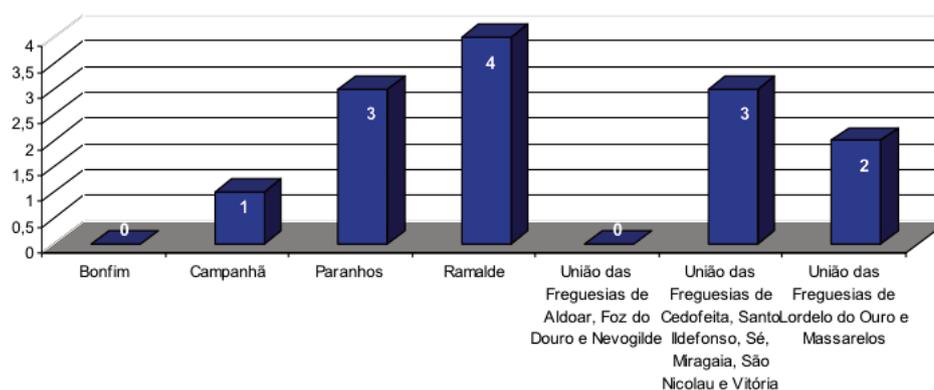
Tabela 17 - Carência de salas para funcionamento em horário normal nos estabelecimentos de ensino do 2º e 3º ciclo do ensino básico da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2016-2017, por agrupamento de escolas e estabelecimentos

Agrupamentos de Escolas	Salas em falta (n.º)
Agrupamento de escolas Alexandre Herculano	8
Escola Secundária Alexandre Herculano	8
Agrupamento de escolas António Nobre	6
Escola Secundária António Nobre	6
Agrupamento de escolas do Viso	3
Escola Básica do Viso	3
Agrupamento de escolas Garcia de Orta	6
Escola Básica Francisco Torrinha	6
Agrupamento de escolas Leonardo Coimbra Filho	5
Escola Básica Leonardo Coimbra Filho	5
Escola Artística	8
Conservatório de Música do Porto	8
Total	36

Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho do Porto (inquérito próprio)

Existem 13 estabelecimentos que praticam cedência de salas/espços à comunidade exterior, nomeadamente a associações desportivas, clubes desportivos, coletividades locais ou à CM do Porto/ Porto Lazer. Excetuando na freguesia de Bonfim e na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, em todas as restantes existem estabelecimentos com esta prática, com destaque para os localizados na freguesia de Ramalde. Na rede privada apenas o Oporto British School - Instituto Cultural e Britânico do Porto (ao British Council), e o Colégio D. Duarte - Ensino, Lda (ao Infantário Bê-Á-Bá) cedem os seus espaços.

Tabela 18 - Estabelecimentos de ensino do 2º e 3º ciclo do ensino básico da rede pública no concelho do Porto com cedência de salas/espços à comunidade exterior, no ano letivo 2016-2017, por freguesias



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho do Porto (inquérito próprio)

Por agrupamento, destaca-se o maior número de estabelecimentos que cedem salas/espços no Agrupamento de Escolas António Nobre (FCP- Dragon Force – Andebol; CMP- Porto Lazer), no Agrupamento de Escolas Fontes Pereira de Melo (Boavista FC, IPDJ, Associações Desportivas, ANEIS) e no Agrupamento de Escolas Rodrigues de Freitas (Instituto Multimédia e coletividades).

Tabela 19 - Estabelecimentos de ensino do 2º e 3º ciclo do ensino básico da rede pública no concelho do Porto com cedência de salas/espços à comunidade exterior, no ano letivo 2016-2017, por agrupamento de escolas

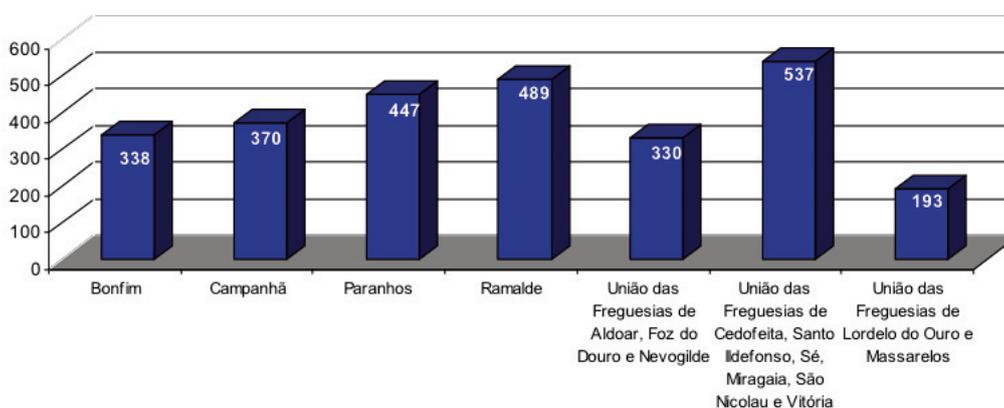
Agrupamentos de Escolas	Estabelecimentos que cedem salas
Alexandre Herculano	-
António Nobre	2
Aurélia de Sousa	-
Carolina Michaëlis	-
Clara de Resende	1
Cerco do Porto	-
Viso	1
Eugénio de Andrade	1
Fontes Pereira de Melo	2
Garcia de Orta	-
Infante D. Henrique	1
Leonardo Coimbra Filho	1
Manoel de Oliveira	-
Pêro Vaz de Caminha	-
Rodrigues de Freitas	2
Escola Artística	1
ES Filipa de Vilhena	1
TOTAL GERAL	13

Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho do Porto (inquérito próprio)

Todos os estabelecimentos oferecem serviço de refeições, dos quais 10 (38,5%) possuem unidades de confeitaria próprias, enquanto nos restantes as refeições são provenientes de unidades de confeitaria externas.

Existem 2.704 recursos humanos afetos aos estabelecimentos públicos com oferta do 2.º e 3.º ciclo do ensino básico, dos quais 2.630 (97,3%) estão integrados nos quadros. A maior parte destes recursos corresponde a docentes (74,1%), seguindo-se os assistentes operacionais (17,5%), os assistentes técnicos (6,5%) e outros recursos (1,8%). Quanto à distribuição por freguesias, destacam-se a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória e a freguesia de Ramalde com maior número de recursos humanos afetos aos estabelecimentos de ensino aí localizados, enquanto no outro extremo da distribuição se encontra a União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos. Na rede privada, contabilizam-se 1.062 recursos humanos. Destes, mais de 60% são docentes do quadro.

Tabela 20 - Recursos humanos nos estabelecimentos do 2º e 3º ciclo do ensino básico da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2015-2016, por freguesias



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho do Porto (inquérito próprio)

Por agrupamentos destacam-se o Agrupamento de Escolas Garcia de Orta e o Agrupamento de Escolas do Cerco do Porto como aqueles com maior número de recursos humanos ao serviço.

Tabela 21 - Recursos humanos nos estabelecimentos do 2º e 3º ciclo do ensino básico da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2015-2016, por agrupamento de escolas

Agrupamentos de Escolas	Total	Docentes		Assistentes Técnicos		Assistentes Operacionais		Outros recursos humanos	
		Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros
Alexandre Herculano	219	159	1	15	-	41	-	2	1
António Nobre	179	104	3	12	1	37	3	4	3
Aurélia de Sousa	207	149	2	13	1	38	1	2	1
Carolina Michaëlis	196	145	1	12	-	34	-	4	-
Clara de Resende	185	140	1	11	1	26	1	4	1
Cerco do Porto	244	183	1	10	1	46	1	1	1
Viso	76	49	1	7	1	14	1	2	1
Eugénio de Andrade	86	62	1	6	1	13	1	1	1
Fontes Pereira de Melo	228	170	2	12	2	35	2	3	2
Garcia de Orta	246	185	2	13	2	39	2	1	2
Infante D. Henrique	97	73	1	3	1	17	1	0	1
Leonardo Coimbra Filho	96	64	1	6	1	21	1	1	1
Manoel de Oliveira	84	55	1	6	1	19	1	0	1

Agrupamentos de Escolas	Total	Docentes		Assistentes Técnicos		Assistentes Operacionais		Outros recursos humanos	
		Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros
Pêro Vaz de Caminha	120	95	1	6	-	15		3	
Rodrigues de Freitas	228	175	1	12	-	36	1	2	1
Escola Artística	113	96	1	7	1	6	1	0	1
ES Filipa de Vilhena	100	69	1	8	-	20	-	1	1
TOTAL GERAL	2.704	1.983	22	159	16	457	17	31	19

Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho do Porto (inquérito próprio)

Importa sublinhar também neste caso que alguns destes estabelecimentos acumulam a oferta de ensino básico com o ensino secundário e, como tal, os seus recursos humanos não podem ser associados diretamente à oferta do 2º e 3º ciclo.

3.5. Ensino Secundário

3.5.1. Equipamentos

O exercício de inquirição compreendeu 25 estabelecimentos com oferta de ensino secundário, dos quais pouco mais de metade (13 estabelecimentos, equivalente a 52% do total) integrados na rede pública. No caso da rede privada, não obstante a participação não ter coberto o universo de estabelecimentos presentes na cidade, considera-se bastante representativa a amostra, por contemplar os estabelecimentos de maior procura e de maior dimensão, com destaque para o Externato Ribadouro.

Os estabelecimentos da rede pública distribuem-se por todas as freguesias do concelho, sendo maior a oferta na freguesia de Bonfim e na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, com 3 estabelecimentos cada. A rede privada cobre de forma bastante homogénea o território, existindo uma distribuição equitativa pelas freguesias do Bonfim, União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos e União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde (3 estabelecimentos em cada).

Tabela 22 - Localização dos estabelecimentos de ensino secundário no concelho do Porto, integrados na rede pública, no ano letivo 2016-2017

Agrupamento de Escolas	Estabelecimento	Freguesia
Alexandre Herculano	Escola Secundária Alexandre Herculano	Bonfim
António Nobre	Escola Secundária António Nobre	Paranhos
Aurélia de Sousa	Escola Secundária Aurélia de Sousa	Bonfim
Carolina Michaëlis	Escola Básica e Secundária Carolina Michaëlis	UF de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória
Clara de Resende	Escola Secundária Clara de Resende	Ramalde
Cerco do Porto	Escola Básica e Secundária do Cerco	Campanhã
Fontes Pereira de Melo	Escola Básica e Secundária de Fontes Pereira de Melo	Ramalde
Garcia de Orta	Escola Secundária Garcia de Orta	UF de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde
Infante D. Henrique	Escola Secundária Infante D. Henrique	UF de Lordelo do Ouro e Massarelos
Rodrigues de Freitas	Escola Básica e Secundária Rodrigues de Freitas	UF de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória
Escola Artística	Conservatório de Música do Porto	UF de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória
	Escola Artística de Soares dos Reis	Bonfim
Escola não agrupada	Escola Secundária Filipa de Vilhena	Paranhos

Fonte: Agrupamentos de escolas e escolas da rede privada e solidária do concelho do Porto (inquérito próprio)

Relativamente à acessibilidade aos estabelecimentos, em termos globais a situação é muito positiva, sendo que o acesso geral a 10 estabelecimentos foi classificado pelos diretores como “bom” e, para os restantes 3 estabelecimentos, foi classificado como “excelente”, mais concretamente nos casos da Escola Básica e Secundária de Fontes Pereira de Melo, da Escola Secundária Filipa de Vilhena e da Escola Secundária Garcia de Orta.

Quanto ao período de construção, a maior parte (9) dos edifícios originais dos estabelecimentos foi construída na segunda metade do século XX. Considerando a distribuição dos estabelecimentos por freguesia, verifica-se que em todas as freguesias existem estabelecimentos com edifícios muito recentes, construídos/reabilitados em 2009 e 2010 (pela Parque Escolar), com exceção da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, onde o edifício mais recente da Escola Secundária Infante D. Henrique foi construído em 1958. Na rede privada, a maioria dos estabelecimentos foi construída entre 1930 e 1960, datando o mais recente (Colégio D. Dinis - Polo de António Carneiro) de 1985.

Os edifícios originais mais antigos são a Escola Secundária Alexandre Herculano (construída em 1916), a Escola Secundária Infante D. Henrique (1927), o Conservatório de Música do Porto (1933) e a Escola Básica e Secundária Rodrigues de Freitas (1937). A maior parte dos estabelecimentos (igualmente 9) integram edifícios mais recentes construídos em 2009 e 2010 (através da execução do Programa de Modernização do Parque Escolar do Ensino Secundário, apoiado por financiamentos comunitários). As exceções são a Escola Secundária António Nobre (1972 - não foi concluído o programa da intervenção faseada inicialmente previsto pela Parque Escolar), a Escola Secundária Infante D. Henrique (1958) e a Escola Secundária Alexandre Herculano (1916).

Nos últimos 20 anos, apenas dois estabelecimentos não beneficiaram de intervenções de reabilitação, mais precisamente a Escola Secundária Alexandre Herculano (na freguesia de Bonfim) e a Escola Secundária Infante D. Henrique (na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos).

Quanto à avaliação realizada pelos diretores de agrupamentos sobre o estado de conservação geral dos edifícios e dos espaços exteriores dos estabelecimentos de ensino secundário, constata-se a existência de situações muito diversas. Embora a maior parte dos edifícios e espaços exteriores seja classificada como em bom estado de conservação, importa sublinhar o estado deficiente de conservação dos estabelecimentos com os edifícios mais antigos, nomeadamente da Escola Secundária Alexandre Herculano e da Escola Secundária António Nobre, assim como dos espaços exteriores da Escola Secundária Infante D. Henrique. Não obstante, deve-se também realçar o excelente estado de conservação global da Escola Básica e Secundária de Fontes Pereira de Melo e da Escola Secundária Garcia de Orta, intervencionadas pela Parque Escolar num passado recente.

Tabela 23 - Estado de conservação geral dos edifícios e dos espaços exteriores dos estabelecimentos de ensino secundário no concelho do Porto, integrados na rede pública, no ano letivo 2016-2017

Agrupamento de Escolas	Estabelecimento	Estado de conservação dos edifícios	Estado de conservação dos espaços exteriores
Alexandre Herculano	Escola Secundária Alexandre Herculano	Deficiente	Deficiente
António Nobre	Escola Secundária António Nobre	Deficiente	Deficiente
Aurélia de Sousa	Escola Secundária Aurélia de Sousa	Bom	Bom
Carolina Michaëlis	Escola Básica e Secundária Carolina Michaëlis	Bom	Bom
Clara de Resende	Escola Secundária Clara de Resende	Bom	Bom
Cerco do Porto	Escola Básica e Secundária do Cerco	Bom	Bom
Fontes Pereira de Melo	Escola Básica e Secundária de Fontes Pereira de Melo	Excelente	Excelente
Garcia de Orta	Escola Secundária Garcia de Orta	Excelente	Excelente
Infante D. Henrique	Escola Secundária Infante D. Henrique	Razoável	Deficiente
Rodrigues de Freitas	Escola Básica e Secundária Rodrigues de Freitas	Bom	Bom

Agrupamento de Escolas	Estabelecimento	Estado de conservação dos edifícios	Estado de conservação dos espaços exteriores
Escola Artística	Conservatório de Música do Porto	Bom	Bom
	Escola Artística de Soares dos Reis	Razoável	Razoável
Escola não agrupada	Escola Secundária Filipa de Vilhena	Excelente	Bom

Fonte: Agrupamentos de escolas e escolas da rede privada e solidária do concelho do Porto (inquérito próprio)

Das informações mais detalhadas prestadas pelas escolas relativamente ao estado de conservação, na Escola Secundária Alexandre Herculano foi realçado o estado deficiente da cobertura, dos tetos, paredes, vidros, caixilharias e canalizações, da instalação elétrica, das pinturas, das escadarias, dos sanitários, do acesso para alunos com dificuldades motoras, da sinalização para alunos surdos, das salas para desenvolvimento do trabalho de cariz mais prático ou experimental e das instalações para as novas tecnologias.

Na Escola Secundária António Nobre, o edificado necessita de bastantes intervenções – algumas de natureza estrutural – com destaque para a substituição da cobertura do setor central, onde estão implantados todos os serviços – cantina, refeitório, bufete, papelaria, área de convívio dos alunos (polivalente), biblioteca, serviços administrativos e direção – e que se encontra completamente degradada. As infiltrações de água, através da cobertura, provocam humidade em várias zonas deste espaço, com consequentes danos para a saúde. É necessário também a substituição da cobertura e parte das janelas e portas do setor C1 e C2. Quanto ao Pavilhão Gimnodesportivo, era importante substituir o telhado ainda em fibrocimento, que com o decorrer dos anos tem vindo a deixar entrar água, degradando o piso em madeira (a intervir). Ainda no Pavilhão, mas no que respeita à parte elétrica, é fundamental substituir o quadro elétrico e o cilindro que se encontra nos balneários.

Na Escola Secundária Aurélia de Sousa foi destacada a necessidade de intervir em zonas com infiltração de água, assim como a manutenção de fechaduras, vidros, pinturas casa de banho. Quanto à Escola Básica e Secundária Carolina Michaëlis, os edifícios encontram-se em estado razoável, mas existem algumas infiltrações de água junto a janelas e portas, que se agravam na biblioteca, onde a pintura exterior está a descascar.

Na Escola Básica e Secundária do Cerco foi reportado que alguns espaços interiores e exteriores da escola ficam alagados quando chove intensamente, enquanto na Escola Secundária Infante D. Henrique foi destacado o piso degradado, infiltrações, falta de aquecimento, falta de estores e problemas elétricos. Por fim, no Conservatório de Música do Porto foi reportada a necessidade de manutenção de beirais dos telhados.

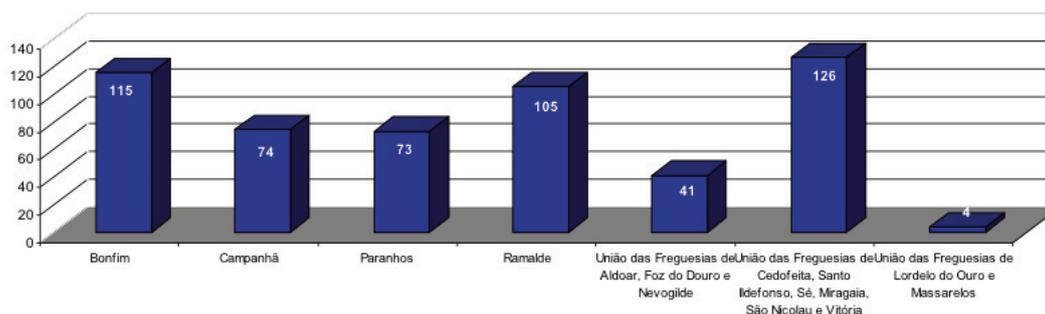
A classificação pelos respetivos diretores dos agrupamentos de escolas do meio envolvente dos estabelecimentos é globalmente muito positiva, sem situações mais negativas. A maior parte (9) é classificado como “bom”, sendo considerado “excelente” no caso da Escola Básica e Secundária de Fontes Pereira de Melo e da Escola Secundária Garcia de Orta e “razoável” no caso da Escola Básica e Secundária do Cerco e da Escola Secundária Infante D. Henrique.

Na maior parte dos estabelecimentos o consumo de energia teve uma evolução neutra (6 estabelecimentos) ou positiva (4 estabelecimentos) nos últimos três anos, destacando-se a redução do consumo reportada pela Escola Básica e Secundária de Fontes Pereira de Melo, pela Escola Básica e Secundária Rodrigues de Freitas, pela Escola Secundária Alexandre Herculano e pela Escola Secundária António Nobre. Contudo, foram também reportadas três situações de estabelecimentos onde os consumos energéticos aumentaram neste período, nomeadamente na Escola Básica e Secundária Carolina Michaëlis, na Escola Básica e Secundária do Cerco e na Escola Clara de Resende. Em 8 estabelecimentos foi referida a adoção de medidas específicas de aumento da eficiência energética, relacionada com a substituição de lâmpadas por tecnologia LED, a instalação de sistemas de iluminação mais eficientes, o recurso a fontes de energia renováveis (painéis fotovoltaicos e termovoltáicos), a definição de políticas internas de gestão de consumos de eletricidade e água, bem como a promoção de práticas e comportamentos mais sustentáveis.

3.5.2. Espaços, Serviços e Recursos

No total dos 13 estabelecimentos da rede pública com oferta de ensino secundário no concelho existem 538 salas de atividade ocupadas com turma, sendo a oferta maior na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória (126 salas ocupadas) e nas freguesias de Bonfim (115) e Ramalde (105). No extremo oposto da distribuição encontra-se a União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, com apenas 4 salas ocupadas com turma na Escola Secundária Infante D. Henrique. Na rede privada, as salas ocupadas com turma ascendem a 349 (3 níveis de ensino), destacando-se o Oporto British School - Instituto Cultural e Britânico do Porto (63 salas) e o Ribadouro (61 salas).

Tabela 24 - Salas de atividade ocupadas com turma nos estabelecimentos de ensino secundário da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2016-2017, por freguesias



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho do Porto (inquérito próprio)

Existem em média 41 salas ocupadas com turma por cada estabelecimento, sendo que a distribuição do número de salas ocupadas varia entre as 74 salas (Escola Básica e Secundária do Cerco) e as 4 salas (Escola Secundária Infante D. Henrique).

Tabela 25 - Salas de atividade ocupadas com turma nos estabelecimentos de ensino secundário da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2016-2017, por estabelecimento

Estabelecimento	Salas ocupadas com turma (n.º)
Conservatório de Música do Porto	51
Escola Artística de Soares dos Reis	45
Escola Básica e Secundária Carolina Michaëlis	51
Escola Básica e Secundária de Fontes Pereira de Melo	61
Escola Básica e Secundária do Cerco	74
Escola Básica e Secundária Rodrigues de Freitas	24
Escola Secundária Clara de Resende	44
Escola Secundária Alexandre Herculano	23
Escola Secundária António Nobre	26
Escola Secundária Aurélia de Sousa	47
Escola Secundária Filipa de Vilhena	47
Escola Secundária Garcia de Orta	41
Escola Secundária Infante D. Henrique	4

Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho do Porto (inquérito próprio)

Apenas 3 estabelecimentos reportaram carência de salas de atividades para funcionamento em horário normal, localizando-se nas freguesias de Bonfim, Paranhos e na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória.

No cômputo total, estes 3 estabelecimentos identificaram a carência de 22 salas, de acordo com a seguinte distribuição:

Tabela 26 - Carência de salas para funcionamento em horário normal nos estabelecimentos de ensino secundário da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2016-2017, por agrupamento de escolas e estabelecimentos

Agrupamentos de Escolas	Salas em falta (n.º)
Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano	8
Escola Secundária Alexandre Herculano	8
Agrupamento de Escolas António Nobre, Porto	6
Escola Secundária António Nobre	6
Escola Artística	8
Conservatório de Música do Porto	8
TOTAL GERAL	22

Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho do Porto (inquérito próprio)

Em todos os estabelecimentos de ensino secundário da rede pública é praticada a cedência de salas/espacos à comunidade exterior, predominantemente relacionada com atividades desportivas (andebol, judo, karaté, basquetebol, ginástica e outras), mas também com a atividade de associações académicas, empresas e coletividades.

Apenas 8 das 13 escolas do ensino secundário têm oferta de cursos profissionais, com destaque para a Escola Básica e Secundária de Fontes Pereira de Melo e a Escola Básica e Secundária do Cerco, com 8 e 6 cursos respetivamente. Os cursos ministrados inserem-se maioritariamente nas áreas da informática, do desporto, do turismo e restauração, da saúde e ação social e da multimédia, existindo também oferta nos domínios das artes gráficas, da joalheria, da manutenção industrial e da mecânica automóvel.

Estes cursos ocupam 46 salas (das quais 20 na Escola Básica e Secundária de Fontes Pereira de Melo) e têm afetos 193 docentes, entre pessoal do quadro e outros. Destacam-se a Escola Básica e Secundária do Cerco e a Escola Básica e Secundária Carolina Michaëlis, com maior número de docentes afetos aos cursos profissionais.

Tabela 27 - Cursos profissionais, salas e docentes afetos nos estabelecimentos de ensino secundário da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2016-2017, por estabelecimento

Estabelecimento	Cursos profissionais	Salas ocupadas com turma (n.º)	Docentes
Escola Secundária Alexandre Herculano	<ul style="list-style-type: none"> Curso de Apoio à Infância (nível IV) Programação e gestão de sistemas informáticos (nível IV) Técnico de Turismo (nível IV) Técnico de Gestão Desportiva (nível IV) 	3	15
Escola Secundária António Nobre	<ul style="list-style-type: none"> Técnico de Apoio à Gestão Desportiva (nível IV) Técnico de Apoio à Infância (nível IV) Técnico de Restauração - Variante: Restaurante - Bar (nível IV) 	4	19
Escola Básica e Secundária Carolina Michaëlis	<ul style="list-style-type: none"> Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos (nível III) Técnico Auxiliar de Saúde (nível III) Técnico de Apoio à Gestão Desportiva (nível III) 	4	36
Escola Básica e Secundária do Cerco	<ul style="list-style-type: none"> Técnico de Restaurante/Bar- ano 1 (nível IV) Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos - ano 1 (nível IV) Técnico de Restauração variante Restaurante/Bar - ano 2 (nível IV) Curso Profissional Técnico de Turismo - ano 2 (nível IV) Técnico de Restauração Variante Cozinha/ Pastelaria - ano 3 (nível IV) Técnico de Apoio à Gestão Desportiva (nível IV) 	6	38

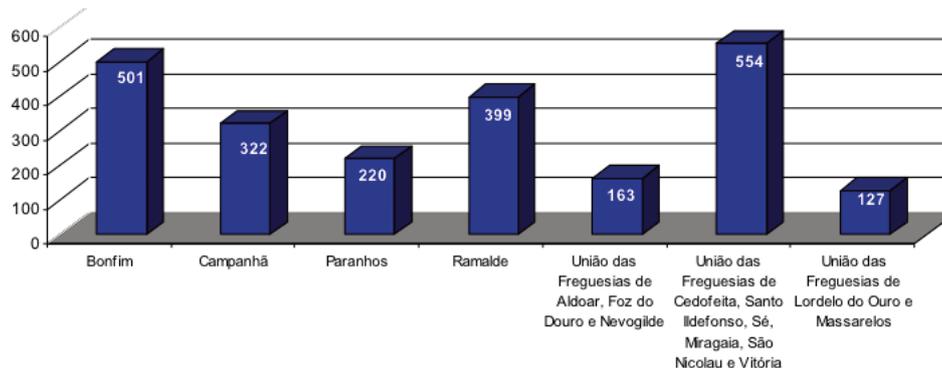
Estabelecimento	Cursos profissionais	Salas ocupadas com turma (n.º)	Docentes
Escola Básica e Secundária de Fontes Pereira de Melo	<ul style="list-style-type: none"> • Técnico de Programação e Sistemas Informáticos • Técnico de Equipamentos Informáticos • Técnico de Multimédia • Técnico de Automação e Controlo de Computadores • Técnico de Eletrónica e Telecomunicações • Técnico de Mecânica Automóvel • Técnico de Turismo • Técnico de Desporto (nível IV) 	20	24
Escola Secundária Infante D. Henrique	<ul style="list-style-type: none"> • Técnico de Manutenção Industrial (Mecatrónica) (nível IV) 	2	11
Escola Artística de Soares dos Reis	<ul style="list-style-type: none"> • Técnico de Animação 2D e 3D • Técnico de Design de Moda • Técnico de Artes Gráficas • Técnico de Joalheria 	4	29
Escola Secundária Filipa de Vilhena	<ul style="list-style-type: none"> • Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos (nível IV) 	3	21
TOTAL	30 CURSOS	46	193

Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho do Porto (inquérito próprio)

Praticamente todos os estabelecimentos de ensino secundário da rede pública oferecem serviços de refeição, sendo a única exceção a Escola Secundária Infante D. Henrique. Dos estabelecimentos que oferecem este serviço, 5 (41,7%) dispõem de unidades de confeção de refeições próprias, enquanto nos restantes as refeições são confeccionadas em unidades externas.

Os estabelecimentos do ensino secundário da rede pública no concelho do Porto têm 2.286 pessoas ao serviço, das quais 1.744 (76,3%) estão integradas nos quadros. Como nos demais níveis de ensino, a maior parte dos recursos humanos é composta por docentes (77,9%) – dos quais 25,7% não pertencem aos quadros – e por assistentes operacionais (13,5%). Por freguesias, as maiores concentrações de pessoal encontram-se na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória e na freguesia de Bonfim, enquanto o menor número de recursos humanos encontra-se na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos.

Tabela 28 - Recursos humanos nos estabelecimentos do ensino secundário da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2015-2016, por freguesias



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho do Porto (inquérito próprio)

No que respeita à distribuição dos recursos humanos por estabelecimentos, destacam-se os maiores efetivos afetos à Escola Básica e Secundária do Cerco e à Escola Básica e Secundária Rodrigues de Freitas. Da análise da constituição dos corpos docentes dos estabelecimentos, importa sublinhar também o predomínio dos docentes do quadro na Escola Básica e Secundária Carolina Michaëlis (onde representam 100%), na Escola Secundária Alexandre Herculano e na Escola Secundária António Nobre e, pelo contrário, o peso mais elevado de docentes com outros vínculos nas escolas artísticas,

em concreto na Escola Artística Soares dos Reis (onde são predominantes) e no Conservatório de Música do Porto (onde representam quase metade dos docentes).

Tabela 29 - Recursos humanos nos estabelecimentos do ensino secundário da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2015-2016, por agrupamento de escolas

Estabelecimentos	Total	Docentes		Assistentes Técnicos		Assistentes Operacionais		Outros recursos humanos	
		Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros
Conservatório de Música do Porto	184	96	71	7	0	6	4	0	0
Escola Artística de Soares dos Reis	247	78	130	7	2	17	6	1	6
Escola Básica e Secundária Carolina Michaëlis	134	100	-	11	-	20	-	3	-
Escola Básica e Secundária de Fontes Pereira de Melo	198	129	22	12	0	22	9	1	3
Escola Básica e Secundária do Cerco	322	183	60	10	0	46	16	1	6
Escola Básica e Secundária Rodrigues de Freitas	236	150	42	11	-	25	1	2	5
Escola Clara de Resende	201	140	16	11	0	26	4	4	0
Escola Secundária Alexandre Herculano	111	58	7	15	-	17		2	12
Escola Secundária António Nobre	81	48	2	12	0	14	3	1	1
Escola Secundária Aurélia de Sousa	143	97	10	13	-	22	-	1	-
Escola Secundária Filipa de Vilhena	139	69	40	8	-	20	-	1	1
Escola Secundária Garcia de Orta	163	102	27	12	0	19	0	1	2
Escola Secundária Infante D. Henrique	127	73	30	11	2	9	2	0	0
TOTAL GERAL	2.286	1.323	457	140	4	263	45	18	36

Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho do Porto (inquérito próprio)

Importa sublinhar que alguns destes estabelecimentos acumulam a oferta de ensino básico e secundário e, como tal, os seus recursos humanos não podem ser associados exclusivamente à oferta do secundário.

3.6. Ensino Profissional

3.6.1. Equipamentos

Para além da oferta de cursos profissionais existente nas escolas com ensino secundário, existem ainda no concelho do Porto inúmeras escolas profissionais, das quais apenas uma está integrada na rede pública – a Escola Profissional Infante D. Henrique. No processo de inquirição participaram as seguintes escolas profissionais:

- Escola Profissional Infante D. Henrique (rede pública);
- Escola de Comércio do Porto (privada);

- Escola Profissional de Comércio Externo (privada);
- Escola de Moda do Porto (privada);
- Cooperativa de Ensino Escola Profissional do Centro Juvenil de Campanhã CRL (privada);
- Balletatro Escola Profissional (privada);
- Escola Profissional do Comércio, Escritórios e Serviços do Porto, Raul Dória (privada);
- Escola Profissional de Tecnologia Psicossocial do Porto (privada);
- Escola Profissional Profitecla (privada);
- Escola Profissional de Economia Social (privada);
- Escola Profissional Bento de Jesus Caraça (privada);
- Escola Artística e Profissional Árvore (privada);
- Escola Profissional Perpétuo Socorro (privada).

Localizada na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, a Escola Profissional Infante D. Henrique funciona em 2 edifícios adaptados, o mais antigo construído no século XIX e o mais recente em 1994.

Estando situada no centro da cidade do Porto, junto da estação do Metro na Lapa, a acessibilidade à Escola foi classificada no inquérito como globalmente boa, com a mesma classificação relativamente às acessibilidades pedonais, aos acessos para pessoas com mobilidade condicionada e à acessibilidades através de transportes públicos, sendo considerada “excelente” quanto à proximidade da rede de Metro.

Os edifícios beneficiaram de intervenções recentes de reabilitação, em 2015, encontrando-se num estado de conservação classificado como “razoável”, enquanto o estado de conservação dos espaços exteriores é classificado como “bom”. O meio envolvente do estabelecimento é classificado como “razoável”. Este estabelecimento não dispõe de serviço de refeições.

A escola investe permanentemente na conservação e manutenção dos espaços, sendo que o maior constrangimento diagnosticado está relacionado com a falta de aquecimento central. Apesar da adaptação operada nos imóveis, a escola reúne excelentes condições ao nível das instalações e equipamentos específicos para proporcionar formação de qualidade com rigor e inovação técnica. A evolução do consumo energético ao longo dos últimos três anos foi neutra, com a manutenção do consumo. Não obstante, foram implementadas medidas de aumento da eficiência energética, nomeadamente com a substituição das lâmpadas convencionais por lâmpadas de baixo consumo.

3.6.2. Espaços, Serviços e Recursos

No último ano letivo, das 16 salas de atividade com condições para a componente letiva, 12 foram ocupadas com turma, não existindo carência de salas.

A oferta de cursos profissionais da escola está orientada para a formação de técnicos de restauração, nas variantes de cozinha/pastelaria e restaurante/ bar.

Quanto aos recursos humanos, a escola tem ao serviço 50 funcionários, dos quais 29 são docentes/formadores, 14 assistentes operacionais, 3 assistentes técnicos e 4 com outras categorias. Apenas 3 docentes/formadores estão integrados no quadro da escola, tendo a maior parte vínculos de outra natureza.

Tabela 30 - Recursos humanos nos estabelecimentos do ensino profissional da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2015-2016, por agrupamento de escolas

Estabelecimentos	Total	Docentes/ Formadores		Assistentes Técnicos		Assistentes Operacionais		Outros recursos humanos	
		Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros
Escola Profissional Infante D. Henrique	50	3	26	3	0	5	9	3	1

Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho do Porto (inquérito próprio)

No caso da oferta privada (13 estabelecimentos), revela a sua localização preferencial na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória (9 estabelecimentos). O estado de conservação é classificado pelos seus responsáveis como bom ou excelente, merecendo apenas destaque a EPCE - Escola Profissional de Comércio Externo, pelos constrangimentos que possui em termos de conservação do edificado. A quase totalidade das escolas foi alvo de reabilitação/intervenção nos últimos 17 anos.

Nestes 13 estabelecimentos existem 157 salas ocupadas com turma, não sendo apontadas carências, com exceção da Escola Artística e Profissional Árvore, que necessita de mais 7 salas (para evitar o arrendamento de espaços no exterior).

São ministrados 55 cursos profissionais (3 estabelecimentos disponibilizam 6 cursos cada). Contabilizam-se 507 recursos humanos, maioritariamente docentes (378).

4. CARACTERIZAÇÃO DA PROCURA ATUAL E POTENCIAL



4.1. Procura Atual por Tipologia de Equipamento/Nível de Ensino

4.1.1. Enquadramento Geral

Em linha com a tendência nacional, o número de crianças e alunos inscritos nos estabelecimentos de ensino da rede pública no concelho do Porto tem sofrido paulatinamente um decréscimo progressivo. Segundo dados da DGEstE, nos últimos 4 anos letivos, entre 2013-2014 e 2016-2017 registou-se uma diminuição de -3.057 alunos, correspondente a uma variação negativa de 10,5% neste período.

Tabela 31 - Crianças e alunos inscritos nos estabelecimentos de ensino da rede pública no concelho do Porto, nível de ensino

Nível de ensino / Alunos	Alunos inscritos 2013-2014 (n.º)	Alunos inscritos 2014-2015 (n.º)	Alunos inscritos 2015-2016 (n.º)	Alunos inscritos 2016-2017 (n.º)	Varição 2014-15/ 2016-17 (%)	Varição 2014-15/ 2016-17 (n.º)
Educação pré-escolar	2.208	2.056	1.978	1.814	-17,8	-394
1.º Ciclo do ensino básico	7.212	7.111	6.886	6.754	-6,4	-458
2.º Ciclo do ensino básico	4.691	4.361	4.189	4.041	-13,9	-650
3.º Ciclo do ensino básico	7.237	7.208	6.781	6.343	-12,4	-894
Ensino secundário	5.211	5.285	5.373	5.246	0,7	35
Ensino profissional	1.826	1.435	1.347	1.330	-27,2	-496
TOTAL	29.132	27.987	26.625	26.075	-10,5	-3.057

Fonte: DGEstE – Ministério da Educação

O único nível de ensino onde não se registou uma diminuição foi o ensino secundário, estando este fenómeno relacionado com a maior atratividade metropolitana nos estabelecimentos da Cidade com este nível de ensino (escolas de referência e de qualidade reconhecida por alunos e pais). O mesmo fator poderá explicar também a diminuição menos expressiva da procura pela educação pré-escolar, possivelmente atenuada pela procura por parte de residentes noutros concelhos da área metropolitana (ampliação e qualificação da oferta pública).

4.1.2. Educação Pré-Escolar

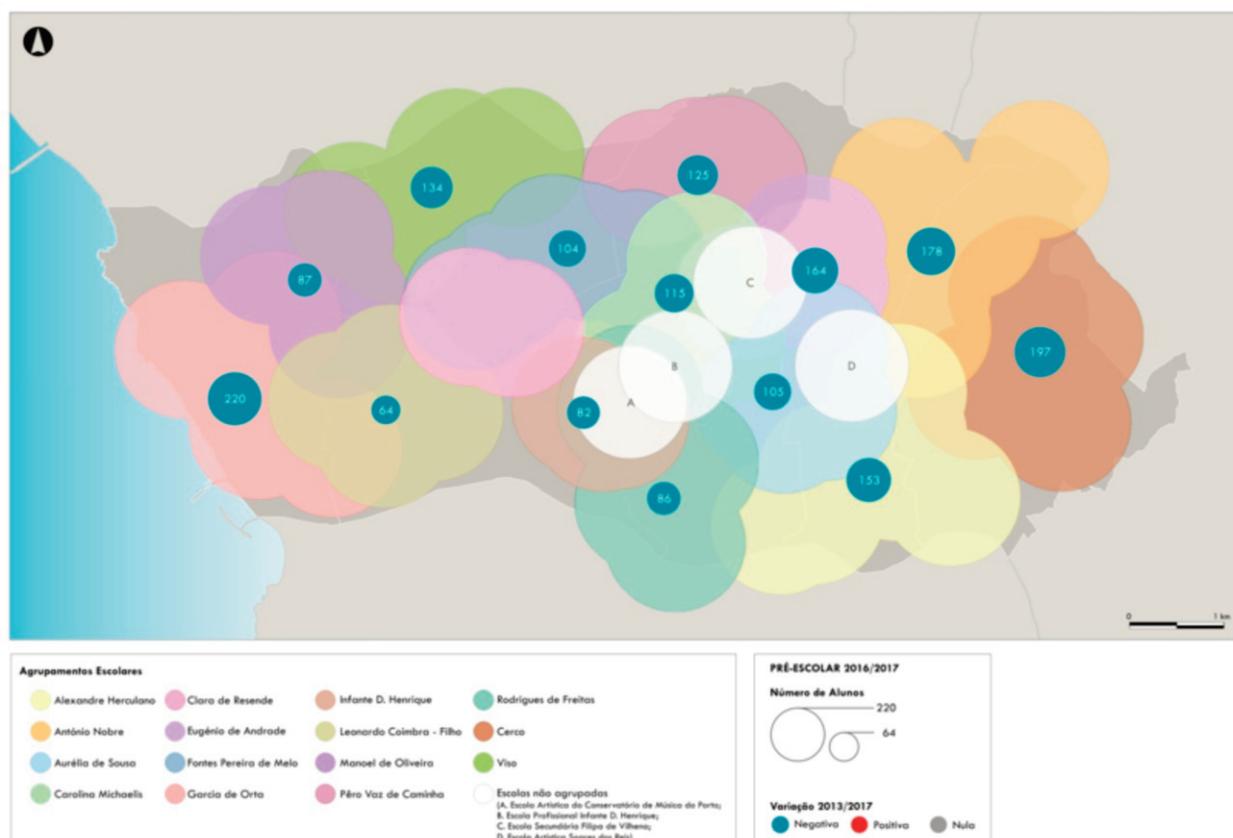
O número de crianças inscritas nos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública no concelho do Porto tem vindo a diminuir progressivamente desde 2001. Como já foi referido no quadro de referência territorial, o número de crianças matriculados na educação pré-escolar reduziu em 195 alunos entre 2011/2012 e 2013/2014 (REOT). Nos últimos 3 anos letivos esta tendência manteve-se, tendo o número de crianças reduzido em 141 entre 2014-2015 e 2016-2017 (variação de -6,9%), sendo que atualmente se encontram inscritas 1.888 crianças (DGEstE). Na rede privada, com uma expressão bastante significativa no concelho, estavam inscritas em 2016/2017, 3.357 crianças, nos 44 estabelecimentos de ensino que participaram no processo de inquirição (ligeiro acréscimo, nos últimos 3 anos letivos – mais 27 crianças). Este valor, bastante relevante, reflete a importância que a rede privada e solidária continua a possuir, independentemente da ampliação e forte qualificação registada na oferta pública.

Na rede pública, as freguesias com mais crianças inscritas são Campanhã (458 crianças) e Paranhos (367), enquanto as com menor número de crianças são a União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos (161) e Bonfim (177). Neste período observaram-se também transferências assinaláveis entre freguesias, em que as diminuições mais significativas registadas na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória (-17,4%) e na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos (-14,4%) foram acompanhadas por um crescimento significativo na freguesia do Bonfim (21,2%).

Por sua vez, os Agrupamento de Escolas com maior número de crianças inscritas são o agrupamento de escolas do Cerco do Porto (228) e o Agrupamento de Escolas Garcia de Orta (220), enquanto o Agrupamento de Escolas Leonardo Coimbra Filho é o que tem menos crianças inscritas (70 crianças). As variações mais significativas neste período verificam-se também no Agrupamento de Escolas Leonardo Coimbra Filho (-27,4%) e no Agrupamento de Escolas Rodrigues de Freitas (-19,8%).

Por sua vez, os agrupamentos de escolas com maior número de crianças inscritas são o Agrupamento de Escolas do Cerco do Porto (228) e o Agrupamento de Escolas Garcia de Orta (220), enquanto o Agrupamento de Escolas Leonardo Coimbra Filho é o que tem menos crianças inscritas (70 crianças). As variações mais significativas neste período verificam-se também no Agrupamento de Escolas Leonardo Coimbra Filho (-27,4%) e no Agrupamento de Escolas Rodrigues de Freitas (-19,8%).

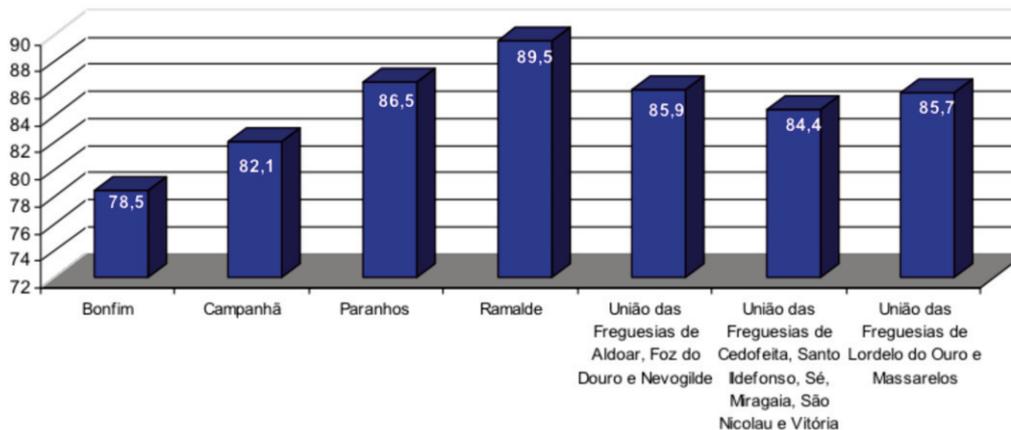
Tabela 32 - Crianças inscritas nos estabelecimentos de ensino pré-escolar da rede pública no concelho do Porto, por agrupamento de escolas



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho do Porto (Inquérito próprio)

Nos agrupamentos que disponibilizaram informação sobre o local de residência dos alunos encontram-se inscritos, no ano letivo 2016-2017, 1.456 alunos residentes no concelho do Porto (84,6%), sendo que a proporção de crianças residentes no concelho é menor na freguesia de Bonfim (78,5%) e maior na freguesia de Ramalde (89,5%). No caso da rede privada e solidária, é igualmente relevante a representatividade de crianças oriundas de outros concelhos a frequentar os estabelecimentos da cidade (892; 30,3%, do total).

Tabela 33 - Crianças residentes no Porto inscritas nos estabelecimentos de ensino pré-escolar da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2016-2017, por freguesias

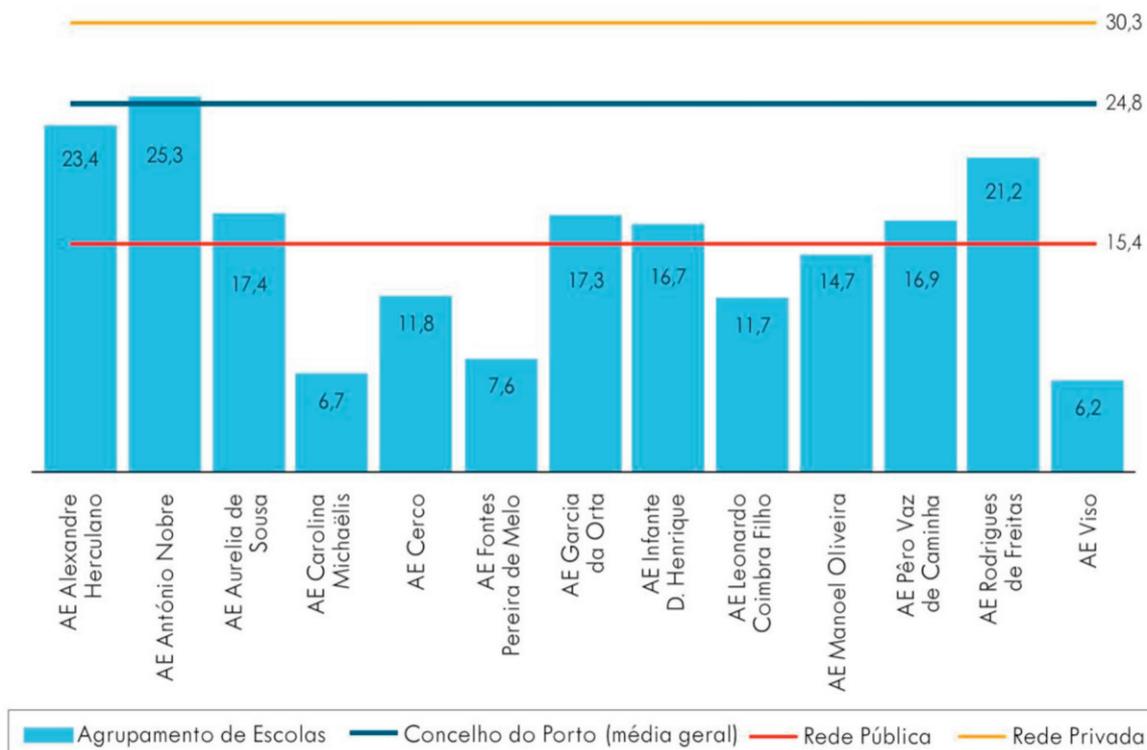


Nota (1): neste cálculo não foi contabilizado o número de alunos inscritos no AE Eugénio de Andrade, para o qual não foi disponibilizado o número de alunos inscritos residentes no concelho.

Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho do Porto (inquérito próprio)

Por agrupamento destacam-se o Agrupamento de Escolas do Viso, o Agrupamento de Escolas Carolina Michaëlis e o Agrupamento de Escolas Fontes Pereira de Melo, onde mais de 90% das crianças inscritas são residentes no concelho, refletindo uma procura eminentemente local/de proximidade. No extremo oposto da distribuição, no Agrupamento de Escolas António Nobre e no Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano o peso das crianças residentes fora do concelho é mais elevado, equivalente a cerca de um quarto do total.

Figura 47 – Proporção de crianças residentes fora do concelho inscritas nos estabelecimentos de ensino pré-escolar da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2016-2017, por agrupamento de escolas



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho do Porto (inquérito próprio)

As Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF), são disponibilizadas na maioria das escolas da rede pública (com exceção da EB Agra do Amial). Não obstante, estas atividades, na maior parte dos casos, apenas são disponibilizadas após o término da componente letiva (apenas a EB de S. Tomé, não disponibiliza atividades após este período). No total estão inscritas, na rede pública, 297 crianças antes da componente letiva (destaque para a Escola EB Bom Sucesso, do Agrupamento de Escolas Infante D. Henrique, com 30 crianças inscritas) e 862 crianças após o término das atividades letivas (com destaque para a EB Costa Cabral, do Agrupamento de Escolas Eugénio de Andrade, com 49 crianças). Este número bastante significativo de crianças que frequentam estas atividades, demonstra da importância que assume esta dimensão no apoio às famílias, devendo continuar a ser uma aposta do Município a qualidade e diversidade de atividades que oferecesse.

Neste nível de ensino estão inscritas nos estabelecimentos de ensino da rede pública 65 crianças com Necessidades Educativas Especiais – NEE (nos termos do Decreto-Lei nº 3/2008, de 7 de janeiro), correspondentes a 3,5% do total de alunos. Destas crianças, mais de um terço (28) estão inscritas em estabelecimentos localizados na freguesia de Paranhos, possuindo também uma expressão forte nas freguesias de Ramalde (13) e Campanhã (10). Na rede privada e solidária, nos 44 estabelecimentos inquiridos, existiam 49 crianças com NEE, em 2016/2017 (1,5% do total de alunos).

Regista-se também uma distribuição desigual por agrupamentos, destacando-se claramente a maior concentração destas crianças no Agrupamento de Escolas Eugénio de Andrade, com 22 crianças com necessidades educativas especiais inscritas (agrupamento com unidade de referência em educação bilingue de alunos surdos), ao qual se seguem, a uma distância significativa, o Agrupamento de Escolas do Cerco do Porto e o Agrupamento de Escolas do Viso, cada um com 8 crianças.

Tabela 34 - Crianças com necessidades educativas especiais inscritas nos estabelecimentos de ensino pré-escolar da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2016-2017, por agrupamento de escolas

Agrupamentos de Escolas	Crianças inscritas com NEE
Alexandre Herculano	2
António Nobre	2
Aurélia de Sousa	2
Carolina Michaélis	1
Cerco do Porto	8
Viso	8
Eugénio de Andrade	22
Infante D. Henrique	1
Leonardo Coimbra Filho	2
Manoel de Oliveira	1
Pêro Vaz de Caminha	4
Rodrigues de Freitas	4
Garcia de Orta	2
Fontes Pereira de Melo	6
TOTAL	65

Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho do Porto (inquérito próprio)

Quanto ao tipo de necessidades educativas especiais, existem 11 estabelecimentos com crianças com necessidade de acompanhamento pela intervenção precoce na infância e 4 com crianças acompanhadas por unidades de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita. Apenas num estabelecimento estão inscritas crianças com necessidade de educação bilingue para surdos (EB Augusto Lessa, no Agrupamento de Escolas Eugénio de Andrade), o mesmo se verificando com crianças com necessidade de educação para cegos e com baixa visão (EB da Torrinha, no Agrupamento de Escolas Rodrigues de Freitas) e com crianças inscritas em unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo (EB Bom Sucesso, no Agrupamento de Escolas Infante D. Henrique).

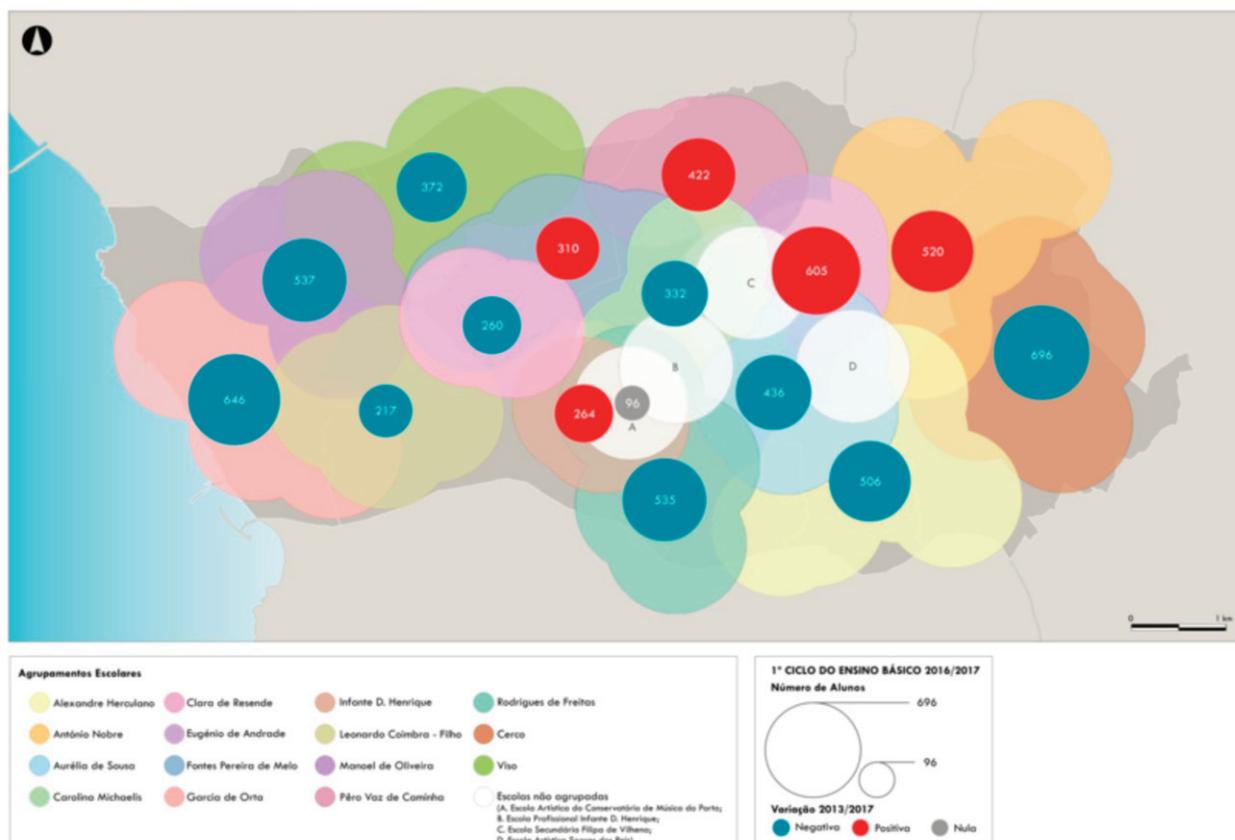
4.1.3. 1º Ciclo do Ensino Básico

O número de alunos inscritos no 1.º ciclo do ensino básico tem vindo igualmente a decrescer progressivamente, sendo que nos últimos 3 anos letivos registou uma variação de -4,2%, passando o número de alunos inscritos neste ciclo de 7.055 em 2014-2015 para 6.759 em 2016-2017. Os maiores decréscimos em termos relativos observaram-se na freguesia de Ramalde (-11,2%) e na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde (-10,4%). Não obstante, registou-se também um ligeiro aumento do número de alunos inscritos em duas freguesias, nomeadamente na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos (variação positiva de 2,1%) e em Paranhos (1,9%). Na rede privada e solidária, estavam inscritos 2.615 alunos, nos 19 estabelecimentos inquiridos (137 alunos por estabelecimento, em média), no ano letivo 2016/2017 (acréscimo de 5,9%, face a 2014/2015; 146 alunos).

O número de alunos inscritos varia consideravelmente por agrupamentos de escolas, registando-se igualmente dinâmicas muito diferenciadas no que respeita à sua variação. Em termos absolutos, destacam-se com maior número de alunos inscritos o Agrupamento de Escolas do Cerco do Porto (710 alunos), o Agrupamento de Escolas Garcia de Orta (638) e o Agrupamento de Escolas Eugénio de Andrade (609). No extremo oposto da distribuição, as especificidades de Escola Artística do Conservatório de Música do Porto posicionam-na a este nível com o menor de alunos inscritos (96, constantes ao longo do triénio), seguindo-se o Agrupamento de Escolas Clara de Resende (259 alunos) e o Agrupamento de Escolas Infante D. Henrique (262).

A variação do número de alunos inscritos ao longo do triénio oscila entre crescimentos ligeiros (de 5,2% no Agrupamento de Escolas Infante D. Henrique ou de 3,4% no Agrupamento de Escolas Eugénio de Andrade) e decréscimos mais significativos no Agrupamento de Escolas Clara de Resende (-27,2%), no Agrupamento de Escolas Garcia de Orta (-10,5%), no Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano (-9,8%) e no Agrupamento de Escolas Carolina Michaëlis (-8,6%). Na rede privada, 3 estabelecimentos, possuíam mais de três centenas de alunos, em 2016/2017: Lycée Français International de Porto (393 alunos); Colégio Luso-Francês (300 alunos) e Colégio de Nossa Senhora do Rosário (312 alunos). Não se observam oscilações nos últimos 3 anos letivos, com exceção do Lycée Français que registou um ligeiro incremento (11 alunos).

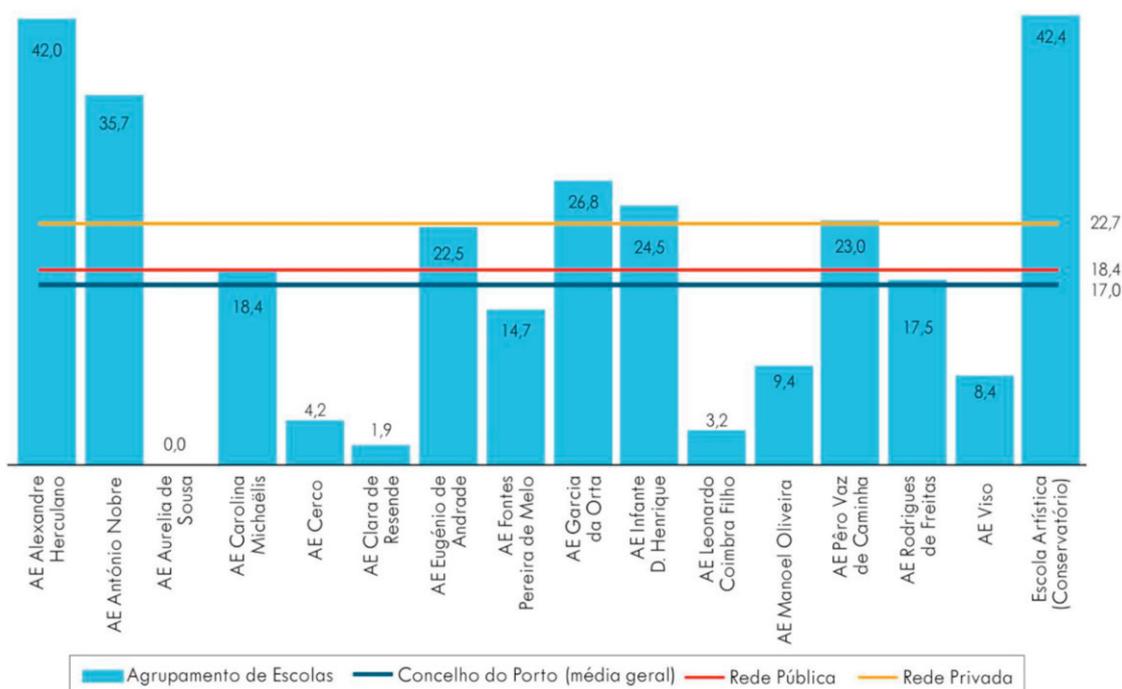
Tabela 35 - Alunos inscritos nos estabelecimentos o 1º ciclo do ensino básico da rede pública no concelho do Porto, por agrupamento de escolas



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho do Porto (inquérito próprio)

A proporção de alunos inscritos residentes no concelho do Porto reflete a área de influência metropolitana do sistema escolar municipal. Embora não tenha sido disponibilizada informação para todos os agrupamentos, dos dados disponíveis é possível concluir que cerca de 16% dos alunos deste nível de ensino são residentes noutros concelhos. Contudo, esta proporção média é significativamente maior em alguns agrupamentos, na ordem dos 25% a 42%, como seja no Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano, no Conservatório de Música do Porto, no Agrupamento de Escolas Rodrigues de Freitas, no Agrupamento de Escolas António Nobre e no Agrupamento de Escolas Garcia de Orta. No caso da rede privada, este valor é ligeiramente superior (22,7% dos alunos reside noutro concelho e frequenta os estabelecimentos da cidade).

Figura 48 – Proporção de alunos residentes fora do concelho inscritos nos estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2016-2017, por agrupamento de escolas



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho do Porto (inquérito próprio)

A maioria das escolas da rede pública disponibiliza Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC). A única exceção é a EB da Ponte. No total, 4.909 alunos frequentam as AEC na Cidade do Porto (destaque para a EB S. Miguel de Nevogilde, do Agrupamento de Escolas Garcia da Orta, com 309 crianças; e a EB Bom Sucesso, do Agrupamento de Escolas Infante D. Henrique, com 230 crianças). A Componente de Apoio à Família (CAF), apenas é disponibilizada em 12 estabelecimentos, para um total de 594 crianças (destaque para a EB S. Miguel de Nevogilde, do agrupamento Garcia da Orta, com 160 crianças; e a EB João de Deus, do Agrupamento de Escolas Clara de Resende, com 96 crianças a frequentar a CAF).

No ano letivo 2016-2017 existem 413 alunos inscritos no 1.º ciclo do ensino básico com necessidades educativas especiais, dos quais uma parte substancial se localiza nos estabelecimentos das freguesias de Paranhos (21,8% do total), Campanhã (17,7%) e União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória (16,7%).

O número de alunos com estas necessidades varia também consideravelmente entre os agrupamentos, sendo em maior número no Agrupamento de Escolas Eugénio de Andrade e no Agrupamento de Escolas Rodrigues de Freitas (49 alunos em cada) e no Agrupamento de Escolas do Cerco do Porto (47) e em número muito inferior no Conservatório de Música

do Porto (1) e no Agrupamento de Escolas Clara de Resende (8). Na rede privada, contabilizam-se 25 alunos com NEE, nos 19 estabelecimentos inquiridos (7 alunos no Colégio de Nossa Senhora do Rosário).

O número de alunos com estas necessidades varia também consideravelmente entre os agrupamentos, sendo em maior número no Agrupamento de Escolas Eugénio de Andrade e no Agrupamento de Escolas Rodrigues de Freitas (49 alunos em cada) e no Agrupamento de Escolas do Cerco do Porto (47) e em número muito inferior no Conservatório de Música do Porto (1) e no Agrupamento de Escolas Clara de Resende (8). Na rede privada, contabilizam-se 25 alunos com NEE, nos 19 estabelecimentos inquiridos (7 alunos no Colégio de Nossa Senhora do Rosário).

Tabela 36 - Alunos com necessidades educativas especiais inscritas nos estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2016-2017, por agrupamento de escolas

Agrupamentos de Escolas	Alunos inscritos com NEE
Alexandre Herculano	35
Aurélia de Sousa	29
Carolina Michaëlis	19
Clara de Resende	8
António Nobre	16
Cerco do Porto	47
Viso	23
Eugénio de Andrade	49
Fontes Pereira de Melo	30
Garcia de Orta	20
Infante D. Henrique	17
Leonardo Coimbra Filho	28
Manoel de Oliveira	18
Pêro Vaz de Caminha	24
Rodrigues de Freitas	49
Escola Artística	1
TOTAL	413

Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho do Porto (inquérito próprio)

No que se refere ao tipo de necessidades educativas especiais, existem:

- 6 estabelecimentos com unidades de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita (EB Fernão de Magalhães, EB Torrinha, EB da Corujeira, EB do Falcão, EB das Campinas e EB S. João de Deus);
- 4 estabelecimentos com acompanhamento ao nível da intervenção precoce na infância (EB de S. Tomé, EB da Corujeira, EB do Falcão e EB da Caramila);
- 3 estabelecimentos com crianças acompanhadas por unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo (EB Bom Sucesso, EB S. João de Deus e EB do Campo 24 de Agosto);
- 2 estabelecimentos com educação de alunos cegos e com baixa visão (EB Torrinha e EB do Campo 24 de Agosto);
- 1 estabelecimento com educação bilingue de alunos surdos (EB de Augusto Lessa).

No cômputo geral, no ano letivo 2015-2016 ficaram retidos no 1º ciclo do ensino básico 357 alunos, correspondentes a uma taxa de retenção global de 5,2%. Considerando a distribuição territorial dos estabelecimentos de ensino, verifica-se que a taxa de retenção foi superior nos estabelecimentos localizados na freguesia de Campanhã (9,8%) e menor na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória (1,5%) e na União das Freguesias de

Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde (2,1%). Na rede privada, apenas se registaram 10 situações de retenção no ano letivo 2015-2016 (taxa de retenção residual – 0,3%).

Por agrupamentos, destaca-se com a taxa de retenção mais elevada o Agrupamento de Escolas do Cerco do Porto, com 13,5% de alunos retidos neste ano letivo, seguindo-se o Agrupamento de Escolas Fontes Pereira de Melo (8,2%) e o Agrupamento de Escolas do Viso (7,5%). Pelo contrário, este indicador atinge a menor expressão no Conservatório de Música do Porto e no Agrupamento de Escolas Rodrigues de Freitas, sendo de 1% em ambos.

Tabela 37 - Alunos retidos nos estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2015-2016, por agrupamento de escolas

Agrupamentos de Escolas	Alunos retidos (n.º)	Taxa de retenção (%)
Alexandre Herculano	23	4,9
Aurélia de Sousa	25	5,5
Carolina Michaëlis	13	4,2
Clara de Resende	9	2,9
António Nobre	29	5,6
Cerco do Porto	95	13,5
Viso	27	7,5
Eugénio de Andrade	13	2,2
Fontes Pereira de Melo	25	8,2
Garcia de Orta	15	2,2
Infante D. Henrique	14	5,5
Leonardo Coimbra Filho	19	7,1
Manoel de Oliveira	15	2,9
Pêro Vaz de Caminha	28	6,7
Rodrigues de Freitas	6	1,0
Escola Artística	1	1,0
TOTAL	357	5,2

Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho do Porto (Inquérito próprio)

Por fim, a proporção de alunos que abandonaram neste ciclo de ensino é bastante reduzida, na ordem dos 0,3% no total. Apesar da baixa expressão dos números, destaca-se a situação dos estabelecimentos localizados na freguesia de Campanhã, onde a taxa de abandono atingiu os 0,9%. Na rede privada, contabilizaram-se 15 abandonos em 2015-2016, sobretudo associados a transferências para a rede pública após o início do ano letivo.

Analisando as diferenças entre os agrupamentos, é possível também destacar taxas de abandono relativamente mais elevadas no Agrupamento de Escolas António Nobre (1,2%), no Agrupamento de Escolas do Viso (1,1%) e no Agrupamento de Escolas Carolina Michaëlis (1%).

Tabela 38 - Alunos que abandonaram os estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2015-2016, por agrupamento de escolas

Agrupamentos de Escolas	Alunos que abandonaram (n.º)	Taxa de abandono (%)
Alexandre Herculano	2	0,4
Aurélia de Sousa	0	0,0
Carolina Michaëlis	3	1,0

Agrupamentos de Escolas	Alunos que abandonaram (n.º)	Taxa de abandono (%)
Clara de Resende	0	0,0
António Nobre	6	1,2
Cerco do Porto	6	0,9
Viso	4	1,1
Eugénio de Andrade	0	0,0
Fontes Pereira de Melo	0	0,0
Garcia de Orta	0	0,0
Infante D. Henrique	0	0,0
Leonardo Coimbra Filho	0	0,0
Manoel de Oliveira	0	0,0
Pêro Vaz de Caminha	0	0,0
Rodrigues de Freitas	0	0,0
Escola Artística	0	0,0
TOTAL	21	0,3

Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho do Porto (inquérito próprio)

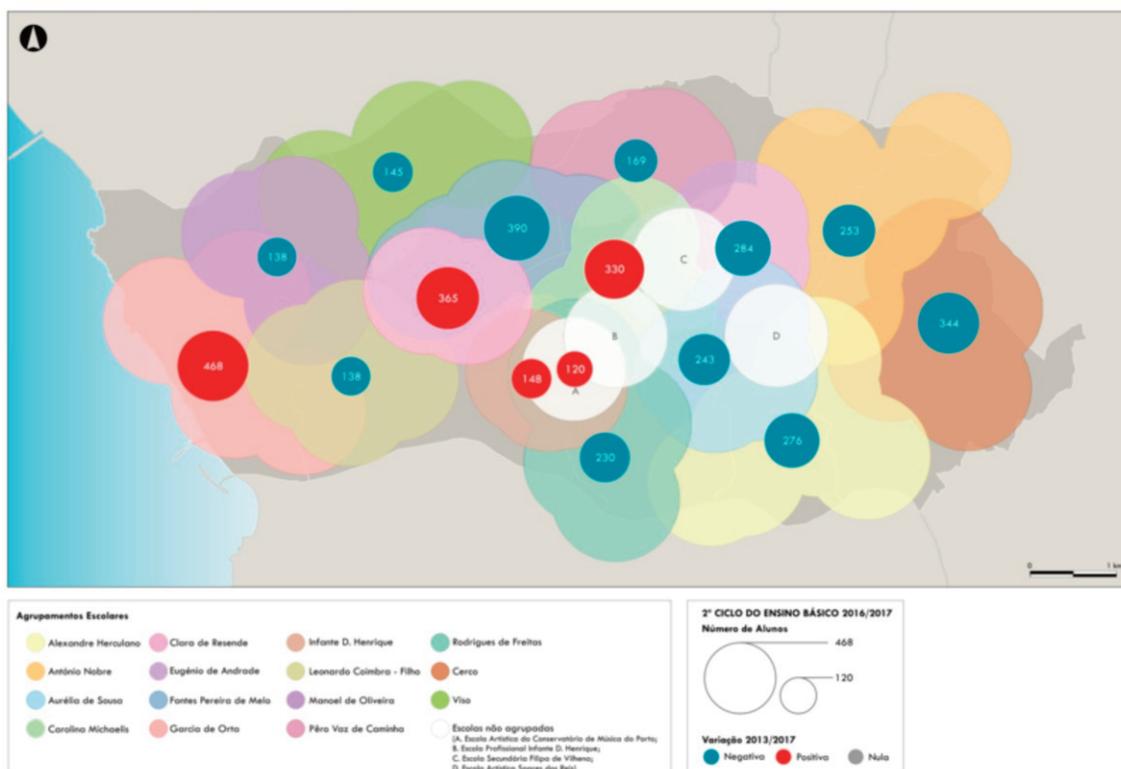
4.1.4. 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico

A tendência de redução progressiva do número de alunos inscritos nos estabelecimentos da rede pública do concelho, observada também nos níveis de ensino inferiores, verifica-se igualmente ao nível do 2º e do 3º ciclo do ensino básico, com preponderância para este último. Efetivamente, no cômputo geral, entre os anos letivos 2014-15 e 2016-17, o número de alunos inscritos no 2º ciclo registou uma variação negativa na ordem de 7,2%, enquanto no 3º ciclo essa variação foi de -8,9%. Contudo, registaram-se diferenças assinaláveis nestas variações entre as freguesias, devendo-se destacar diminuições muito expressivas nas freguesias do Bonfim (no 2º e no 3º ciclo), na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos (no 3º ciclo) e na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde (3º ciclo) e, por outro lado, um aumento significativo na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos (2º ciclo).

Na rede privada, os 12 estabelecimentos inquiridos com oferta de 2º ciclo, contabilizavam 1.712 alunos (acréscimo de 2,2% no último triénio), com destaque para o Lycée Français International de Porto, com 393 alunos neste nível de ensino. No 3º ciclo, estavam inscritos 2.563 alunos em 2016/2017, o que representa um acréscimo de 6,5%, face a 2014-2015. Com 423 alunos neste nível de ensino, merece relevo o Colégio de Nossa Senhora do Rosário.

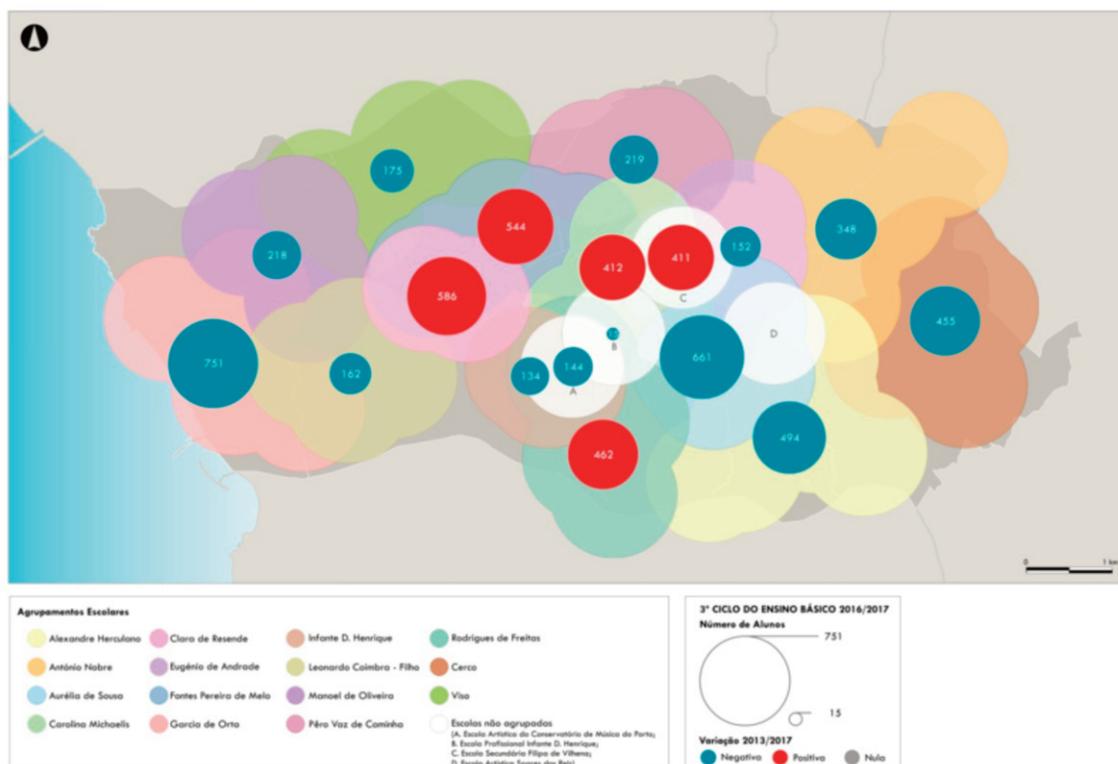
Estas evoluções diferenciadas são ainda mais evidentes na leitura por agrupamentos de escolas, na qual ressalta, ao nível do 2º ciclo, a diminuição expressiva no Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano (-43,9%) e no Agrupamento de Escolas Rodrigues de Freitas (-31,2%) e ao nível do 3º ciclo, a variação muito negativa no Agrupamento de Escolas Manoel de Oliveira (-46%), no Agrupamento de Escolas Leonardo Coimbra Filho (-41,7%) e no Agrupamento de Escolas António Nobre (-29,8%). Estes valores traduzem, sobretudo, o impacto que estes agrupamentos sofreram em termos de atratividade/procura por não terem sido integrados/priorizados no processo de requalificação/reabilitação do parque escolar, mantendo/acentuando os problemas de conservação existentes, concorrendo para a depreciação da imagem por mais e alunos num quadro comparativo, com outras realidades próximas.

Tabela 39 - Alunos inscritos nos estabelecimentos do 2º ciclo do ensino básico da rede pública no concelho do Porto, por agrupamento de escolas



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho do Porto (inquérito próprio)

Tabela 40 - Alunos inscritos nos estabelecimentos do 3º ciclo do ensino básico da rede pública no concelho do Porto, por agrupamento de escolas

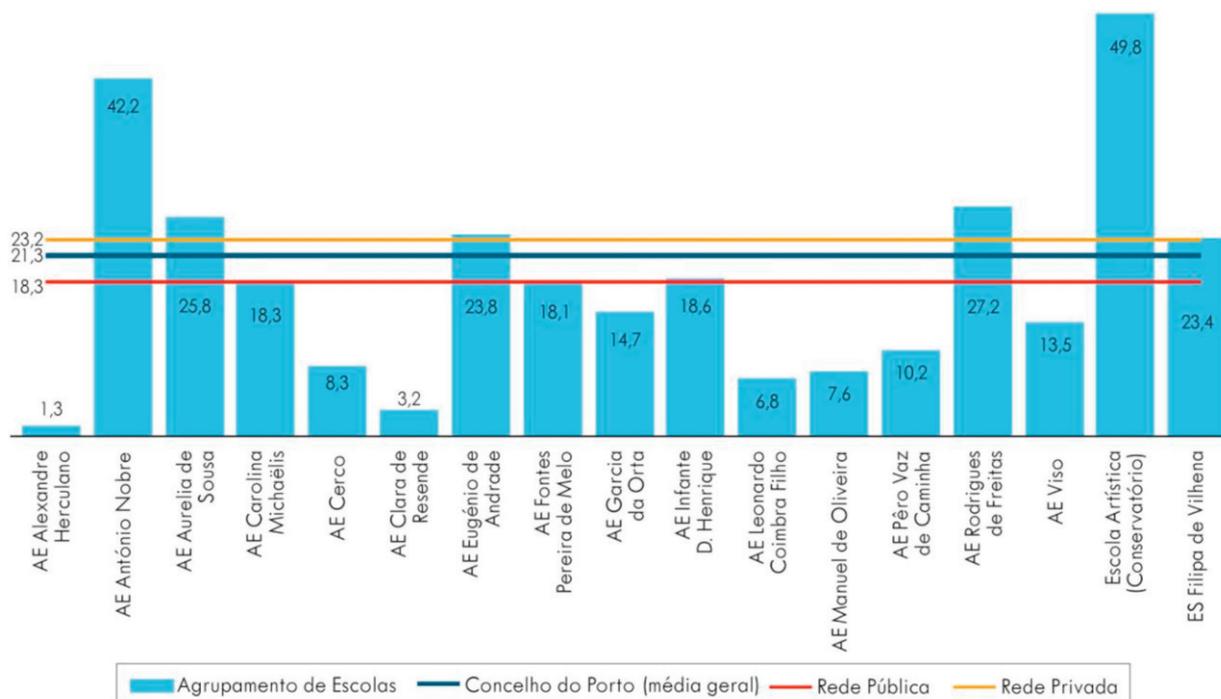


Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho do Porto (inquérito próprio)

Em ambos os ciclos de ensino os alunos residentes no concelho têm uma proporção semelhante, sendo ligeiramente superior a 80% do total de alunos inscritos. Em ambos os ciclos a proporção de alunos residentes fora do concelho é menor nos estabelecimentos localizados nas freguesias de Campanhã e Ramalde (menos de 10%). Na rede privada, quase ¼ dos alunos inscritos no 2º e no 3º ciclo é oriundo de outros concelhos da AMP (23,2%). Registe-se que no Externato Ribadouro, apenas 36% dos alunos nestes níveis de ensino residem na Cidade do Porto, indiciando uma forte atratividade metropolitana.

Por agrupamentos, com proporções bastante significativas de alunos residentes na Cidade, destaca-se o Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano, o Agrupamento de Escolas Clara de Resende, o Agrupamento de Escolas do Cerco do Porto e o Agrupamento de Escolas Leonardo Coimbra Filho.

Figura 49 – Proporção de alunos residentes fora do concelho inscritos nos estabelecimentos do 2º e 3º ciclo do ensino básico da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2016-2017, por agrupamento de escolas



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho do Porto (inquérito próprio)

Cerca de metade dos estabelecimentos disponibiliza outros serviços (atividades complementares de ensino), nomeadamente desporto escolar, salas de estudo, clubes temáticos, oficinas disciplinares, ateliers de artes e teatro. No total, mais de 6.200 alunos (incluindo ensino secundário), estão inscritos e a frequentar estes serviços. Destaque para as Oficinas Disciplinares, no Agrupamento de Escolas Fontes Pereira de Melo, com mais de 1.500 alunos inscritos e para o Clube de Ciência, no Agrupamento de Escolas do Cerco do Porto (na Escola Básica e Secundária do Cerco, 1.500 alunos frequentam este clube). Na maioria dos casos, a frequência é tangente à capacidade máxima oferecida, indiciando uma enorme procura e apetência dos alunos pelos serviços/atividades extra-curriculares, complementares do seu processo de aprendizagem e fundamentais para o seu enriquecimento cultural-educativo. Relevo ainda para serviços como os “Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família”, que em contextos territoriais mais problemáticos (por exemplo na Escola Básica Leonardo Coimbra Filho), são fundamentais para uma melhor inserção dos alunos e das famílias no contexto escolar, para uma maior responsabilização e reconhecimento do papel da escola para o futuro das crianças e, deste modo, contribuir para a redução dos níveis de insucesso nestas comunidades.

No ano letivo 2016-17 inscreveram-se 327 alunos com necessidades educativas especiais no 2º ciclo e 407 no 3º ciclo com a mesma condição. Por freguesias, destaca-se Paranhos e Ramalde ao nível do 2º ciclo com mais alunos com NEE

inscritos (60 e 56 alunos, respetivamente), enquanto no 3.º ciclo destacam-se Campanhã (85 alunos) e Ramalde (82). Na rede privada, contabilizam-se 131 alunos com necessidades educativas especiais, com relevo para os valores registados no Colégio de Nossa Senhora do Rosário (44 alunos).

O desequilíbrio na distribuição destes alunos é mais evidente ao nível dos agrupamentos de escolas, destacando-se claramente o Agrupamento de Escolas do Cerco do Porto com 36 alunos inscritos com NEE no 2.º ciclo e 53 alunos no 3.º ciclo.

Tabela 41 - Alunos com necessidades educativas especiais inscritas nos estabelecimentos do 2º e 3º ciclo do ensino básico da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2016-2017, por agrupamento de escolas

Agrupamentos de Escolas	Alunos inscritos com NEE (n.º)	
	2.º ciclo	3.º ciclo
Alexandre Herculano	22	27
António Nobre	13	28
Aurélia de Sousa	18	29
Carolina Michaëlis	22	33
Clara de Resende	17	24
Cerco do Porto	36	53
Viso	18	17
Eugénio de Andrade	24	26
Fontes Pereira de Melo	21	41
Garcia de Orta	21	35
Infante D. Henrique	17	14
Leonardo Coimbra Filho	24	17
Manoel de Oliveira	19	10
Pêro Vaz de Caminha	25	10
Rodrigues de Freitas	26	34
Escola Artística	4	2
ES Filipa de Vilhena	-	7
TOTAL GERAL	327	407

Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho do Porto (inquérito próprio)

Quanto aos alunos retidos, no último ano letivo (2015-2016) a taxa de retenção global foi de 8,2% no 2.º ciclo e 17,7% no 3.º ciclo. Em ambos os ciclos de ensino destacam-se os estabelecimentos localizados na freguesia de Campanhã com taxas de retenção menos favoráveis (18,6% no 2.º ciclo e 30,3% no 3.º ciclo) e na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, com as taxas mais positivas (2,8% e 7,1% respetivamente no 2.º e no 3.º ciclo). Na rede privada, os valores de retenção são marginais (apenas 11 alunos ficaram retidos no 2º e 3º ciclo – ano letivo 2015/2016), sendo que na maioria dos estabelecimentos inquiridos não se registaram retenções.

Uma leitura ao nível dos agrupamentos de escola evidencia, contudo, a ocorrência de taxas de retenção mais elevadas e bastante acima da média do concelho, com destaque para a situação do 3.º ciclo verificada no Agrupamento de Escolas Manoel de Oliveira (47%) e no Agrupamento de Escolas Leonardo Coimbra Filho (44,4%), com outros 3 agrupamentos a registar taxas de retenção na casa dos 30 a 40%. Estes valores refletem o contexto territorial, o enquadramento socioeconómico das famílias e o perfil dos alunos que frequentam os estabelecimentos nestes agrupamentos, não obstante os esforços regulares e intensos realizados pelos principais atores educativos (professores, diretores, autarquia,...) para combater e inverter estas situações de forte insucesso.

Tabela 42 - Alunos retidos nos estabelecimentos do 2.º e 3.º ciclo do ensino básico da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2015-2016, por agrupamento de escolas

Agrupamentos de Escolas	2.º ciclo		3.º ciclo	
	Alunos retidos (n.º)	Taxa de retenção (%)	Alunos retidos (n.º)	Taxa de retenção (%)
Alexandre Herculano	23	7,9	175	32,9
António Nobre	33	12,9	126	36,6
Aurélia de Sousa	42	17,0	91	14,0
Carolina Michaëlis	12	3,7	32	7,4
Clara de Resende	9	2,0	58	11,2
Cerco do Porto	68	18,3	87	23,0
Viso	23	18,3	33	19,5
Eugénio de Andrade	23	7,4	29	16,3
Fontes Pereira de Melo	30	8,7	77	13,0
Garcia de Orta	11	2,6	69	8,6
Infante D. Henrique	5	6,0	11	5,7
Leonardo Coimbra Filho	19	13,6	68	44,4
Manoel de Oliveira	23	13,9	87	47,0
Pêro Vaz de Caminha	14	8,1	80	32,5
Rodrigues de Freitas	11	4,0	50	11,2
Escola Artística	0	0,0	0	0,0
ES Filipa de Vilhena	-	-	17	4,1
TOTAL GERAL	346	8,2	1.090	16,6

Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho do Porto (inquérito próprio)

A taxa de abandono escolar no 2.º e no 3.º ciclo continuam a ser diminutas, na ordem de 1%. No entanto, merecem destaque os desvios observados nas taxas de abandono registadas nos estabelecimentos localizados nas freguesias de Campanhã (3% no 2.º ciclo e 5% no 3.º ciclo) e, a um nível menos significativo, de Ramalde (1,8% no 2.º ciclo e 1,6% no 3.º ciclo). Na rede privada, contabilizam-se 43 abandonos no ano letivo 2015-2016, na maioria dos casos por transferência para a rede pública após o início do ano letivo.

Por agrupamentos destacam-se também de forma evidente as taxas de abandono mais elevadas registadas, no Agrupamento de Escolas do Viso (11,9% no 2.º ciclo e 11,2% no 3.º ciclo) e no Agrupamento de Escolas António Nobre (10% no 2.º ciclo e 4,6% no 3.º ciclo).

Por agrupamentos destacam-se também de forma evidente as taxas de abandono mais elevadas registadas, no Agrupamento de Escolas do Viso (11,9% no 2.º ciclo e 11,2% no 3.º ciclo) e no Agrupamento de Escolas António Nobre (10% no 2.º ciclo e 4,6% no 3.º ciclo).

Tabela 43 - Alunos que abandonaram os estabelecimentos do 2.º e 3.º ciclo do ensino básico da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2015-2016, por agrupamento de escolas

Agrupamentos de Escolas	2.º ciclo		3.º ciclo	
	Alunos que abandonaram (n.º)	Taxa de abandono (%)	Alunos que abandonaram (n.º)	Taxa de abandono (%)
Alexandre Herculano	2	0,7	1	0,2
António Nobre	13	5,0	17	4,9
Aurélia de Sousa	0	0,0	1	0,2

Agrupamentos de Escolas	2.º ciclo		3.º ciclo	
	Alunos que abandonaram (n.º)	Taxa de abandono (%)	Alunos que abandonaram (n.º)	Taxa de abandono (%)
Carolina Michaëlis	0	0,0	0	0,0
Clara de Resende	1	0,2	1	0,2
Cerco do Porto	6	1,6	21	5,5
Viso	15	11,9	19	11,2
Eugénio de Andrade	0	0,0	0	0,0
Fontes Pereira de Melo	0	0,0	0	0,0
Garcia de Orta	0	0,0	0	0,0
Infante D. Henrique	0	0,0	1	0,5
Leonardo Coimbra Filho	0	0,0	3	2,0
Manoel de Oliveira	3	1,8	1	0,5
Pêro Vaz de Caminha	0	0,0	0	0,0
Rodrigues de Freitas	3	1,1	7	1,6
Escola Artística	0	0,0	0	0,0
ES Filipa de Vilhena	-	-	4	1,0
TOTAL GERAL	43	1,0	76	1,2

Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho do Porto (inquérito próprio)

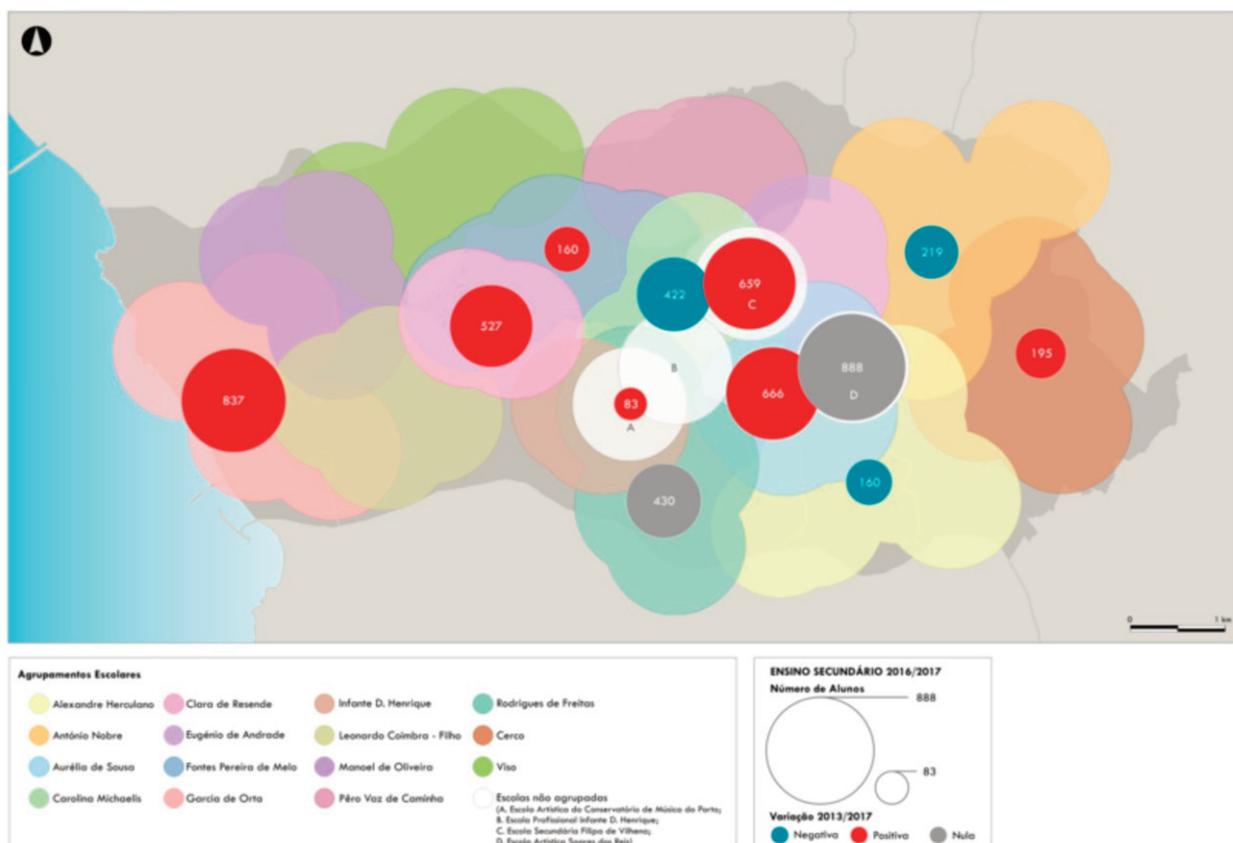
4.1.5. Ensino Secundário

No ano letivo 2016-2017 encontravam-se inscritos 6.434 alunos nos estabelecimentos de ensino secundário da rede pública, dos quais a maior parte nos estabelecimentos localizados na freguesia de Bonfim, na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória e nas freguesias de Paranhos e Ramalde. Na freguesia de Campanhã o número de alunos de secundário é mais reduzido, mas registou um crescimento assinalável no triénio (11%). Pelo contrário, na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, onde o número de alunos de secundário é o mais reduzido do concelho, a tendência tem sido de forte decréscimo, na ordem dos -77,9% no período considerado.

Em média cada estabelecimento da rede pública com oferta de ensino secundário tem 495 alunos inscritos neste nível, sendo que o estabelecimento com mais alunos inscritos é a Escola Artística Soares dos Reis (941 alunos no último ano letivo), seguindo-se a Escola Secundária Garcia de Orta (820 alunos), enquanto a escola com menos alunos é a Escola Secundária Infante D. Henrique (31 alunos). Na rede privada, os 12 estabelecimentos inquiridos possuíam 3.126 alunos no ensino secundário. Merece amplo destaque a concentração de alunos num único estabelecimento: Externato Ribadouro (1.361 alunos inscritos, em 2016-2017).

Em termos da variação do número de alunos no último triénio, destaca-se o forte decréscimo observado na Escola Secundária Infante D. Henrique (-77,9%) e também – embora com menor expressão – na Escola Secundária Alexandre Herculano (-39,1%) e na Escola Secundária António Nobre (-19,6%). No sentido contrário, importa realçar o crescimento observado na Escola Básica e Secundária Carolina Michaëlis (14,5%) e na Escola Básica e Secundária do Cerco (11%). Na rede privada, a redução no triénio foi pouco significativa em termos gerais (menos 50 alunos inscritos face a 2014-2015), embora se deva realçar a perda muito acentuada de alunos no estabelecimento com maior dimensão: Externato Ribadouro (-13,6%; 214 alunos).

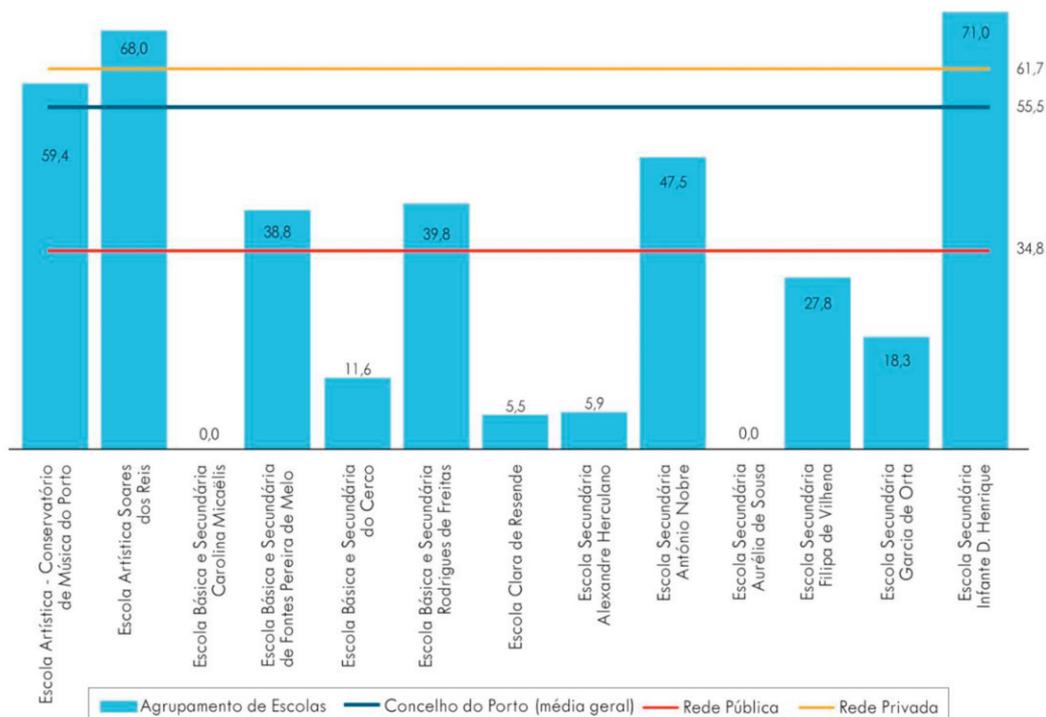
Tabela 44 - Alunos inscritos nos estabelecimentos de ensino secundário da rede pública no concelho do Porto



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho do Porto (inquérito próprio)

A proporção global dos residentes no Porto entre os alunos inscritos no ensino secundário é na ordem dos 65,2%, com base na informação recolhida através do inquérito aos agrupamentos de escolas. Contudo, este rácio é fortemente influenciado pelo maior peso dos alunos residentes fora de concelho nas escolas artísticas devido à sua maior área de influência geográfica, agravado pela não contabilização dos alunos residentes em duas grandes escolas secundárias, para as quais não foram disponibilizados estes dados. Admite-se, portanto, que a proporção de alunos residentes no concelho do Porto neste nível de ensino seja consideravelmente mais elevada, aproximando-se da média observada entre as escolas “não-artísticas” (na ordem dos 75,2%). Estes valores refletem a qualidade e diversidade da oferta pública, existindo um conjunto de escolas que assumem uma posição de referência para alunos e famílias, no momento da decisão de inscrição. Na rede privada, é bastante significativa a representatividade dos alunos residentes fora da Cidade do Porto (61,7%), demonstrando a forte atratividade que alguns estabelecimentos exercem no contexto metropolitano.

Figura 50 – Proporção de alunos residentes fora do concelho inscritos nos estabelecimentos do ensino secundário da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2016-2017, por agrupamento de escolas



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho do Porto (inquérito próprio)

No último ano letivo encontravam-se inscritos nos estabelecimentos de ensino secundário 210 alunos com necessidades educativas especiais. A freguesia de Bonfim – uma das freguesias com maior número de estabelecimentos do ensino secundário (3 estabelecimentos) – destaca-se com o maior número destes alunos inscritos.

Em média, cada estabelecimento tem inscritos 16 alunos necessidades educativas especiais, sendo que, nos dois extremos da distribuição destacam-se as duas escolas artísticas, com 42 alunos com NEE inscritos na Escola Artística Soares dos Reis e apenas 1 aluno inscrito no Conservatório de Música do Porto. Na rede privada, estão inscritos 44 alunos com NEE, com destaque para o Externato Ribadouro com 25 alunos.

A Escola Secundária Alexandre Herculano e a Escola Artística Soares dos Reis têm inscritos alunos com necessidade de educação bilingue de alunos surdos, enquanto a Escola Básica e Secundária Rodrigues de Freitas e a Escola Secundária Filipa de Vilhena têm procura pela educação de alunos cegos e com baixa visão. Existem também alunos acompanhados por unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo na Escola Secundária Infante D. Henrique, no Conservatório de Música do Porto e na Escola Artística de Soares dos Reis. Por sua vez, na Escola Básica e Secundária do Cerco e na Escola Básica e Secundária Rodrigues de Freitas funcionam unidades de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita.

Tabela 45 - Alunos com necessidades educativas especiais inscritos nos estabelecimentos do ensino secundário e profissional da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2016-2017

Freguesias	Alunos inscritos com NEE
Escola Artística - Conservatório de Música do Porto	1
Escola Artística de Soares dos Reis	42
Escola Básica e Secundária Carolina Michaëlis	11
Escola Básica e Secundária de Fontes Pereira de Melo	25

4. CARACTERIZAÇÃO DA PROCURA ATUAL E POTENCIAL

Freguesias	Alunos inscritos com NEE
Escola Básica e Secundária do Cerco do Porto	23
Escola Básica e Secundária Rodrigues de Freitas	17
Escola Clara de Resende	7
Escola Secundária Alexandre Herculano	22
Escola Secundária António Nobre	11
Escola Secundária Aurélia de Sousa	17
Escola Secundária Filipa de Vilhena	9
Escola Secundária Garcia de Orta	18
Escola Secundária Infante D. Henrique	7
TOTAL GERAL	210

Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho do Porto (inquérito próprio)

A taxa de retenção média no ensino secundário é na ordem dos 10,9% no concelho, sendo quase o dobro na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos e também mais elevada na freguesia de Campanhã.

Por estabelecimentos destacam-se a Escola Secundária Alexandre Herculano (28,6%) e a Escola Básica e Secundária Carolina Michaëlis (22,7%) com as taxas de retenção mais elevadas, enquanto as taxas mais baixas são obtidas no Conservatório de Música do Porto (0%) e na Escola Básica e Secundária de Fontes Pereira de Melo (4,7%).

Segundo a informação disponibilizada pelos estabelecimentos da rede privada, no ano letivo 2015-2016 contabilizaram-se 73 alunos retidos neste nível de ensino (47 dos quais, no Colégio D. Dinis - Polo de António Carneiro e no Colégio D. Duarte) e 10 alunos que abandonaram.

Tabela 46 - Alunos retidos nos estabelecimentos do ensino secundário e profissional da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2015-2016

Estabelecimentos	Alunos retidos (n.º)	Taxa de retenção (%)
Escola Artística - Conservatório de Música do Porto	0	0,0
Escola Artística de Soares dos Reis	102	11,6
Escola Básica e Secundária Carolina Michaëlis	130	22,7
Escola Básica e Secundária de Fontes Pereira de Melo	25	4,7
Escola Básica e Secundária do Cerco do Porto	55	16,9
Escola Básica e Secundária Rodrigues de Freitas	39	8,9
Escola Clara de Resende	64	12,7
Escola Secundária Alexandre Herculano	69	28,6
Escola Secundária António Nobre	56	17,6
Escola Secundária Aurélia de Sousa	-	-
Escola Secundária Filipa de Vilhena	53	6,8
Escola Secundária Garcia de Orta	108	12,6
Escola Secundária Infante D. Henrique	12	18,8
TOTAL GERAL	713	10,9

Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho do Porto (inquérito próprio)

No ano letivo 2015-2016 abandonaram os estabelecimentos públicos do ensino secundário 82 alunos, ao que corresponde uma taxa de abandono de 1,3% ao nível concelhio. Neste contexto, o desvio mais significativo encontra-se na União das Freguesias de Lordelo de Ouro e Massarelos, com a taxa de abandono de 10,9% a ser registada na Escola Secundária Infante D. Henrique.

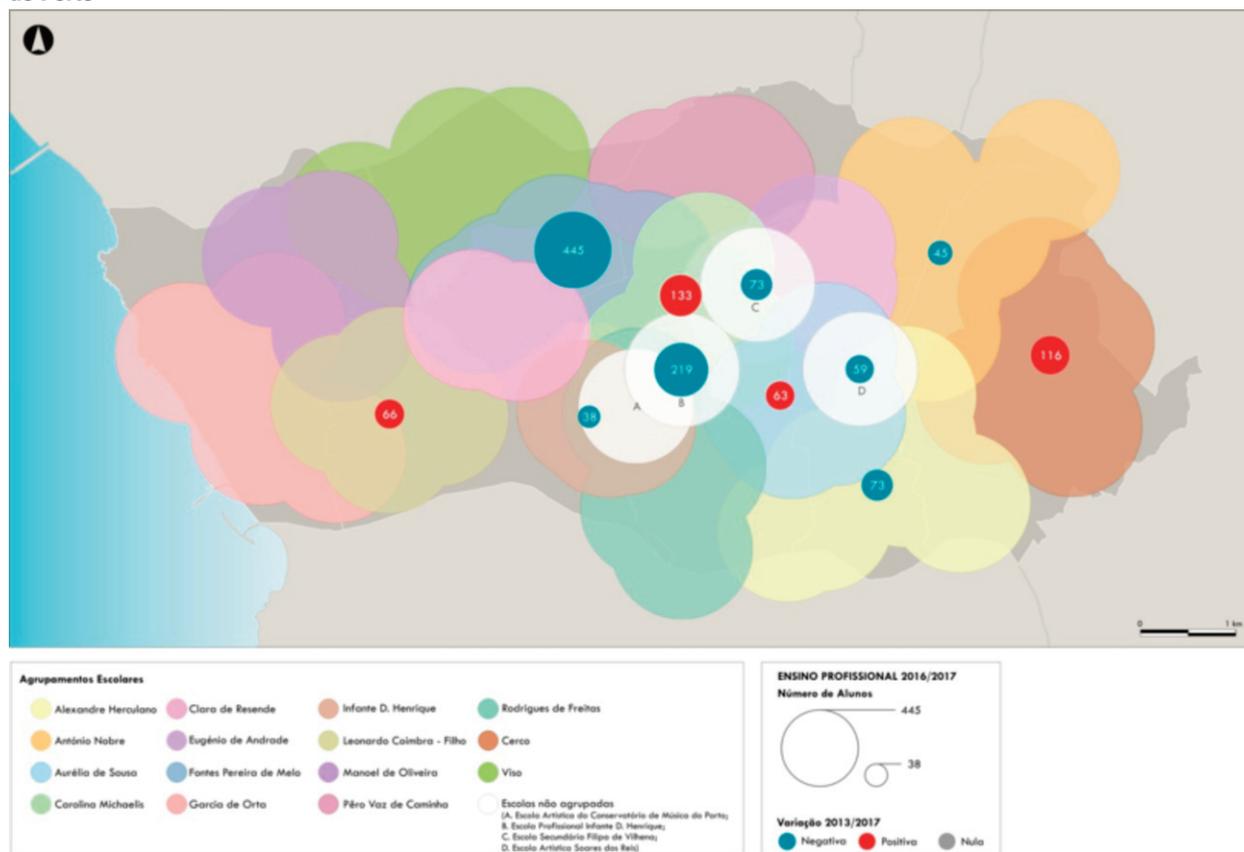
Ao nível dos estabelecimentos importa realçar também o número mais elevado de alunos que abandonaram a Escola Artística de Soares dos Reis, resultando numa taxa de abandono de 4,3%. De notar também a situação do Conservatório de Música do Porto e da Escola Básica e Secundária de Fontes Pereira de Melo, onde nenhum aluno abandonou o estabelecimento neste ano letivo.

Tabela 47 - Alunos que abandonaram os estabelecimentos do ensino secundário e profissional da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2015-2016

Freguesias	Alunos que abandonaram (nº)	Taxa de abandono (%)
Escola Artística - Conservatório de Música do Porto	0	0
Escola Artística de Soares dos Reis	38	4,3
Escola Básica e Secundária Carolina Michaélis	7	1,2
Escola Básica e Secundária de Fontes Pereira de Melo	0	0
Escola Básica e Secundária do Cerco do Porto	8	2,5
Escola Básica e Secundária Rodrigues de Freitas	7	1,6
Escola Clara de Resende	1	0,2
Escola Secundária Alexandre Herculano	2	0,8
Escola Secundária António Nobre	8	2,5
Escola Secundária Aurélia de Sousa	-	-
Escola Secundária Filipa de Vilhena	3	0,4
Escola Secundária Garcia de Orta	1	0,1
Escola Secundária Infante D. Henrique	7	10,9
TOTAL GERAL	82	1,3

Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho do Porto (Inquérito próprio)

Nos 30 cursos profissionais em funcionamento em 8 estabelecimentos públicos com ensino secundário inscreveram-se 989 alunos no ano letivo 2016-2017. Este número tem vindo a diminuir nos últimos anos, com uma variação negativa de 13,7% no triénio 2014-2015/2016-2017. Registaram-se grandes alterações na maior parte das escolas, sendo que as variações mais significativas são observadas na Escola Básica e Secundária do Cerco do Porto, onde o número de alunos praticamente triplicou neste período, mas também na Escola Secundária Infante D. Henrique, que perdeu cerca de ¾ dos alunos destes cursos.

Tabela 48 - Alunos inscritos em cursos profissionais nos estabelecimentos de ensino secundário da rede pública no concelho do Porto

Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho do Porto (inquérito próprio)

A taxa de retenção registada nestes cursos (10%) é ligeiramente inferior à média global do secundário (10,9%), embora em alguns estabelecimentos seja bastante superior, nomeadamente na Escola Secundária Infante D. Henrique e na Escola Secundária António Nobre. Quanto à taxa de abandono, no cômputo geral é mais elevada que a média global do secundário (4,2% nos cursos profissionais e 1,3% no secundário), sendo consideravelmente mais elevada na Escola Secundária Infante D. Henrique, na Escola Artística de Soares dos Reis e na Escola Básica e Secundária do Cerco do Porto.

Tabela 49 - Alunos retidos e alunos que abandonaram cursos profissionais nos estabelecimentos de ensino secundário da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2015-2016

Estabelecimentos	Alunos retidos (n.º)	Taxa de retenção (%)	Alunos que abandonaram (n.º)	Taxa de abandono (%)
Escola Secundária Alexandre Herculano	2	1,7	4	3,4
Escola Secundária António Nobre	12	26,7	3	6,7
Escola Básica e Secundária Carolina Michaëlis	8	9,2	2	2,3
Escola Básica e Secundária do Cerco do Porto	0	0,0	12	10,3
Escola Básica e Secundária de Fontes Pereira de Melo	55	13,2	0	0,0
Escola Secundária Infante D. Henrique	12	38,7	5	16,1
Escola Artística de Soares dos Reis	10	9,8	14	13,7
Escola Secundária Filipa de Vilhena	0	0,0	2	2,7
TOTAL	99	10,0	42	4,2

Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho do Porto (inquérito próprio)

4.1.6. Ensino Profissional

Também no número de alunos inscritos nos estabelecimentos de ensino profissional da rede pública (Escola Profissional Infante D. Henrique) registou-se uma diminuição, na ordem do -3,8% no triénio letivo 2014-2015/2016-2017.

Tabela 50 - Alunos inscritos nos estabelecimentos de ensino profissional da rede pública no concelho do Porto

Estabelecimentos	Alunos inscritos 2014-2015 (n.º)	Alunos inscritos 2015-2016 (n.º)	Alunos inscritos 2016-2017 (n.º)	Varição 2014-15/ 2016-17 (%)
Escola Profissional Infante D. Henrique	235	237	226	-3,8

Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho do Porto (inquérito próprio)

Apesar de não se registarem retenções, a taxa de abandono no ano letivo 2015-2016 foi na ordem dos 7,6%.

Tabela 51 - Entidades que disponibilizam modalidade de educação e formação em 2017

Entidade	Modalidades de educação e formação em curso
Alquimia da Cor, Produções Digitais, Lda	Cursos de Aprendizagem
Alternância - Ensino e Formação Profissional, CRL	Cursos de Aprendizagem
Associação Nacional Jovens Empresários (ANJE)	Cursos de Aprendizagem
Atlas - Cooperativa Cultural, CRL	Cursos de Aprendizagem
Câmara de Comércio e Indústria Luso-Alemã (DUAL)	Cursos de Aprendizagem
Centro de Emprego e Formação Profissional (IEFP, IP)	Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA)
Centro de Emprego e Formação Profissional do Porto (IEFP, IP)	Cursos de Aprendizagem
	Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA)
	Formação Modular Certificada (UFCD) - Medida Vida Ativa (Adultos)
	Formação Modular Certificada (UFCD) - Medida Vida Ativa (Jovens)
CESAE - Centro de Serviços e Apoio às Empresas	Cursos de Aprendizagem
CIFOTIE - Centro Internacional de Formação dos Trabalhadores da Indústria e Energia	Cursos de Aprendizagem
Cinfu - Centro de Formação Profissional da Indústria da Fundação	Cursos de Aprendizagem
	Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA)
	Formação Modular Certificada (UFCD)
EDURUMOS, Educação, Lda	Cursos de Aprendizagem
ESPAÇO ATLÂNTICO	Cursos de Aprendizagem
Espaço T - Associação para a Integração Social e Comunitária	Cursos de Aprendizagem
Faculdade Medicina Dentária	Cursos de Aprendizagem
Fundação da Juventude	Cursos de Aprendizagem
Fundação Manuel António da Mota	Cursos de Aprendizagem
Instituto de Formação Bancária	Cursos de Aprendizagem
Metamorphose - Formação e Consultadoria, Lda	Cursos de Aprendizagem

Entidade	Modalidades de educação e formação em curso
Modatex - Centro de Formação Profissional da Indústria Têxtil, Vestuário, Confecção e Lanifícios	Cursos de Aprendizagem
	Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA)
	Formação Modular Certificada (UFCD)
Planeta Informático, Lda	Cursos de Aprendizagem
Sindicato dos Profissionais de Seguros de Portugal (SISEP)	Cursos de Aprendizagem
Talentus - Associação Nacional de Formadores e Técnicos de Formação	Cursos de Aprendizagem
Time to Train, Unipessoal, Lda	Cursos de Aprendizagem

Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho do Porto (inquérito próprio)

Das 23 entidades, apenas 8 participaram no processo de inquirição: Sindicato dos Profissionais de Seguros de Portugal (SISEP), Modatex, Alternância, Talentus - Associação Nacional de Formadores e Técnicos de Formação, Time to Train, Unipessoal, Lda, Espaço Atlântico, Instituto de Formação Bancária, CIFOTIE - Centro Internacional de Formação dos Trabalhadores da Indústria e Energia, Fundação Manuel António da Mota. Estas entidades disponibilizam 18 cursos (10% do total), pelo que os resultados deverão ser devidamente ponderados.

Os cursos são ministrados por 264 docentes, em 81 salas de aula. Cerca de 576 alunos, estavam inscritos quando da abertura dos cursos (43% são alunos residentes na Cidade do Porto), embora a taxa de abandono seja significativa (28,6% desistiram da frequência do Curso; 165 alunos).

4.2. Insucesso Escolar: Principais Características e Causas Justificativas

Nas últimas décadas, registaram-se em Portugal melhorias significativas na qualificação do capital humano, em parte decorrentes do alargamento do período da escolaridade obrigatória e da democratização do acesso ao ensino superior. Não obstante os progressos registados e, sobretudo, quando comparado com os seus congéneres europeus, o país mantém um assinalável atraso educativo, amplamente comprometedor do processo de coesão social, continuando a população portuguesa a apresentar baixos níveis de qualificação escolar e um elevado insucesso escolar.

Tabela 52 - Alunos retidos e alunos que abandonaram os estabelecimentos de ensino profissional da rede pública no concelho do Porto, no ano letivo 2015-2016

	2005/ 2006	2006/ 2007	2007/ 2008	2008/ 2009	2009/ 2010	2010/ 2011	2011/ 2012	2012/ 2013	2013/ 2014	2014/ 2015
Resultados Escolares - Taxas de retenção e desistência										
Ensino Básico	10,2	8,7	7,3	6,9	7,1	7,0	9,0	10,0	9,1	7,3
1º Ciclo Ensino Básico	3,8	3,0	3,0	3,2	3,6	3,2	3,8	4,1	3,9	3,4
2º Ciclo Ensino Básico	11,4	10,1	8,6	7,8	7,7	8,2	12,0	13,2	11,0	8,5
3º Ciclo Ensino Básico	17,9	15,8	12,5	11,4	11,2	10,8	13,4	14,7	13,7	11,0
Ensino Secundário	28,1	20,3	17,9	17,1	17,7	18,0	18,0	15,9	14,2	12,7
Escolarização										
Taxa bruta de pré-escolarização	130,6	128,7	134,8	142,3	142,4	146,3	146,5	143,9	140,3	138,7
Taxa bruta de escolarização -E. Básico	174,7	182,5	201,0	238,5	220,5	219,0	182,7	177,1	175,4	179,6
Taxa bruta de escolarização -E. Secundário	222,8	246,0	256,2	401,2	410,8	434,9	353,5	389,0	389,0	384,0
Taxa real de pré-escolarização	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DGEEC

Atualmente, o insucesso escolar constitui-se como uma problemática social de natureza e impacte multidimensional, assumindo-se como um dos grandes desafios que se colocam à sociedade.

A consciencialização da latitude e complexidade que envolve o insucesso escolar tem potenciado um consenso generalizado em torno da ideia de que é imperativo agir a este nível, sendo particularmente mais vantajoso prevenir do que combater o insucesso escolar.

O insucesso escolar manifesta-se de forma desigual em termos territoriais e tende a acentuar-se ao longo do percurso escolar dos alunos

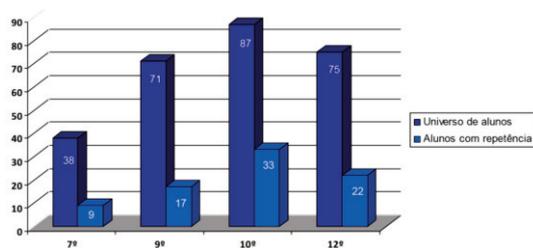
Tabela 53 – Inquérito aos alunos: amostra global e representatividade das repetências

Agrupamento		Universo de inquiridos	Inquiridos com repetências (n.º)	Inquiridos com repetências (%)
António Nobre	7º	4	2	50,0
	9º	8	3	37,5
	10º	16	7	43,8
	12º	13	5	38,5
	TOTAL	41	17	41,5
Cercos do Porto	7º	13	4	30,8
	9º	16	2	12,5
	10º	26	4	15,4
	12º	20	9	45,0
	TOTAL	75	19	25,3
Rodrigues de Freitas	7º	6	1	16,7
	9º	22	8	36,4
	10º	20	2	10,0
	12º	24	4	16,7
	TOTAL	72	15	20,8
Fontes Pereira de Melo	7º	15	2	13,3
	9º	25	4	16,0
	10º	25	20	80,0
	12º	18	6	33,3
	TOTAL	83	32	38,6
UNIVERSO		271	83	30,6

O processo de inquirição realizado, procurou conhecer melhor este fenómeno na Cidade do Porto, nomeadamente as principais características dos alunos com repetências e identificar algumas das causas que justificam em parte esses resultados menos conseguidos.

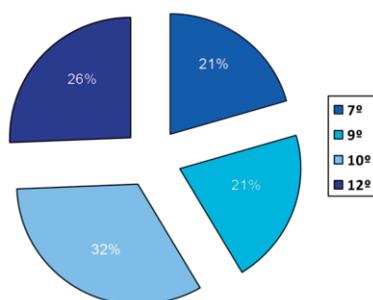
Fonte: Inquérito aos alunos (2017)

Figura 51 – Distribuição da amostragem, pelos níveis de ensino e ano



Fonte: Inquérito aos alunos (2017)

Figura 52 – Proporção de repetentes inquiridos, pelos anos de ensino



Fonte: Inquérito aos alunos (2017)

Foram selecionados 4 Agrupamentos de Escola, cobrindo homoganeamente o território, que possuíssem estabelecimentos de ensino que ministrassem o 3º ciclo e o ensino secundário: António Nobre, Cerco do Porto, Rodrigues de Freitas e Fontes Pereira de Melo. O inquérito foi aplicado aos anos-chave em termos de insucesso escolar: início e término de ciclos (3º ciclo: 7º e 9º ano; secundário: 10º e 12º ano).

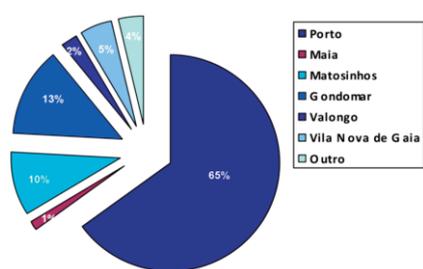
Num universo de 271 alunos inquiridos, cerca de 31% possuíam repetências ao longo do seu percurso escolar. Nesta amostragem, os valores oscilaram entre os 41,5%, no caso do Agrupamento de Escolas António Nobre e os 20,8%, no caso do Agrupamento de Escolas Rodrigues de Freitas.

Dos alunos que experienciaram situações de retenção, a maioria concentra-se no 10º (32%) e 12º ano (26%).

O questionário abordou questões como: as origens sociais dos estudantes; os perfis de desempenho escolar (trajeto escolar passado); expectativas e aspirações escolares e profissionais (trajetos “futuros”); e participação cívica dos jovens dentro e fora da escola.

As principais características sociográficas dos alunos com insucesso: naturais e residentes no Porto, do sexo feminino, com idades entre os 16 e os 18 anos, com situações de múltiplas repetências, que vivem em agregados familiares até 4 pessoas.

Figura 53 – Concelho de residência dos alunos: alunos com repetência

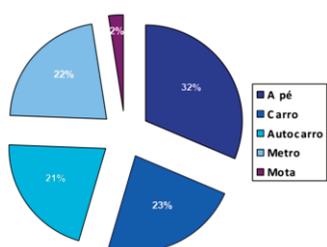


Fonte: Inquérito aos alunos (2017)

A maior proporção de alunos com insucesso, são jovens com idades compreendidas entre os 16 e os 18 anos (61%). A distribuição destes alunos em função da idade permite confirmar as situações de múltipla repetência, existindo alunos, em todos os ciclos de ensino, com idades superiores “ao normal” para esse mesmo ciclo (cerca de 23% dos alunos com repetência, não transitou em mais do que um ano letivo).

A predominância do género feminino entre os alunos repetentes na Cidade (55% do total), indicia uma influência da questão do género no insucesso escolar, mas contraria algumas tendências empíricas. Com efeito, estudos, nacionais e internacionais, apontam para a discrepância do sucesso escolar entre os géneros: “As estatísticas internacionais permitem identificar uma marca de género nas questões do insucesso escolar. Na maioria dos países desenvolvidos, os rapazes apresentam taxas de insucesso e de abandono escolar precoce superiores às das raparigas.”¹

Figura 54 – Meio de transporte utilizado na deslocação para a escola: alunos com repetência



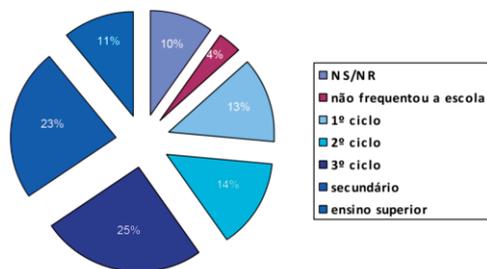
Fonte: Inquérito aos alunos (2017)

No que se refere à nacionalidade, os alunos portugueses correspondem à parcela mais significativa (91%). Contudo, a importância dos alunos estrangeiros é significativa (9%) apresentando, à partida, problemáticas específicas, destacando-se as relacionadas com a aprendizagem da língua, mas também com mudanças de sistemas de ensino ou entrada tardia nos anos letivos.

¹ “Abandono e Insucesso Escolar - Contruir uma Perspetiva de Género” - Carmen Cavaco (Coordenação); Natália Alves; Paula Guimarães e Paulo Feliciano. Instituto de Educação/UL, junho de 2015.

O nível de instrução e a situação face ao emprego não configuram uma importância acrescida: 1/3 dos pais possui um nível de escolaridade elevado (secundário ou superior); cerca de 17% possui apenas o 1º ciclo ou não frequentou a escola. Metade dos pais dos alunos com repetência trabalha numa empresa/Estado (13% desempregados)

Figura 55 – Nível de instrução dos pais: alunos com repetência



Fonte: Inquérito aos alunos (2017)

A acessibilidade aos estabelecimentos escolares apresenta-se muitas vezes como fator limitativo do sucesso escolar, pelas implicações que tem na gestão do tempo e disponibilidade para o desenvolvimento de atividades extra perimetro escolar.

Relativamente ao concelho de residência, regista-se que cerca de 2/3 dos alunos repetentes são naturais do Porto. Comparando com o universo de inquiridos, releva um subdimensionamento deste valor, indiciando a importância da distância (trajeto casa-escola) nos resultados dos alunos.

Complementando esta realidade, quando inquiridos sobre o meio de transporte utilizado nas deslocações 43% apontou o autocarro e o metropolitano.

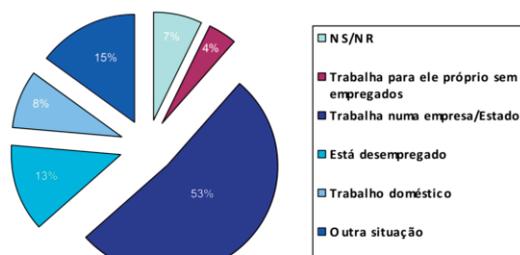
A melhoria da mobilidade e integração metropolitana concorre para uma maior atratividade e polarização da Cidade na procura educativa, mas gera por vezes um maior afastamento entre o local de residência e de estudo (46% dos estudantes repetentes, demora mais de 16 minutos no trajeto).

A composição do agregado familiar é aceite pela generalidade dos especialistas como uma causa determinadora do insucesso escolar.

A importância dos agregados familiares até 4 pessoas é significativa (49,4%), destacando-se, a importância das famílias numerosas, com mais de 7 pessoas no agregado (4%).

Mais de 1/3 dos pais possui um nível de escolaridade elevado (secundário ou superior), embora seja relevante que cerca de 17% possua apenas o 1º ciclo ou não tenha frequentado a escola.

Figura 56 – Situação dos pais perante o emprego: alunos com repetência



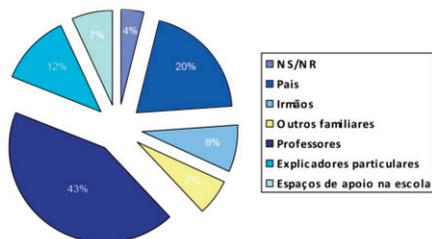
Fonte: Inquérito aos alunos (2017)

Estas trajetórias educacionais dos pais constituem importantes referências para as crianças e jovens, fator que fomenta muitas vezes um quadro de descreditação nas próprias capacidades.

Mais de metade dos pais dos alunos com repetência (52%), é trabalhador por conta de outrem (trabalha numa empresa/Estado). É significativa a proporção de pais desempregados (13,3%; sendo superior a 20%, no caso das mães).

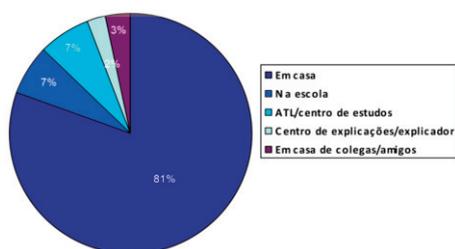
Certo alheamento/despreocupação ou excesso de confiança na capacidade de desempenho escolar dos educandos. Maior empenho e preocupação das mães com os resultados.

Figura 57 – Recurso em caso de dificuldades no estudo



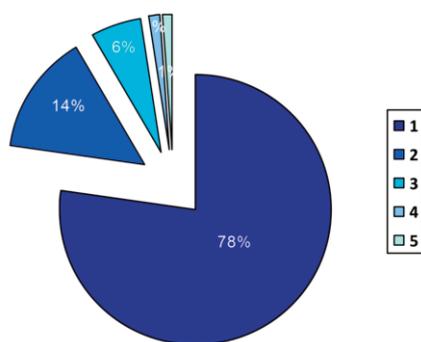
Fonte: Inquérito aos alunos (2017)

Figura 58 – Local de realização dos trabalhos de casa



Fonte: Inquérito aos alunos (2017)

Figura 59 – Número de retenções dos alunos



Fonte: Inquérito aos alunos (2017)

Face às taxas de desemprego e consequentemente existir um potencial de disponibilidade superior dos pais, sobretudo das mães, acompanharem o percurso escolar dos filhos (apoio nos trabalhos de casa, por exemplo), regista-se que cerca de 1/4 dos alunos fazem os trabalhos de casa sozinho, quer por acharem que não necessitam de ajuda (50,8%), quer por falta de tempo/conhecimento necessário por parte dos encarregados de educação (14%).

Estes valores traduzem um elevado grau de liberdade e responsabilidade atribuída aos filhos pelos encarregados de educação (em muitos casos, por incapacidade/falta de qualificações dos pais; em muitos outros, por dificuldades financeiras para encontrar uma alternativa externa – apenas 9% tem explicador/ATL), iniciando um certo alheamento/despreocupação ou excesso de confiança na capacidade de desempenho escolar dos educandos.

Dos que fazem o trabalho de casa acompanhado, a maioria realiza-o com a mãe (38%) ou no ATL/centro de estudos (21%).

Estes valores indiciam porventura uma maior disponibilidade/propensão das mães para efetuar o acompanhamento (maior empenho e preocupação com os resultados), mas simultaneamente uma forte presença e importância do apoio e cooperação familiar direta.

Quase 43% dos alunos repetentes recorre aos professores em caso de dificuldades no estudo (20% aos pais; 12% explicadores particulares).

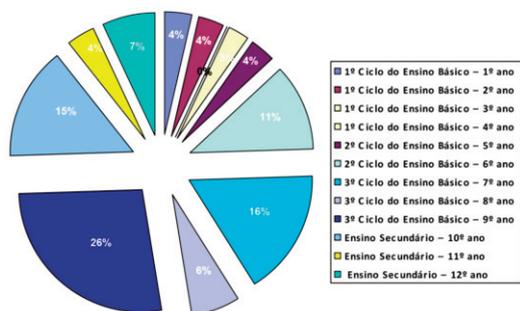
Cerca de 4/5 dos alunos faz os trabalhos em casa, possuindo uma expressão reduzida a escola ou os centros de estudos e explicações.

Destaque para uma franja muito importante de alunos (25%) que refere que simplesmente não faz os trabalhos de casa, demonstrando alguma despreocupação ou atribuindo uma certa irrelevância a este processo de apoio importante ao trabalho desenvolvido em contexto de sala de aula.

O percurso escolar dos alunos revela múltiplas retenções (mais de 1/4 dos alunos apresenta mais do que uma repetência).

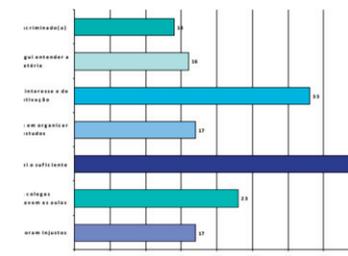
A maioria das retenções ocorre no início e/ou fim dos ciclos de ensino, sobretudo no 9º ano de escolaridade. Os maus hábitos e a falta de métodos de estudo são apontados com as principais causas para o insucesso, o que confere aos próprios o principal ónus pela situação.

Figura 60 – Retenções dos alunos, distribuição pelos anos/níveis de ensino



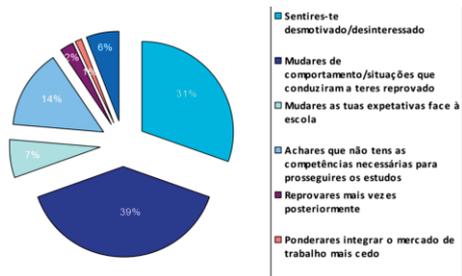
Fonte: Inquérito aos alunos (2017)

Figura 61 – Principais razões apontadas para a retenção



Fonte: Inquérito aos alunos (2017)

Figura 62 – Posicionamento pós-retenção (chumbar contribuiu para:)



Fonte: Inquérito aos alunos (2017)

A literatura de referência na área da educação aponta que os anos de transição de ciclo são anos de maior incidência da retenção. A transição do primeiro para o segundo ciclo, no 5.º ano, mas sobretudo o 7.º ano e o 9.º ano são momentos de maior incidência das retenções.

Neste caso, a passagem de um regime de monodocência para um regime com vários professores (na passagem do 1.º para o 2.º CEB), a mudança de estabelecimento de ensino, de linguagem, de modos de gestão do tempo e do espaço, ou tradições de ensino e lógicas de funcionamento distintas e, por vezes, antagónicas entre ciclos, são alguns dos fatores mais destacados por diversos autores.

No caso do Porto, a maioria das retenções ocorreu no início e no fim dos ciclos de ensino, nomeadamente no 3º ciclo (44%). Assim, 27,2% das retenções dos alunos ocorreram no 9º ano e 16,7% no 7º ano de escolaridade.

O 10º ano de escolaridade, foi responsável por 15% das retenções registadas no percurso escolar dos alunos com insucesso no Porto.

Os alunos atribuem, primordialmente, a si próprios os motivos para o seu insucesso escolar. As principais causas referidas para a não transição de ano letivo são: “Não estudei o suficiente” (17%); “Falta de interesse e de motivação” (15%) e “Tive dificuldade em organizar os meus estudos” (8%).

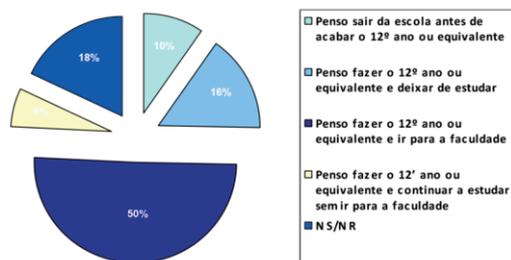
Embora com menor importância, surgem motivos como o ambiente na sala de aula (destabilização das aulas por parte de outros colegas), e com o contexto familiar (más influências de colegas, amigos, vizinhos, familiares). Os professores são igualmente “responsabilizados” (por serem injustos ou não explicarem bem a matéria).

Embora uma parte importante dos alunos pareça conformada e pouco sensibilizada para as implicações no futuro, não procedendo a alterações na rotina/no posicionamento escolar após a retenção, quase 2/5 (39%) refere ter tomado medidas para não reincidir.

Assim, as principais alterações referidas pelos alunos para evitar potenciais novas retenções passam pela mudança de atitude/comportamento dos próprios e pela mudança nos hábitos e métodos de estudo.

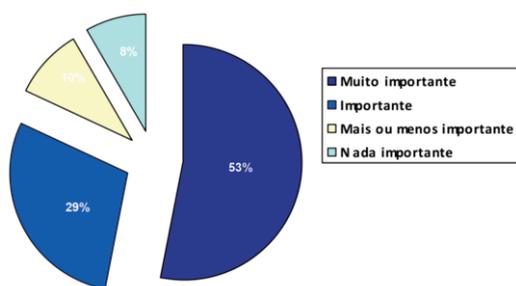
A frequência da faculdade constitui uma meta para cerca de metade dos alunos (72% pretendem finalizar o 12.º ano). Reduzida participação cívica e integração social

Figura 63 – Continuação de estudos



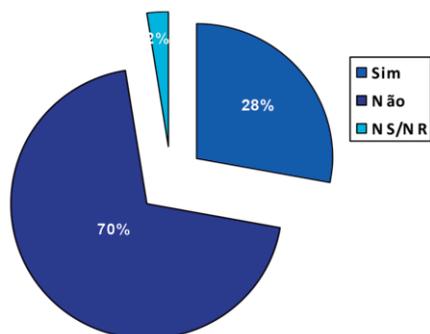
Fonte: Inquérito aos alunos (2017)

Figura 64 – Importância da Escola para o futuro profissional



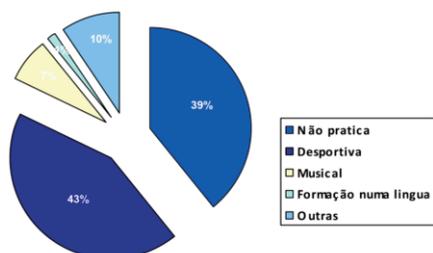
Fonte: Inquérito aos alunos (2017)

Figura 65 – Integração numa entidade fora do contexto escolar



Fonte: Inquérito aos alunos (2017)

Figura 66 – Atividades fora da escola



Fonte: Inquérito aos alunos (2017)

Conforme referenciado, para uma importante parte dos alunos, a retenção contribuiu fortemente para uma mudança do comportamento e atitude/motivação, enquanto para outros, originou desmotivação e desinteresse pela escola/estudo e alterou as expectativas face à mesma.

Assim se pode explicar o facto de 18% dos inquiridos não saber até quando vai estudar e 10% pensar sair da escola antes de acabar o 12.º ano ou equivalente.

Ainda assim, a frequência da faculdade constitui uma meta para cerca de metade dos alunos e a finalização do 12.º ano para 72%. Regra geral os alunos consideram que a escola é muito importante (53%) ou importante (29%) para ter uma boa profissão.

Pela negativa, releva o facto de 8% não atribuir qualquer importância ao percurso escolar para a obtenção de uma boa profissão no futuro.

Verifica-se que as crianças e jovens têm uma baixa participação cívica e integração social, num contexto em que 70% não pertencem a nenhuma entidade (associação cultural ou recreativa, organização, partido, escuteiros, clube, etc...), estando pouco envolvidos na comunidade e não possuindo outras atividades fora do contexto escolar (39%).

Entre aqueles que desenvolvem atividades fora do contexto escolar, a atividade desportiva é a preferida (43%), secundada pela música (7%).

Estes resultados indiciam o enraizamento de novos hábitos e locais de consumo massificado, um certo desinteresse por atividades de reduzida presença/cariz tecnológico/interativo e a ausência de uma agenda desportiva e cultural local adequada às pretensões/motivações deste público-alvo.

No âmbito da Prioridade de Investimento “Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária, e secundária, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais, para a reintegração no ensino e formação” e do Objetivo específico “Promover a melhoria do sucesso educativo dos alunos, reduzindo as saídas precoces do sistema educativo, combatendo o insucesso escolar e reforçando as medidas que promovem a equidade no acesso à educação básica e secundária”, foram lançados 2 Avisos-convites à AMP (com quem foi contratualizada a implementação do PDCT) para apresentar a sua proposta de “Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar” (PIICIE) e das operações que os corporizarão. O PIICIE e as operações deverão articular-se e contribuir para a prossecução das prioridades e medidas de política educativa, designadamente, com os planos de ação estratégica das escolas aprovados no âmbito do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar.

No âmbito do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar, o Município do Porto enquadrou um projeto denominado “Programa de Promoção da Aprendizagem da Língua Portuguesa”, tendo como parceiros o Instituto Politécnico do Porto e todos os Agrupamentos de Escolas, a Escola Secundária Filipa de Vilhena, o Conservatório de Música do Porto e a Escola Artística de Soares dos Reis.

Os objetivos do Programa passam por: i) Prevenção do insucesso escolar nos ensinamentos pré-escolar, 1º ciclo e secundário; ii) Combate precoce às dificuldades de aprendizagem da leitura; iii) Aumento da taxa de sucesso na disciplina de Português; iv) Intervenção nas dificuldades de linguagem, de aprendizagem da leitura e desenvolvimento de competências pré-leitoras e leitoras; v) Utilização de instrumentos e *software* lúdico-pedagógicos; vi) Implementação e aperfeiçoamento de ferramentas e metodologias de intervenção inovadoras para a melhoria das aprendizagens. É composto por duas ações principais:

1) CiiL - Centro de Investigação e Intervenção na Leitura (direcionada ao pré-escolar e 1º ciclo)

O CiiL concretiza uma intervenção promotora do sucesso na aprendizagem da leitura junto de crianças em contexto escolar fora da sala de aula. A intervenção guia-se por dois programas, dirigidos às crianças da sala dos 5 anos do Jardim-de-infância e para as crianças do 1º ano do 1º ciclo do ensino básico. Aliando um enquadramento lúdico ao trabalho da consciência fonológica, conciliam-se ambientes de trabalho em mesa redonda e trabalho em grupo mais alargado, com suportes virtuais (*software* Graphogame) que entusiasma as crianças e lhes espoleta novas competências, facilitadoras na aprendizagem da leitura. Com recurso ao Graphogame Português Alicerce, originalmente criado na Finlândia, o CiiL promove a automatização da leitura e assume um carácter marcadamente lúdico. Ao nível do jardim-de-infância, os jogos centram-se na promoção das competências de linguagem e da consciência fonológica, com especial ênfase ao nível da unidade fonema. Ao nível dos 1ºs anos, os jogos estão centrados na promoção do conhecimento das relações letra-som, consciência fonémica e descodificação (as três competências alicerce na aprendizagem da leitura). No decorrer desta ação é ainda realizada uma avaliação inicial, intermédia e final, que resulta num relatório analítico dos resultados da intervenção do CiiL.

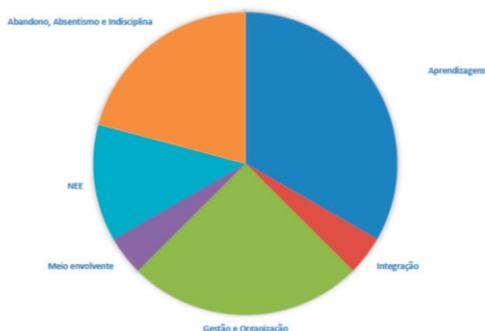
2) A Falar é que a Gente se Entende (direcionada ao ensino secundário)

Consiste na criação de laboratórios de intervenção na língua materna e nas suas diferentes formas de expressão, com o intuito de reforçar as competências dos alunos na interpretação de textos, no reconhecimento do significado de expressões e conceitos e na aplicação da linguagem escrita e oral na construção de conhecimento em diferentes áreas do saber. Através de uma complementaridade de formatos e do recurso a diferentes técnicas, como o debate e o teatro, por exemplo, pretende-se que os alunos desenvolvam a capacidade de expressão escrita e oral de conceitos, factos, opiniões, pensamentos e sentimentos.

Num contexto de abordagem integrada e multidimensional de combate ao problema, importa relevar as principais características e estrutura de intervenções preconizadas nos planos de ação estratégica das escolas e nos planos de melhoria (escolas TEIP), aprovados no âmbito do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar.

As Escolas, no âmbito dos Planos de Ação Estratégica (PAE) de promoção do sucesso escolar, procuram desenvolver soluções que garantam uma melhor qualidade de ensino, centradas sobretudo nos processos de aprendizagem e resposta ao abandono, absentismo e indisciplina.

Figura 67 – Caracterização das tipologias de problemas identificados pelas escolas



Fonte: Escolas/CM Porto (2017)

Figura 68 – Tipologias de problemas por nível de ensino



Fonte: Escolas/CM Porto (2017)

Figura 69 – Distribuição das medidas por nível de ensino (escolas TEIP)



Fonte: Escolas/CM Porto (2017)

No âmbito do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE) foi definido o regime de candidatura à apresentação e implementação de Planos de Ação Estratégica (PAE) de promoção do sucesso escolar, através do Norte 2020.

Estes planos focam-se em soluções locais pensadas pelas escolas e em articulação com os agentes educativos (autarquias, instituições da comunidade, ...), para garantir uma educação de qualidade.

As escolas identificaram como principais problemas as “aprendizagens” e o “Abandono, absentismo e indisciplina”.

Posteriormente, para cada problema identificado, as escolas apresentaram as ações/medidas que, numa lógica de melhoria das práticas educativas e das aprendizagens dos alunos, darão resposta às fragilidades.

Relevam como medidas de “Apoio na Melhoria das Aprendizagens” (em particular do Português e da Matemática), o projeto Fénix, a criação de grupos de apoio ao estudo e de oficinas.

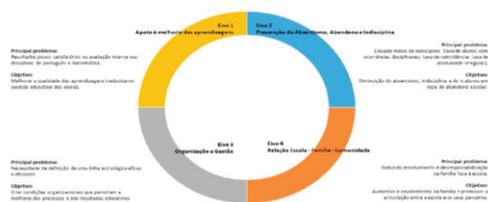
Nas medidas apresentadas pelas escolas para fazer face à problemática do Abandono, Absentismo e Indisciplina, destaca-se a disseminação interna do código de conduta e a sua interiorização pelos alunos, a implementação de um programa tutorial, o apoio individualizado e a criação de grupos de educação para os valores.

Relativamente ao eixo “Gestão e Organização” onde emerge a necessidade de incremento de práticas colaborativas e da articulação entre os docentes, é proposta a partilha de boas práticas, a uniformização de procedimentos e a implementação de uma efetiva supervisão pedagógica.

Finalmente, numa lógica de trabalho contínuo de integração de alunos com necessidades educativas especiais são propostas medidas de coadjuvação em sala de aula, tutoria e apoio individualizado.

As Escolas, em estreita parceria e articulação com o Município, têm assumido o combate ao insucesso escolar como uma dimensão central, refletindo e protagonizando um papel ativo na procura de soluções para minorar o problema.

Figura 70 – Arquitetura programática dos Planos de Melhoria (escolas TEIP)



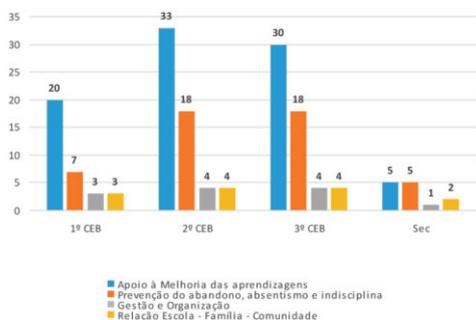
Fonte: Escolas/CM Porto (2017)

A macro-arquitetura programática que estrutura a abordagem realizada no âmbito dos Planos de Melhoria (Escolas TEIP), centra-se em 4 eixos principais: Eixo 1 - Apoio à Melhoria das aprendizagens; Eixo 2 - Prevenção do abandono, absentismo e indisciplina; Eixo 3 - Relação Escola - Família - Comunidade; Eixo 4 - Gestão e Organização.

No Eixo 1, relevam como principais medidas: a criação de Turmas Ninho; o reforço de um tempo na carga letiva; o apoio e acompanhamento individualizado; as assessorias pedagógicas; os planos tutoriais individualizados; as atividades práticas/laboratoriais/experimentais.

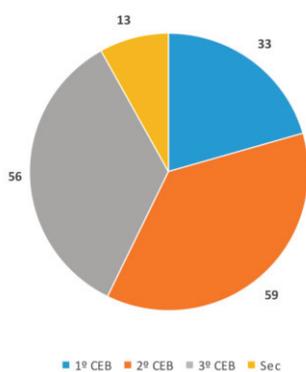
No Eixo 2, emergem medidas como: Mediação; Ação Tutorial; Acompanhamento Individual ou Grupo; Oficinas de carácter artístico; organização de atividades desportivas e clubes; Ocupação de Tempos Livres; Formação Cívica; orientação académica e social; apoio psicológico; articulação com instituições e famílias; orientação vocacional e pedagógica.

Figura 71 – N.º de medidas por categoria e nível de ensino (escolas TEIP)



Fonte: Escolas/CM Porto (2017)

Figura 72 – N.º global de medidas por nível de ensino (escolas TEIP)



Fonte: Escolas/CM Porto (2017)

Relativamente ao Eixo 3, destaque para: trabalho colaborativo; articulação e supervisão pedagógica; monitorizar e avaliar a operacionalização do Projeto Educativo e Plano Atividades; aulas de reforço; aulas supervisionadas; monitorização e acompanhamento das atividades do projeto educativo.

No Eixo 4, as medidas centram-se: convívios geracionais; sessões de sensibilização e informação dirigidas às famílias/comunidade em articulação c/ instituições parceiras; sessões de *coaching* parental; café com pais; estudar com pais; projetos culturais promovidos pelas bibliotecas; organização de atividades dirigidas aos encarregados de educação.

4.3. PROJEÇÕES DA POPULAÇÃO ESCOLAR

4.3.1. Nota Introdutória

Segundo o Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, nomeadamente no que concerne aos objetivos, a Carta Educativa visa promover a adequação da rede de estabelecimentos de modo a que, em cada momento, as ofertas educativas respondam à procura efetiva que se manifeste em cada um dos níveis de ensino. Neste quadro, a melhor utilização dos recursos educativos só poderá ser efetivamente concretizada se, no início de cada ano letivo, a oferta conseguir dar uma resposta adequada às necessidades da procura.

Com base na interpretação da evolução demográfica recente e das tendências de urbanização metropolitana e local, é possível desenvolver algumas conclusões sobre tendências e impactes da demografia na evolução da procura educativa no Concelho do Porto. Acresce que, em qualquer processo de planeamento municipal, a componente demográfica deverá ser destacada, na medida em que se assume como um dos pilares de sustentação e vertebração do desenvolvimento territorial, geradora de fluxos espaciais e de novas necessidades e conceitos, cujos impactes se refletem na organização e modelação do espaço, nomeadamente no que concerne à programação de equipamentos e infraestruturas.

Torna-se assim evidente a necessidade de prospetivar os quantitativos populacionais futuros para se identificarem, atempadamente, algumas carências e problemas que daí advenham, nomeadamente na programação de equipamentos, para satisfazer as necessidades dos habitantes que previsivelmente se virão instalar no concelho num futuro próximo e/ou para colmatar/resolver as necessidades já sentidas pelas populações atualmente. O modelo a adotar na Carta Educativa do Porto destina-se a esse fim, pois consegue estimar a estrutura etária da população, em momentos posteriores.

Deste modo, foram realizadas projeções demográficas para 2021 e 2025, utilizando o modelo cohort survival aberto.

O modelo *cohort* - survival aberto corresponde a um modelo que se baseia na capacidade de sobrevivência de um grupo de indivíduos que sofre o mesmo tipo de acontecimentos demográficos, no decorrer de uma determinada unidade temporal. Existem dois pressupostos de base, no modelo: i) a existência de um grupo etário e um período de projeção, sendo que este deve corresponder à amplitude do primeiro; ii) a probabilidade que um grupo etário tem, num dado momento, de sobreviver e passar a constituir o grupo etário seguinte, num momento posterior. Aqui está subjacente uma equação de concordância onde a população final é igual à população inicial, a que se adicionam os nascimentos e as imigrações, e se subtraem os óbitos e as emigrações (traduz o efeito do crescimento natural e da variação migratória, na evolução da população, durante um determinado período de tempo).

Nesta projeção, especialmente centrada nas diversas freguesias do concelho, considerou-se a evolução temporal da população, por grupos etários, no período de 2001 - 2011, para se prospetivar a sua evolução para o horizonte temporal de 2011-2021 e 2011-2025. Dadas as características metropolitanas do concelho, originando que as freguesias estejam em permanente mutação, no que se refere ao seu modelo de desenvolvimento e ocupação do território, bem como da atual política de desenvolvimento territorial preconizada no âmbito da Revisão do PDM do Porto, as projeções demográficas, incluindo o crescimento natural e as taxas migratórias, foram desenvolvidas segundo dois cenários prospetivos (tendencial e voluntarista expansionista). Com base nestes dados de projeção demográfica, construíram-se dois cenários prospetivos de procura educativa por nível de ensino, nomeadamente no que se refere à Rede Pública.

4.3.2. Cenarização Demográfica (2021 e 2025)

Construiu-se o modelo, com o objetivo de prospetivar a população residente no concelho, no ano de 2021 e 2025, a partir da evolução demográfica patenteada durante a primeira década do milénio (2001-2011), a vários níveis: estrutura etária, taxas brutas e específicas de mortalidade e natalidade, e saldo migratório.

O primeiro passo metodológico centrou-se na recolha estatística das variáveis necessárias:

- População residente para todas as freguesias do concelho, por grupo etário, em 2001 e em 2011;
- Nados-vivos por grupos etários das mães (grupos etários decenais férteis: dos 10 aos 59 anos), para todas as freguesias, entre 2001 e 2010;
- Óbitos, por grupo etário, para todos os anos entre 2001 e 2010;
- Óbitos com menos de 1 ano entre 2001 e 2010;
- Taxa de mortalidade infantil média do último quinquénio;
- Taxa de natalidade e mortalidade para as freguesias, o concelho, a AMP e o Continente, em 2001 e 2011;
- Taxa de crescimento migratório para o Continente e AMP, entre 2001 e 2011.

Com a população residente em 2001, com o saldo fisiológico (crescimento natural) durante este período e com a população recenseada em 2011, foi encontrado o saldo migratório (à população recenseada em 2011 subtraiu-se o saldo fisiológico) e a respetiva taxa.

Elaboraram-se, depois, as taxas de natalidade específicas ((nados-vivos por grupo etário / população residente por grupo etário)*Taxa de sobrevivência infantil) e as taxas de sobrevivência associadas a cada grupo etário (1-(óbitos por grupo etário/ população residente média do grupo etário na década)). Para se encontrarem as taxas de sobrevivência a aplicar na década de projeção, consideraram-se os nados-vivos registados entre 2001 e 2010. As taxas de natalidade específicas que foram consideradas para o período em projeção foram as registadas em 2011, aplicando-se, depois, a probabilidade de sobrevivência (1- taxa mortalidade infantil). Esta operação permite quantificar o número de nados-vivos que sobrevivem, sendo importante pelo facto de neste período da vida a mortalidade ser relativamente elevada.

As taxas de migração utilizadas para os períodos 2011-2021 e 2011-2025, foram as obtidas na década anterior, mas aplicadas à população residente em 2011, pois considerou-se que a tendência se iria manter (partiu-se do pressuposto de que nos períodos posteriores - 2011-2021 e 2011-2025 -, o saldo migratório iria ser o mesmo, sendo por isso aplicado este saldo à população de 2011).

A projeção, num “cenário tendencial”, corresponde à equação de concordância, traduzindo o efeito do crescimento natural e da variação migratória na evolução da população (a população final, em cada uma das freguesias, é igual à população inicial, mais os nascimentos e as imigrações, menos os óbitos e as emigrações ocorridos ao longo da década).

Para projetar a população do primeiro escalão (0-9 anos), multiplicaram-se os produtos das taxas de natalidade específicas, pela população residente no grupo etário respetivo, em 2011. Os escalões etários seguintes correspondem ao produto da população residente em 2011, pelas taxas de sobrevivência e de migração, dos grupos etários anteriores. Para o último escalão, a operação tem a mesma lógica, mas entra-se em linha de conta com os grupos etários anterior (60-69 anos) e o último (70 e mais anos) que engloba o resto da população, dado que é um grupo etário aberto.

Foi, igualmente, construído mais um cenário, expansionista moderado, para todas as freguesias, em função da dinâmica urbana/económica que se perspetiva para os próximos anos em cada uma delas, tendo em conta o entrecruzar de fatores demográficos e económicos e das opções de desenvolvimento territorial a consolidar no âmbito do processo de Revisão do PDM, pois podem obter-se perspetivas diferentes, do futuro.

Os processos utilizados foram os referidos anteriormente, só que nestes casos foram aplicados alguns pressupostos de base, exteriores ao modelo, assumindo que alguns dos fenómenos demográficos poderão vir a sofrer comportamentos diferenciados nos próximos anos, em função da maior ou menor capacidade de atração e fixação de população decorrente do processo de crescimento urbano e criação de emprego, que o Município pretende levar a cabo. Logicamente que

num cenário estratégico otimizado, que acompanhe o modelo de desenvolvimento a preconizar pela autarquia no processo de Revisão do Plano Diretor Municipal (atualmente em curso), em que todos os investimentos/projetos/ loteamentos propostos sejam concretizados, a estimativa de um valor populacional para o concelho aproximar-se-á do valor encontrado para este cenário expansionista moderado.

Neste Cenário, é assumido, por um lado, que a taxa de natalidade na globalidade do concelho aumenta em torno de 1‰, (em todas as freguesias) e, por outro lado, que se irá observar um incremento na taxa migratória específica expectável (que varia entre os 150% e os 200%, consoante a freguesia em análise).

Esta opção assumida pela equipa, não deixa de ter em atenção dois fenómenos marcantes:

- As últimas informações disponibilizadas pelo INE (2016), destacam que nos últimos anos existiu uma forte quebra nos ritmos de atração de imigrantes, nomeadamente de população oriunda dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – PALOP e Brasil, não se perspetivando inversões acentuadas nesta tendência nos próximos anos;
- As novas dinâmicas que têm surgido na AMP, com a expansão da rede de Metro, parecerem demonstrar que os concelhos limítrofes do Porto, servidos por esta infraestrutura, deverão ser os maiores “acolhedores” de população metropolitana nos próximos anos.

Contudo, não obstante este quadro de referência, a equipa assumiu que dada a dinâmica urbana perspetivada (Operação de Reabilitação Urbana de Campanhã/Estação); reabilitação urbana do Centro Histórico, criação de emprego e forte acréscimo da atividade turística, ...), deverá ocorrer, nos próximos anos, um processo de atração e fixação de população metropolitana, para o concelho.

Simultaneamente, neste “novo” cenário, assume-se que as taxas de mortalidade, por grupo etário, irão estacionar, mantendo-se praticamente inalteradas durante a década. Não é expectável que nos próximos anos, face ao nível atingido em termos de cuidados de saúde e assistência médica, bem como nos índices globais de qualidade de vida, que a esperança média de vida se venha a alterar significativamente. Tal facto é aliás corroborado pela evolução recente das taxas brutas de mortalidade no país e no concelho, observando-se uma clara tendência para a estabilização nos últimos anos.

Assim, foi com base exclusivamente em oscilações nas Taxas de Natalidade e nas Taxas Migratórias Específicas, que se procederam a reajustamentos no cenário tendencial e foi possível construir o novo cenário – expansionista moderado.

Nas diversas freguesias do concelho, introduziram-se alterações nas taxas de natalidade e nas taxas migratórias específicas.

Registe-se que alguns dos valores diferenciados registados nos acréscimos nas taxas de natalidade, em freguesias que previsivelmente terão crescimentos nos próximos anos, resultam dos mesmos atualmente já se apresentarem elevados, não se perspetivando subidas muito acentuadas. Noutros casos, apesar das taxas de natalidade e fecundidade serem relativamente satisfatórias, num “previsível” cenário de expansão urbana, baseado em casais jovens em idade de procriar, poderão acentuar-se esses ritmos de crescimento da natalidade.

Por outro lado, na generalidade das freguesias, observa-se um reforço dos valores do saldo migratório já expectáveis (incremento a contabilizar na taxa de crescimento migratório registada na freguesia, entre 2011 e 2021/2025, em todos os grupos etários decenais), dado que a maioria das freguesias possuíam valores negativos na década anterior e previsivelmente virão a possuir alguma dinâmica urbana/construtiva na próxima década que permita inverter a realidade observada anteriormente.

Registe-se que foi ponderado o facto de que uma percentagem das pessoas que vão habitar as “novas” habitações, resultantes dos Planos de Pormenor e processo de reabilitação, já residem no concelho, mas em casas pequenas e com

problemas nas condições de habitabilidade. Foi igualmente ponderado o facto de a manter-se a atual conjuntura económica, promotora de uma retração dos investimentos das famílias na aquisição de novas habitações e a redução significativa dos fluxos migratórios (nomeadamente de imigrantes), o mercado habitacional existente/reabilitado conseguir responder às necessidades da procura.

Assim, mediante o cenário proposto, a população no concelho do Porto em 2025, situar-se-á entre os 190.068 habitantes e os 238.643 habitantes. Num cenário tendencial, que acompanhe as propensões e fenómenos demográficos registados na primeira década do milénio, prevê-se uma quebra populacional de 20%, enquanto que num cenário voluntarista expansionista, que responda à política de desenvolvimento municipal vertida na Revisão do Plano Diretor Municipal, se registará um acréscimo na ordem dos 0,4%.

Tabela 54 - População Residente, segundo Dois Cenários (Tendencial - A e Alternativo - B), em 2021 e 2025

Freguesia	2001	2011	Variação 2001/2011	2021				2025			
				Cenário A	Cenário B	(A) variação 2011/2021	(B) variação 2011/2021	Cenário A	Cenário B	(A) variação 2011/2025	(B) variação 2011/2025
UF Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	31.449	28.858	-8,2	25.559	28.755	-11,4	-0,4	23.108	29.028	-19,9	0,6
UF Lordelo do Ouro e Massarelos	29.968	29.059	-3,0	28.011	29.821	-3,6	2,6	27.441	30.162	-5,6	3,8
Ramalde	37.647	38.012	1,0	38.095	38.480	0,2	1,2	38.100	39.756	0,2	4,6
Paranhos	48.686	44.298	-9,0	38.961	41.139	-12,0	-7,1	34.467	42.052	-22,2	-5,1
UF Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória	48.046	40.440	-15,8	32.037	38.060	-20,8	-5,9	28.082	39.618	-30,6	-2,0
Bonfim	28.578	24.265	-15,1	19.553	22.517	-19,4	-7,2	16.956	25.137	-30,1	3,6
Campanhã	38.757	32.659	-15,7	25.578	31.977	-21,7	-2,1	21.914	32.891	-32,9	0,7
Porto	263.131	237.591	-9,7	207.793	230.748	-12,5	-2,9	190.068	238.643	-20,0	0,4

Fonte: INE e equipa técnica (2017)

4.3.3. Estimativas da População Escolar

Após encontrados estes “grandes números” para o concelho e a totalidade das freguesias, resultantes do somatório dos valores para cada um dos grupos etários decenais analisados, o próximo passo metodológico centrou-se na tentativa de proceder à repartição da população estimada para cada um desses grupos, pela idades ano a ano que os compõem, nomeadamente para os dois primeiros grupos decenais, que são aqueles que agregam a população potencialmente a escolarizar em 2021 e 2025. Assim, a equipa optou por, em primeiro lugar, verificar qual o peso relativo que, em 2011, cada ano representava no total do grupo decenal e, em segundo lugar, aplicar a mesma proporção aos valores estimados para 2021 e 2025. De tal opção resulta que, por exemplo, todas as crianças que em 2011 possuíam 1 ano, terão previsivelmente 11 anos em 2021, a manterem-se, como preconiza o modelo, as suas probabilidades de sobrevivência e migração (cenário tendencial) ou um valor mais elevado se se alterarem alguns fenómenos demográficos (cenário alternativo/expansionista).

Centrando a análise exclusivamente na população potencialmente a escolarizar, em 2021, observa-se que, segundo o cenário tendencial, o maior número de alunos concentrar-se-á no 1º ciclo, com cerca de 6.995 alunos, centrados sobretudo nas freguesias de Ramalde e Paranhos. A freguesia do Bonfim apresentará um número reduzido de alunos (apenas 586 alunos no 1º ciclo).

Tabela 55 - População em Idade Escolar Projetada (Cenário Tendencial 2021)

Freguesia	Pré-escolar (3-5 anos)	1º Ciclo (6-9 anos)	2º Ciclo (10-11 anos)	3º Ciclo (12-14 anos)	Secundário (15-17 anos)	Secundário (18-19 anos)
UF Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	649	984	437	623	638	463
UF Lordelo do Ouro e Massarelos	682	946	459	621	659	486
Ramalde	945	1339	679	937	997	681
Paranhos	809	1267	429	687	739	569
UF Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória	656	963	313	470	549	395
Bonfim	441	586	204	324	342	291
Campanhã	632	910	331	536	575	437
Concelho do Porto	4.814	6.995	2.852	4.198	4.499	3.322

Fonte: Equipa técnica (2017)

Também em 2025, neste cenário tendencial, o maior número de alunos concentrar-se-á no 1º ciclo, embora com valores mais reduzidos (6.811 crianças em idade de frequentar o 1º ciclo), com uma representação relevante das freguesias de Ramalde e Paranhos.

Tabela 56 - População em Idade Escolar Projetada (Cenário Tendencial 2025)

Freguesia	Pré-escolar (3-5 anos)	1º Ciclo (6-9 anos)	2º Ciclo (10-11 anos)	3º Ciclo (12-14 anos)	Secundário (15-17 anos)	Secundário (18-19 anos)
UF Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	604	918	419	598	613	446
UF Lordelo do Ouro e Massarelos	676	938	445	602	639	470
Ramalde	916	1.298	653	901	959	655
Paranhos	808	1.264	429	685	738	568
UF Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória	642	943	305	460	540	388
Bonfim	429	571	201	319	336	286
Campanhã	610	879	310	503	540	411
Concelho do Porto	4.685	6.811	2.762	4.068	4.365	3.224

Fonte: Equipa técnica (2017)

Num cenário alternativo/expansionista, a principal alteração prende-se com o facto do crescimento do número de crianças/alunos se centrar maioritariamente nos primeiros níveis de ensino, nomeadamente no pré-escolar e 1º ciclo.

Tabela 57 - População em Idade Escolar Projetada (Cenário Alternativo – Expansionista 2021)

Freguesia	Pré-escolar (3-5 anos)	1º Ciclo (6-9 anos)	2º Ciclo (10-11 anos)	3º Ciclo (12-14 anos)	Secundário (15-17 anos)	Secundário (18-19 anos)
UF Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	713	1078	522	748	761	552
UF Lordelo do Ouro e Massarelos	758	1052	512	693	735	541
Ramalde	1058	1498	757	1045	1112	759
Paranhos	910	1425	495	792	852	656
UF Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória	727	1069	350	526	608	444
Bonfim	498	662	237	377	397	339
Campanhã	700	1009	372	602	646	491
Concelho do Porto	5.364	7.793	3.245	4.783	5.111	3.782

Fonte: Equipa técnica (2017)

Tabela 58 - População em Idade Escolar Projetada (Cenário Alternativo – Expansionista 2025)

Freguesia	Pré-escolar (3-5 anos)	1º Ciclo (6-9 anos)	2º Ciclo (10-11 anos)	3º Ciclo (12-14 anos)	Secundário (15-17 anos)	Secundário (18-19 anos)
UF Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	703	1067	530	760	776	560
UF Lordelo do Ouro e Massarelos	753	1041	497	672	713	525
Ramalde	1.121	1.587	796	1.098	1.169	798
Paranhos	967	1514	532	851	917	706
UF Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória	760	1114	373	559	648	472
Bonfim	529	704	241	383	405	345
Campanhã	738	1064	387	627	673	512
Concelho do Porto	5.571	8.091	3.356	4.950	5.301	3.918

Fonte: Equipa técnica (2017)

Não obstante estes valores traduzam a população potencialmente a escolarizar em função das estimativas realizadas por idade (agregação em função das idades “naturais” de frequência de cada nível de ensino), existem diversas dinâmicas e características territoriais e setoriais que importa ter presente e que implicaram um exercício de ponderação gerador de reajustamento dos valores, de modo a garantir uma melhor adequação e elevar o grau de confiança relativamente às projeções da população a escolarizar em 2021 e 2025. Dos descritores com maior relevância, aponta-se a enorme representatividade da população em idade escolar residente noutros concelhos limítrofes, mas que frequenta os estabelecimentos localizados na Cidade do Porto e, por outro lado, a importância que o insucesso escolar possui em alguns níveis de ensino, gerando taxas de repetência significativas e consequentemente provocando a manutenção dos alunos com idades mais “avançadas” face ao expectável para esse nível. Finalmente, importa ainda ter presente a importância que as escolas que integram a Rede Privada e Solidária assumem no Concelho, detendo um número muito significativo de alunos em alguns níveis de ensino.

Neste quadro, metodologicamente optou-se por: i) num primeiro momento, verificar a representatividade dos alunos residentes no Porto, por freguesia de localização dos estabelecimentos escolares (com base nos valores médios registados nas escolas localizadas nessas freguesias), num segundo momento, aplicar esses valores às estimativas de população em idade de frequentar os diversos níveis de ensino (neste contexto, os valores foram acrescidos em função da população oriunda de outros concelhos que virá frequentar as escolas da Cidade); ii) verificar o peso relativo, por freguesia, da Rede Privada e Solidária, na atual procura escolar, aplicando esse valor para as estimativas anteriores (neste quadro, os valores reduzem-se face à distribuição da população potencialmente a escolarizar pelas restantes redes); iii) considerar as taxas de repetência, nos estabelecimentos escolares da Rede Pública sediados em cada freguesia, aplicando esses valores à população escolar estimada.

Figura 73 – Representatividade da Rede Pública, por nível de ensino, no Sistema Educativo Municipal

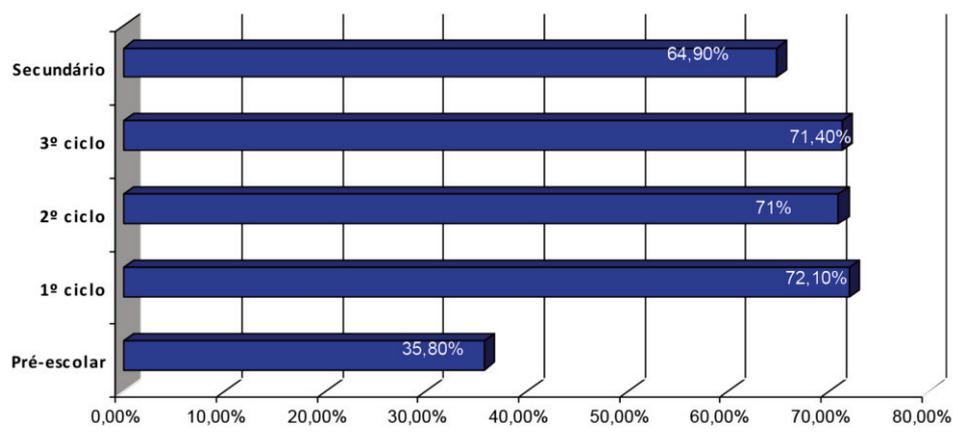


Tabela 59 – Indicadores relevantes para calibrar a população a escolarizar na rede pública

Freguesia/ localização dos estabelecimentos de ensino	Pré-escolar (%)		1º ciclo (%)			2º ciclo (%)			3º ciclo (%)			Secundário (%)		
	Alunos residentes		Alunos residentes		Tx repetência									
	Porto	Exterior	Porto	Exterior										
UF de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	86	14	79	21	2	77	23	6	87	13	10	82	18	13
UF de Lordelo do Ouro e Massarelos	97	3	90	10	6	85	15	11	88	13	10	29	71	19
Ramalde	89	11	92	8	5	92	8	7	89	11	10	77	23	9
Paranhos	49	51	43	57	5	72	28	8	73	27	12	67	33	10
UF de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória	84	16	79	21	2	75	25	3	71	29	5	27	73	13
Bonfim	79	21	76	24	5	79	21	12	78	22	10	14	86	15
Campanhã	82	18	82	18	10	93	7	19	93	7	18	88	12	17

Fonte: Equipa técnica (2017)

Independentemente da incerteza e constrangimentos inerentes à realização de qualquer exercício de estimativas demográficas/escolares (num quadro de múltiplas e complexas variáveis/ fenómenos, de previsibilidade incerta), a aplicação desta metodologia, de passos sequenciais, ajustados às características atuais do Sistema Educativo na Cidade, permite projetar com maior confiança a população que irá integrar as escolas da Rede Pública, nos próximos anos. Não obstante, os valores deste exercício devem ser devidamente ponderados, em função dos constrangimentos da base de suporte (as variáveis estão associadas ao processo de inquirição desenvolvido, que não sendo de aplicação universal, fora da Rede Pública, pode originar diferenças importantes face à realidade, nomeadamente nos níveis de ensino em que a representatividade de estabelecimentos da rede privada e solidária (pré-escolar; 1º ciclo e secundário) e da rede profissional (secundário), assumem uma expressão muito relevante.

Assim, os quadros seguintes expressam as diferenças, por nível de ensino e distribuição inter-freguesia, da população a escolarizar em 2021 e 2025, para os dois cenários analisados.

Tabela 60 – População a escolarizar, na Rede Pública (2021 – Cenário tendencial)

Freguesia	Pré-escolar	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário
UF Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	270	912	425	566	548
UF Lordelo do Ouro e Massarelos	252	805	423	558	1696
Ramalde	378	1100	562	822	878
Paranhos	594	2237	456	754	784
UF Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória	278	897	303	499	1459
Bonfim	201	580	207	326	1745
Campanhã	276	876	300	483	464
Concelho do Porto	2.250	7.407	2.676	4.007	7.575

Fonte: Equipa técnica (2017)

Tabela 61 – População a escolarizar, na Rede Pública (2021 – Cenário alternativo)

Freguesia	Pré-escolar	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário
UF Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	297	999	507	679	681
UF Lordelo do Ouro e Massarelos	281	896	472	623	1951
Ramalde	423	1231	627	917	1018
Paranhos	668	2516	526	869	906
UF Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória	308	996	339	559	1643
Bonfim	227	655	240	380	2062
Campanhã	305	971	337	542	555
Concelho do Porto	2.509	8.264	3.049	4.568	8.815

Fonte: Equipa técnica (2017)

Tabela 62 – População a escolarizar, na Rede Pública (2025 – Cenário Tendencial)

Freguesia	Pré-escolar	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário
UF Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	252	851	407	543	548
UF Lordelo do Ouro e Massarelos	250	799	410	541	1.696
Ramalde	367	1.066	541	790	878
Paranhos	593	2.232	456	751	784
UF Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória	272	878	296	489	1.459
Bonfim	196	565	204	321	1.745
Campanhã	266	846	281	453	464
Concelho do Porto	2.195	7.237	2.594	3.888	7.575

Fonte: Equipa técnica (2017)

Tabela 63 – População a escolarizar, na Rede Pública (2025 – Cenário Alternativo)

Freguesia	Pré-escolar	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário
UF Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	293	989	515	690	694
UF Lordelo do Ouro e Massarelos	279	886	458	604	1.893
Ramalde	449	1.304	659	963	1.071
Paranhos	710	2.674	566	933	975
UF Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória	322	1.037	362	594	1.751
Bonfim	241	697	244	386	2.103
Campanhã	322	1.024	350	565	578
Concelho do Porto	2.615	8.611	3.154	4.734	9.064

Fonte: Equipa técnica (2017)

Estabelecendo uma comparação entre a população presente atualmente no Sistema (Rede Pública) em cada um dos níveis de ensino, e os cenários criados para 2021 e 2025, observa-se que existem diferenças significativas a registar. Pelo maior grau de confiança (resultante das taxas de resposta ao inquérito e da representatividade da Rede Pública no Sistema Educativo Municipal) e pelas implicações que irá assumir na Rede Pública, a principal observação prende-se com a redução significativa de alunos que deverá frequentar os estabelecimentos que lecionam o 2º e 3º ciclo.

Tabela 64 – Rede Pública 2º e 3º ciclo (n.º de alunos; diferencial face ao ano letivo 2016/2017)

	2º Ciclo	3º Ciclo
2016/2017	4.041	6.343
2021 (tendencial)	2.676	4.007
2021 (alternativo)	3.049	4.568
Evolução 2016/2021 (tendencial)	-33,8	-36,8
Evolução 2016/2021 (alternativo)	-24,6	-28,0
2025 (tendencial)	2.594	3.888
2025 (alternativo)	3.154	4.734
Evolução 2016/2021 (tendencial)	-35,8	-38,7
Evolução 2016/2021 (alternativo)	-21,9	-25,4

Fonte: Equipa técnica (2017)

Tabela 65 – Rede Pública, em 2025, no Cenário Tendencial (n.º de salas; diferencial face ao ano letivo 2016/2017)

Freguesia	Salas/turmas								
	2016/2017			2025			Diferencial/necessidade (2025)		
	Pré-escolar	1º Ciclo	2/3/Sec	Pré-escolar	1º Ciclo	2/3/Sec	Pré-escolar	1º Ciclo	2/3/Sec
UF Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	9	40	111	10	34	54	-1	6	57
UF Lordelo do Ouro e Massarelos	12	56	140	10	32	95	2	24	45
Ramalde	13	45	154	15	43	79	-2	2	75
Paranhos	20	62	151	24	66	71	-4	-4	80
UF Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória	15	54	201	11	35	80	4	19	121
Bonfim	10	38	164	8	23	81	2	15	83
Campanhã	23	77	97	11	34	43	12	43	54
Concelho do Porto	102	372	1018	88	286	502	14	80	516

Fonte: Equipa técnica (2017)

Tabela 66 – Rede Pública, em 2025, no Cenário Alternativo (n.º de salas; diferencial face ao ano letivo 2016/2017)

Freguesia	Salas/turmas								
	2016/2017			2025			Diferencial/necessidade (2025)		
	Pré-escolar	1º Ciclo	2/3/Sec	Pré-escolar	1º Ciclo	2/3/Sec	Pré-escolar	1º Ciclo	2/3/Sec
UF Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	9	40	111	12	40	68	-3	0	43
UF Lordelo do Ouro e Massarelos	12	56	140	11	35	106	1	21	34
Ramalde	13	45	154	18	52	96	-5	-7	58
Paranhos	20	62	151	28	67	88	-8	-5	63
UF Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória	15	54	201	13	41	97	2	13	104
Bonfim	10	38	164	10	28	98	0	10	66
Campanhã	23	77	97	13	41	53	10	36	44
Concelho do Porto	102	372	1018	105	344	605	-3	28	413

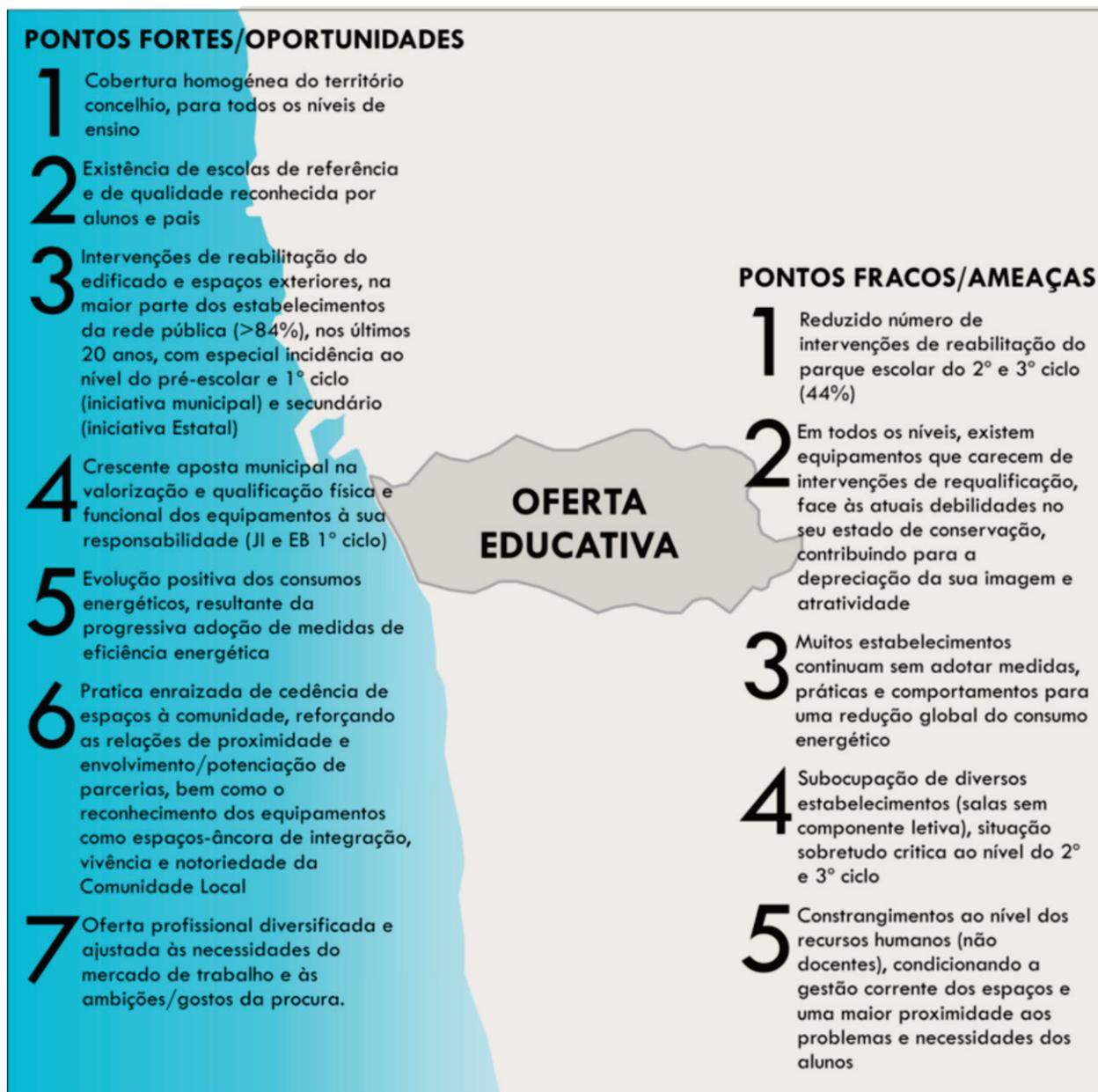
Fonte: Equipa técnica (2017)

5. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO DO SISTEMA EDUCATIVO MUNICIPAL



5.1. Perspetiva Sistematizada da Oferta e da Procura

Em função das análises desenvolvidas anteriormente, é possível efetuar uma breve sistematização das principais evidências que enquadram e caracterizam o Sistema Educativo Municipal, nomeadamente as que retratam as potencialidades e constrangimentos atuais da oferta e procura educativa.





5.2. Visão dos Stakeholders/Atores Relevantes

5.2.1. A Rede Pública: uma visão dos atores educativos

Ao longo do processo de elaboração da Carta Educativa, desenvolveram-se diversas sessões de trabalho e auscultação dos principais atores educativos. As entrevistas semi-estruturadas aos diretores de Agrupamento das Escolas da Rede Pública e as três sessões focus group realizadas (com os diretores das Escolas da Rede Pública, privada, solidária e profissional), enquadram-se nesta abordagem de co-construção do instrumento e do reconhecimento do papel central que estes atores assumem no enriquecimento e adequação do quadro contextual e prospetivo.

Genericamente, apontou-se para a excelente qualidade do Sistema Educativo Municipal, com uma rede de escolas de referência metropolitana, gerando uma forte influência e capacidade de atração sobre população escolar residente noutros concelhos vizinhos. Contudo, face ao processo de requalificação e melhoria do parque escolar instalado em alguns con-

celhos limítrofes, em alguns espaços concelhios fronteiriços observa-se uma saída de população residente no Porto para esses estabelecimentos próximos.

Foi reconhecida a importância da imagem dos estabelecimentos como fator determinante para a procura escolar. Os estabelecimentos intervencionados ganharam visibilidade/atratividade para famílias e alunos, gerando fortes níveis de procura, enquanto os equipamentos em avançado estado de degradação ou com problemas estruturais, que não foram alvo de requalificação, sofreram perdas acentuadas de população escolar (descaraterização e imagem constrangedora/depreciativa associada à degradação do parque edificado). Neste quadro, apontou-se para a requalificação dos estabelecimentos como fator prioritário e determinante para a atração/captação de alunos.

Apesar da ampla oferta (e de qualidade) da rede privada, muitas vezes concorrencial com a oferta disponibilizada pela rede pública, considera-se que a coexistência e complementaridade é positiva (maior número de opções para os pais e alunos). A rede pública deve afirmar-se pela qualidade e diferenciação (aposta na melhoria das condições oferecidas; maior número de recursos humanos para garantir outros serviços e atividades). Os projetos desenvolvidos pelo Município foram reconhecidos como da maior importância para a melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem oferecida aos alunos da rede pública. Sendo este apoio decisivo e determinante para assegurar esse enriquecimento, afigura-se da maior relevância a sua manutenção/expansão a prazo.

Em termos gerais apontou-se para o sobredimensionamento do parque escolar instalado na Cidade (e envelhecimento de alguns equipamentos), sobretudo no caso do 2º, 3º ciclo e secundário, face à procura atual e potencial, devendo ser repensada a manutenção de alguns estabelecimentos com perdas acentuadas de alunos e fortemente subocupados ou equacionado o seu reaproveitamento para outras funções que reforcem as condições de aprendizagem disponibilizadas pela rede pública.

As escolas que integram a rede pública disponibilizam, muitas vezes em parceria com o Município, um amplo conjunto de atividades e serviços enriquecedores da qualidade do ensino ministrado e potenciadores de um maior apoio às famílias. Não sendo as condições desejadas, em muitos casos representam um papel central na integração e mobilização das Comunidades onde se inserem. Em territórios problemáticos a Escola representa o elemento identitário e âncora das vivências e relacionamentos de proximidade, assumindo os principais atores educativos (professores, auxiliares, diretores,...) um papel-chave no contexto da comunidade local, de cidadania ativa e participativa no apoio e resposta imediata aos mais diversos problemas quotidianos dessas populações.

O ensino profissional tem vindo a assumir um maior protagonismo e reconhecimento pela sociedade. Nos últimos anos, houve um forte investimento na qualificação e dignificação deste ensino e uma aposta consistente na diferenciação pedagógica, através do recurso a novas ferramentas e metodologias, mais apelativas e atrativas para os alunos. A promoção de metodologias de trabalho cooperativo e participativo, incluindo uma abertura à comunidade/às famílias (relação de proximidade), tem contribuído para uma oferta progressivamente com maior procura e de maior valorização e prestígio.

Os principais problemas identificados prendem-se com a redução progressiva de alunos, que apenas poderá ser invertida através de uma forte e consistente integração de diversas políticas municipais (habitação, emprego,...), bem como com os elevados níveis de insucesso escolar existentes em alguns estabelecimentos de ensino, normalmente localizados em territórios problemáticos. O número desadequado de recursos humanos, não docentes, emerge como um fator a resolver dado o impacto que possui na qualidade dos serviços e no apoio prestado aos alunos.

5.2.2. A Rede Pública: uma visão informada da sociedade

Desde o início, assumiu-se que este exercício de Revisão deve consubstanciar um debate alargado das questões da educação, num processo participado, construído e mobilizador de todos os agentes da comunidade educativa e da sociedade em geral. Para além das diversas ferramentas metodológicas adotadas para auscultação e participação dos agentes educativos (incluindo os alunos), foi igualmente estimulada e proporcionada a participação alargada a todos os cidadãos

interessados, residentes ou não na Cidade. Assim, no website do Município, foi disponibilizado um questionário, que permitiu conhecer a avaliação e expectativas dos cidadãos relativamente à atual oferta da rede educativa do Porto.

A participação foi bastante significativa, atingindo um total de 407 cidadãos. Maioritariamente do sexo feminino (80%), no estrato etário 41-60 anos (70%), residentes no Porto (71%), com qualificações elevadas (83% com licenciatura, mestrado ou doutoramento) e a trabalhar por conta de outrem (86%), os participantes no inquérito possuíam educandos a frequentar as escolas do Porto (66%; destes 71% na rede pública), tendo por isso um conhecimento importante sobre o sistema educativo municipal.

Da avaliação realizada à rede pública, emerge as seguintes conclusões, por nível de ensino:

- A rede de escolas públicas de pré-escolar (jardim-de-infância) do Município do Porto é de boa qualidade em termos gerais (62%), possui boas condições ao nível das infraestruturas (51%), disponibiliza uma oferta de atividades de animação e apoio à família adequada e diversificada (45%), contudo não é suficiente para a procura existente e potencial (32%) e não possui o número de recursos humanos adequados (43%).
- A rede de escolas públicas do 1º ciclo do Município do Porto é de boa qualidade em termos gerais (71%), possui boas condições ao nível das infraestruturas (58%), disponibiliza uma oferta de atividades de enriquecimento curricular e de apoio à família adequada e diversificada (52%), é suficiente para a procura existente e potencial (58%), contudo não possui o número de recursos humanos adequados (62%).
- A rede de escolas públicas do 2º e 3º ciclo do Município do Porto é de boa qualidade em termos gerais (62%), possui boas condições ao nível das infraestruturas (46%), um plano anual de atividades adequado e diversificado (41%), é suficiente para a procura existente e potencial (64%), contudo não possui o número de recursos humanos adequados (60%).
- A rede de escolas públicas de Ensino Secundário é de boa qualidade em termos gerais (64%), possui boas condições ao nível das infraestruturas (55%), possui um plano anual de atividades adequado e diversificado (43%), é suficiente para a procura existente e potencial (63%), contudo não possui o número de recursos humanos adequados (48%).

Com base nestas avaliações, solicitados a ordenar os aspetos mais críticos da rede escolar do Município do Porto, os 407 participantes, resultou a seguinte hierarquia ponderada:

1. Número desadequado de recursos humanos (31,2% dos participantes consideraram o aspeto mais crítico da rede);
2. Envelhecimento do parque escolar (degradação dos edifícios escolares), aspeto crítico principal para 13,5% dos participantes;
3. Reduzida autonomia pedagógica das escolas;
4. Redução progressiva de alunos em função da quebra da taxa de natalidade (20%, colocaram-no como principal fator crítico);
5. Elevado nível de insucesso escolar;
6. Redução progressiva de alunos em função da deslocação das famílias do centro da Cidade.

Neste quadro, finalmente, procederam à ordenação das principais prioridades a prosseguir pelo Município do Porto nos próximos anos, em matéria educativa:

1. Melhorar a qualidade das aprendizagens e o sucesso escolar dos alunos (37% dos participantes consideraram-na a principal prioridade);
2. Melhorar a eficácia e eficiência da gestão dos recursos (19,2% considera a principal prioridade a prosseguir);
3. Fomentar uma política económica ativa, geradora de emprego e fixadora de novos residentes na Cidade (18% colocam-na no topo das prioridades);

4. Promover parcerias locais e o envolvimento da comunidade exterior na Escola;
5. Implementar ações de reabilitação, ampliação e construção de estabelecimentos escolares.
6. Promover o encerramento de estabelecimentos escolares com condições inadequadas de funcionamento.

5.3. Política Educativa Municipal

A visão e estratégia municipal

Nas últimas décadas e em consonância com a progressiva descentralização da tutela, as autarquias têm vindo a aumentar as responsabilidades em matéria educativa e a ultrapassá-las, considerando as realidades e as necessidades dos territórios.

A Câmara Municipal do Porto, na área da educação, assume um papel preponderante e privilegiado na promoção, implementação e desenvolvimento de uma dinâmica participada e integrada de forma a potenciar os recursos do território, encontrando-se alinhada com as suas atribuições legais e em conformidade com as orientações do Executivo Municipal. Salienta-se que toda a ação tem por base o princípio de que a educação é um vetor chave no fortalecimento da coesão social e na consolidação da competitividade e do dinamismo europeus.

O Município do Porto assinou a Carta das Cidades Educadoras em 1990. Integra a Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE), desde 1997, e é membro do seu Comité Executivo (órgão com funções de gestão, execução e representação da associação) desde novembro 2014, pertencendo por inerência à RTPCE (Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras). Tem vindo a colaborar regularmente com a Rede e com a AICE, participando nos Encontros e Congressos Nacionais e Internacionais, publicando boas práticas no Boletim da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras.

O Porto, enquanto Cidade Educadora, deverá relacionar-se com o seu meio envolvente, com centros urbanos e cidades de outros países. O objetivo passa por aprender, trocar, partilhar e, por consequência, enriquecer a vida dos portuenses (formação, promoção e desenvolvimento dos seus habitantes). Deve centrar as suas prioridades nas crianças e jovens, mas ter um papel ativo, decidido de incorporar pessoas de todas as idades (formação ao longo da vida).

A AICE, reúne atualmente 480 cidades de 35 países e tem como objetivos: i) Promover o cumprimento dos princípios da Carta das Cidades Educadoras; II) Incentivar a colaboração e ações específicas entre as cidades; iii) Participar e colaborar ativamente em projetos e intercâmbios de experiências com grupos e instituições com interesses comuns; iv) Aprofundar o discurso das Cidades Educadoras e promover a sua divulgação; v) Influenciar o processo de tomada de decisão dos governos e instituições internacionais, em questões de interesse para as Cidades Educadoras; vi) Dialogar e colaborar com diferentes organismos nacionais e internacionais.

A atuação municipal em matéria de educação, na lógica das Cidades Educadoras, considera que a educação das crianças, dos jovens e da população em geral não é apenas da responsabilidade das entidades tradicionalmente ligadas a estas matérias (Estado, escola e família), mas também das associações, das instituições culturais, das empresas, dos meios de comunicação social, enfim, de todas as instâncias da sociedade, assumindo um papel de agente educativos.

Prosseguindo este princípio, na definição e concretização da sua política educativa, tem vindo a chamar à intervenção uma vasta rede de parceiros de acordo com uma estratégia participada, integrada e inclusiva, envolvendo diferentes agentes da comunidade com uma preocupação comum: contribuir para a promoção educacional das novas gerações, atuando numa vertente preventiva e construtiva.

A materialização da estratégia municipal de educação contempla a conceção e implementação de um projeto educativo de cidade e para a cidade, refletindo uma visão progressista da Educação, assente em 3 princípios:

- A Educação tem de estar orientada para fortalecer a cultura e os valores de uma cidadania democrática;
- A Educação é um dos fatores básicos necessários para se promover e assegurar o progresso, a mobilidade, a integração e a coesão social;
- A Educação é um instrumento básico e essencial de renovação, criação e mudança cultural.

O Município do Porto desenvolve a sua política educativa com base em três instrumentos estratégicos principais:

Carta Educativa

Regulada pelo Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, como instrumento de planeamento estratégico da educação, do ensino, da formação e da cultura num determinado território, neste caso da Cidade do Porto, foi aprovada em 2007, compreendendo duas atualizações, em 2010 e 2013, conforme atrás referido, e onde são sistematizadas a evolução da rede e da oferta educativa municipal.

Plano Municipal de Educação

Elaborado em 2011 e com duração plurianual, congrega e sistematiza, a partir de 13 vetores de atuação, a diversidade de programas, projetos, ações e atividades implementados pela autarquia ao nível da educação, constituindo-se num instrumento potenciador do trabalho da comunidade educativa.

Projeto Educativo Municipal (PEM Porto)

Criado em 2012 com a intenção de aprofundar esta dinâmica participada e integrada de definição das políticas educativas da cidade, seguindo uma lógica política de âmbito metropolitano.

Compete ao Departamento Municipal de Educação (DME), no cumprimento de orientações do executivo municipal, assegurar a implementação da política educativa municipal assente em quatro eixos estratégicos:

a) Reforço da educação pré-escolar: O Município tem vindo a garantir generalização da frequência da educação pré-escolar, com adequação cada vez mais real da oferta às necessidades das famílias. Por outro lado, assegura gratuitamente a Atividade de Animação e de Apoio à Família (AAAF) a todas as crianças e garante formação complementar às assistentes técnicas e operacionais responsáveis pelo acompanhamento das crianças na componente de apoio à família, bem como a monitorização das atividades implementadas, assegurando a qualidade dos tempos não letivos.

Com vista a garantir o apoio às famílias, conforme previsto na legislação, o Município presta serviços vocacionados para o atendimento à criança no prolongamento do horário letivo. Neste sentido, são proporcionadas às crianças atividades de caráter lúdico, de grande grupo. A Atividade de Animação e de Apoio à Família (AAAF) não assume a forma de intencionalidade pedagógica, mas sim uma componente lúdica e informal no sentido da satisfação dos destinatários no desenvolvimento das atividades definidas. Constitui um espaço espontâneo, de livre escolha, pretendendo-se que haja uma quebra em relação às atividades letivas, proporcionando dinâmicas diferentes.

b) Requalificação da rede escolar: As requalificações asseguram condições ambientais e físicas fundamentais à qualidade funcional dos estabelecimentos de ensino e conseqüentemente à promoção do sucesso educativo e da educação nas diferentes componentes de aprendizagem formal, não formal e informal.

c) Desenvolvimento de atividades extracurriculares: O Município promove a implementação de Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) em horário pós-letivo nas escolas do 1º ciclo da rede pública, compatibilizando os horários escolares com as necessidades das famílias na conciliação da vida familiar, profissional e escolar e as atividades de animação e apoio à família, no pré-escolar. As atividades de enriquecimento curricular visam implementar o conceito de “escola a tempo inteiro”, dando resposta às necessidades emergentes das famílias face às mudanças da sociedade: tornar os horários dos estabelecimentos de ensino mais compatíveis com as necessidades das famílias, i.e. dar resposta social indispensável na conciliação entre a vida familiar, profissional e escolar, bem como proporcionar novas oportunidades de aprendizagem aos alunos deste nível de ensino.

d) Promoção de programas e projetos educativos inovadores: O Município na sua política educativa municipal promove programas e projetos educativos que trabalham as várias áreas pelas quais perpassam os direitos da criança, numa vertente ecológica e sistémica. Integram diversas áreas que direcionam a criança e o jovem para o exercício da participação, da avaliação crítica da informação e da cidadania plena. Trabalham o desenvolvimento pessoal, não descurando a integralidade da criança enquanto indivíduo e cidadão e ainda o empreendedorismo, a educação financeira, as novas tecnologias, a ciência, o património e o ambiente, numa perspetiva formativa que extravasa os conteúdos curriculares.

Por força das competências legais, atribuídas aos municípios, a rede escolar pública do pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico (CEB) é gerida pela Câmara Municipal do Porto, compreendendo 49 escolas do 1º CEB e 107 salas de educação pré-escolar, na sua quase totalidade incorporadas nos edifícios escolares do 1º ciclo.

As prioridades da autarquia direcionam-se para a promoção da educação para a infância e juventude, proporcionando oportunidades de sucesso educativo e de desenvolvimento pessoal e social a todos os que frequentam o sistema público de educação, bem como o envolvimento e o compromisso de atores sociais significativos e a valorização das aprendizagens de componente não formal.

O Município do Porto tem vindo a desenvolver um conjunto de projetos e ações de âmbito social, cultural, desportivo e pedagógico, de iniciativa autárquica ou enquanto parceira em articulação com as escolas e outros agentes educativos.

Apresenta-se, seguidamente, a ação do Departamento Municipal de Educação – DME, quer no domínio Programas e Projetos Inovadores quer em outras atividades de cariz educativo/formativo, que, além de ultrapassar o âmbito de competência municipal em matéria educativa, trespassa a conceção formal de educação, abrangendo âmbitos de educação não formal e informal.

Planeamento e Gestão Escolar

Atribuição dos apoios no âmbito da Ação Social Escolar (ASE)

O Município do Porto tem vindo a garantir a continuidade dos apoios legalmente estabelecidos (subsídio de ação social escolar (SASE) e gestão do serviço de refeições), adotando no SASE as orientações vinculadas atualmente pelo Ministério da Educação, quer quanto às condições de aplicação, quer aos valores mínimos de participação.

A atribuição destes apoios rege-se pelos princípios da equidade, coesão e solidariedade social, promovendo a inclusão social e a igualdade de acesso às oportunidades educativas, contribuindo assim para a promoção do sucesso educativo.

Assim, no que respeita aos apoios económicos, entendidos como os subsídios destinados a participar nas despesas escolares do aluno inerentes à sua frequência, o Município do Porto comparticipa na aquisição de livros e material escolar, e garante a gratuidade das refeições ou 50% do custo das mesmas às crianças que frequentam os JIs e o 1º CEB da rede pública do Porto, em função do rendimento do agregado familiar.

Em termos do que se entende como gestão do serviço de refeições, numa lógica de educação alimentar e para a saúde, o Município mantém uma ação alargada que engloba: a componente material e física relacionada com o espaço, o equipamento e o apetrechamento dos refeitórios escolares, a componente nutricional relacionada com a qualidade das refeições fornecidas aos alunos e a componente socioeconómica relacionada com o acesso às refeições e respetivo custo. Mas, para além das componentes inerentes à gestão de refeitórios, a ação em matéria alimentar não fica por aqui, sendo desenvolvidas ações diversas no domínio da educação alimentar, com vista a incentivar hábitos alimentares saudáveis no sentido da promoção da saúde e prevenção da doença.

Sendo a qualidade alimentar das refeições uma preocupação constante do Município, este garante o acompanhamento diário do serviço de fornecimento de refeições nas escolas, bem como a avaliação da sua qualidade nutricional e a monitorização da qualidade dos serviços prestados.

É ainda de salientar a oferta de alimentação específica para crianças a frequentar as escolas públicas do 1º ciclo do ensino básico e do ensino pré-escolar, que por motivos de saúde ou culturais necessitem de uma alimentação específica.

Para além do fornecimento de refeições e da monitorização da qualidade alimentar, a gestão de palamenta torna-se uma ação complementar e basilar no funcionamento adequado deste serviço.

A autarquia tem ido mais além das competências atribuídas neste domínio, reforçando o apoio socioeducativo aos alunos do 1º ciclo dos estabelecimentos da rede pública da cidade desenvolvendo outros apoios (apoios complementares) com a preocupação de corresponder a algumas das atuais necessidades das famílias nomeadamente:

O **Projeto Escola Solidária** consiste na disponibilização de refeição de almoço completa, em períodos de pausa letiva a todas as crianças que frequentam as escolas públicas de 1º CEB do Porto e irmãos com idades dos 3 aos 10 anos mediante inscrição prévia.

O **Kit Escolar** consiste na oferta de um conjunto diversificado de material escolar (mochila, canetas, lápis de cor, estojo, régua, borracha, aguça, capa de arquivo, cadernos, entre outros), a cada aluno que frequenta o 1º ano do 1º ciclo do ensino básico da rede pública sendo entregue no primeiro dia de aulas de cada ano letivo.

O **Regime da Fruta e Lanche Escolar** consiste no fornecimento de lanche escolar 3 dias por semana, iniciativa que se cruza com a medida interministerial de Regime de Fruta Escolar - Portaria nº 1242/2009 - programa de participação de fornecimento de fruta às crianças do 1º ciclo do ensino básico 2 dias por semana, contribuindo para a aquisição de hábitos alimentares saudáveis em contexto escolar.

O **Kit Natação** constituído por mochila, toalha, touca, óculos de piscina e par de chinelos oferecidos pelo município aos alunos do 3º e 4º ano, que frequentam a atividade física e desportiva (AFD) enquadrada na atividade de enriquecimento curricular, desenvolvida nas piscinas municipais, sendo ainda assegurado pelo Município o transporte das crianças.

Administração dos edifícios escolares do 1º ciclo do ensino básico e jardins-de-infância

Com o objetivo de garantir as condições físicas, de acessibilidade e segurança aos edifícios escolares do 1º ciclo do ensino básico e aos jardins-de-infância da rede pública, são desenvolvidas as seguintes ações:

- Identificação periódica dos equipamentos educativos prioritários para obras de requalificação (edifícios e recreios escolares);
- Articulação permanente entre os diversos estabelecimentos de ensino e o Município no sentido de garantir a manutenção dos equipamentos;
- Identificação de barreiras arquitetónicas a eliminar;
- Implementação de Planos de Emergência; realização de simulacros nas EB e JIs, e colocação de alarmes.

Apetrechamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo da rede pública

Tendo em vista o indispensável apetrechamento das escolas do 1º ciclo do ensino básico e dos jardins-de-infância com os materiais e equipamentos necessários à prossecução dos seus objetivos, o Município garante a aquisição de mobiliário e de materiais de educação, cultura, recreio, a gestão e manutenção do equipamento informático.

Interessa ainda expor a nota de que na concretização de alguns dos objetivos em matéria de apetrechamento e manutenção dos edifícios escolares, dando cumprimento ao estipulado legalmente, procede-se à celebração de protocolos de colaboração entre o município e os agrupamentos de escolas, no âmbito do Programa Descentralização e Autonomia dos Agrupamentos (DAA), para fazer face a despesas decorrentes do funcionamento dos estabelecimentos de ensino (1º CEB e pré-escolar), nomeadamente: logística (atividades de exterior), consumíveis de informática, material de desgaste, apoio socioeducativo e outros.

O Projeto Educativo Municipal do Porto (PEM Porto)

Nos termos da Carta das Cidades Educadoras ‘todos os cidadãos e todas as instituições locais são solidariamente responsáveis pela educação de todos, jovens e adultos, num processo estrategicamente orientado para a expansão das potencialidades culturais, económicas e ecológicas do território e, conseqüentemente, para o aumento das condições de realização e felicidade dos seus habitantes’.

Para operacionalizar este conceito, foi necessário encontrar uma plataforma onde todos se pudessem rever, um *projeto educativo comum à escola e ao território*, em que o Município assumiu o papel de mediador chamando a si a responsabilidade pela implementação de uma política local que concretize um projeto educativo de e para a cidade.

Este projeto educativo, para ser sentido como pertença do território, nasceu no seu seio e envolveu as instituições e as entidades com missão educadora, partindo de uma estratégia global e conjunta.

Mais do que abrir a escola à comunidade tem por fim organizar o Porto numa rede, assente numa política educativa integradora, que inclui a escola.

‘A cidade é educadora quando reconhece, exercita e desenvolve, para além das suas funções tradicionais, uma função educadora, quando assume a intencionalidade e responsabilidade pela formação, promoção e desenvolvimento de todos os seus habitantes, começando pelas crianças e pelos jovens’ (in Carta das Cidades Educadoras).

O projeto educativo iniciou em 2012 com um trabalho de recolha e análise de dados (diagnóstico socioeducativo do território) que possibilitou olhar o território de diferentes ângulos, para conhecer a sua realidade social, económica e cultural, a rede escolar e acessibilidades, a oferta formativa, as estruturas locais de apoio, a rede de parcerias e de projetos socioeducativos existentes e os indicadores de sucesso educativo.

No sentido de envolver a comunidade e ter a perceção das suas vontades, foi feita auscultação à mesma para inquirir o que sabem e pretendem para a cidade educadora, de enriquecer o retrato do município com outras visões e de assumir as suas pretensões.

Foram intervenientes neste processo: o Conselho Municipal de Educação, representantes da autarquia, das juntas de freguesia, da DGEstE/DSRN (Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares/Direção de Serviços da Região Norte), das instituições de ensino público e privado, do pré-escolar ao ensino superior, dos docentes dos vários níveis e ciclos de ensino, das associações de pais e encarregados de educação, das associações de estudantes, dos serviços públicos de segurança social, de saúde, do emprego e formação profissional e da área da juventude e do desporto, das instituições particulares de solidariedade social com atividade na área da educação e das forças de segurança.

Foram identificadas por estes intervenientes as seguintes fragilidades e questões que careciam de atenção prioritária: O abandono e absentismo escolar; o insucesso escolar e as dificuldades de aprendizagem; os problemas sociais agravados nos bairros sociais; a indisciplina e violência nas escolas; a violência doméstica; a necessidade de educação parental; a falta de segurança; as dificuldades económicas e o desemprego; a insuficiente resposta social no apoio a crianças carenciadas.

Em 2014 nas Primeiras Jornadas do PEM Porto, com a apresentação à comunidade dos resultados do trabalho preliminar para análise em conjunto, foi traçado um rumo a seguir sendo definida uma estratégia de intervenção. Foram convidadas a dar voz a este manifesto as forças vivas da cidade com responsabilidade em matéria de educação.

O plano estratégico que resultou destas Primeiras Jornadas contemplou os domínios de atuação, os objetivos estratégicos e a constituição das equipas multidimensionais de trabalho.

Foram constituídos 7 grupos de trabalho que num curto período de tempo, converteram a estratégia em iniciativas e objetivos operacionais e traçaram o seu plano de ação.

Os 7 grupos de trabalho que têm presentemente na sua constituição, elementos das 63 instituições/entidades parceiras do PEM Porto, implementam as suas ações com vista a responder aos desafios do domínio de atuação em que trabalham:

- No domínio 1 a qualidade dos sistemas de educação e de formação do Porto temos 3 Grupos de Trabalho a desenvolver as suas ações: Grupo de Trabalho da Aprendizagem ao Longo da Vida; Grupo de Trabalho da Infraestruturas Físicas e Sociais e Grupo de Trabalho do Sucesso educativo.
- No domínio 2 a cidadania e desenvolvimento pessoal e social, temos 3 Grupos de Trabalho a desenvolver as suas ações: Grupo de Trabalho da Educação Inclusiva; Grupo de Trabalho da Capacitação e Estilos de Vida Saudável e Grupo de Trabalho da Oferta Educativa e Formativa.
- No Domínio 3 o funcionamento da Rede Interinstitucional PEM Porto. Concorre com estes 2 domínios um terceiro, de cariz diferente mas com papel crucial no processo, responsável por analisar e refletir sobre a própria atividade dos grupos de trabalho, as suas regras de funcionamento e o fruto do seu trabalho. É também responsável por aglutinar e alavancar os contributos dos restantes grupos de trabalho e construir um documento integrador que enforme o plano de ação do PEM Porto.

Negociar compromissos, congregando projetos e iniciativas educativas dos parceiros PEM Porto no sentido de termos um Projeto Educativo de Cidade será o fim último deste projeto.

A oferta Educativa Municipal

A Câmara Municipal do Porto implementa atividades em matéria de educação, promovendo e apoiando ações inovadoras em termos de conteúdos e metodologias, através das quais pretende incentivar a participação ativa dos diversos agentes sociais.

Perfilhando a filosofia de que a educação é um assunto que a todos diz respeito, aposta na responsabilidade partilhada, numa ótica de território, envolvendo atores que frequentemente estão alheados do sistema educativo e promovendo o trabalho em rede com o tecido empresarial local, as grandes instituições de ensino superior da cidade, entidades científicas, culturais e artísticas de referência e personalidades de relevo da sociedade civil.

Destaca-se aqui a oferta educativa municipal pela diversidade de programas, projetos, ações e atividades que favorecem o enriquecimento da população a nível educacional, social, ambiental, científico, desportivo e cultural, que se dirigem a públicos-alvo diferenciados com especial incidência nas crianças e jovens.

Tendo implícitos os princípios que sustentam os direitos da criança, a oferta educativa municipal organiza-se, de acordo com o Plano Municipal de Educação, a partir de 13 vetores de atuação, não se esgotando aí, a oferta educativa e formativa que a cidade oferece aos seus habitantes mais novos.

Vetores de atuação do Plano Municipal de Educação	
Ambiente e Sustentabilidade	Destaque para o programa de educação ambiental, realizado pela rede de Centros Municipais de Educação Ambiental, com seis centros localizados em vários pontos da cidade, como também através de projetos e oficinas protagonizadas pela direção municipal de proteção civil, ambiente e serviços urbanos.
Animação e tempos livres	Implementação de atividades de ocupação lúdica dos tempos livres, contribuindo para que sejam desenvolvidas competências pessoais relacionadas com os valores da cidadania, como comportamentos cívicos, relacionamento interpessoal, comportamentos ecológicos, ciência, respeito pela natureza, entre outros.
Arte e Cultura	Destaque para as apresentações multimédias e visitas orientadas a museus da cidade, ateliês de pintura e desenho; divulgação de coleções de arte, evocação de autores, poetas, artistas plásticos, músicos, etc.; apresentações musicais nos mais diversos formatos, com vista a estimular a criatividade e a expressão artística, bem como a difusão da música e formação de novos públicos.
Cidadania, Desenvolvimento Vocacional e Pessoal	Destacam-se os projetos; a) <i>Políticos por um dia</i> , que promove no pré-escolar e 1º CEB o diálogo e a troca de opiniões, envolvendo as crianças na participação ativa e democrática, nos problemas relacionados com o meio envolvente, na procura de soluções para os mesmos e na relação com a Cidade; b) <i>SimCidade</i> , programa que cria, implementa e coordena projetos transversais a todo o universo Câmara Municipal do Porto. Ambos os projetos têm em comum o facto de trabalharem a Cidade como um todo, procurando torná-la um lugar melhor para viver, estudar, trabalhar e descobrir; c) <i>Programa Municipal de Educação para o Risco</i> , que se dirige ao pré-escolar e 1º CEB abrangendo três eixos de intervenção: segurança humana; alimentação e estilos de vida saudáveis; família e comunidade. É implementado em colaboração ativa com serviços/parceiros da comunidade, nomeadamente os Agrupamentos de Escola, a Universidade do Porto, Associações de Pais e entidades de emergência. Todos estes programas e projetos têm como princípios implícitos atitudes de cidadania como a cooperação, a coesão, a solidariedade, a inclusão, o espírito de equipa e a partilha de saberes.
Cidade, Memória e Património	Onde se abordam temáticas afins à história da Cidade, aos seus monumentos, às suas gentes e a acontecimentos relevantes ocorridos no espaço do Porto. Realça-se o projeto Passeios com Arte que tem como fio condutor o livro “Educação para a Arte – Encontros com a Cidade”, e tem por objetivo promover a reflexão e a valorização da Arte Pública da Cidade do Porto. O Meu Porto é Património Mundial, que visa promover o conhecimento dos bens culturais e naturais de valor universal inscritos na lista do património mundial da UNESCO, em particular o centro histórico do Porto e o concurso Descobre Outra Cidade, que intenta fomentar e estimular o conhecimento e a reflexão dos jovens sobre a sua cidade, proporcionando a aquisição de novos conhecimentos, bem como a operacionalização dos já adquiridos, numa perspetiva interdisciplinar.
Coadjuvação Curricular	Destaca-se o programa Porto de Crianças. Funciona em horário letivo sob a dependência do professor titular da turma. Tem por objetivo contribuir para o sucesso escolar e desenvolvimento integral das crianças, criando condições de interação máxima entre os jardins-de-infância, a escola e a restante comunidade educativa, pela articulação de diferentes contextos de ensino/aprendizagem: sala de aula, espaço escola, cidade, país; envolvendo especialistas em áreas como a dança, a música, o teatro, as artes plásticas, o cinema de animação, o Yoga, o património e investigadores na área das ciências. Apresenta ainda uma componente de formação para a cidadania.
Conhecimento e Divulgação Científica e Tecnológica	Destaca-se o Programa Porto de Conhecimento que assenta numa estratégia de parcerias com centros de investigação, instituições da Cidade e escolas do Porto e visa a capacitação da comunidade escolar e o enriquecimento da cultura científica da população. Realça-se ainda para o programa Crescer Interativo que proporciona aos alunos e docentes do 1º CEB, os recursos e a aquisição de competências para a utilização das tecnologias de informação e comunicação, nomeadamente no reforço da atividade letiva.
Desporto e Saúde	Pretende promover através de um conjunto de atividades, o espírito desportivo e a prática desportiva regular, refletir sobre higiene e uma alimentação saudável e equilibrada e promover a utilização continuada dos equipamentos desportivos municipais por parte das escolas. De referir a atividade desportiva integrada no programa Porto de Atividades que proporciona, em contexto das atividades de enriquecimento curricular a prática de desportos diferenciados.

Vetores de atuação do Plano Municipal de Educação	
Empreendedorismo e Inovação	Em destaque o programa Porto de Futuro, que assenta em parcerias entre escolas e empresas, cuja implementação obteve já um grau de maturidade que se traduz na diversidade e complementaridade de projetos estruturados e consolidados, delineados em torno de vetores de atuação fundamentais no desenvolvimento sustentado de uma sociedade competitiva e dinâmica: consultoria de gestão, empreendedorismo e cidadania, capacitação e sucesso escolar. Destaca-se do portfólio do Porto de Futuro os programas de formação em cidadania, literacia financeira, economia, negócios e desenvolvimento de carreiras, promovidos pela Junior Achievement Portugal; o projeto Voluntariado estudantil, através do qual alunos universitários, em regime de voluntariado, proporcionam apoio pedagógico a alunos do ensino básico e Aulas sem Fronteiras que promove o encontro de alunos nas escolas com estudantes estrangeiros do ensino superior, integrados em programas de intercâmbio na Cidade.
Enriquecimento Curricular	Do qual faz parte o programa Porto de Atividades a operar na maior parte dos estabelecimentos de ensino do 1º ciclo em horário pós letivo e autonomamente, com o objetivo de garantir no espaço escola e a todos os alunos, de forma gratuita, um conjunto de atividades de enriquecimento curricular e de articulação entre o funcionamento da escola e o fornecimento de respostas de apoio às famílias.
Ensino Articulado	Promoção do ensino articulado da música no 1º e 2º ciclo a alunos de Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP), proporcionando o acesso à aprendizagem aprofundada da música a crianças e jovens sem recursos financeiros e a possibilidade de integração na Orquestra da Bonjóia.
Promoção do Livro, da Leitura e da Escrita	A leitura e a escrita estão intimamente relacionadas com a autonomia e o espírito crítico. As bibliotecas municipais e as bibliotecas escolares são espaços privilegiados de educação, de informação e de lazer para pessoas de todas as idades, com atividades de promoção da leitura especificamente dirigidas à infância e juventude, no contexto escolar e fora dele. Em destaque o programa O Porto a Ler que agrega um conjunto de atividades de sensibilização e incentivo à leitura, dirigidas sobretudo às escolas do 1º ciclo e jardins-de-infância, da rede pública, em articulação com diferentes parceiros. De ressaltar o Centro de Investigação e Intervenção na Leitura (CIIL), que resulta de uma parceria com o Ministério da Educação e Instituto Politécnico do Porto. O CIIL concretiza uma intervenção promotora do sucesso na aprendizagem da leitura junto de crianças em contexto escolar fora da sala de aula. A intervenção guia-se por dois programas, dirigidos às crianças da sala dos 5 anos do jardim-de-infância e para as crianças do 1º ano do 1º ciclo do ensino básico.
Recursos e Benefícios	Para os estabelecimentos de ensino e para as crianças e jovens em particular. Inclui ações como o Kit escolar, o Regime de Fruta e Lanche Escolar, o plano de visitas de interesse lúdico e pedagógico, as visitas aos Paços do Concelho, as visitas ao Pavilhão da Água e ao Sea Life, o acesso aos Concertos Abertos da Casa da Música e a atribuição de fundo documental aos Agrupamentos de Escolas no âmbito de <i>O Porto a Ler</i> .

Programas e Projetos Âncora

Porto de Crianças

Programa que reforça áreas curriculares como a educação artística e científica, a formação cívica e para a cidadania, por recurso a estratégias pedagógicas diferenciadas mas articuladas com o currículo do ensino pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico.

As atividades na área da educação artística incluem dança, yoga, ateliers de escultura, de pintura, de teatro, cinema de animação, oficinas em Serralves, oficinas de som e trabalho coral em grupo alargado.

Na educação científica são desenvolvidas atividades como os cientistas na escola, laboratório aberto, ciências da vida e da saúde.

No domínio da cidadania destaca-se o projeto “Políticos por um dia” e as sessões de filosofia para crianças, igualdade de género e intercâmbio geracional.

A estruturação das atividades e a sua implementação envolvem vários parceiros educativos: universidades, museus, instituições ligadas ao teatro, à ciência, à música, à dança, ao cinema e ao património.

Porto de Futuro

Pretende revitalizar a participação da sociedade civil na vida das escolas, aproximando o tecido empresarial local e vários parceiros à comunidade educativa da cidade.

A oferta educativa do Porto de Futuro contempla projetos dirigidos aos diferentes níveis de ensino, do pré-escolar ao secundário, e a diferentes membros da comunidade, alunos e docentes.

As áreas prioritárias de atuação focam-se na consultoria de gestão (com a execução de programas de formação e capacitação dos responsáveis pela administração das escolas), no empreendedorismo e cidadania (com projetos de formação comprometidos com os valores da igualdade, da ética, da justiça social e económica) e na capacitação e sucesso escolar (com projetos de reconhecimento e de promoção do sucesso escolar, de prevenção do abandono escolar, de promoção de práticas saudáveis e com projetos que abrem a escola ao mundo).

O Porto a Ler

Atividades de sensibilização e incentivo à leitura, em articulação com diferentes parceiros, que pelas suas características consubstanciam uma mais-valia na promoção da leitura na população estudantil.

A oferta d' O Porto a Ler contempla a dotação de fundo documental das bibliotecas escolares, oficinas de incentivo à escrita e à leitura e concursos de escrita criativa.

Das várias atividades desenvolvidas destaca-se o Chat Analógico, por se tratar de uma nova abordagem em torno do design social, aliando como instrumento o tradicional postal ilustrado e como meio de comunicação um jogo comunicacional intergeracional e o Graphogame, videojogo didático que promove a automatização da leitura.

Educação para o Património

O Programa integra ações junto do público escolar, que visam promover a reflexão e a valorização do património cultural em todas as suas dimensões, enquanto bem essencial à memória coletiva, contribuindo para a formação pessoal e académica dos alunos da cidade, nomeadamente a organização e o acompanhamento de percursos temáticos educativos na Cidade.

Estão em desenvolvimento os seguintes projetos: Concurso Descobre outra Cidade (dirigido a alunos do ensino secundário e profissional); O meu Porto é Património Mundial (projeto de educação patrimonial dirigido aos alunos do 2º ciclo promovido no âmbito do Plano de Gestão do Centro Histórico do Porto Património Mundial); A Arte na Educação; Encontros com a Escultura do Porto, que tem por objetivo a criação de processos de mediação cultural e patrimonial que potenciem estas obras de arte enquanto recurso educativo, promovendo literacias, a história e memória da Cidade.

GRITO – Projeto artístico

O Grito é um projeto artístico piloto de promoção de experiências artísticas relacionadas com as artes de rua / artes circenses que culmina numa apresentação pública de natureza artística, direcionada à cidade, não só pela dimensão, pois envolve cerca de 400 alunos do 1º ciclo, pais e artistas, como pela abrangência, pois nela participa a comunidade educativa de 14 agrupamentos de escolas e do Conservatório de Música do Porto, num esforço coletivo de natureza cultural e educacional.

Os alunos contactam com artistas no processo de construção da performance em que experimentarão as várias linguagens das artes circenses e as contaminações de que estas necessariamente beneficiam dos universos criativos das artes plásticas, da música e da expressão dramática.

SIMcidade

Programa transversal da Câmara Municipal do Porto que cria, implementa e coordena projetos transversais a todo o universo CMP.

Tem por objetivos dar a conhecer o património, equipamentos e serviços municipais; aumentar nos colaboradores do município o sentido de pertença e a motivação para o trabalho articulado e colaborativo; aumentar nos munícipes de diversos níveis etários o gosto por conhecer a cidade, o respeito pelas profissões e serviços que fazem a cidade funcionar e o sentido de pertença a um lugar e uma cultura, potenciando uma cidadania ativa e participativa no Porto. Os projetos SIM têm em comum o facto de trabalharem a cidade como um todo, procurando torná-la um lugar melhor para viver, estudar, trabalhar e descobrir. Os projetos que integram o SIMcidade são o “Mundo dos Sabores”, “Nos Bastidores da Cidade”, “Conhecer os cantos à Casa”, “Memórias com Sabor”, “A Horta da Oliveira”.

Porto de Conhecimento

Programa de promoção de competências e de capacitação da comunidade educativa, assente numa estratégia de parcerias envolvendo e fomentando a implicação e participação de diferentes centros de investigação, de entidades e instituições de ensino superior da cidade e os estabelecimentos de ensino do Porto. Visa a capacitação e o aumento da literacia científica, o enriquecimento da cultura científica da população, contribuindo assim para o sucesso escolar, para a educação ao longo da vida, para o desenvolvimento sustentado e para a construção da cidadania plena. Integram o Porto de Conhecimento os projetos regulares “Bolsas de Estudo para o Ensino Superior”, “ComCiência”, “SEI - Sociedade, Escola e Investigação”, “Laboratório Aberto” e iniciativas e eventos de promoção e divulgação da ciência.

Porto de Atividades

O Programa Municipal de Enriquecimento Curricular “Porto de Atividades”, cofinanciado pelo Ministério da Educação, emana da lei e promove respostas diversificadas de apoio às escolas, alunos e famílias numa aposta clara da consolidação do conceito de Escola a Tempo Inteiro. Organiza e implementa atividades lúdicas e pedagogicamente enriquecedoras, tendo como objetivo principal garantir de forma gratuita a todos os alunos, um conjunto de aprendizagens que contribuem para potenciar habilidades e desenvolver capacidades, reforçando sempre a componente lúdica das mesmas e diversificando os métodos para a complementaridade de aprendizagem, em tempo não letivo.

Do “Porto de Atividades” fazem parte ações específicas que são desenvolvidas ao longo do ano letivo, entre as quais se sinaliza como oferta educativa especializada o Vamos Nadar (natação para os alunos de 3º e 4º ano bem como a hidroterapia para as unidades de ensino especializado e estruturado) e o Hóquei em Campo. Como estratégia de visibilidade e disseminação, este Programa promove, no final de cada ano letivo, o Sarau de Encerramento no qual os alunos apresentam à comunidade educativa o trabalho desenvolvido, numa grande sala de espetáculo do Porto.

Crescer Interativo

Projeto que continua a dar resposta aos desafios lançados pela Sociedade do Conhecimento, proporcionando aos professores as competências necessárias para que utilizem o potencial das Tecnologias de Informação e Comunicação, em prol da sua atividade letiva, bem como dota as escolas dos recursos necessários para que as capacidades adquiridas sejam exploradas e facilitem o acesso ao saber.

A melhoria da qualidade dos sistemas de ensino e a abertura da escola à sociedade são um dos desafios atuais do Município, apresentando hoje uma resposta a este novo conceito de Educação, através da renovação e melhoria dos equipamentos tecnológicos das escolas básicas do 1.º ciclo da rede pública.

Atualmente, encontram-se equipadas a totalidade das salas do 4.º ano do 1.º ciclo com quadros interativos, conteúdos didáticos adequados e programas de formação específica aos professores.

Porto de Apoio à Família

Programa concebido para dinamização das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF), elevando a qualidade de educação pré-escolar, aproximando a resposta ao conceito de “Escola a Tempo Inteiro, em parceria com a Escola Superior de Educação Paula Frassinetti.

É objetivo primordial deste Município, proporcionar a AAAF, durante o tempo letivo (9h00/17h30m), bem como, durante as interrupções letivas, indo de encontro às necessidades das famílias, instituindo a gratuidade de pagamento destas atividades (AAAF) até às 17h30m para todas as crianças inscritas na educação pré-escolar.

A comparticipação financeira das famílias, será aplicável, no período antes das 9h00m e após as 17h.30m, de acordo com o Despacho Conjunto n.º 300/97 de 4 de setembro.

Estas atividades são implementadas por assistentes técnicos e operacionais da CMP, com formação qualificada e contínua dirigida à sua atividade prática.

Educação Para o Risco

Programa municipal que visa a promoção de uma cultura e educação para o risco dirigido a crianças em idade do pré-escolar e 1.º ciclo.

O programa dividido em três eixos de intervenção, abrange áreas como a segurança, saúde e educação parental.

Integra projetos e iniciativas em desenvolvimento, tais como: O projeto “Prevenir para Proteger” e a iniciativa “Dia da Internet Mais Segura”, no âmbito da educação dos riscos naturais e tecnológicos; O projeto “Atitudes e Sinais para Aprender a Viver” e a iniciativa “Semana Europeia da Mobilidade”, no âmbito da educação rodoviária. O projeto “Bebe Água do Porto”, o projeto “Heróis da Fruta”, e o projeto “Bullying”, no âmbito da educação para a saúde.

O caráter transversal e interinstitucional das temáticas justifica a colaboração ativa de outros serviços parceiros de referência da comunidade e do município: Batalhão Sapadores de Bombeiros, Polícia de Segurança Pública, Departamento Municipal de Proteção Civil, Instituto Nacional de Emergência Médica, Hospital CUF, Universidade do Porto, Agrupamentos de Escola, Associações de Pais, Automóvel Club de Portugal (ACP), entre outros.

Escola Viva

Programa estratégico que desenvolve desde o ano de 2003, um plano de requalificação de estabelecimentos de ensino do 1.º Ciclo e Educação pré-escolar público, cujo principal objetivo consiste na melhoria das condições dos espaços letivos.

As requalificações dos edifícios escolares evidenciam intervenções ao nível das suas infraestruturas, de modo a que, todo o parque escolar ofereça aos alunos e professores os meios e as condições adequadas ao ensino e aprendizagem de qualidade.

De destacar, ainda, a questão da segurança e das acessibilidades, através da instalação de escadas metálicas exteriores para evacuação, junto aos topos dos edifícios e, no interior, com a instalação de elevadores para acessibilidade entre pisos, de pessoas com mobilidade reduzida. Colocação de alarmes de intrusão, plano de segurança interno, sistemas automáticos de deteção de incêndio.

Os espaços exteriores, recreios escolares e áreas comuns foram igualmente alvo de profunda reorganização e reabilitação, sendo criadas áreas específicas destinadas à prática desportiva e lúdica, apetrechada com os respetivos equipamentos.

5.4. Cenários Estratégicos Prospetivos

Do diagnóstico realizado emergem diversas evidências e conclusões, que concorrem para enquadrar e suportar de forma adequada a abordagem estratégica a prosseguir e, posteriormente, suportar um quadro propositivo abrangente que permita responder de forma eficaz e eficiente aos constrangimentos atuais da rede e antecipar respostas de qualidade e diferenciadoras que permitam posicionar o Porto como uma importante Cidade Educadora, de referência nacional e internacional.

5.4.1. Reforço do posicionamento do Porto à escala regional: impactes na procura

Porto: polo de emprego regional	
Tendências evolutivas	Perspetivas e impactes potenciais na procura escolar
<p>O Porto continua a afirmar-se enquanto o principal polo de emprego no contexto metropolitano e regional, possuindo uma forte capacidade de atração e fixação de empresas e investimento estrangeiro (turismo, empresas de base tecnológicas,...), origem e destino de um grande número de deslocações. Esta atratividade à escala metropolitana, em termos de emprego, gera uma enorme procura pelos equipamentos escolares na Cidade, nomeadamente próximos das principais bacias de emprego e/ou nas proximidades dos nós da rede de metropolitano.</p>	<p>A atual dinâmica de afirmação e consolidação económica do Porto, sustentada na atração de investimento estrangeiro e na potenciação dos seus recursos endógenos, contribuirá para o aumento da população em idade ativa (e em idade fértil) e, conseqüentemente, contribuirá para o incremento dos estratos infantis. Este aumento irá gerar uma maior pressão da procura escolar em territórios atualmente menos qualificados e/ou com manifesta incapacidade de criar emprego, que previsivelmente se irão assumir como importantes centralidades económicas/urbanas num futuro próximo (polo Campanhã, Matadouro, Corujeira,...).</p>

Porto: polo demográfico regional

Tendências evolutivas

O Porto preserva uma relevância primordial à escala metropolitana e regional, considerando a população residente fora do concelho que aqui trabalha e estuda. Atualmente, a diminuição da população residente afeta mais o Centro Histórico da cidade e menos as freguesias ocidentais, onde se mantém ainda alguma vitalidade demográfica. Contudo, existem evidências de uma inversão da tendência de perda de população residente no Porto, relacionada em parte com fatores fisiológicos (ligeiro aumento da taxa bruta de natalidade entre 2011 e 2015; nos últimos cinco anos a evolução dos saldos naturais e migratórios no Porto foi mais favorável do que a registada nos concelhos metropolitanos contíguos).

Perspetivas e impactes potenciais na procura escolar

Nos últimos anos, o investimento público tem dado um importante contributo para a regeneração urbana do centro da Cidade. Neste quadro, existe uma forte aposta no repovoamento do Centro Histórico do Porto, através da atração de ex-residentes para este território (iniciativa municipal) e fixação de uma “nova” classe média-alta (reabilitação urbana, de iniciativa privada). Por outro lado, a execução da ORU de Campanhã e, posteriormente, da Corujeira, criaram novas centralidades polarizadoras de emprego e de novas dinâmicas urbanas, gerando a fixação de novos residentes e/ou importantes pendularizações, fomentadoras de uma maior procura pelos estabelecimentos escolares presentes nas imediações.

Porto: polo de acessibilidade e mobilidade regional

Tendências evolutivas

A construção (e expansão) do Metro do Porto, reforçou a centralidade da Cidade à escala metropolitana, sobretudo sobre os concelhos da zona norte da AMP (Gondomar, Maia, Matosinhos, Póvoa de Varzim, Valongo, Vila do Conde).

A maior integração intermodal e o maior reconhecimento do Metro como meio facilitador das deslocações intra-cidade e intra-AMP, concorreu para um incremento assinalável do peso deste modo de transporte nos movimentos pendulares, sobretudo no acesso aos equipamentos escolares (alargamento das áreas de influência das escolas; facilidade/autonomia de deslocação na cidade, para alunos e famílias: casa-escola / emprego-escola).

Perspetivas e impactes potenciais na procura escolar

O reforço da utilização tenderá a acentuar-se com a expansão da rede no Centro da Cidade, com impacte direto na procura dos equipamentos escolares existentes nas proximidades dos nós da rede.

Porto: polo educativo e de ensino regional

Tendências evolutivas

O Porto permanece o principal polo de ensino na Área Metropolitana, principal destino de deslocações radiais casa-local de estudo. A qualidade e oferta diferenciadora dos equipamentos existentes na Cidade conferem uma procura assinalável por alguns agrupamentos/escolas. A desconcentração dos equipamentos escolares nos últimos anos e uma forte e consistente aposta na requalificação do parque escolar de responsabilidade municipal (pré-escolar e 1º ciclo) e da Parque Escolar (secundário), concorreram igualmente para esse posicionamento favorável na atração de população escolar residente fora do concelho.

Os fenómenos de insucesso escolar com maior expressão ocorrem sobretudo em territórios onde emergem constrangimentos assinaláveis ao nível do contexto socioeconómico das famílias e do perfil dos alunos que frequentam os estabelecimentos.

Perspetivas e impactes potenciais na procura escolar

A rede privada e solidária, sobretudo no que respeita ao pré-escolar e ensino secundário, possui uma expressão muito significativa na Cidade, sendo bastante impactante na procura pública. Uma aposta consistente no reforço da qualidade e dos serviços prestados na rede pública tenderá a reduzir a representatividade e importância da rede privada no Sistema Municipal.

A melhoria dos níveis de sucesso escolar e a redução do abandono deverá evoluir positivamente nos próximos anos. Diversos instrumentos e ferramentas em curso, acrescidos dos esforços regulares e intensos realizados pelos principais atores educativos (professores, diretores, autarquia,...) permitirão inverter as situações de forte insucesso que marcam sobretudo as comunidades inseridas em contextos mais problemáticos.

Perspetivas

A forte e consistente aposta na requalificação do parque escolar de responsabilidade municipal (pré-escolar e 1º ciclo) e da Parque Escolar (secundário), concorreram para um posicionamento favorável na atração de população escolar residente fora do concelho, gerando uma imagem qualificada da rede pública e permitindo atenuar a tendência de redução do número de alunos, em muitos agrupamentos/escolas. Esta tendência deverá manter-se, continuando o Porto a exercer uma forte atratividade na atração de crianças/alunos no pré-escolar e 1º ciclo, que acompanham os pais nas deslocações pendulares para o local de trabalho (o reforço da centralidade do Porto, face à dinâmica atual de geração de emprego, contribuirá para a manutenção/ampliação desta procura extra-concelhia, pelos estabelecimentos escolares na Cidade). Por outro lado, dada a imagem referencial e os bons resultados apresentados por alguns Agrupamentos/escolas no ensino secundário (relevantes para a entrada posterior no ensino superior) e com o reforço da integração intermodal e centralidade do metro nas deslocações intra-cidade (meio de transporte preferencial), num contexto de maior autonomia/facilidade na mobilidade dos alunos de idade mais avançada (15 anos), a procura pelo ensino secundário na Cidade deverá manter-se nos próximos anos (maioritariamente alunos oriundos dos concelhos limítrofes).

Degradação do parque escolar

Tendência evolutiva

Observam-se situações problemáticas de envelhecimento do parque escolar (degradação dos edifícios escolares), sobretudo no 2º e 3º ciclo (onde não existiu um programa de intervenção consolidado e com financiamento associado: inexistência de apoios comunitários para esta realidade), muitas vezes coexistindo com reduções abruptas na procura escolar (degradação do edificado e imagem desqualificada concorre para uma menor atratividade e procura dos alunos/famílias).

Com base em 3 dimensões-chave: redução acentuada do número de alunos (superior a 20%, nos últimos 3 anos letivos), subocupação do espaço escolar (menos de 2/3 das salas de aula ocupadas com turma) e deficiente estado de conservação do edificado e dos espaços exteriores, emergem diversos estabelecimentos escolares em situação crítica.

Situações-problema: escolas do 2º, 3º ciclo e secundário

Escola	Redução acentuada de alunos (>20%)	Subocupação de salas (salas com turmas/salas de aula)	Necessidades de requalificação
Escola Básica Dr. Augusto César Pires de Lima	2º ciclo - 22%	31,6%	Estado de conservação do edifício deficiente / Estado de conservação dos espaços exteriores deficiente
Escola Básica Ramalho Ortigão	3º ciclo - 84%	9,4%	
Escola Secundária Alexandre Herculano	2º ciclo - 35%; Secund - 43%; Prof - 80%		Estado de conservação do edifício deficiente / Estado de conservação dos espaços exteriores deficiente
Escola Básica Nicolau Nasoni	2º ciclo - 44%; 3º ciclo - 45%	40,0%	
Escola Secundária António Nobre	3º ciclo - 45%; Prof - 67%		Estado de conservação do edifício deficiente / Estado de conservação dos espaços exteriores deficiente
Escola Básica Irene Lisboa	2º ciclo - 24%; 3º ciclo - 26%		
Escola Básica do Viso	3º ciclo - 22%	66,7%	
Escola Básica Eugénio de Andrade	3º ciclo - 22%		Estado de conservação do edifício deficiente / Estado de conservação dos espaços exteriores deficiente
Escola Básica Maria Lamas	2º ciclo - 29%		Estado de conservação do edifício deficiente / Estado de conservação dos espaços exteriores deficiente
Escola Secundária Garcia de Orta	3º ciclo - 33%		

Escola	Redução acentuada de alunos (>20%)	Subocupação de salas (salas com turmas/salas de aula)	Necessidades de requalificação
Escola Básica Gomes Teixeira	3º ciclo - 56%	32,4%	Estado de conservação do edifício deficiente / Estado de conservação dos espaços exteriores deficiente
Escola Secundária Infante D. Henrique	Prof - 85%	2,8%	Estado de conservação dos espaços exteriores deficiente
Escola Básica Leonardo Coimbra - Filho	3º ciclo - 30%		
Escola Básica Manoel de Oliveira	2º ciclo - 31%; 3º ciclo - 30%		
Escola Básica Pêro Vaz de Caminha	2º ciclo - 26%; 3º ciclo - 32%		Estado de conservação dos espaços exteriores deficiente
Escola Básica de Miragaia	2º ciclo - 43%; 3º ciclo - 35%	47,1%	Estado de conservação dos espaços exteriores deficiente
Escola Básica e Secundária Rodrigues de Freitas	2º ciclo - 28%		

Fonte: DGEstE (alunos e salas)e Diretores de Agrupamento de Escolas (necessidades de requalificação)

Situações-problema: escolas do pré-escolar e 1º ciclo

Escola	Redução acentuada de alunos (>20%)	Subocupação de salas (salas com turmas/salas de aula)	Necessidades de requalificação
Escola Básica de Noêda	J1 - 24%	57,1	
Escola Básica do Campo 24 de Agosto	1º ciclo - 31%	61,5	EPE - Estado de conservação dos espaços exteriores deficiente / 1º CEB - Estado de conservação dos espaços exteriores deficiente
Escola Básica do Sol	J1 - 56% / 1º ciclo - 31%	33,3	
Escola Básica das Condominhas	J1 - 60%; 1º ciclo - 21%	50,0	
Escola Básica António Aroso	J1 - 58%; 1º ciclo - 44% (J1 com 8 alunos; 4 salas de 1º ciclo vagas)	42,9	
Escola Básica da Agra do Amial	J1 - 23%		
Escola Básica da Bandeirinha	1º ciclo - 22%; 13 alunos no J1		
Escola Básica de Carlos Alberto	J1 - 43%		
Escola Básica de S. Nicolau	1º ciclo - 41%	37,5	

Fonte: DGEstE (alunos e salas)e Diretores de Agrupamento de Escolas (necessidades de requalificação)

Perspetivas

Nos últimos anos, o Município tem vindo a apostar de forma regular e consistente na requalificação do parque escolar à sua responsabilidade. Esta política deverá ser reforçada nos próximos anos, estando em curso ou planeadas diversas intervenções que concorrem para responder aos principais desafios e constrangimentos detetados. No caso do edificado intervencionado pela Parque Escolar (ensino secundário), estão assegurados e deverão manter-se os níveis de investimento na manutenção e gestão corrente dos estabelecimentos. No caso do 2º e 3º ciclo, onde emergem com maior significado as debilidades infraestruturais de alguns estabelecimentos de ensino, num quadro de constrangimentos orçamentais públicos, deverão ser encetados esforços para ponderação/priorização deste tipo de intervenções no âmbito das negociações/reprogramações dos apoios financeiros comunitários (programas operacionais do Portugal 2020).

5.4.3. Perspetivas de evolução demográfica e da população escolar

Perspetivas

O exercício de cenarização realizado (projeção demográfica concelhia e inter-freguesias, num cenário tendencial e num cenário voluntarista), concluiu que a população no concelho do Porto em 2025, situar-se-á entre os 190.068 habitantes e os 238.643 habitantes. Num cenário tendencial, que acompanhe as propensões e fenómenos demográficos registados na primeira década do milénio, prevê-se uma quebra populacional de 20% face a 2011, enquanto que num cenário voluntarista expansionista, que responda à política de desenvolvimento municipal vertida na Revisão do Plano Diretor Municipal, se registará um acréscimo na ordem dos 0,4%.

Com base no exercício de projeção da população escolar, por nível de ensino, estabelecendo uma comparação entre a população presente atualmente na rede pública em cada um dos níveis de ensino, e os cenários criados para 2021 e 2025, o principal constrangimento futuro prende-se com a redução significativa de alunos que deverá frequentar os estabelecimentos que lecionam o 2º e 3º ciclo (superior a ¼ da população escolar atualmente presente nesses níveis), concorrendo para um forte subaproveitamento dos espaços escolares existentes (a manter-se a configuração atual da rede). Assim, as situações-críticas anteriormente apresentadas tenderão a agudizar as suas problemáticas.

5.4.4. Uma abordagem integrada e consistente no combate ao insucesso escolar

Elevados níveis de insucesso escolar

Tendência evolutiva

Conforme demonstrado no inquérito aos alunos com repetência, o insucesso escolar manifesta-se de forma desigual em termos territoriais e tende a acentuar-se ao longo do percurso escolar dos alunos. A maioria das retenções ocorre no início e/ou fim dos ciclos de ensino, sobretudo no 9º ano de escolaridade. Os maus hábitos e a falta de métodos de estudo são apontados com as principais causas para o insucesso.

No ano letivo 2015-2016 a taxa de retenção no 1º ciclo do ensino básico foi de 5,2% (357 alunos). Destaca-se o Agrupamento de Escolas do Cerco do Porto, com 13,5% de alunos retidos neste ano letivo.

A taxa de retenção foi de 8,2% no 2.º ciclo e 17,7% no 3.º ciclo. Destaque para a situação do 3.º ciclo verificada no Agrupamento de Escolas Manoel de Oliveira (47%) e no Agrupamento de Escolas Leonardo Coimbra Filho (44,4%)

A taxa de retenção média no ensino secundário é na ordem dos 10,9%. Destaque para a Escola Secundária Alexandre Herculano (28,6%) e a Escola Básica e Secundária Carolina Michaëlis (22,7%) com as taxas de retenção mais elevadas.

6. ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO



6.1. Princípios Orientadores

6.1.1. Equipamentos escolares: instrumentos de qualificação e valorização dos espaços urbanos

Atualmente, o desenvolvimento integrado e sustentável constitui um dos principais objetivos e desafios ao nível local. Os equipamentos coletivos desempenham um papel relevante na medida em que contribuem para a qualificação do quadro de vida das populações em domínios considerados estratégicos, nomeadamente para a educação.

Atuando como plataformas de sustentação das políticas públicas, assumem outra relevância instrumental conferida pelos impactes que têm no território e no quotidiano dos cidadãos. Assim, os equipamentos coletivos constituem a um tempo, instrumentos de qualificação e valorização dos espaços urbanos, e, num segundo tempo, formas de estruturação do sistema urbano, influenciando na afirmação de centralidades e no protagonismo funcional dos espaços, contribuindo para um correto ordenamento do território, a diferentes escalas.

Neste contexto, o exercício de programação e planeamento de equipamentos escolares assume uma dupla relevância:

- A um tempo, diagnosticando as necessidades quantitativas e qualitativas e identificando os investimentos que serão necessários realizar, de forma a suprir as necessidades atuais e futuras, no quadro de uma política de desenvolvimento integrado e sustentável, onde emerge a Educação com um papel aglutinador e central na prossecução de diversas políticas públicas;
- A outro tempo, contribuindo para o planeamento urbanístico e para a concretização de um modelo de desenvolvimento sustentável harmonioso com outros instrumentos de ordenamento territorial, nomeadamente com o Plano Diretor Municipal (em Revisão).

6.1.2. Equipamentos escolares: instrumentos de integração social

No Concelho do Porto, a programação e planeamento dos equipamentos escolares reveste-se de uma importância elevada, dadas as especificidades que caracterizam este território, resultantes da sua inserção numa das maiores e mais dinâmicas áreas urbanas do país. Esta situação gera um conjunto de problemáticas e respostas que colocam importantes desafios à programação e planeamento dos equipamentos escolares. É o caso de fenómenos como:

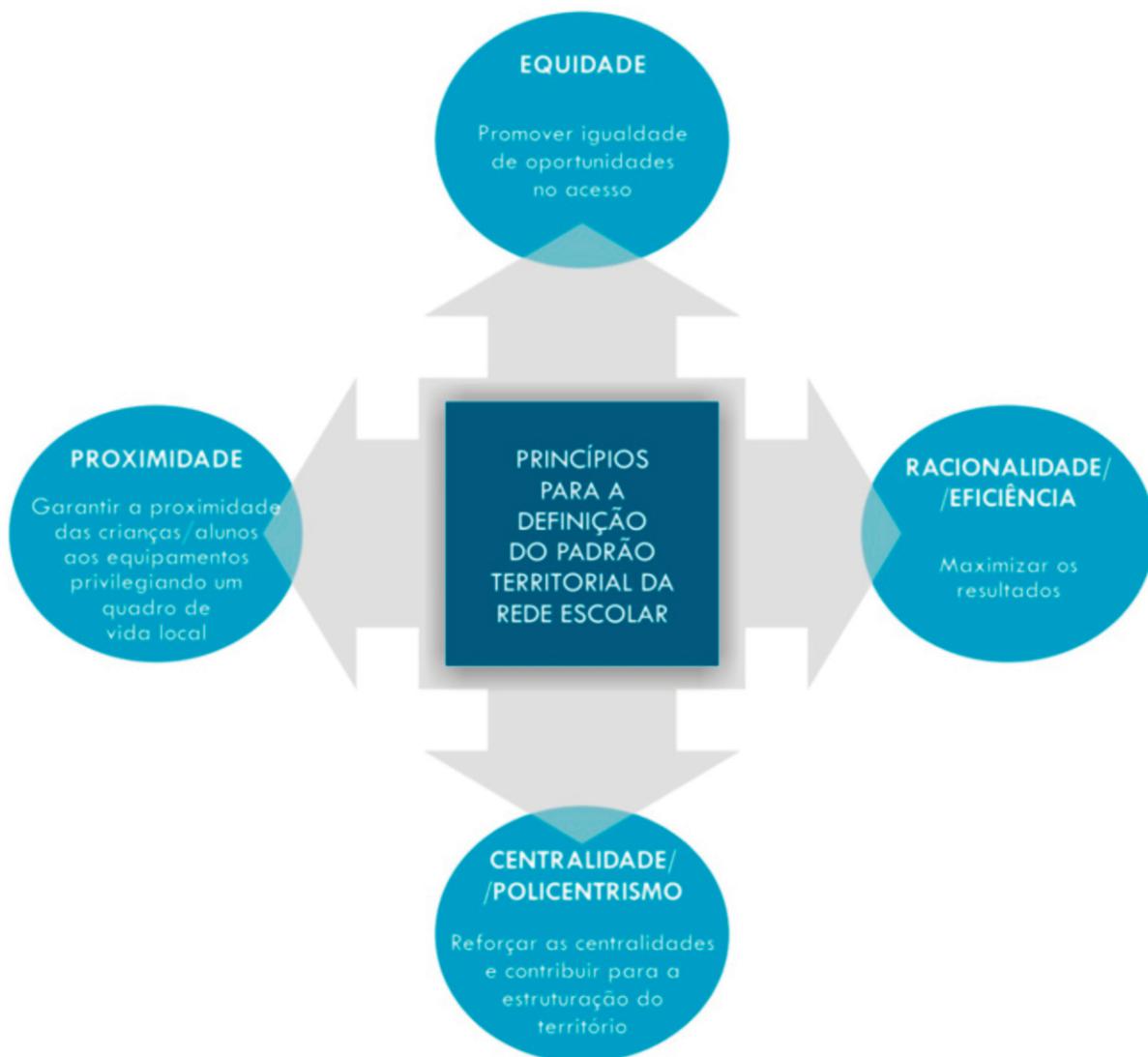
- A presença de minorias étnicas com elevados défices de integração social e económica, com impacte na estigmatização de alguns territórios/agrupamentos/escolas e nos resultados escolares (fortes níveis de insucesso escolar);
- A necessidade de assumir a Escola, enquanto estrutura de apoio e de acolhimento, enquanto elemento identitário e âncora da vivência e proximidade à Comunidade;
- A acentuada procura de respostas para ocupação das crianças fora do período letivo, fruto da recomposição das estruturas familiares e de uma participação mais ativa das mulheres no mercado de emprego.

6.1.3. A territorialidade da Rede Escolar

A partir da concertação dos desafios com que a Carta Educativa do Porto se depara, foram definidos quatro grandes princípios de sustentação do padrão territorial da Rede:

- A prossecução de uma lógica de **equidade**, de modo a que seja assegurada uma distribuição que possibilite a todas as crianças/alunos a igualdade de oportunidades no acesso à Escola;
- A prossecução de uma lógica de **proximidade**, uma vez que a distribuição espacial deverá garantir que as escolas (nos primeiros níveis: pré-escolar e 1º ciclo), em alguns territórios específicos, se localizem próximo das áreas de residência das crianças/alunos, privilegiando um quadro de vida local e evitando extensos movimentos pendulares;

- A preocupação em contribuir para a estruturação do território assente num modelo **policêntrico**, em que a localização/distribuição dos equipamentos permita reforçar as centralidades;
- O cumprimento dos princípios de **racionalidade e eficiência**, promovendo uma espacialização e afetação de recursos que maximize os resultados a gerar (melhorar o sucesso escolar, promover uma maior integração social, reforçar o protagonismo e atratividade de algumas centralidades).



6.2. MATRIZ ESTRATÉGICA

6.2.1. Visão Estratégica

Considerando a situação atual da Rede Escolar no Concelho do Porto, bem como os objetivos definidos para a Carta Educativa, a estratégia de intervenção visa:

- Orientar a ação municipal em termos de planeamento e ordenamento do território e de uma maior integração das políticas públicas, concedendo à Educação um papel central na prossecução do desenvolvimento integrado e sustentável da Cidade do Porto;

- Orientar a ação municipal e do Estado, sinalizando as orientações, necessidades e prioridades de investimento, na ótica da qualificação das condições físicas e humanas da oferta existente, melhorando as condições de aprendizagem e contribuindo para a melhoria global do sistema de ensino no concelho.

Assim, a Estratégia de Intervenção desenhada pretende contribuir para a materialização de uma ambição para o concelho do Porto, sintetizada na mensagem:



6.2.2. Princípios e Objetivos Estratégicos

Conforme consagra o DL nº 7/2003, este deve ser o instrumento referencial de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no Porto, de acordo com as ofertas de educação a satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico do Município.

Trata-se assim de uma visão para a programação da rede de equipamentos educativos, que procura incorporar os princípios do planeamento estratégico ao setor da educação. Neste quadro, a um tempo, trata-se de um produto, temporalmente concretizado, que procura consubstanciar a política educativa dos diferentes níveis da administração num dado território (o Município). A outro tempo, deve ser encarada como um processo, em permanente avaliação e atualização, no quadro das transformações territoriais e socioeconómicas do território municipal assim como das próprias transformações da política educativa local e nacional (aspeto particularmente pertinente e atual, dado o contexto de negociação de transferência de competências e responsabilidades do Estado para os Municípios). Por conseguinte, pretende articular uma vertente de carácter pedagógico e outra de ordenamento territorial.

Na vertente pedagógica, procura-se favorecer a existência de recursos físicos e pedagógicos de qualidade, diferenciadores e diversificados, através do funcionamento em rede dos estabelecimentos (conceito de escola nuclear – sede - que inclui recursos físicos e humanos especializados). Neste contexto, emerge com significado a necessidade de consolidação e afirmação dos Agrupamentos de Escolas, pela qualidade do ensino ministrado e pela diferenciação das ofertas disponibilizadas. Relativamente à vertente de ordenamento do território, a Revisão da Carta deverá procurar responder às tendências de organização do território e à política de desenvolvimento multidimensional em curso, levando em consideração o sistema territorial e urbano existente ou a consolidar, bem como as dinâmicas evolutivas e linhas de intervenção que estruturam a política de emprego, de habitação, cultural ou social no Município.

Nesta perspetiva, as propostas de reconfiguração da rede educativa devem ser efetuadas de um modo relacional, entendendo os estabelecimentos de ensino como organizações que fazem parte de redes de equipamentos coletivos que procuram prestar um serviço de qualidade às populações. Assim, nenhum estabelecimento de educação ou ensino deverá ser considerado isoladamente, mas sim integrado em redes de equipamentos concebidos como organizações integradas e integradoras, tanto no plano interno como no das relações com a comunidade.

Neste contexto, o Sistema de Ensino (rede pública), deverá pautar a sua atuação com base nos seguintes **Princípios Estratégicos**:

- **desenvolvimento harmonioso de uma aprendizagem sequencial programada e acompanhada, que promova o sucesso escolar das crianças/alunos;**
- **funcionamento articulado dos diversos serviços de apoio socioeducativo e sociocultural, contribuindo para a geração de polos e centralidade educativo-culturais que reforcem os processos de aprendizagem;**
- **racionalização, rentabilização e melhoria da qualidade dos recursos físicos, através de um sistema de administração e de gestão integrado, adequado às características da rede e às necessidades da procura;**
- **facilitação dos contatos e trocas de experiência entre os diversos agentes educativos, reforçando as respostas/soluções integradas e de parceria.**

As escolas-sede, nucleares nesta perspetiva, devem congregar recursos materiais e imateriais mais qualificados e especializados, procurando ser o centro de dinamização e de apoio, quer quanto a instalações quer quanto à dinamização pedagógica. Neste contexto, a Revisão da Carta Educativa deve contribuir para criar as condições mais favoráveis ao desenvolvimento destes centros de excelência e de competências educativas, bem como apontar caminhos para melhorar as condições para uma gestão mais eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis.

A Revisão da Carta Educativa do Porto constitui um instrumento fundamental para sustentar a política educativa para o município nos próximos anos, procurando dar uma visão territorializada a essa política (integrada, em estreita articulação com a política de emprego, de habitação e cultural), favorecendo um ensino de qualidade e pedagogicamente enriquecedor e, ao mesmo tempo, promovendo a qualificação do território, através do fortalecimento dos fatores estratégicos de competitividade da Cidade.

Este referencial estratégico estrutura-se numa multiplicidade de **Objetivos Estratégicos**, que devem sustentar o quadro operacional associado à Revisão da Carta Educativa:

- **Melhorar os níveis de educação e formação escolar, através de um ensino de qualidade e diferenciador, consagrando o ensino secundário como referencial mínimo em termos de qualificação;**
- **Potenciar os meios e recursos disponíveis, procurando sinergias e complementaridades e repensando a utilização dos espaços escolares enquanto verdadeiras centralidades e polos educativo-culturais;**

- **Reforçar as capacidades pedagógicas dos estabelecimentos e a disponibilidade de recursos humanos (não docentes) que integram os diferentes agrupamentos, de modo a garantir uma gestão adequada dos espaços e de integração/acompanhamento dos alunos;**
- **Reforçar a componente profissionalizante da formação de recursos humanos, sobretudo em territórios com fortes constrangimentos socioeconómicos, através da rede de escolas existentes e de uma oferta formativa adequada e ajustada ao mercado de trabalho;**
- **Promover um maior apetrechamento técnico-pedagógico dos diferentes estabelecimentos de ensino e fomentar iniciativas e atividades que promovam uma maior abertura à Comunidade;**
- **Requalificar o parque escolar, de forma a promover uma melhoria das condições de vivência escolar e uma progressão positiva dos resultados escolares;**
- **Melhorar as condições e qualidade de ensino, reforçando a atratividade e diversificando as soluções de aprendizagem em contextos adversos;**
- **Criar as condições para garantir o acesso de todos à educação e à formação, como dimensão central de coesão social;**
- **Reforçar a projeção da Cidade no território nacional, através de uma oferta diferenciadora e especializada.**

Sublinhe-se ainda que pela sua relevância e pertinência atual e por estruturarem a atuação municipal (projetos/ações/iniciativas em curso e impactantes nas dinâmicas das Escolas), alguns dos objetivos consagrados na Carta Educativa do Porto (2007), não representando o core e objeto principal da Revisão, devem constar igualmente deste referencial estratégico e, num processo de continuidade, deverá ser garantida a consolidação e aprofundamento dos resultados gerados.

- Estimular o interesse pela matemática, pelas ciências e pelas tecnologias desde uma idade precoce, de modo a aumentar o número de estudantes que frequentam cursos nessas áreas
- Aumentar o interesse pela língua materna
- Desenvolver programas e projetos de combate ao abandono, absentismo, saídas antecipadas e insucesso escolar

Os inquéritos realizados pela OCDE (2015) revelam que cerca de 20% dos alunos com 15 anos de idade testados (PISA) têm uma compreensão insuficiente do que leem e uma proporção ainda maior possui competência insuficiente em matemática. Estes valores demonstram que em muitas das regiões da UE (incluindo na AMP), ainda existem grandes dificuldades na aprendizagem de competências básicas, bem como de iliteracia científica. Por outro lado, dos principais problemas apontados pelos Diretores de Agrupamento, emerge o insucesso escolar dos seus alunos (sobretudo fraco rendimento às disciplinas de Matemática e Português).

No âmbito do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar, o Município do Porto vai executar nos próximos anos um projeto denominado “Programa de Promoção da Aprendizagem da Língua Portuguesa”, tendo como parceiros o Instituto Politécnico do Porto e todos os Agrupamentos de Escola Secundária Filipa de Vilhena, o Conservatório de Música do Porto e a Escola Artística de Soares dos Reis. As Escolas, no âmbito dos Planos de Ação Estratégica (PAE) de promoção do sucesso escolar, estão a desenvolver soluções que garantem uma melhor qualidade de ensino, centradas sobretudo nos processos de aprendizagem e resposta ao abandono, absentismo e indisciplina.

- Garantir a melhor ocupação dos tempos dedicados às atividades extracurriculares e/ou de enriquecimento curricular
- Focalizar a atividade dos serviços municipais nas questões relacionadas com as crianças e os jovens

Nos últimos anos, o alargamento do horário de funcionamento das Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e do pré-escolar, foi uma dimensão importante para apoiar as famílias e promover uma maior conciliação entre a vida profissional e familiar. As atividades extracurriculares e/ou de enriquecimento curricular de carácter lúdico-didático representam um papel central no desenvolvimento das crianças, devendo ser reforçada a oferta desse tipo de atividades. Esse reforço e diversificação da oferta, de qualidade, contribuirá igualmente para reposicionar a procura pela rede pública, tornando-a mais competitiva face à oferta e condições oferecidas pela rede privada e solidária.

Do inquérito aos alunos concluiu-se que as crianças e jovens têm uma baixa participação cívica e integração social, num contexto em que 70% não pertencem a nenhuma entidade (associação cultural ou recreativa, organização, partido, escuteiros, clube, etc...), estando pouco envolvidos na comunidade e não possuindo outras atividades fora do contexto escolar (39%). Entre aqueles que desenvolvem atividades fora do contexto escolar, a atividade desportiva é a preferida (43%), secundada pela música (7%).

Estes resultados indicam o enraizamento de novos hábitos e locais de consumo massificado e a insuficiência e desadequação da agenda desportiva e cultural local às pretensões/motivações deste público-alvo, não obstante os esforços desenvolvidos nos últimos anos.

- Tornar a aprendizagem mais atrativa para os jovens que estão no sistema de ensino, incentivando-os a prosseguir a sua formação para além da escolaridade obrigatória

Conforme comprovado no inquérito realizado aos alunos com repetências no percurso escolar, a retenção originou desmotivação e desinteresse pela escola/estudo e alterou as expectativas face à mesma (18% dos inquiridos não sabe até quando vai estudar e 10% pensa sair da escola antes de acabar o 12.º ano ou equivalente). Ainda assim, a frequência da faculdade constitui uma meta para cerca de metade dos alunos e a finalização do 12.º ano para 72%. Regra geral os alunos consideram que a escola é muito importante (53%) ou importante (29%) para ter uma boa profissão.

- Identificar e desenvolver novas competências essenciais à sociedade do conhecimento e harmonizá-las com as competências tradicionais
- Generalizar e valorizar os bons Projetos Educativos;
- Melhorar a formação dos educadores e professores, através da formação contínua, numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida;
- Reforçar a coesão interna dos Agrupamentos de Escolas;
- Garantir condições de segurança na escola e na sua envolvente;
- Prestar informações, aconselhamento e orientação sobre os tipos de aprendizagem disponíveis;
- Reforçar a ação social;
- Reforçar as ligações com o mundo do trabalho, a investigação e a sociedade em geral;
- Fomentar aprendizagens de cidadania e de democracia;
- Valorizar a partilha intergeracional de experiências e de Conhecimentos;
- Reforçar a autonomia das escolas;
- Promover a avaliação e a autoavaliação das escolas;
- Promover a criação de redes de instituições de educação e de formação a vários níveis, no contexto da aprendizagem ao longo da vida.

7. QUADRO DE INTERVENÇÃO



7.1. Estruturação do Plano de Intervenção

As conclusões e análises anteriores à rede escolar, permitiram evidenciar o sobredimensionamento do parque escolar instalado na cidade, face à procura existente e potencial, com situações particularmente preocupantes no 2º e 3º ciclo e ensino secundário. Por outro lado, demonstrou-se da existência de escolas que, pelo seu estado de conservação e subocupação (capacidade excedentária de espaços), não dispõem/oferecem as condições adequadas para garantir os padrões de qualidade que devem reger a Escola Pública.

Este é o principal desafio do processo de Revisão, mas surge também como uma oportunidade para reforçar a função e vocação educativa dos equipamentos escolares, com outras valências e respostas complementares que potenciem a sua centralidade enquanto polos educativo-culturais estruturantes da Cidade e, sobretudo, das comunidades onde se inserem. Nesta perspetiva, cada vez mais deverão procurar-se soluções que gerem ambientes escolares abertos, promotores do sucesso escolar e da inclusão social e que permitam robustecer os fatores diferenciadores da oferta pública, tornando-a mais atrativa e competitiva no contexto das redes que integram o Sistema Educativo Global da Cidade.

Um atuação pensada e concertada, com ambição e impacte, deve ultrapassar as fronteiras “da Educação” e integrar-se numa visão mais ampla de desenvolvimento harmonioso e sustentado da Cidade e da sua afirmação à escala metropolitana. Num contexto de descentralização/transferência de competências e responsabilidades do Estado para o Município do Porto, importa que este referencial suporte e enquadre o processo de negociação e permita informar a tomada de decisão e de priorização em futuras reprogramações de apoios comunitários, que confirmem suporte financeiro às principais intervenções estruturantes a realizar.

Assim, em alguns casos, independentemente da perspetiva de partida passar por repensar alguns espaços escolares, reaproveitando-os para qualificar a oferta e reforçar as condições de aprendizagem (focar a intervenção na função e vocação educativa dos estabelecimentos, mas acomodando outras respostas, atividades, soluções de carácter cultural, social ou desportivo) e, deste modo, melhorar a sua atratividade e aumentar a procura a prazo caso as dinâmicas evolutivas se mantenham condicionadoras, poderão ser equacionadas outras soluções que passem pela reconversão dos estabelecimentos para outras funções.

Neste contexto, as propostas de reordenamento da Rede, sustentam-se em cinco 5 Eixos de Intervenção e num conjunto amplo de objetivos operacionais, que estruturam as intervenções a executar:

- Eixo I - Requalificar/ampliar o parque escolar instalado
- Eixo II - Melhorar as condições e qualidade de ensino em equipamentos/territórios com debilidades
- Eixo III - Reforçar a notoriedade e projeção da Cidade, através de uma oferta especializada, diferenciadora, qualificada e de referência nacional
- Eixo IV - Melhorar as condições de gestão dos recursos humanos não docentes
- Eixo V - Reforçar a ligação à Comunidade, fomentando soluções de abertura das escolas ao exterior

7.1. Eixo I – Requalificar/Ampliar o Parque Escolar Instalado

Medida I.1. Criação de novas salas/espacos letivos e de apoio: pré-escolar e 1º ciclo

Nos últimos anos, em função da participação mais ativa das mulheres no mercado de emprego, da recomposição das estruturas familiares (filhos a cargo de um único elemento parental) e de uma maior pressão do mercado de trabalho (horários mais extensos, menor flexibilidade das entidades empregadoras,...), as famílias confrontam-se com maiores dificuldades no apoio e na ocupação das crianças fora do período letivo. Neste contexto, tem vindo a acentuar-se a procura dos pais por respostas, em condições de qualidade, que permitam prolongar a estadia das crianças nos espaços escolares. Em parte, a elevada representatividade da rede privada na procura pela educação pré-escolar, resulta dessa capacidade de oferecer condições adequadas/ajustadas às necessidades em causa.

A rede pública pode e deve reforçar as suas condições, melhorando a qualidade da oferta, tornando-a diferenciadora e atrativa. Assim, alguns estabelecimentos deverão ponderar, em função da evolução da procura, da possibilidade de destinar salas/espços que permitam desenvolver com maior qualidade as atividades de animação e apoio à família (AAAF).

No caso do 1º ciclo, dada a necessidade de um maior apoio educativo para alunos com dificuldades de aprendizagem e para o desenvolvimento, com qualidade, das atividades de enriquecimento curricular, importa igualmente ponderar, em função da evolução da procura, da possibilidade de destinar salas/espços para esses serviços/atividades.

Atualmente, deverá ser efetuada uma leitura global da rede e da procura existente, no âmbito do exercício de monitorização e avaliação regular da Carta Educativa do Porto, de modo a ponderar da possibilidade/sustentabilidade de ampliação para aumentar a capacidade de resposta letiva.

Medida I.2. Criação de novas salas/espços letivos e de apoio: 2º, 3º ciclo e Secundário

Alguns estabelecimentos com 2º e 3º ciclo e/ou ensino secundário possuem necessidades de salas para a componente letiva, seja pela forte procura atualmente existente, seja pela necessidade de compatibilizar um amplo conjunto de atividades e projetos, de apoio à aprendizagem, com espços letivos.

No caso da Escola Básica Francisco Torrinha, a procura existente e potencial, indicia a necessidade de procurar uma solução que permita ampliar o número de salas de aula a disponibilizar para a componente letiva. Esta expansão implica a retirada do JI/1º ciclo (IPSS), atualmente localizado no espço.

No caso do Conservatório de Música do Porto, de modo a permitir horários com predominância das manhãs para todos os alunos, deverá igualmente ser ponderada a ampliação do número de salas de aula. Esta solução, integrada numa intervenção de maior escala e abrangência estratégica, poderá passar pela criação de um polo complementar nas imediações com outras funções associadas (cantina, espços desportivos) e espços destinados à dança clássica.

Numa outra dimensão, para alguns estabelecimentos que não foram alvo de intervenção nos últimos anos e carecem de processos de requalificação, deverá ser ponderada, no âmbito da eventual execução desses processos, a ampliação/reformulação dos espços de modo a responder às necessidades atualmente existentes.

Medida I.3. Requalificação/reabilitação de edifícios/espços - programa de modernização e manutenção do parque escolar

Deve prever-se um conjunto de intervenções, essenciais à obtenção de uma rede de equipamentos educativos eficaz e de qualidade. Tratam-se de intervenções que procuram, fundamentalmente, intervir na rede de estabelecimentos de ensino existentes, designadamente no que se refere à sua requalificação. As intervenções a realizar centram-se em diversos domínios de intervenção, tais como a remodelação de infraestruturas de água, esgotos e eletricidade, a melhoria das coberturas, a pintura de edifícios, a requalificação dos espços interiores, exteriores e de lazer, entre outras.

O Município deverá criar/manter um “programa de modernização e manutenção do parque escolar” que permita, em função da capacidade financeira existente e da premência dos constrangimentos a resolver, garantir uma resposta adequada, atempada e eficaz. O mesmo se processa relativamente aos equipamentos escolares atualmente da responsabilidade da Administração Central (2º,3º ciclo e secundário).

Medida I.4. Adoção de medidas promotoras de uma maior eficiência energética no parque escolar

Dos principais problemas e desafios do parque escolar existente emerge a insuficiente qualidade em termos de conforto térmico, gerada, em parte, pelas próprias limitações construtivas desse parque escolar. Neste contexto, para os estabelecimentos onde se preveem ampliações e/ou requalificações, deverão igualmente ser contempladas soluções adequadas, privilegiando o próprio processo construtivo (adequado em termos técnicos e ambientais), prevendo, entre outras medidas, paredes e vidros duplas, isolamento térmico de paredes e da cobertura, orientação solar, ventilação e a caixilharia eco-térmica.

A melhoria do conforto térmico aliada a uma maior eficiência energética, contribuirá para a redução da fatura energética e para uma maior qualidade da prática educativa. Neste quadro, as intervenções a desenvolver deverão conjugar dois tipos de ações: i) reabilitação térmica dos edifícios (substituição da caixilharia e dos vidros, requalificação da cobertura e respetivos isolamentos e instalação de sistemas de painéis solares); ii) instalação de sistemas de climatização (aquecimento central e sistemas de ar condicionado eficientes).

7.1.2. Eixo II - Melhorar as Condições e Qualidade de ensino em Equipamentos/Territórios com Debilidades

Medida II.1. Reforço da atratividade e diversificação das soluções de aprendizagem em contextos adversos: soluções inovadoras para aproveitamento, adaptação, reutilização dos equipamentos de responsabilidade do Município

O diagnóstico revelou alguns constrangimentos significativos, nomeadamente a redução acentuada da procura e a consequente subocupação de espaços no perímetro escolar, muitas vezes aliada a uma conservação deficiente do edificado, condicionadora da sua atratividade.

Não obstante este quadro de partida, a política de desenvolvimento municipal em curso, multidimensional e assente numa visão pro-ativa e voluntarista de afirmação do Porto à escala metropolitana e nacional, assume a dimensão da Educação como central neste processo. Acresce que, dados os níveis de insucesso escolar em alguns territórios e a importância da Escola enquanto elemento identitário e de integração das Comunidades residentes, deverão ser qualificadas e reforçadas as condições do ensino ministrado como forma de concretizar esta ambição.

Neste quadro, o reforço da atratividade e diversificação das soluções de aprendizagem, passa pela criação/ponderação de soluções inovadoras para aproveitamento, adaptação, reutilização dos equipamentos de responsabilidade do Município. Esta orientação materializa-se em 5 linhas orientadoras de atuação/intervenção a privilegiar:

- Repensar o espaço escolar, potenciando a sua função e vocação educativa (reforçar as respostas/soluções/atividades complementares de aprendizagem);
- Projetar a escola como espaço-âncora da Comunidade;
- Fomentar a integração e inclusão de populações estigmatizadas;
- Reforçar a atratividade/visibilidade da Escola através de uma melhor integração urbanística (abertura de novas frentes de escola);
- Gerar procura no contexto das novas dinâmicas perspetivadas (criação de emprego) e do processo de requalificação dos equipamentos (nova/maior atratividade).

Assim, as Escolas atualmente com fortes constrangimentos, deverão assumir-se como verdadeiros polos/centralidades educativo-culturais, acarinhando e desenvolvendo projetos, atividades e iniciativas complementares das aprendizagens, que concorram para a prossecução destas linhas orientadoras de atuação.

Medida II.2. Reforço da atratividade e diversificação das soluções de aprendizagem em contextos adversos: soluções inovadoras para aproveitamento, adaptação, reutilização dos equipamentos de responsabilidade do Ministério da Educação

Na mesma linha de atuação a prosseguir pelo Município, contribuindo para robustecer os resultados e potenciar os impactos gerados nos primeiros níveis de ensino, revela-se determinante que o Ministério da Educação assumira igualmente um posicionamento pro-ativo e liderante, repensando os espaços escolares com debilidades atuais de modo a potenciar a sua vocação educativa. Neste contexto, importa que sejam reforçadas as respostas/soluções/atividades complementares de aprendizagem ou, caso as condicionantes não possam ser ultrapassadas, equacionar a sua adaptação/reutilização para outras funções, eminentemente de matriz educativo-cultural.

Linhas de orientação a prosseguir:

- Reforço da utilização educativa, enquanto resposta às debilidades e potenciar a sua requalificação, repensando o espaço escolar sua função e vocação educativas;
- Qualificação dos equipamentos como fatores geradores gera de maior atratividade / perspectivas de novas dinâmicas indutoras de procura;
- Repensar o espaço escolar, potenciando a sua função e vocação educativa (reforçar as respostas/soluções/atividades complementares de aprendizagem) ou a sua adaptação/reutilização para outras funções;
- Projetar a escola como espaço-âncora da Comunidade e fomentar a integração e inclusão de populações estigmatizadas

Medida II.3. Reforço das condições e qualidade da educação especial, diferenciadora e melhor adaptada às necessidades específicas das unidades de apoio a crianças com necessidades educativas especiais

A criação de unidades de ensino estruturado e apoio a alunos com necessidades educativas especiais, com elevada qualidade e que disponibilizem as melhores condições às crianças, promovendo a sua integração e aprendizagem especializada, concorre para a obtenção de melhores resultados e reforça o sentimento de segurança dos pais/família relativamente à igualdade de oportunidades dos seus educandos.

A necessidade de apoio e acompanhamento especializado (muitas vezes individualizado), implica o reforço das condições físicas e humanas disponibilizadas nos equipamentos escolares. Neste quadro alguns equipamentos escolares que possuem unidades de referência devem melhorar as condições de resposta às necessidades de grupos específicos.

Medida II.4. Apetrechamento com mobiliário e material didático, de qualidade e diferenciador

O mobiliário e material didático utilizado pelos alunos deve ser adequado à sua função e dimensionado de acordo com o grupo etário respetivo. Nas escolas secundárias as ações devem incidir na componente laboratorial, facilitando o ensino experimental das ciências (Laboratórios de Física, Química, Biologia, Geologia e Informática). Nos estabelecimentos com 2º e 3º ciclos há, sobretudo, que dotar os centros de recursos e as salas específicas de melhores e mais diversificados equipamentos.

Nos estabelecimentos de educação pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico a prioridade deverá ser para a manutenção do reapetrechamento de mobiliário (realizado regularmente pela autarquia nos últimos anos) e para o reapetrechamento de material didático (privilegiando a criação de centros de recursos, incluindo bibliotecas e salas de informática).

7.1.3. Eixo III - Reforçar a Notoriedade e Projeção da Cidade, Através de uma Oferta Especializada, Diferenciadora, Qualificada e de Referência Nacional

Medida III.1. Criação de ofertas educativas especializadas que concorram para a afirmação cultural do Porto

O reforço da imagem do Porto, enquanto cidade cosmopolita e de referência cultural, passa, em parte, pelo reaproveitamento e reutilização de espaços identitários e de elementos simbólicos do passado educativo e cultural da Cidade, que possam servir de suporte e âncora à materialização dessa estratégia ambiciosa.

Uma das soluções a ponderar passa por agregar ao Conservatório de Musica a oferta de dança clássica/bailado, informando uma oferta com escala e projeção nacional e internacional. Num quadro de exiguidade de espaços e de dificuldade de partilha de serviços na sua localização atual, deverá ser ponderada a integração/reutilização/adaptação de espaços simbólicos e identitários da Cidade próximos que possam acolher este novo polo educativo-cultural.

Medida III.2. Criação de espaços e melhoria das condições de acolhimento da Comunidade Educativa oriunda do exterior

A excelente qualidade do Sistema Educativo Municipal, com uma rede de escolas de referência metropolitana, gera uma forte influência e capacidade de atração sobre população escolar residente noutros concelhos. Esta realidade é sobretudo marcante nas escolas especializadas (artísticas), onde os alunos, muitas das vezes, proveem de concelhos bastante longínquos e necessitam de ficar alojados na cidade. As dificuldades em encontrar soluções de habitação próximas e a custos acessíveis, gera constrangimentos significativos a alunos e famílias. A própria integração social, de alunos desenraizados e “sem conhecimentos” da vivência local, é bastante dificultada pelas condições de acolhimento “oferecidas”.

Neste contexto, deverá ser ponderada a criação de uma residência para estudantes oriundos da AMP/região. Das soluções a equacionar aponta-se a possibilidade de integração/reutilização/adaptação de espaços escolares subocupados

7.1.4. Eixo IV - Melhorar as Condições de Gestão dos Recursos Humanos não Docentes

Medida IV.1 Promover a criação de bolsa municipal de recursos humanos (centralização dos recursos) para partilha entre estruturas

É consensual que a rede pública deve afirmar-se pela qualidade e diferenciação. Atualmente, o número desadequado de recursos humanos, não docentes, é bastante impactante na qualidade dos serviços e no apoio prestado aos alunos.

Assim, a aposta na melhoria das condições oferecidas passa, em parte, pela disponibilidade de um maior número de recursos humanos, de modo a garantir uma gestão adequada dos espaços e de integração/accompanhamento dos alunos. A criação de uma bolsa municipal (centralização dos recursos), permitirá uma adequação regular às necessidades das escolas.

7.1.5. Eixo V - Reforçar a Ligação à Comunidade, Fomentando Soluções de Abertura das Escolas ao Exterior

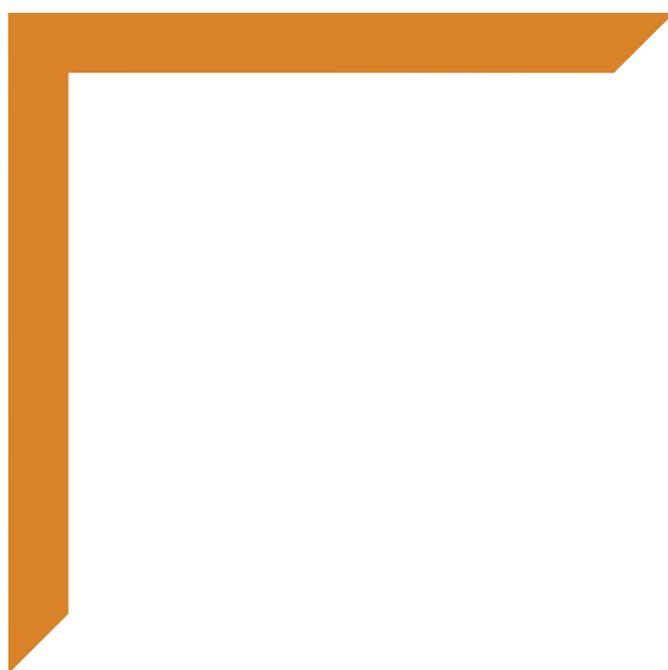
Medida V.1 Promover projetos e iniciativas que concorram para uma maior valorização da escola na Comunidade

A cedência de salas/espços à comunidade exterior é uma pratica cada vez mais enraizada. Esta cedência é feita sobretudo a associações desportivas, clubes desportivos, coletividades locais ou à CM do Porto/ Porto Lazer. Não obstante, existe ainda uma ampla margem de progressão, sobretudo pela dificuldade de assegurar a disponibilidade de funcionários fora do período letivo (abertura dos espaços, segurança, limpeza...).

Concomitantemente, assumindo que as escolas representam o elemento identitário e integrador das vivências locais, deverão fomentar-se iniciativas e atividades que promovam uma maior abertura à Comunidade. A promoção de projetos, atividades e iniciativas de trabalho cooperativo e participativo, contribuirão para uma maior valorização da escola e reforçarão o sentimento de pertença pela comunidade.

Neste contexto, importa equacionar soluções que possibilitem autonomizar a entrada no perímetro escolar, por exemplo para acesso aos restaurantes pedagógicos, onde os alunos do ensino profissional possam, em contexto real de trabalho, apresentar os seus trabalhos/resultados escolares.

8. MODELO DE MONITORIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E DISSEMINAÇÃO



8.1. Um Contexto de Partida

Para além da sua dimensão de planeamento e ordenamento, a Carta Educativa do Município do Porto (Revisão) é um instrumento de orientação estratégica com um horizonte temporal determinado (2025/2026, nove anos letivos). Neste quadro temporal, alargado, não poderá ser assumido como um documento “fechado”, devendo ser apreciado por todos os atores e agentes educativos como um instrumento flexível, cuja complexidade e multidimensionalidade de variáveis e pressupostos em presença, poderão levar a reajustamentos no futuro para uma resposta eficaz, adequada e atempada a novos enquadramentos: reorientações do sistema educativo, novo contexto de responsabilidades e competências municipais, disponibilidade financeira, dinâmicas demográficas, económicas, sociais, entre outras.

Esta perspetiva e abordagem têm assumido uma relevância e protagonismo crescente nos últimos anos, face às mutações aceleradas observadas nas sociedades mais avançadas, sobretudo resultado da emergência de contextos demográficos recessivos e da necessidade de readaptar/reaproveitar espaços para novas funções e usos. Como refere Guy Odie (Conselheiro do Programa sobre as construções escolares da OCDE): “Ainda que seja importante implantar os equipamentos num bom lugar, a experiência mostra que esse lugar não será bom para sempre (...). A localização de um edifício escolar nunca está definitivamente correta; ela depende de um processo permanente de reimplantação ou de transformação que responde à evolução da coletividade”.

Neste quadro, a implementação da Carta Educativa do Município do Porto (Revisão) deve contemplar um adequado processo de monitorização e avaliação, de forma a estabelecerem-se as necessárias inflexões e reorientações, de acordo com as novas dinâmicas do território e novas orientações do sistema educativo. Este processo de monitorização e avaliação deve ser efetuado com a mobilização dos diversos agentes envolvidos no próprio sistema educativo local, com ênfase para o Conselho Municipal de Educação. O papel ativo e empreendedor, sobretudo dos Diretores de Agrupamento, da autarquia e da DGEstE é fundamental para garantir eficácia ao processo e para que os resultados sejam consequentes na tomada de decisões informadas.

Este exercício será tanto mais útil e relevante para uma resposta adequada e atempada às necessidades da Rede e para se procederem a reajustamentos na Carta Educativa, quanto melhores os instrumentos criados para o desenvolvimento do processo. Assim, simultaneamente, importa criar um sistema adequado de monitorização e avaliação que inclua uma bateria de indicadores que permita efetuar a validação das opções tomadas, bateria essa que deve incluir uma vertente macro (indicadores de contextualização) e uma vertente micro (indicadores de acompanhamento, nomeadamente sustentados na relação entre a oferta e a procura).

O principal objetivo passa por dotar o Conselho Municipal de Educação de um quadro de indicadores de monitorização e avaliação que permita efetuar um acompanhamento regular da execução da Carta Educativa. Assim, mais do que identificar uma lista exaustiva de indicadores, importa criar um sistema de monitorização composto por um conjunto pertinente de indicadores e por um quadro claro e exequível de rotinas de recolha, tratamento e organização da informação. Neste contexto foram adotados, sobretudo, indicadores cuja recolha sistemática de informação é exequível de realizar pelo Município, DGEstE e Agrupamentos de Escolas. Por outro lado, a organização temporal das rotinas de recolha de informação prevê uma periodicidade realista, ajustada às dinâmicas desta política pública, às carências de recursos e de meios técnicos possíveis de afetar a estas tarefas.

Conforme refere Édio Martins (DAPP- ME): “O processo de monitorização/ avaliação da Carta Educativa permitirá uma permanente e continuada aferição da clarividência e eficácia das propostas formuladas, para que seja possível a deteção precoce de eventuais desajustamentos e que atempadamente se configurem as soluções mais adequadas. A monitorização é, assim, a continuidade natural da Carta Educativa, a sustentação ao longo de anos subsequentes dos conteúdos da mesma; é um dos seus aspetos essenciais”.

8.2. Âmbito

A par do reforço e sofisticação das políticas públicas, tem vindo a registar-se um crescimento da importância dos processos de monitorização das mesmas, nomeadamente no acompanhamento dos planos, programas e das ações que as corporizam. A União Europeia (UE) tem dado um forte contributo para este processo, nomeadamente por via da Política de Coesão, a qual permitiu a consolidação de conceitos e de metodologias de monitorização e a generalização das práticas de avaliação suportadas em sistemas de indicadores.

A estruturação dos sistemas de monitorização suporta-se, em geral, em três questões de partida:

- O que monitorizar?
- Como monitorizar?
- Para quem monitorizar?

Paralelamente, a crescente necessidade de aumentar a eficácia e a eficiência da intervenção pública, exigiu o desenvolvimento de sistemas de monitorização que permitam sistematizar a informação relativa à execução das políticas públicas, com a finalidade de conhecer os resultados alcançados, apoiar os processos de tomada decisão e de planeamento estratégico e suportar a prestação de contas, a mobilização dos parceiros e a sensibilização das sociedades.

Neste quadro, são reconhecidas importantes vantagens na adoção de sistemas de monitorização, nomeadamente:

- Verificar se a ação pública responde às necessidades e ao quadro de prioridades;
- Melhorar a eficácia e a eficiência das intervenções públicas;
- Aumentar a transparência na utilização dos recursos públicos;
- Fomentar a ação dos diversos parceiros.

A construção dos sistemas relaciona-se com alguns critérios-chave, aos quais se articulam diferentes tipos de indicadores:

- Relevância – critério que verifica a adequabilidade dos objetivos do instrumento em relação aos problemas e necessidades do domínio em análise;
- Eficácia – critério que reporta em que medida os objetivos definidos estão a ser atingidos;
- Eficiência – critério que procura verificar a importância dos resultados /efeitos conseguidos em relação aos recursos mobilizados;
- Utilidade – critério que julga os efeitos obtidos em relação às necessidades e problemas de partida (como os efeitos alteram a realidade contextual);
- Sustentabilidade – critério que proporciona uma reflexão sobre a “durabilidade” da utilidade.

As funções de monitorização previstas neste instrumento (Carta Educativa) visam assegurar o seu regular acompanhamento, nomeadamente em cinco dimensões chave:

- Conhecer o grau de concretização e a pertinência/atualidade das propostas;
- Apreciar o desempenho da Carta, identificando as dimensões em que este revele um sucesso/insucesso;
- Avaliar a conformidade entre os objetivos estratégicos da política pública municipal e os resultados/efeitos obtidos com a implementação da Carta;
- Avaliar a adequação das propostas da Carta face a novas dinâmicas territoriais e orientações setoriais;
- Garantir, anualmente, um forte alinhamento e adequação da rede à procura existente.

Assim, o processo de Monitorização e Avaliação deverá dispor de um sistema de indicadores que avalia e monitoriza a eficácia da Carta Educativa através da verificação regular das ações planeadas e da apreciação das dinâmicas territoriais e setoriais em curso, que possam suscitar reajustamentos e reorientações.

Os diversos indicadores produzidos/a produzir, sustentados em múltiplas fontes de informação, são vetores fundamentais neste processo e garantem uma abrangência e alcance superior ao próprio instrumento (Carta), contribuindo para informar, com maior rigor e profundidade, o desempenho da política pública (municipal e da Administração Central) no âmbito da Educação e da sua ligação/articulação com outras dimensões centrais da política pública.

8.3 Modelo de Monitorização

A monitorização caracteriza-se por uma observação sistemática da ação de forma a acompanhar as mudanças verificadas ao longo de um dado período de tempo, permitindo oferecer um quadro atualizado sobre o grau de cumprimento dos objetivos que justificam determinada intervenção. A função monitorização assume assim uma importância fundamental para alcançar uma maior eficácia na execução das políticas públicas, ou seja, uma melhor adequação destas à sua finalidade.

O exercício da monitorização pressupõe não apenas a recolha regular de dados, mas também o seu tratamento e análise, com vista à incorporação dessa informação no processo de planeamento e apoiar/informar o decisor. Assim, um programa de monitorização devidamente estruturado providencia um ciclo contínuo de avaliação de resultados.

Os modelos conceituais que suportam os programas de monitorização (a título de exemplo apontem-se os desenvolvidos por Batista e Silva et al, 2009; US Forest Service, 2010) têm por base, fundamentalmente, o objetivo de acompanhar a implementação dos Instrumentos/Planos/Programas/da política pública e avaliar os efeitos associados à sua concretização recorrendo a duas tipologias de indicadores:

- Indicadores de resultado/contextualização – cujo objetivo passa por apreciar o grau de concretização dos objetivos definidos e do contributo para as metas. Tratam-se de indicadores de contexto que se revelem coerentes com os objetivos da política pública;
- Indicadores de realização – têm como principal objetivo avaliar o grau de concretização do Instrumento/Plano/Programa. A sua função é de acompanhar a execução ao nível estratégico e operacional (indicadores criados a partir da análise do Instrumento/Plano/Programa estando associados a cada uma das ações previstas). São indicadores particularmente relevantes para a(s) entidade(s) responsável pela implementação, procurando assinalar o grau de concretização das ações plasmadas no Instrumento/Plano/Programa.

Dado que o Programa de Monitorização deve ser um instrumento eficaz de monitorização da Carta Educativa e dos seus efeitos, os indicadores selecionados cumprem três critérios essenciais:

- Avaliação – permite efetuar uma apreciação contínua da Carta, do que vai ocorrendo/sendo executado (avaliação sistemática de resultados face aos objetivos) e do grau de concretização das metas preconizadas;
- Relevância – permite efetuar uma clara associação com as principais questões estratégicas (objetivos estratégicos da Carta Educativa) e concorrem para uma maior facilidade de comunicação da informação;
- Exequibilidade – permite proceder à recolha de informação de forma simplificada, pouco onerosa e facilmente operacionalizável, em termos de obtenção, processamento e análise. A função primordial deverá ser de simplificar, de quantificar e de comunicar.

A coerência e integração do processo de monitorização é fundamental para garantir a sua eficácia. Neste quadro, releva com significado a adoção de uma arquitetura “verticalizada”, que assume como ponto de partida os Eixos estruturantes da Carta Educativa e cujos indicadores de monitorização (de realização), provêm e/ou têm por base de suporte diversas fontes de informação. Por outro lado, é fundamental que este sistema esteja integrado (seja compatível ou aí esteja alojado) numa plataforma municipal mais abrangente, que permita a partilha de informação e o acesso e cruzamento com variáveis-chave para uma melhor compreensão das causas/dinâmicas em curso noutras dimensões de política municipal, impactantes para o desempenho da Carta Educativa.

A gestão da monitorização da Carta Educativa do Porto deve ser da responsabilidade de uma estrutura organizativa que tenha uma visão simultaneamente global sobre o sistema educativo e todo o território regional e particular, tendo em consideração a realidade local específica. A mobilização do Conselho Municipal de Educação será fundamental neste processo.

O Município do Porto, entidade “líder” no processo de monitorização da Carta Educativa, deverá por um lado, articular todos os seus serviços/departamentos, de modo a “alimentar” de forma regular a plataforma com informação relevante, por outro lado, deverá estabelecer parcerias com outras entidades intervenientes, nomeadamente com os membros do Conselho Municipal de Educação, com vista a angariar informação necessária à construção dos indicadores, segundo a periodicidade estabelecida.

8.4. Metodologia de Recolha, Tratamento e Disseminação da Informação

A implementação da Carta Educativa do Porto (Revisão) deverá estar suportada num encadeado regular de procedimentos que permitam:

- Assegurar a recolha da informação de base à construção dos indicadores;
- Proceder ao tratamento da informação com destaque para a construção de outros indicadores complementares (sobretudo de resultado);
- Assegurar a produção de outputs, ou seja, de produção de conteúdos para formatos de divulgação.

Estes procedimentos, sendo fundamentais para o sucesso do processo de monitorização, deverão envolver diversos intervenientes, sob a coordenação do Departamento Municipal de Educação, enquanto entidade responsável principal pelo acompanhamento e monitorização da Carta Educativa.

Para o sucesso do processo de recolha de informação, afigura-se determinante assinalar responsabilidades, momentos-chave e tarefas a desenvolver.

Relativamente aos indicadores de realização e resultado, a estrutura do sistema monitorização deverá ser definida, por um lado, com base na capacidade de compilação de informação de base que permita, posteriormente, calcular indicadores diretamente associados à execução da Carta Educativa. Por outro lado, em função de outras bases de dados (Plataforma Interna do Município) é fundamental garantir mecanismos de articulação (construção de indicadores de resultado/contextualização).

No caso dos indicadores de realização, atendendo à informação de base estar maioritariamente ligada à execução da Carta Educativa do Porto, serão carregados diretamente pelo Departamento Municipal de Educação, em articulação com as entidades que integram o Conselho Municipal de Educação (deverá ser criada uma ficha-modelo a disponibilizar pelo DME e a preencher e disponibilizar pelas entidades detentoras da informação

As fichas-modelo deverão estar dotadas com os conteúdos de informação de base ao Sistema de Monitorização, mas também de informação complementar que permita evidenciar lições de experiência, boas praticas e constrangimentos que possam servir de orientação para futuras intervenções similares, bem como de informação que possa ser vertida facilmente nas diversas ferramentas de comunicação a produzir.

Posteriormente, será criada uma base de dados que apresentará uma leitura de síntese global de todas as realizações (garantido o envio atempado da informação pelas entidades) e resultado (definidos e calculados pelo DME com base na informação que integra a plataforma municipal - central).

Na recolha dos indicadores de realização, importa num primeiro momento que o DME defina uma ficha-modelo a disponibilizar aos parceiros, apontando orientações metodológicas e uma primeira aproximação aos indicadores de realização a disponibilizar. A informação deverá ser disponibilizada anualmente. No caso das ações a desenvolver pelo Município, deverá criar-se uma bateria alargada de indicadores específicos de projeto, uniforme para intervenções similares, que permita uma rápida e fácil compilação pelos serviços.

A recolha da informação de base aos indicadores de resultado deverá ser feita anualmente. Este processo deverá ser efetuado a partir dos seguintes procedimentos:

- A recolha a partir de informação própria – alguns dos indicadores estão suportados em informação sistematizada pelo Município e que resulta da execução de intervenções da sua responsabilidade ou de entidades parceiras;
- A recolha a partir de outras fontes de informação, nomeadamente na informação integrada na Plataforma Municipal ou sistematizada em publicações do INE – alguns indicadores estão suportados em informação a compilar e disponibilizar por outros serviços/departamento ou por fontes oficiais que produzem/sistematizam informação relevante.

Assim, o processo compreende três fases essenciais: Recolha/ Tratamento/Organização da Informação, Instrumentos de Ação e Avaliação dos Resultados.

1. Recolha/ Tratamento/Organização da Informação

O conteúdo dos instrumentos de monitorização da Carta Educativa do Porto deve, naturalmente, estar ajustados à metodologia e conteúdo da Carta Educativa. Por conseguinte devem contemplar os seguintes domínios: i) Envolvente Territorial (transformações demográficas e socioeconómicas); ii) Oferta e Procura de Ensino; iii) Propostas de intervenção.

Relativamente aos indicadores de contextualização, apontam-se alguns exemplos como base de partida, para a criação de uma bateria alargada de indicadores:

Indicadores de contexto	Periodicidade
<ul style="list-style-type: none"> • População residente na Cidade • Taxa de crescimento natural e da taxa de crescimento efetivo • Taxa bruta de natalidade • Saldo natural e saldo migratório 	Anual
<ul style="list-style-type: none"> • Número de desempregados inscritos nos centros de emprego e formação profissional 	Semestral
<ul style="list-style-type: none"> • Alunos matriculados no ensino pré-escolar, por escola e agrupamento • Alunos matriculados no ensino básico (por ciclo), por escola e agrupamento • Alunos matriculados no ensino secundário, por escola e agrupamento • Alunos residentes no Porto inscritos, por escola e agrupamento • Alunos com necessidades educativas especiais, por escola e agrupamento • Salas de atividade ocupadas (com turma) • Taxa de retenção e desistência, por escola e agrupamento • Recursos humanos, por categoria, escola e agrupamento 	Anual

O processo de recolha dos indicadores de realização (propostas de intervenção) encontra-se sistematizado no quadro seguinte (exemplificação).

Eixo	Indicador de realização	Meta	Periodicidade
Eixo I - Requalificar/ampliar o parque escolar instalado	N.º de novas salas/espacos letivos e de apoio criadas	49	Anual
	N.º de escolas alvo de intervenções de modernização e manutenção	30	Anual
Eixo II - Melhorar as condições e qualidade de ensino em equipamentos/territórios com debilidades	N.º de soluções inovadoras para aproveitamento, adaptação, reutilização dos equipamentos de responsabilidade do Município executadas	21	Anual
	N.º de soluções inovadoras para aproveitamento, adaptação, reutilização dos equipamentos de responsabilidade da DGEstE executadas	15	Anual
Eixo III - Reforçar a notoriedade e projeção da Cidade, através de uma oferta especializada, diferenciadora, qualificada e de referência nacional	N.º de intervenções executadas	2	Anual
Eixo IV - Melhorar as condições de gestão dos recursos humanos não docentes	N.º de intervenções executadas	1	Anual
Eixo V - Reforçar a ligação à Comunidade, fomentando soluções de abertura das escolas ao exterior	N.º de intervenções executadas	1	Anual

Com base nas parcerias a estabelecer entre o Município/DME e as restantes entidades intervenientes, deverá criar-se um mecanismo expedito de envio-receção anual da ficha-síntese de apoio ao cálculo dos indicadores que compõem o Sistema de Monitorização.

O mecanismo a criar/procedimentos a adotar, deverão ter na génese a possibilidade de aceder e depositar informação (ficha), numa base de dados central, simplificada, a criar pelo DME com esse objetivo. Deverá ainda prever-se que os processos de atualização da base de dados central sejam dinâmicos e automáticos.

Com base na informação constante na ficha, o DME deverá, num primeiro momento, sistematizar e analisar, de modo agregado, os diversos indicadores de realização produzidos e disponibilizados pelas restantes entidades. Num segundo momento, com base em informação complementar, igualmente disponibilizada nas fichas, deverá definir e calcular uma bateria de indicadores de resultado. Concomitantemente, o DME deverá compilar e sistematizar a informação associada às intervenções em que se assume como entidade-executora (semestralmente), gerando indicadores coerentes e suscetíveis de integração com os produzidos/disponibilizados pelas restantes entidades.

2. Instrumentos de Ação

Os indicadores de resultado e de realização constantes da base de dado deverão ser assim utilizados sob diversas formas para produzir informação analítica acessível a todos (num primeiro momento, a verter/integrar na Plataforma Municipal).

Anualmente, o DME, dispondo de toda a informação em causa, procederá ao seu tratamento e análise, produzindo conteúdos específicos. Com base na informação recolhida e organizada procede-se à elaboração de pequenos planos de ação (anuais) que permitam definir objetivos e recursos a utilizar anualmente, que vão de encontro às linhas de orientação da Carta Educativa ou que, em alguns casos, impliquem a sua reformulação. Este documento de base, será o suporte principal para a disponibilização de informação através de outras ferramentas (website, newsletter, ...).

3. Avaliação dos Resultados e disseminação da informação

No final de cada ano letivo (ou, eventualmente, de dois em dois anos letivos) deverão ser produzidos pequenos relatórios de avaliação da própria Carta Educativa (Revisão) e dos Instrumentos de Acção, que poderão levar à mobilização de novos recursos (físicos, humanos ou institucionais) e a ajustamentos estratégicos considerados pertinentes.

A divulgação da informação sistematizada assume grande importância, com vista a criar uma cultura de avaliação, relativamente à Educação no Município. Esta informação deverá ser disponibilizada periodicamente a todas as entidades e atores responsáveis pela concretização da política pública nesta dimensão.

Os relatórios de monitorização e avaliação, irão informar a produção de Boletins de Monitorização Anual, que serão o instrumento principal de suporte aos conteúdos a disponibilizar nas diversas ferramentas de disseminação. Em termos de outros outputs, deverão ser equacionadas diversas formas de partilha da informação (ferramentas de comunicação): boletins, flyers, website, newsletters online e que abaixo se descrevem.

Principais Ferramentas de Disseminação do Processo de Monitorização

Ferramenta de Comunicação	Tipo de Informação	Forma de Apresentação	Regularidade
Boletim de Monitorização	<ul style="list-style-type: none"> Informação de natureza analítica onde se sistematiza a informação oferecida pela base de dados e se analisa a evolução verificada na execução da Carta Educativa e na política pública; Documento essencialmente gráfico e sustentado nos indicadores de realização, que permita oferecer uma perspetiva sintética sobre as dinâmicas ocorridas e sobre o desempenho da Carta Educativa. 	Em papel. A disponibilizar nas instalações do Município/DME e em eventos/iniciativas específicas associadas à Educação	Anual
Brochuras e Flyers	<ul style="list-style-type: none"> Apresentação das principais conclusões, com especial relevo para os indicadores de resultado, com recurso a infografia apropriada e gráficos dinâmicos da evolução da Carta Educativa; Disponibilização de indicadores, que estarão suportados no tratamento da informação e em conteúdos dinâmicos. 		Anual
Website CMP	<ul style="list-style-type: none"> Síntese analítica da evolução das principais realizações e resultados, verificadas na Carta Educativa e na política pública; Disponibilização de infografia apropriada e gráficos dinâmicos da evolução da Carta Educativa. 	Online. A disponibilizar nas ferramentas online existentes/a criar (separador a alojar no website/conteúdos específicos da newsletter)	Semestral
Newsletters online	<ul style="list-style-type: none"> Informação de natureza analítica onde se sistematiza a informação oferecida pela base de dados e se analisa a evolução verificada na Carta Educativa e na política pública; Conteúdos essencialmente gráficos, que permitam oferecer uma perspetiva sintética sobre as dinâmicas ocorridas e sobre o desempenho da Carta Educativa. 		Semestral

Fonte: Equipa Técnica (2017)

ERRATA

Página 109

Na tabela 31 leia-se nota no Total: '*Inclui o ensino recorrente e outras situações específicas'.

Página 109

No item 4.1.2., linha 5, onde se lê '1.888 crianças (DGEstE)', leia-se: '1.814 crianças em 2016-2017 (DGEstE)'.

Página 113

No item 4.1.3., linha 3, onde se lê '6.759 em 2016-2017' leia-se: '6754 em 2016-2017 (DGEstE)'.

Página 120

Na linha 7, onde se lê '17,7%' leia-se '16,6%'.

Página 122

No item 4.1.5., linha 1, onde se lê '6.434 alunos' leia-se: '5246 alunos em 2016-2017 (DGEstE)'.